

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

FABÍOLA GRACIELE BESEN

**AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: PANORAMA, INDICADORES E
POTENCIALIDADES NO OESTE DO PARANÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

2021

FABÍOLA GRACIELE BESEN

**AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: PANORAMA, INDICADORES E
POTENCIALIDADES NO OESTE DO PARANÁ**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – mestrado e doutorado do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade rural
Orientador: Prof. Dr. Clério Plein

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

BESEN, FABIÓLA GRACIELE
AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: PANORAMA, INDICADORES E
POTENCIALIDADES NO OESTE DO PARANÁ / FABIÓLA GRACIELE BESEN;
orientador CLÉRIO PLEIN. -- Marechal Cândido Rondon, 2021.
228 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável, 2021.

1. . I. PLEIN, CLÉRIO , orient. II. Título.

FABÍOLA GRACIELE BESEN

**AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: PANORAMA, INDICADORES E
POTENCIALIDADES NO OESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADA** pela seguinte banca examinadora:

Clério Plein - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Adilson Francelino Alves - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Dirceu Basso - Membro
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Nardel Luiz Soares da Silva - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

John Wilkinson - Membro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Marechal Cândido Rondon, PR, 09 de novembro de 2021.



Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese a minha família pelo apoio e motivação e ao meu esposo Juarez Bortolanza, pelas horas de dedicação, incentivo e ensinamentos para concluir essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus que me deu a graça de existir e forças para sempre prosseguir.

A minha família que se manteve ao meu lado em toda a minha trajetória, entendendo os momentos de ausência, manifestando sua força, carinho e amor durante os momentos difíceis e felizes desta caminhada de doutoramento.

Ao Prof. Dr. Juarez Bortolanza, meu esposo, pela dedicação, incentivo e companheirismo nessa jornada.

Um agradecimento especial ao meu orientador prof. Dr. Clério Plein pelas orientações e incentivo ao longo da pesquisa e pelo excelente exemplo de profissional comprometido e íntegro que mostrou ser durante todo o período do doutorado.

Ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Unioeste - MCR que possibilitou a realização desse doutorado.

Aos professores do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável pelos conhecimentos repassados ao longo do doutorado e que nos mostraram que a interdisciplinaridade é possível. A Lizete Maria Eckstein por sua ajuda e orientação ao longo do programa.

Às instituições Itaipu Binacional e BIOLABORE pelo material fornecido para que essa pesquisa se tornasse realidade.

Aos agricultores, que possam continuar sua trajetória nas agroindústrias, produzindo alimentos diferenciados, tão importantes a nossa sociedade.

Aos professores membros da Banca, Prof. Dr. John Wilkinson, Dr. Adilson Francelino Alves, Dr. Dirceu Basso e Dr. Nardel Luiz Soares da Silva pelas riquíssimas contribuições a tese.

Aos meus colegas de curso pelos momentos especiais que passamos juntos. Um agradecimento especial aos meus parceiros e grandes amigos nessa caminhada, Tércio Vieira de Araújo, Valdir Serafim Junior e Marcos Andrade com quem compartilhei as preocupações e alegrias nestes quatro anos de doutorado.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigada!

EPÍGRAFE

"Você não pode esperar construir um mundo melhor sem melhorar os indivíduos. Para esse fim, cada um de nós deve trabalhar para o seu próprio aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, compartilhar uma responsabilidade geral por toda a humanidade." (Marie Curie).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo metodológico da tese	31
Figura 2 - Figura do Estado do Paraná dividido por mesorregiões.....	32
Figura 3 - Fluxo Básico de Caracterização da Agroindústrias	34
Figura 4 - Esboço de Diagrama Causal - Exemplo 01.....	38
Figura 5 - Esboço de Diagrama Causal - Exemplo 02.....	39
Figura 6 - Representação esquemática do modelo agrário dual do Brasil	63
Figura 7 - Tipologia dos canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa	90
Figura 8 - Pirâmide etária das pessoas residentes nas unidades agro industriários.....	127
Figura 9 - Rede de produção das AFR.....	138
Figura 10 - Rede de comercialização das AFR	149
Figura 11 - Exemplo de diagrama de enlace causal no contexto das agroindústrias familiares rurais.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos chave da mudança de paradigma dos anos 80-90 no Desenvolvimento rural.....	47
Quadro 2 - Cronograma de ideias de desenvolvimento rural 1950-2000	49
Quadro 3 - Cronograma dos pensamentos de desenvolvimento rural na agricultura patronal no Brasil - 1950-2000	57
Quadro 4 - Conceitos normativos da Agricultura Familiar	68
Quadro 5 - Oportunidades, desafios e dificuldades das agroindústrias familiares na construção de cadeias curtas de comercialização dos alimentos.....	93
Quadro 6 - Equipamentos para a produção nas AFR	167
Quadro 7 - Ações a serem efetivadas conforme o 5W2H	183
Quadro 8 - Valores da Gravidade X Urgência X Tendência que estabelecem as prioridades.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares) – Censo 1940/2017 -BRASIL	55
Tabela 2 - Número de Estabelecimentos Agropecuários (Unidades) – Censo 1940/2017 - BRASIL	55
Tabela 3 - VBP – Valor bruto da produção (lavoura e pecuária) 2019/2021 - BRASIL	56
Tabela 4 - Taxa de Fecundidade total e projetada da população no Brasil e Regiões, 1940 - 2050	60
Tabela 5 - População Urbana e Rural – Brasil (1950 a 2015)	61
Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades) por grupos de área – 2017 - BRASIL.....	83
Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades) – 2017 - BRASIL.....	84
Tabela 8 - Valor da produção da agroindústria rural (Mil Reais) no Brasil e Estados da Federação – 2017 - BRASIL	85
Tabela 9 - Principais produtos da agroindústria rural brasileira e a quantidade produzida e vendida nos estabelecimentos de até 100 hectares ..	87
Tabela 10 - Relação da População Urbana e Rural no Paraná (1950 a 2020)	99
Tabela 11 - Quantidade de municípios e de sua população no Brasil, Paraná e Oeste do Paraná	99
Tabela 12 - Área Alagada dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná	107
Tabela 13 - Números de estabelecimentos agropecuários com agroindústria, valores de produção e venda – Agricultura Familiar e não familiar – Estado do Paraná.....	110
Tabela 14 - Quantidade produzida na agroindústria rural (Paraná) – Censo Agro (2017)	111
Tabela 15 - Municípios e Quantidade de Unidades Familiares Rurais (UFR) com Agroindústrias.....	116
Tabela 16 - Identificação do tamanho da área e domínio legal das Unidades Familiares Rurais com Agroindústrias.....	118
Tabela 17 - Atividades agropecuárias das UFR	120

Tabela 18 - Quantidade de atividades agropecuárias e a relação com o tamanho da área	121
Tabela 19 - Renda das atividades agropecuárias das propriedades/ano.....	122
Tabela 20 - Renda das propriedades/ano em relação a quantidade de suas atividades agropecuárias	122
Tabela 21 - Outras rendas (Renda Extra – Agrícola) nas UFR	123
Tabela 22 - Faixa de renda extra agrícola nas UFR.....	124
Tabela 23 - Sexo, faixa etária e vínculo familiar das pessoas residentes nas unidades.....	126
Tabela 24 - Tamanho da família (Membros residentes) nas UFR	128
Tabela 25 - Características educacionais referente as faixas etárias dos membros residentes nas AFR	130
Tabela 26 - Data de fundação das Agroindústrias Familiares Rurais (AFR) ..	131
Tabela 27 - Data Fundação da Agroindústria x Tamanho da Área	133
Tabela 28 - Área e tipo de construção da agroindústria	133
Tabela 29 - Área da AFR x Data de Fundação	134
Tabela 30 - Tamanho da Família x Área Agroindústria	135
Tabela 31 - Produtos processados nas AFR.....	137
Tabela 32 - Dias dedicados a atividade agroindustrial vs gênero	141
Tabela 33 - Dedicção da mão de obra dos membros na atividade agroindustrial em relação a faixa etária.....	142
Tabela 34 - Mão de obra Contratada nas AFR.....	143
Tabela 35 - Conhecimento dos Custos de Produção e Formação do Preço de Venda.....	143
Tabela 36 - Esclarecimento de dúvidas da atividade agroindustrial.....	145
Tabela 37 - Diferencial dos Produtos segundo os Agro industriários	145
Tabela 38 - Descrição e quantidade de canais de comercialização	147
Tabela 39 - Dificuldades apontadas pelos agro industriários nas AFR	150
Tabela 40 - Potencialidades informadas pelos agro industriários	152
Tabela 41 - Políticas públicas acessadas pelas AFR	153
Tabela 42 - Renda das Agroindústrias x Tamanho da Área.....	154
Tabela 43 - Área da propriedade, dimensões das AFR e quantidade de dias trabalhados nas AFR.....	160
Tabela 44 - Dados Área, Níveis de Renda e quantidade de membros AFR ..	162

Tabela 45 - Área da Propriedade x Área da Agroindústria.....	165
Tabela 46 - Prioridades de ações para sustentabilidade das agroindústrias .	187

LISTA DE SIGLAS

APPCC	ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE
AF	AGRICULTURA FAMILIAR
AFR	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL
ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ANF	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR
ASSESOAR	ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
BDTD	BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES
BIOLABORE	COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ
BPF	BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO
CAI	COMPLEXO AGROINDUSTRIAL
CAPA	CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA
CEPEA	CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA
CMED	COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CNPq	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CNUMAD	CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
DAP	DECLARAÇÃO DE APTIDÃO
DESENVOLVER	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PELA VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
DRS	PROGRAMA DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL DO PARANÁ
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

FAO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
FNDE	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GIAFR	GRUPO INTEGRADO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBICT	INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
IDH-M	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDR-Paraná	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL IAPAR-EMATER
IICA	INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INPE	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS
IPARDES	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MBPF	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNCF	PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
PROVE	PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PTA	PROGRAMA DE APOIO ÀS TECNOLOGIAS APROPRIADAS
SAF	SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SIM	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL
SOFA	THE STATE OF FOOD AND AGRICULTURE
SUASA	SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA
SUSAF/PR	SANIDADE AGROINDUSTRIAL FAMILIAR, ARTESANAL E DE PEQUENO PORTE
UFR	UNIDADES FAMILIARES RURAIS
UFPA	UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGRÁRIA
UNIOESTE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
VAP	VARIEDADE DE ALTA PRODUTIVIDADE
VBP	VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

BESEN, Fabíola Graciele. **Agricultura Familiar e o desenvolvimento das Agroindústrias Familiares Rurais: panorama, indicadores e potencialidades no Oeste do Paraná.** 2021. 228 p. (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Marechal Cândido Rondon.

RESUMO

Entre os projetos da dinâmica do meio rural estão as agroindústrias familiares rurais (AFR). A AFR está presente nas discussões sobre as transformações do meio rural brasileiro, especialmente em questões voltadas ao meio ambiente, novas tecnologias e a necessidade de maior agregação de valor dos produtos agro industrializados, tanto para o mercado interno, quanto externo. A agroindústria familiar rural é uma alternativa de renda para os pequenos produtores rurais, pois agro industrializa os produtos primários produzidos pela família. A agroindústria familiar rural produz sua matéria-prima ou adquire em pequena quantidade de agricultores vizinhos e a sua mão de obra é predominantemente familiar. O objetivo geral deste estudo compreende analisar o contexto de transformação e/ou agroindustrialização nas Unidades Rurais Familiares (UFR) da mesorregião Oeste do Paraná e propor aprimoramentos aos procedimentos de gestão das agroindústrias familiares rurais. A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo, com abordagem quantitativa e fontes secundárias extraídas do banco de dados dos relatórios do “projeto de agricultura orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela BIOLABORE - cooperativa de trabalho e assistência técnica do Oeste do Paraná, em conjunto com a Itaipu binacional. As informações foram extraídas dos relatórios de 168 unidades de agricultura familiar, com agroindústria familiar rural dessa região. O cenário dessas agroindústrias está presente em gráficos, tabelas, quadros, figuras e possibilitou uma apreciação e elaboração de indicadores direcionados a aprimorar os pontos que possam melhorar o desempenho das AFR. O conjunto de indicadores, contudo, com uso de ferramentas de gestão voltadas a tomada de decisão, escolha das prioridades e influência que um exerce sobre ou outro e/ou outros, norteiam as ações a serem empreendidas nas agroindústrias. O trabalho com uma abrangência ampla da realidade de cada agroindústria resultou em direcionamentos e ações as agroindústrias para seu fortalecimento, seja de forma individual ou associativa. Aspectos relacionados as agroindústrias, seus processos de produção, tecnologias, inovações e oportunidades de alavancar mercados por meio de sua efetividade estão contemplados na aplicação dos indicadores pelas ferramentas empregadas e as ações propostas, estão voltadas para estruturar e aprimorar as oportunidades das UFR por meio de suas AFR no meio rural desta nobre mesorregião do Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Unidades Familiares Rurais, Agroindústrias Familiares Rurais, Desenvolvimento, Associativismo, Gestão.

BESEN, Fabiola Graciele. **Family Agriculture and the development of Rural Family Agroindustries: overview, indicators and potential in Western Paraná.** 2021. 228 p. (Doctorate in Sustainable Rural Development) – State University of Western Paraná. Campus Marshal Cândido Rondon.

ABSTRACT

Among the projects in the dynamics of the rural environment are the rural family agroindustries (AFR). AFR is present in discussions on the transformations of the Brazilian rural environment, especially in issues related to the environment, new technologies and the need for greater value addition to agro-industrialized products, both for the domestic and foreign markets. The rural family agroindustry is an income alternative for small rural producers, as agro industrializes the primary products produced by the family. the rural family agroindustry produces its raw material or acquires a small quantity from neighboring farmers and its workforce is predominantly family owned. The general objective of this study is to analyze the context of transformation and/or agro-industrialization in Rural Family Units (UFR) in the western mesoregion of Paraná and to propose improvements to the management procedures of rural family agribusinesses. The research is characterized as a descriptive study, with a quantitative approach and secondary sources extracted from the database of the reports of the "organic agriculture project in BP3", work conducted and developed by BIOLABORE - cooperative work and technical assistance of Paraná, together with the binational Itaipu. the information was extracted from the reports of 168 family farming units with rural family agribusiness in this region. The scenario of these agro-industries is present in graphs, tables, charts, figures and enabled an assessment and elaboration of indicators aimed at improving the points that can improve the performance of the AFR. The set of indicators, however, with the use of management tools aimed at decision-making, choice of priorities and influence that one exerts over the other and/or others, guide the actions to be taken in agribusiness. The work with a broad coverage of the reality of each agroindustry resulted in directions and actions for agroindustries to strengthen them, whether individually or in an associative/cooperative manner. aspects related to agribusiness, their production processes, technologies, innovations and opportunities to leverage markets through their effectiveness are contemplated in the application of the indicators by the tools used and the proposed actions, are aimed at structuring and improving the opportunities of the UFR through their AFR in the rural environment of this noble mesoregion of Western Paraná.

Keywords: Rural Family Units, Rural Family Agroindustries, Development, Associativism, Management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
1.2.1	Método	29
1.2.2	Abrangência do Estudo	32
1.2.3	Delineamento da Pesquisa	35
1.2.4	Ferramentas de Gestão	37
1.3	ESTRUTURA DA TESE.....	40
2	DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	42
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	42
2.2	DESENVOLVIMENTO RURAL.....	45
2.3	EVOLUÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO	50
3	AGRICULTURA FAMILIAR E O NOVO RURAL BRASILEIRO	59
3.1	REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR. 59	
3.2	ENTENDENDO A AGRICULTURA FAMILIAR	65
3.3	ELEMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	70
3.4	O VISLUMBRAR DO DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DO NOVO RURAL BRASILEIRO.....	74
4	O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS	80
4.1	AGROINDÚSTRIAS RURAIS NO BRASIL	80
4.2	CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS NO BRASIL A PARTIR DO CENSO AGRO 2017	83
4.3	TRAJETÓRIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS	88
4.4	COMERCIALIZAÇÃO, OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA AFR	90
4.5	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS	94
4.6	ASSOCIATIVISMO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS..	96
4.7	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO DO PARANÁ.....	98

4.7.1	A formação do Oeste do Paraná	100
4.7.2	Mudanças demográficas da Região Oeste do Paraná com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu	105
4.7.3	Aspectos Atuais da Mesorregião Oeste do Paraná	108
4.8	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E IDENTIDADE DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS NO PARANÁ.....	110
4.8.1	As agroindústrias familiares rurais na mesorregião Oeste do Paraná	113
5	A CONJUNTURA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS, PROPRIEDADES, MEMBROS RESIDENTES, ESTRUTURAÇÃO, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA O PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	116
5.1	UM ESPELHO DAS PROPRIEDADES RURAIS	116
5.2	AS PARTICULARIDADES DOS MEMBROS RESIDENTES NAS PROPRIEDADES RURAIS.....	125
5.3	ANÁLISE DO PERFIL DA PRODUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES.....	131
5.4	ANÁLISE DO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS.....	146
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO AOS FATORES DE PRODUÇÃO CONSIDERANDO SUAS VARIÁVEIS E FERRAMENTAS APLICADAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS	158
6.1	UMA PROPOSIÇÃO DE INDICADORES PARA AS AFR	159
6.1.1	Os Recursos Humanos nas UFR e AFR.....	160
6.1.2	A Estrutura das AFR.....	163
6.1.3	O Aparato tecnológico das AFR	166
6.1.4	A Assistência técnica para capacitar as AFR	168
6.1.5	As Boas Práticas de Fabricação nas AFR	169
6.1.6	Produtos diferenciados para ampliar mercados às AFR	171
6.1.7	Agregar valor aos produtos.....	173
6.1.8	Aprimorar as vendas	174
6.1.9	Associação ou grupos integrados de Agroindústrias Familiares Rurais.....	176

6.2	ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES PARA FORTALECER AS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES.....	178
6.2.1	Diagrama de Enlace Causal	179
6.2.2	A Potencialidade do 5W2H.....	181
6.2.3	A Matriz GUT para tomada de decisão das AFR	186
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
	REFERÊNCIAS.....	199
	ANEXO A - Formulário de Cadastro e Caracterização Agroindústrias....	223

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A Agricultura Familiar, em 2014, foi eleita tema do ano pela Organização das Nações Unidas (ONU) e em dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução A/RES/72/239, pela qual proclamava a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028) (FAO, 2019). A importância desta categoria social para a produção de alimentos, teve esse reconhecimento, diante do papel fundamental que esta forma de produção e do modo de vida destes familiares desempenha para a segurança alimentar e erradicação da pobreza no mundo. Os estudos referentes a agricultura familiar e seus atores sociais, apresentam o quão importante é a sua permanência no meio rural brasileiro, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, na busca de reprodução e sobrevivência nas regiões onde vivem.

Segundo o relatório *The State of Food and Agriculture (SOFA)*, de 2014, existem no mundo aproximadamente 500 milhões de agricultores familiares que produzem 80% dos alimentos do mundo, revelando um papel de destaque na promoção da diversidade produtiva e garantia de segurança alimentar (FAO, 2014; GRAEUB et al., 2016, SOUZA, FORNAZIER e DELGROSSI, 2020), ao mesmo tempo que aumenta a sustentabilidade ambiental da agricultura, preserva e restaura a biodiversidade e os ecossistemas, fornece alimentos tradicionais e nutritivos e contribui para possibilitar dietas equilibradas e manter o patrimônio cultural nas áreas rurais (FAO, 2019).

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho e a gestão no estabelecimento produtivo e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, com a interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os meios de produção (WANDERLEY, 1999; ABRAMOVAY, 2010; SCHNEIDER, 2016).

No Brasil, em 2017, havia 3.897.408 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, abrangendo 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos e ocupa 77% de todo o pessoal em agropecuária no País, cerca de 10,1 milhões de pessoas, sendo o Paraná responsável por 27,39% do valor desta produção total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2017; 2019).

Após a década de 1990, surgiram estudos que contribuíram para o reconhecimento da agricultura familiar no meio acadêmico com destaque à obra “Capitalismo Agrário em Questão” de Abramovay (2007), que distingue o camponês do agricultor familiar. Segundo Abramovay (2012), o que distingue o camponês do agricultor familiar é a forma como compram seus insumos e vendem seus produtos. O camponês tem uma cultura tradicional e um modo de vida de pequenas comunidades rurais, baseadas na ética da subsistência e reciprocidade e uma integração parcial a mercados incompletos. O agricultor familiar, embora tenha sua mão de obra baseada na família, assim, como o camponês, tem uma maior integração ao mercado. A integração a mercados completos é o aspecto econômico central que separa os camponeses dos agricultores familiares em regimes sociais capitalistas (ELLIS, 2000).

A utilização do termo agricultura e agricultor familiar não é um consenso entre alguns dos autores. Wanderley (2001), utiliza os termos agricultor familiar e camponês e o campesinato pode ser considerado, hoje, como um segmento da agricultura familiar. Tedesco (1999), usa o termo colono e camponês, Graziano da Silva (1999), considera como sinônimos: pequeno-produtor, camponês e agricultor familiar. Neves (1995), utiliza agricultor familiar e produtor, Jean (1994), conceitua como agricultor familiar moderno e Schneider (2003), atribui o termo agricultor familiar e formas familiares (DEPONTI, 2007).

Por sua vez, no campo político, a denominação agricultura familiar passou a ser utilizada para definir essa categoria junto ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). “[...] o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às

especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares [...]” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21).

Como afirma Schneider (2003):

[...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores, ou simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

A categoria pertinente a agricultura familiar é diversa, diante de sua heterogeneidade das formas de trabalho e produção, e por apresentar, ao menos, dois enfoques teóricos para estudá-la: o econômico e o social. O enfoque econômico discute o significado econômico e a forma como esses agricultores aportam a criação de sua riqueza material, sendo referência na geração de emprego e renda e abastecimento do mercado interno e o enfoque social enfatiza a análise dos aspectos culturais, políticos e de identidade, em que a produção é o resultado material de como essa classe se organiza para viver e reproduzir aspectos de sua cultura e identidade, com enfoque à preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, DELGROSSI; MARQUES, 2010).

A posição do pequeno proprietário rural tem grandes atrativos. Ele é livre para fazer o que quiser, não é perturbado com a interferência de um dono de terra, nem com o receio de que outro colha os frutos da sua labuta e de seu sacrifício. O seu sentimento de propriedade dá-lhe respeito próprio e estabilidade de caráter, e torna-o previdente e moderado em seus hábitos. Quase nunca está ocioso, e raramente considera o seu trabalho enfadonho. Faz tudo pela terra que tanto ama (MARSHALL, 1982, p. 251).

Esse formato de produção familiar permite que seja a família a determinar os limites do volume de atividades e o sistema de produção que utilizarão. Dessa forma, os agricultores familiares estabelecem um equilíbrio entre os projetos que irão desenvolver, os objetivos a serem alcançados e os meios para alcançar os resultados (CARMO, 2008).

Segundo Neves (1995), estudos relacionados à agricultura familiar e a suas estratégias de reprodução, afirmam que se deve considerar que o funcionamento pleno da unidade produtiva pode não ser o objetivo maior da unidade familiar. Deve-se considerar, ademais, que existe uma organização entre princípios de organização da produção e do trabalho e de projetos familiares resultantes da dinâmica de organização familiar (DEPONTI, 2007).

Conforme Abramovay (1992, p. 209), “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante” como na agricultura familiar. Assim, ela se apresenta como uma forma de agricultura, bastante presente no capitalismo contemporâneo, pois ela se estrutura “como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro” (ANJOS, 2003, p. 245).

Autores como Ellis (2001), Abramovay (2012), Ploeg (2014), Schneider (2016), entendem que a agricultura familiar pode se inserir nos mercados e com isso aumentar sua autonomia e melhorar suas condições de vida.

A agricultura familiar se apresenta como uma alternativa para o homem permanecer no campo, atrelada a pressupostos de um crescimento econômico, mas com respeito pela natureza, por procedimento de exploração sustentável. Contudo, existem vários tipos de agricultores familiares, os quais procedem com diferentes lógicas de produção, uso distintos de tecnologias e práticas produtivas, bem como o próprio relacionamento com o mercado (ABRAMOVAY, 2007).

Os agricultores familiares modernos forjam diferentes racionalidades, cujas experiências possibilitam a emergência de um agricultor familiar que se define por não ter uma identidade socioprofissional única e permanente (HALL, 2006). As identidades socioprofissionais desses agricultores são definidas pelas racionalidades que orientam suas condutas. Portanto, estes agricultores modernos são diversos, as motivações e os significados de suas condutas diferenciam-nos. A valorização das diferentes racionalidades entre os agricultores familiares modernos fortalece a dinâmica socioeconômica e

ambiental local e desempenha um importante papel no desenvolvimento rural (BASSO; GEHLEN, 2015).

Diversos estudos, como o de Graziano da Silva (1997), Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), Wilkinson e Mior (1999), Veiga (2000), Kageyama (2008), estão avaliando as transformações sofridas no espaço agrícola nas últimas décadas, principalmente nas relações cidade-campo. Nesse sentido, esses estudos que afirmam que não se define o espaço rural exclusivamente pela atividade agrícola. Uma das causas é a significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura, decorrente dos processos de tecnificação do campo, mas que permaneceram no campo, porém, ocupadas em atividades não agrícolas. Assim, há um considerável número de agricultores familiares que combinam a agricultura com outras fontes de renda, geralmente não relacionadas à produção agropecuária (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), a ideia do novo rural brasileiro surgiu no Brasil em 1980: “É preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 63). Começa a surgir um conjunto de atividades não-agrícolas tais como moradia, lazer, atividades industriais e de prestação de serviços constituem, juntamente, com as atividades agropecuárias e agroindústrias rurais, o rural brasileiro.

Dentre os projetos familiares resultantes da dinâmica do meio rural estão as agroindústrias familiares rurais (AFRs). A AFR também está presente nas discussões sobre as transformações recentes do meio rural brasileiro, especialmente em questões voltadas ao meio ambiente, novas tecnologias e a necessidade de maior agregação de valor dos produtos agro industrializados, tanto para o mercado interno, quanto externo.

A agroindústria familiar rural “é um empreendimento agro produtivo que agrega valor aos produtos primários produzidos pela família e que ao longo do tempo se transformou em alternativa de complementação de renda dos pequenos produtores rurais” (ANES; DEPONTI; AREND, 2018), que faz parte de análise considerada nesta tese com vistas à dinâmica das agroindústrias familiares rurais.

Segundo Mior (2005), a AFR deriva da Agricultura Familiar, onde parte da produção vegetal e animal são transformados em produtos processados agregando maior valor de comercialização. A lógica da agroindústria familiar rural é diferente da agroindústria convencional, pois esta precisa ser da família, de uma associação ou grupos integrados de agroindústrias familiares rurais, produzir sua matéria-prima ou adquirir em pequena quantidade de agricultores vizinhos; a mão de obra deve ser predominantemente familiar; e apresentar laços de parentesco e sanguíneo ao longo de gerações, pontos a serem investigados nesta tese.

Nessa dinâmica produtiva das AFR se manifestam contradições entre lógicas voltadas ao setor econômico da atividade e lógicas voltadas ao enfoque social que “[...] enfatiza a análise dos aspectos culturais, políticos e de identidade, em que a produção é o resultado material de como essa classe se organiza para viver e reproduzir aspectos de sua cultura e identidade [...]” (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 38-39).

Frente a este arcabouço contextualizado com base científica, e da realidade pertinente no meio rural, a indagação está em: como tornar as agroindústrias familiares rurais sustentáveis e, inclusive, atrair novos agricultores familiares para esta atividade?

A premissa de que a união gera força e proporciona sinergia em seu labor, traz como hipótese da pesquisa que: as famílias rurais agregam valor nas suas unidades de produção, pelo processo de transformação do produto primário elaborado e, por sua vez assim as agroindústrias constituem um caminho promissor na transformação dos produtos primários em elaborados, agregando valor aos produtos e ao labor da agricultura familiar. Entretanto, com a união das AFR por meio de associação ou grupos integrados de agroindústrias familiares rurais haverá fortalecimento de cada agroindústria em benefício comum e conseqüentemente a cadeia de produção, transformação das UFR que se potencializam e estruturam numa perspectiva dinâmica e integrativa.

O fortalecimento e estruturação das agroindústrias, decorrem da necessidade de atender os objetivos destacados a saber:

O objetivo geral deste estudo compreende analisar o contexto de transformação e/ou agroindustrialização nas Unidades Rurais Familiares (UFR)

da mesorregião Oeste do Paraná e propor aprimoramentos aos procedimentos de gestão das agroindústrias familiares rurais. O objetivo geral, para seu êxito, foi desmembrado em seis objetivos específicos:

- a) Caracterizar as propriedades familiares rurais e seus membros (agricultores e família);
- b) Caracterizar as Agroindústrias rurais familiares nessas propriedades rurais;
- c) Identificar a importância e potencialidades dos processos de agroindustrialização (produção e comercialização) presentes nessas propriedades rurais;
- d) Analisar as dificuldades das AFR, conforme sua natureza: tecnológica, institucional e gerencial.
- e) Elaborar indicadores para fortalecer as agroindústrias familiares rurais em suas atividades;
- f) Utilizar ferramentas de gestão para propor ações à sustentabilidade das AFR na mesorregião Oeste do Paraná.

Diversos estudos tratam da agroindústria familiar rural no Brasil. Realizou-se uma pesquisa para identificar os estudos realizados sobre AFR. Efetuou-se uma revisão sistemática de teses, dissertações e artigos, com levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O período temporal da busca ocorreu de 2010 a 2021, contemplando a produção mais recente acerca do tema. As palavras utilizadas para busca foram: agroindústria familiar; enlace causal, 5W2H e Matriz GUT.

Carvalho (2010), Gazolla (2012), Matei (2015) e Gomes (2016), realizaram estudos na Região Sul do Brasil, com AFR, e seus trabalhos analisaram a participação da AFR na construção de mercados para seus produtos, na produção de novidades e inovações, identificando as diversas relações sociais que essas AFR mantêm com outros atores sociais e os ambientes em que estão inseridos.

Possenti (2010), utilizando as agroindústrias de São Lourenço do Sul e Anderson (2017), tendo como amostra 05 agroindústrias da cadeia de leite e carne suína - PR; 02 profissionais da EMATER, dois profissionais da

ASSESOAR (Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural) e um profissional da Secretaria de Agricultura dos municípios de Dois Vizinhos, São Jorge D'Oeste, Verê, Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste, apresentaram em seus estudos alternativas para apoiar a gestão econômico-financeira de agroindústrias familiares de pequeno porte, assim como soluções para maior agregação de valor aos produtos, possibilitando maior geração de renda.

Agne (2014), propôs diretrizes estratégicas de marketing para a agroindústria familiar, considerando a cadeia de relacionamento, baseadas nos seis mercados e nos pilares de sustentabilidade, tendo como amostra 64 agroindústrias familiares rurais dos municípios de Novo Hamburgo, Nova Petrópolis, Picada Café, São Lourenço do Sul e Cachoeira do Sul.

Deon (2015), analisou a dinâmica inerente a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais, buscando compreender a contribuição dos atores para superar adversidades relacionadas ao ambiente institucional, utilizando como amostra 01 agroindústria em Jaguari - RS e 01 agroindústria em Chapecó – SC.

Passini (2020), analisou a influência da agroindústria rural no grau de sustentabilidade de unidades de produção agrícolas familiares na região Oeste do Paraná. Foram utilizadas 118 unidades de agricultura familiar - 63 com agroindústrias e 55 sem agroindústrias na região Oeste do Paraná.

Quanto a aplicação do Diagrama de Enlace Causal, identificou-se dois trabalhos. Faulin (2004), desenvolveu um estudo com o objetivo de desenvolver uma ferramenta de gestão que auxilie o produtor familiar de hortaliças na tomada de decisão sobre a comercialização, utilizando para isso a simulação computacional baseada na metodologia do *System Dynamics*. Longhi (2013) utilizou o Diagrama para analisar a cadeia de etanol no Estado do Rio Grande do Sul, em propriedades de pequeno porte voltadas à agricultura familiar.

Todos os estudos foram realizados na região sul do Brasil, exceto pelo trabalho de Faulin (2004), realizado na cidade de São Carlos (SP), com questionários e pesquisa de campo nas agroindústrias familiares rurais. Em relação ao ineditismo do trabalho, existem alguns estudos, conforme apontado com o levantamento bibliométrico sobre AFR, mas pouco é discutido sobre os processos de desenvolvimento das agroindústrias, tanto de ordem

econômica, social e ambiental, de forma conjunta, e apenas dois trabalhos sobre aplicação do Diagrama de Enlace Causal, voltados a agricultura familiar. Nenhum estudo com o desenvolvimento de um diagrama de enlace causal, 5W2H e Matriz GUT nas agroindústrias da mesorregião Oeste do Paraná foi identificado na pesquisa. Assim, essa é a lacuna mais significativa do ponto de vista acadêmico-teórico, e que representa a contribuição que este trabalho pode ajudar a compreender.

Esta pesquisa parte de um processo de construção de conhecimento interdisciplinar, que propõe o diálogo entre as ciências naturais e sociais, proporcionado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE (MCR).

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este tópico tem como finalidade apresentar como foi realizada a proposta de trabalho, a qual seguiu os seguintes procedimentos metodológicos.

1.2.1 Método

As ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos. A metodologia científica é o facilitador do entendimento do processo de fazer ciência, caracterizada por ser um procedimento regular, um caminho para alcançar determinado resultado (SILVA, 2010). Conforme afirma Franceschini *et al.* (2011), o método é tão necessário quanto à comprovação de uma pesquisa ou experimento:

Estando todo o trabalho de pesquisa inserido no campo da produção de conhecimentos científicos, torna-se necessário aprofundar seu significado, ingressando nos fundamentos da produção de informações que atribuem veracidade aos seus resultados. Como se sabe, entende-se por científico, no sentido empírico do termo, tudo que pode ser comprovado (FRANCESCHINI *et al.*, 2011, p. 7).

Conforme expõe Silva (2010, p. 53), “A escolha da metodologia oscila de acordo com os objetivos traçados da pesquisa e o problema que se encontra sendo investigado”. A metodologia relaciona-se com os objetivos e a finalidade

do projeto, devendo descrever os passos dados para alcançar seus objetivos no que tange o processo de investigação e pesquisa.

Com o presente problema definido, apresenta-se o método que permitirá alcançar os objetivos propostos e responder o problema central da pesquisa.

No primeiro momento a pesquisa apresentará um histórico descritivo sobre o desenvolvimento rural, agricultura familiar, agroindústrias familiares e história do Paraná e mesorregião Oeste do Paraná (abrangência do estudo). Nesse sentido, se classifica como bibliográfica, que segundo Gil (2010), é elaborada com base em materiais já publicados (teses, dissertações, artigos), e foi utilizada para o levantamento da base conceitual e dos estudos similares relacionados ao tema. Quanto aos objetivos, é classificada como uma pesquisa exploratória com a finalidade de levantar mais informações sobre o tema em estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com relação as características do campo de observação, torna-se necessário a utilização da pesquisa descritiva, que na concepção de Gil (2010) busca descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Assim, torna-se possível descrever as características dos fenômenos que ocorrem no campo de observação, que nesta pesquisa são as agroindústrias familiares rurais da mesorregião Oeste do Paraná.

O método de pesquisa é indutivo, considerando que as informações extraídas para o desenvolvimento do estudo encontram-se nos questionários aplicados durante as visitas, os quais foram analisados e interpretados para as respectivas conclusões. Para Gil (2010, p.10) o método indutivo “[...] parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmados dessa realidade [...]”.

A pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso, já que ocorreu em uma amostra de agroindústrias familiares rurais. Utilizar-se-á o método de Estudo de caso, que, segundo Yin (2001, p. 27) representa “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

A pesquisa também se classifica como documental, que é muito parecida com a bibliográfica, mas a diferença está na natureza das fontes, pois enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam nenhum tratamento científico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010).

No caso da tese, os documentos são os questionários (ANEXO A) respondidos pelos agricultores familiares a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (BIOLABORE)¹.

A Figura 1 reflete o processo metodológico da tese:

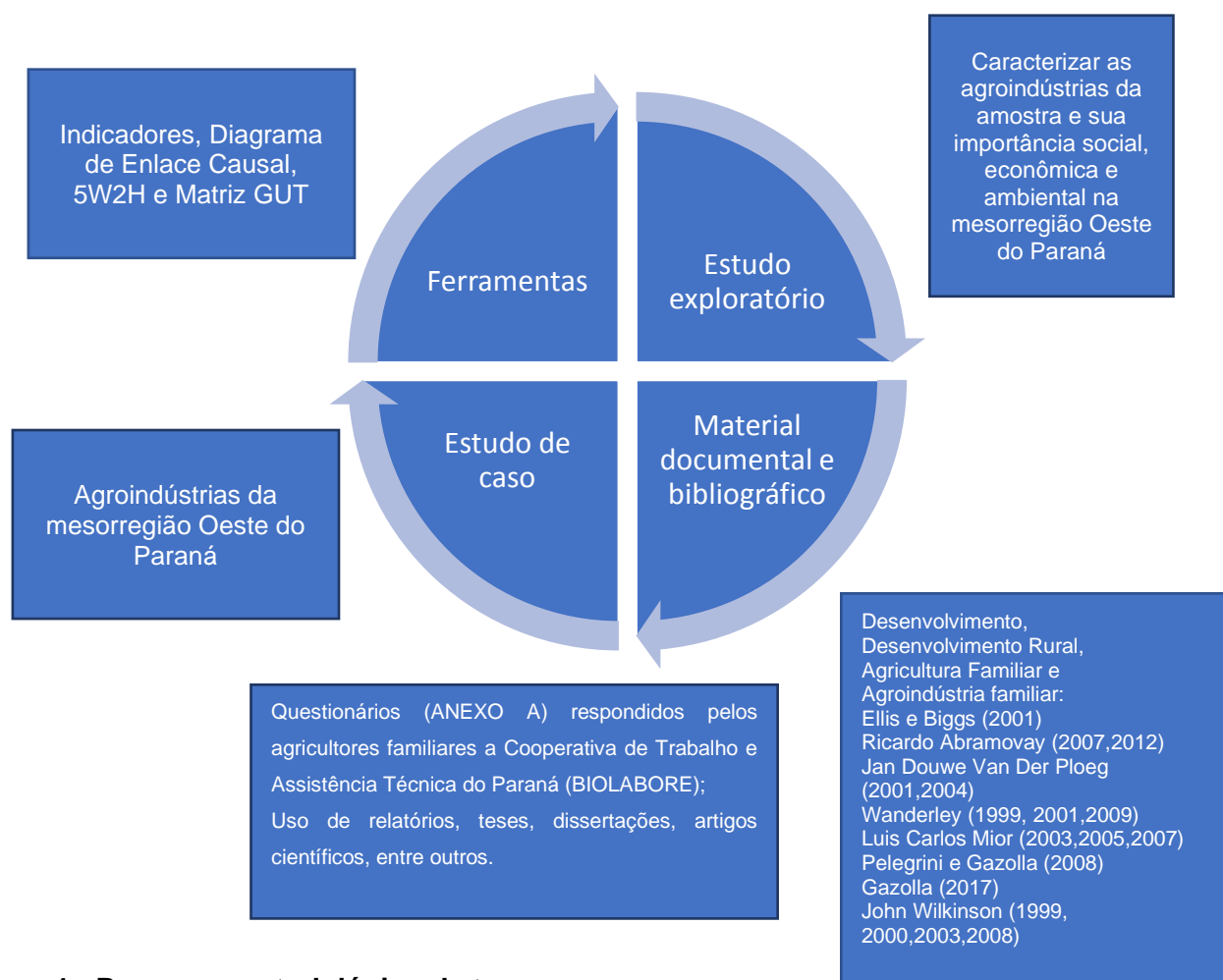


Figura 1 - Processo metodológico da tese

Fonte: Elaborado pela autora

¹ Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (BIOLABORE) – é uma sociedade cooperativa do ramo de trabalho, de natureza civil e de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos. Fundada em novembro de 2005. Constituída por profissionais de formação multidisciplinar, que tem como objetivo fornecer serviços técnicos especializados e produtos para o desenvolvimento sustentável (BIOLABORE, 2021).

1.2.2 Abrangência do Estudo

Quanto à região onde se localizam as agroindústrias, o território da mesorregião Oeste do Paraná, situa-se no terceiro planalto paranaense, limita-se ao sul, pelo Rio Iguaçu, com a região sudoeste; ao norte, pelo Rio Piquiri, com a região noroeste; a leste pelo Rio Guarani, com a Região de Pitanga e Campo Mourão e a oeste, pelo Rio Paraná, estabelecendo fronteira com as repúblicas do Paraguai e Argentina.

Abrange uma área de 2.290.859 ha, que corresponde a 11,5% do território estadual. Possui 50 municípios, dentre os quais se destacam Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2019). A Figura 2 retrata a localização da região Oeste do Paraná, onde se encontram as agroindústrias, amostra da pesquisa.

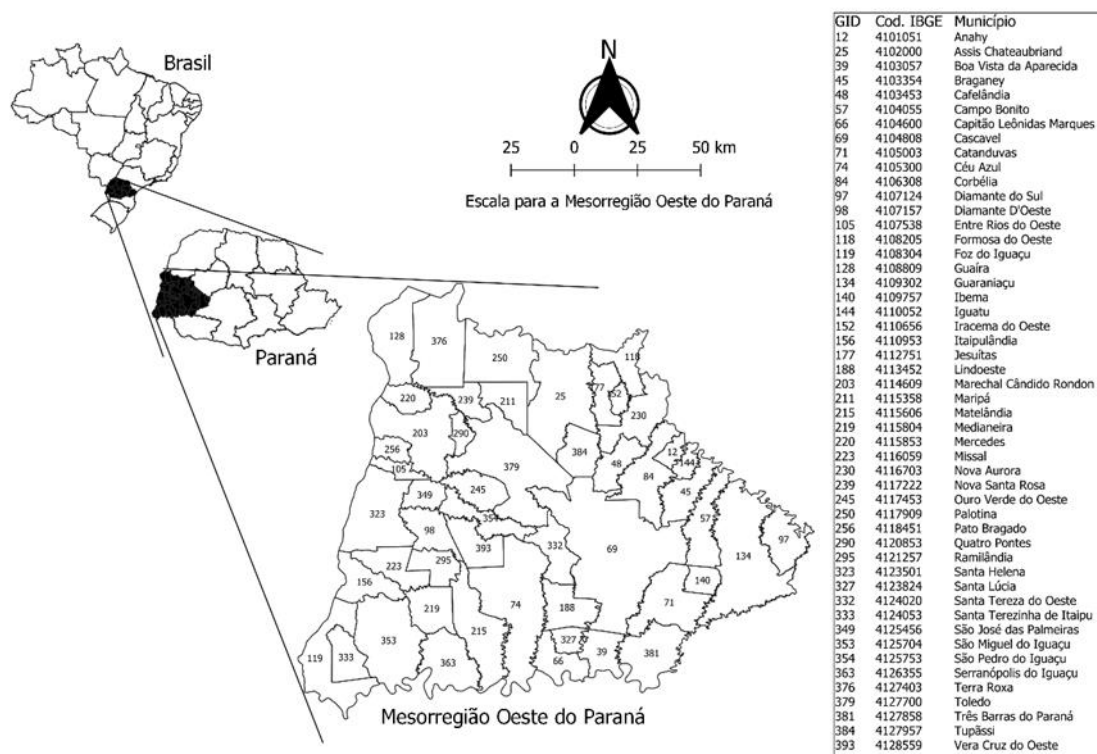


Figura 2 - Figura do Estado do Paraná dividido por mesorregiões

Fonte: IBGE (2019)

Os municípios estudados fazem parte do eixo Foz do Iguaçu x Guaíra, Foz do Iguaçu x Cascavel. Sua colonização se deu, predominantemente, por migrantes vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estes migrantes, por sua vez, eram em grande parte descendentes de alemães, italianos e poloneses (PRIORI *et al.*, 2012).

Os municípios da amostra são: Cascavel, Céu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Palotina, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Vera Cruz do Oeste e Altônia.

Esta tese parte de um estudo exploratório descritivo das informações contidas no “Projeto Análise socioeconômica das Agroindústrias da BP3”, da (BIOLABORE) em conjunto com a Itaipu Binacional, por meio do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável da Itaipu Binacional², do Programa Cultivando Água Boa (ITAIPU). A BP3 - Bacia do Paraná 3, localizada no extremo Oeste do Paraná, e comporta o atendimento a 251 agroindústrias, pela BIOLABORE, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. A figura 3 demonstra o fluxo básico das informações extraídas do relatório de caracterização das agroindústrias:

² O Programa Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) da Itaipu Binacional foi criado e operado desde 2003, dentro da estratégia socioambiental denominada Cultivando Água Boa, juntamente com outros nove programas. O DRS tinha como princípio expandir os conceitos de sustentabilidade da agricultura junto às comunidades rurais e aos atores sociais vinculados à agropecuária da região Oeste do Paraná. Sua base de atuação estava alicerçada na gestão participativa por meio de um comitê gestor que reunia as principais organizações ligadas ao meio rural da região. Seu principal instrumento de intervenção era uma rede de ATER apoiada em organizações públicas e privadas, entre elas a Cooperativa Biolabore (ARRUDA FILHO *et al.*, 2012).

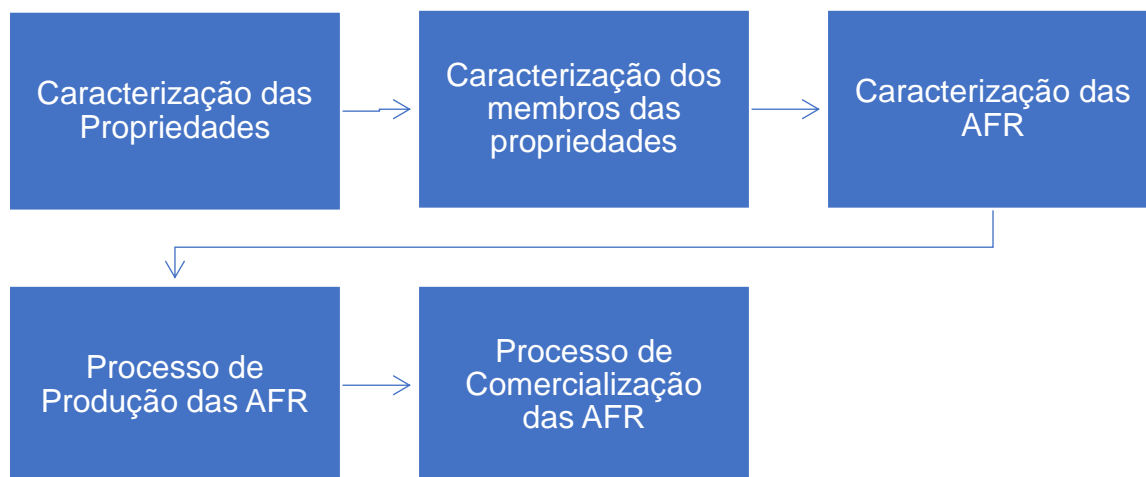


Figura 3 - Fluxo Básico de Caracterização da Agroindústrias

Fonte: Elaborado pela autora

A BIOLABORE realizou entrevistas, pesquisas, visitas as unidades de agricultura familiar, resultando em informações socioeconômicas sobre a propriedade e a agroindústria, relacionadas as instalações, sobre os meios e formas de produção, espaço de comercialização, dificuldades encontradas, diferenciais dos produtos comercializados e rendas obtidas, entre outras. O trabalho investigativo com os agricultores familiares, proprietários das agroindústrias familiares foi realizado no 4º trimestre de 2019.

1.2.3 Delineamento da Pesquisa

A unidade de análise são as agroindústrias familiares rurais, na mesorregião Oeste do Paraná e o conceito utilizado para agroindústrias familiares rurais (AFR) nesse estudo será de Mior (2005): uma forma de organização da agricultura familiar em que o processo de produção de parte da produção agrícola e/ou pecuária da propriedade é feita pela família, com o objetivo de comercialização, abarcando a diversidade das agroindústrias familiares (caseiras, artesanais e de pequeno porte)³ retratada por Guimarães e Silveira (2007).

Quanto aos aspectos das agroindústrias familiares, adotou-se ainda as seguintes particularidades para classificação da amostra: o processamento/transformação de produtos de origem animal/vegetal em alimentos ou bebidas; a localização no meio rural; unidade familiar que alia a produção e o consumo, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, a família detém o controle dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho e mão de obra), predominância da mão-de-obra familiar e por fim, a gestão se mantém centralizada pelos membros da família (MIOR, 2005).

Neste caso, não estão incluídas as atividades que envolvam artesanato, agro extrativismo, outros produtos não alimentícios e as agroindústrias sem ligação com a agricultura familiar.

A análise teve como objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para os problemas propostos. Ela foi

³ As caseiras são aquelas que priorizam o consumo da família, somente os excedentes para o mercado. Como argumenta Mior (2005), é a transformação dos alimentos na cozinha do agricultor para a constituição de valor de uso. As artesanais, por outro lado, são direcionadas ao mercado local/regional, mas, seguindo a discussão sobre a diferenciação, possuem relações intrínsecas com a agricultura características de uma determinada região e/ou com o saber fazer específico de uma família. Cabe ressaltar que incrementos tecnológicos nessas agroindústrias artesanais podem vir a aumentar a escala de produção ou melhorar condições de higiene no processo, por exemplo, desde que não descaracterizem o processo artesanal de produção e eliminem o diferencial de aparência, aspecto, cheiro e sabor específicos do produto e próprio dos produtores (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007). Por fim, as agroindústrias de pequeno porte são aquelas que surgem de oportunidades de geração de renda, cujos parâmetros de validação legal – para atender mercados regionais ou nacionais – são os mesmos das grandes indústrias e não há nenhum saber fazer específico, mas um apreendido com detentores de conhecimentos na área de tecnologia de alimentos.

desenvolvida em quatro etapas – pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação e aplicação do Diagrama de Enlace Causal, 5W2H e Matriz GUT.

A abordagem se consubstancia em uma análise quantitativa de dados socioeconômicos primários e secundários desse grupo de agroindústrias familiares rurais, extraídas do banco de dados e relatórios (ANEXO 1), da Análise Socioeconômica das agroindústrias familiares rurais da BP3.

A primeira etapa, denominada de pré-análise, pode ser dividida em duas etapas: a primeira, consiste na realização de uma leitura do material, ou seja, é o contato direto do pesquisador com os dados brutos (questionários); a segunda etapa consiste na constituição da amostra, no que diz respeito ao universo estudado. Nesta, o pesquisador, identificou que o material a ser utilizado contempla os itens necessários: representatividade, que este material é representativo; homogeneidade, que segue critérios de escolha relacionados às temáticas, e que possui pertinência para responder de maneira satisfatória as questões propostas pelo estudo. Do total de 251 propriedades atendidas (população), selecionou-se 168 propriedades com agroindústrias.

Os resultados apresentaram 95% de confiança numa margem de erro de 5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde n é a amostra calculada, N é a população, Z a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, p a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Quanto ao tipo de amostra do presente estudo, optou-se por agroindústrias com características de base da agricultura familiar na gestão do empreendimento. Para tanto, não se inserem na amostragem as agroindústrias que não se enquadravam nos critérios referentes à área da propriedade, produção e mão de obra contratada para classificar como agricultura familiar e agroindústria familiar rural.

A exploração do material corresponde à segunda etapa de análise, na qual se procura alcançar a compreensão dos dados. Para isso, realiza-se codificação, classificação e agregação dos dados. Os dados foram analisados

e inseridos em software de gerenciamento estatístico próprio para proceder suas análises quantitativas.

A terceira etapa corresponde ao tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação, que consiste na proposição de inferências e realização de interpretações dos materiais categorizados, comparações e cruzamento das informações das agroindústrias familiares, relacionando-os com o referencial teórico construído sobre o tema.

A quarta e última etapa consiste primeiramente na identificação de indicadores. Pode-se descrever indicador como sendo a medição do desempenho de funções, sistemas ou processos, assim como o valor estatístico que indica a condição ou direção do desempenho de um processo ou alcance de uma meta ao longo do tempo (JOINT COMMISSION ACREDITATION OF HEALTHCARE ORGANIZATIONS, 2010).

O objetivo dos indicadores é avaliar a realidade das agroindústrias e quando, atendidos possibilitar melhoras na performance a que está relacionado e conseqüentemente na estruturação e viabilidade da agroindústria. Em seguida, aplicou-se as três ferramentas de gestão: Diagrama de Enlace Causal, 5H2H e Matriz GUT.

1.2.4 Ferramentas de Gestão

A primeira ferramenta, o Diagrama de Enlace Causal demonstra graficamente as relações de causa e efeito que existem entre os elementos de um sistema. No caso de um enlace causal, Schaffemicht (2006), considera-o como uma relação entre duas variáveis, de tal forma que se estabelece um evento caracterizado pela influência de uma variável em outra. O estabelecimento do evento proveniente da influência das variáveis poderá ser de forma imediata ou após o transcurso de algum tempo, este transcurso de tempo é denominado *delay*. Segundo Andrade (1997), o diagrama de enlace causal é composto basicamente pelas entidades ou fatores relevantes do sistema, setas que indicam a direção de como um elemento influi no outro (relações causa-efeito), eventos que só serão percebidos com certo atraso (*delay*) em relação ao acontecimento e às respostas ao enlace (relações causa-efeito-causa) (BASTOS, 2003).

Os diagramas de enlace causal possuem natureza eminentemente qualitativa, apresentado as variáveis pertencentes ao modelo de forma ordenada, além das relações de causa e efeito entre elas. São bastante utilizados nas ciências sociais, por meio das suas características estruturais presentes no comportamento do sistema (FERNANDES, 2001).

Para representar o relacionamento entre "nascimentos" e "população" num esboço de um diagrama causal permite verificar que a taxa de nascimentos influencia o tamanho da população e que a população influencia a taxa de nascimento. Ou seja, quanto maior a taxa de nascimento maior será a população, por isso a flexa segue com sinal positivo pois a taxa de nascimento influencia no mesmo sentido ao tamanho da população. Por sua vez quanto maior a população maior será a taxa de nascimentos, também com sinal positivo pela mesma razão. Nesse caso há uma continuidade do sistema em crescimento contínuo (GINAPE – GRUPO DE INFORMÁTICA APLICADO A EDUCAÇÃO, 2020).

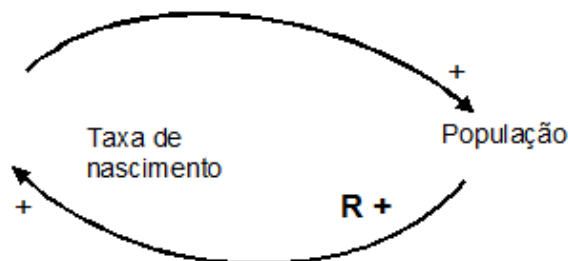


Figura 4 - Esboço de Diagrama Causal - Exemplo 01

Fonte: GINAPE-NCE/UFRJ

Um aumento na população causa relação na taxa de mortalidade e esta tende a um ciclo de equilíbrio conforme aponta a Figura 4, pois esta taxa de mortalidade, quanto maior, mais rápido diminuirá a população. Os enlaces de equilíbrio promovem estabilidade, resistência e limites e servem para descrever os mecanismos que os sistemas utilizam para solucionar problemas. São conhecidos como elos de retroalimentação negativos já que são elos fechados (R-), cujos comportamentos são caracterizados por oscilações, equilíbrio ou busca por objetivo (GINAPE, 2020).

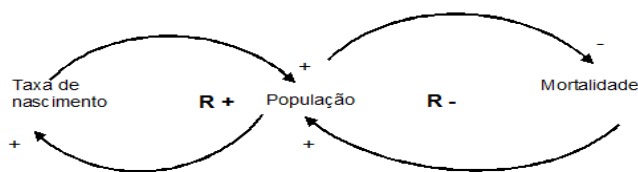


Figura 5 - Esboço de Diagrama Causal - Exemplo 02

Fonte: GINAPE-NCE/UFRJ

Nos diagramas causais com um enlace de equilíbrio no elo referente à população e número de mortes pois a população não vai crescer ou decrescer indefinidamente, pois quanto maior seu valor, maior será o número de mortes, porém o aumento no número de mortes causará uma diminuição na população (GINAPE, 2020).

Os elementos que compõem o diagrama de Enlace Causal são: i) elementos do sistema ou variáveis (entidades ou fatores relevantes do tema); ii) relacionamentos (setas que indicam a direção de influência de um elemento sobre o outro); iii) atrasos (efeitos que somente são sensíveis após um tempo de espera) e iv) Enlaces ou feedback (conjunto circular de causas em que uma perturbação, um elemento causa uma variação nele próprio como resposta). (ANDRADE, 1997).

O Diagrama de Enlace Causal é enfatizado pela simplicidade de representação do comportamento de um sistema, por meio do mapeamento dos seus elementos formadores e dos relacionamentos entre eles, isto é, de que forma um elemento influencia o comportamento do outro (ANDRADE, 1997).

A segunda ferramenta 5W2H, segundo Deolindo (2011, p. 109), “tem o objetivo de mostrar claramente todos os aspectos que devem ser definidos em um plano de ação”. O método consiste em responder sete perguntas básicas para programar soluções (WERKEMA, 2012). Questões: i) What - O quê? Que ação será executada? li) Who - Quem? Quem irá executar/participar da ação? iii) Where - Onde? Onde será executada a ação? Iv) When - Quando? Quando a ação será executada? v) Why - Por quê? Por que a ação será executada? vi) How - Como? Como será executada essa ação? vii) How Much - Quanto custa? Quanto custará para executar a ação? (WERKEMA, 2012). Desta

forma, a 5W2H é considerada por Gomes (2006) uma sistemática para compreender uma determinada situação.

A terceira ferramenta, Matriz GUT é uma ferramenta utilizada sempre que for necessário priorizar ações dentro de um conjunto de alternativas. Criada por Charles H. Kepner e Benjamin B. Tregoe, que são estudiosos na resolução de questões organizacionais (OLIVEIRA, SANTOS, 2014). A sigla GUT representa as iniciais de gravidade, urgência e tendência, que são os parâmetros de análise da matriz. O objetivo da ferramenta é ranquear a importância das ações pela sua gravidade, urgência e tendência, permitindo escolher a tomada de ação mais prioritária (FERNANDES, 2015).

1.3 ESTRUTURA DA TESE

A presente tese está dividida em sete capítulos. A Introdução (capítulo 01) apresenta o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, justificativa para a proposta de trabalho, bem como a estrutura da tese.

O capítulo dois apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento rural a nível mundial e do Brasil, a partir dos anos 50, importante para contextualizar a agricultura no Brasil.

O capítulo três tem como objetivo discutir os vários aspectos que condicionam e caracterizam a complexa realidade da agricultura familiar no Brasil, incluindo um balanço das políticas públicas a ele destinadas, bem como uma contribuição ao debate sobre esta categoria social e política, assim como as novas abordagens e alternativas do desenvolvimento rural têm surgido no campo da Agricultura Familiar e têm-se desenvolvido experiências e processos de produção de consumos alternativos, na busca da sustentabilidade e de condições econômicas solidárias e participativas.

No capítulo quatro discorre-se os conceitos sobre as agroindústrias rurais não familiares e as agroindústrias rurais familiares. Em seguida, apresenta as características das agroindústrias rurais familiares, objeto do estudo, assim, como os atores sociais, produção, cadeias de comercialização, oportunidades e desafios e políticas públicas para a categoria.

O capítulo cinco traz a caracterização das 168 agroindústrias familiares rurais da mesorregião Oeste do Paraná, retratando os aspectos das

propriedades e membros, o tipo de agroindústria, processo de produção, comercialização, políticas públicas acessadas, dificuldades e potencialidades das AFR.

O capítulo seis apresenta os indicadores para compreender os fatores econômicos, sociais e ambientais desta proposta de avaliação das condições das agroindústrias e demonstra através das ferramentas de enlace causal, 5W2H e Matriz GUT as potencialidades e desafios de natureza tecnológica, institucional e gerencial das AFR com vistas ao fortalecimento das agroindústrias rurais familiares no meio rural.

O capítulo sete traz as considerações finais a partir dos objetivos propostos na Introdução, bem como as sugestões para trabalhos futuros. Por fim, as referências e os anexos.

2 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Este capítulo apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento rural a nível mundial e brasileiro a partir dos anos 50, importante para contextualizar a agricultura no Brasil.

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Para definir o desenvolvimento, há necessidade de um esforço teórico, pois o desenvolvimento, após a 2ª Guerra Mundial, foi associado a expansão capitalista das formas de produção, voltados ao progresso técnico e de acumulação de riquezas, tendo no PIB (Produto Interno Bruto) seu principal indicador (BREINTENBACH, FROEHLICH e BRANDÃO, 2009; WANDERLEY, 2009; RODRIGUES; SANTOS, 2017).

A partir da década de 50, o desenvolvimento, passou a ser empregado na literatura econômica, tanto no discurso (neo) liberal, quanto no socialista (socialismo real existente), baseado em teorias e princípios econômicos que vêm no Estado um dos impulsionadores da modernização, garantindo um importante papel ao desenvolvimento econômico e técnico (ALMEIDA, 2015).

Mas essa concepção de desenvolvimento, baseada na industrialização e urbanização gerou efeitos sociais problemáticos como danos ambientais, êxodo rural, concentração urbana (BREINTENBACH *et al.*, 2009). Esses problemas causados nas áreas ambiental, econômica e social, colocaram em xeque esta noção generalizadora do progresso, esgotando ainda mais essa ideia (ALMEIDA, 2015, p. 35).

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, constituída por 51 países, que tinha como objetivo buscar alternativas para melhorar o nível de qualidade de vida da população mundial e elevação dos níveis de desenvolvimento, criou-se a ideia de que esse objetivo poderia ser alcançado. Ainda em 1945, a ONU divulgou a Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco, sendo o documento de maior importância na época e foi responsável por instaurar as controvérsias em torno do conceito de desenvolvimento, utilizando-se os termos crescimento, progresso, urbanização, modernização (SOUZA, 1993; OLIVEIRA, 2002).

Para Furtado (1961, p. 115-116), quando se pensa na abordagem do crescimento econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”, mas o desenvolvimento, tem no crescimento econômico uma fonte necessária, mas não suficiente, para a promoção do aumento de bem-estar da população, pois deve visar, principalmente, libertar as pessoas de suas privações, sejam elas econômicas, sociais, políticas, culturais etc. (FURTADO, 1961; SEN, 2000).

Na corrente que defende o desenvolvimento como crescimento econômico, empregado a partir da Revolução Industrial (século XVIII), encontram-se economistas de tradição clássica e neoclássica, segundo eles, deve-se buscar sempre o aumento de renda total, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, o “desenvolvimento”, tratado como sinônimo de crescimento econômico, têm por objetivo ampliar a produção de bens e serviços, por meio da industrialização, inovação, avanço da tecnologia sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa ampliação (CASTORIADIS, 1987; LANDES, 1994). Assim, Oliveira (2002), estudando diversos autores, chegou à conclusão de que o desenvolvimento industrial foi, por muito tempo, associado ao desenvolvimento econômico.

Furtado (1974, p.75) explana que “a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

A publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano gerou uma série de debates acerca da eficiência das políticas de crescimento para promovê-lo (PASSINI, 2020). Rodrigues (1993, p. 20), descreve que “o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”. Sen (2000), afirma que a liberdade é vista como o principal fim e princípio do desenvolvimento e assim, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que delimitam as escolhas e as oportunidades das

peças de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10).

As discussões sobre a sustentabilidade tiveram repercussões importantes no mundo no final da década de 80, com a divulgação, em 1987, do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED), conhecido como Relatório *Brundtland* e intitulado “Nosso Futuro Comum”:

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor (CMED, 1991, p. 46-47).

A partir da década de 90 as abordagens sociais e ambientais passam a ter mais força nas discussões sobre desenvolvimento, com interface entre o crescimento econômico e distribuição de riquezas, sustentabilidade e justiça social, incluindo variáveis culturais, sociais e ambientais nas discussões sobre desenvolvimento que passam a ser defendidas e problematizadas pela literatura (BREITENBACH *et al.*, 2009; SCHNEIDER, 2010).

Dentre os encontros representativos que passaram a discutir a sustentabilidade, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Foi uma conferência com enorme representatividade, quando representantes de mais de 100 países, tinham como propósito conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação do meio ambiente. Nesse encontro, desenvolveram documentos a nível mundial que impactaram as discussões em todo o mundo para proteger a integridade ecológica em âmbito global, como a AGENDA 21 que propunha a implantação de programas e políticas ambientais, e a Carta da Terra (FERNANDEZ, 2011; PASSINI, 2020).

O último evento com importância significativa foi a Rio+20, promovido pela ONU com a participação de 193 delegações oficiais e ampla participação da sociedade civil. Além da revisão da Eco-92, a CNUMAD assumiu como compromisso a erradicação da pobreza extrema no mundo, a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumido pelos países, e o documento final "O Futuro que Queremos" que, busca atender as aspirações tanto dos países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012; MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).

A expectativa é que a humanidade avance na adoção da sustentabilidade em todos os campos da vida, inclusive na área rural por meio da produção agropecuária. O próximo tópico traz um histórico do desenvolvimento rural a partir dos anos 50 até os dias atuais a nível mundial e de Brasil.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural, no campo da agricultura, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, encontrou um terreno fértil de aplicação do desenvolvimento (ALMEIDA, 2015). Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockfeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas (ROSA, 1998). Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial (ROSA, 1998).

Com o fim da Guerra Mundial, inicia-se um amplo processo macroeconômico, trazendo um intenso desenvolvimento mundial e taxas de crescimento que geraram um ciclo de expansão econômica, perdurando até meados dos anos 70. Esse ciclo foi comandado pelos Estados Unidos, levando a reconstrução econômica das nações europeias abaladas pela guerra, e mais tarde, incluindo o Japão, ao conjunto de países capitalistas mais ricos (ALMEIDA, 1995).

Assim, o desenvolvimento rural teve ao longo desse meio século períodos bem distintos: a década de 1950 representou o início do processo de

modernização da agricultura. A agricultura, nesse período, buscou - e busca - integrar-se ao crescimento econômico geral aumentando a produção e sua produtividade, comprando e vendendo à indústria. Passou a representar um papel secundário ao setor industrial, fornecendo matérias-primas, força de trabalho barata, tornando-se um mercado consumidor para os bens industriais (ALMEIDA, 1995; ELLIS; BIGGS, 2001).

Nos anos 60, iniciou a “Revolução Verde”⁴ e ocorreram as transformações e transferências de tecnologias e forte presença da extensão agrícola e tinha o objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícola no mundo (ALMEIDA, 1995; ELLIS; BIGGS, 2001; NUNES, 2007). Nesse cenário de mudanças na agricultura, os agricultores denominados pela sua atividade de 'subsistência' ou 'tradicionais' não acompanhariam o desenvolvimento econômico, nem seriam capazes de aumentar a produtividade. O papel que cabia a eles era secundário, quer dizer, seriam fornecedores de recursos para o setor moderno da economia. Este setor moderno constituído pelas grandes propriedades rurais e com uma agricultura em larga escala, poderia fazer uso mais eficiente dos recursos e tecnologias modernas, e assim tomaria o lugar das pequenas propriedades rurais (ELLIS; BIGGS, 2001).

Entretanto, em meados da década de 1960, ocorreu a primeira mudança de paradigma, pois a pequena propriedade passou a ser vista como formadora da base do processo de desenvolvimento econômico da agricultura. Essa mudança de abordagem passou a considerar a agricultura de pequena escala mais importante, embora de forma bem lenta, pois a ideia de que a agricultura em larga escala era mais eficiente, persistia no meio rural (ELLIS; BIGGS, 2001).

Alves (2008, p. 27-28) descreve que “as pequenas propriedades começam a se tornar responsáveis por um aumento no desempenho no

⁴ A Revolução Verde compreendeu um programa financiado pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque Sob o pretexto de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo. A Fundação Rockefeller surgiu em 1913, seu capital era oriundo da Standard Oil, empresa controlada pela família Rockefeller. Assim, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas (ALVES, 2013). O processo de modernização, conhecida como Revolução Verde consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. A Revolução Verde permitiu um pequeno aumento da oferta per capita mundial de alimentos. Esse aumento ocorreu ao mesmo tempo em que a população mundial crescia, a população rural decrescia e a área agrícola se reduzia (1,91% entre 1975 e 2005) (NUNES, 2007, p. 1).

crescimento econômico global. Isto ocorreu porque o aumento da produtividade agrícola estimulou a procura de serviços não agrícolas, bem como a criação de um mercado interno consumidor de bens industriais”.

Os trabalhos de Ellis e Biggs (2001), apresentam as principais mudanças nos paradigmas de desenvolvimento rural nesse período quais sejam: os agricultores são capazes de tomar decisões eficientes (racionalidade); são capazes de produzir como os grandes agricultores, pois os *inputs* necessários são os mesmos; os pequenos agricultores são mais eficientes, ao utilizar intensiva mão de obra em pequenas propriedades que necessitam de baixos recursos de capital; a combinação desses fatores favorece as pequenas propriedades e a crescente produção agrícola nas pequenas propriedades estimula o crescimento da mão de obra não agrícola nas mesmas.

Nos anos 70, cabe destaque a continuidade da Revolução Verde, e a forte ação do Estado por meio de políticas agrícolas, principalmente de crédito. Nesse período, Celso Furtado já inicia a discussão do “mito do desenvolvimento econômico”, tendo primeiramente destacado a questão do esgotamento dos recursos naturais como impedimento à reprodução, na periferia, do estilo de vida dos países desenvolvidos. Furtado (1978, p.4) também, identifica que “a terra, tanto quanto a capacidade do homem para produzir trabalho [passaram] a ser vistas do ângulo de seu valor de troca, como objetos de transações mercantis”.

A segunda mudança de paradigma ocorreu entre os anos de 1980 e 1990, quando a abordagem *top down* se torna uma abordagem de baixo para cima (*botton-up*) quer dizer, o desenvolvimento rural passa a ser visto como um processo participativo que capacita moradores rurais para assumir o controle de suas próprias prioridades para a mudança (RONDINELLI, 1983; MOSSE *et al.*, 1998; ELLIS; BIGGS, 2001). Alguns dos elementos-chave neste período, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Elementos chave da mudança de paradigma dos anos 80-90 no Desenvolvimento rural

Elementos chave	Autores
o advento das pesquisas sobre sistemas agrícolas;	CHAMBERS ET AL, (1989);
o aumento do uso de métodos participativos, originários do diagnóstico rural rápido (<i>rapid rural appraisal</i> - RRA), passando	CHAMBERS, (1994)

pele Diagnóstico Rural Participativo (<i>participatory rural appraisal</i> - PRA) e depois, durante a década de 1990, para Aprendizagem e Ação Participatória (<i>Participatory Learning and Action</i> - PLA);	
um crescente reconhecimento da validade dos conhecimentos técnicos locais; e na capacidade dos agricultores pobres em contribuir para soluções dos seus problemas;	RICHARDS, (1985);
o advento da perspectiva ator-orientado sobre desenvolvimento rural, em que os participantes no desenvolvimento rural são considerados atores competentes com diferentes e legítimos entendimentos dos processos de mudança em que estão envolvidos	LONG & LONG, (1992);
aumento da importância das questões de gênero para o desenvolvimento rural; e 8) surgimento de temática ambientais fruto dos movimentos de contestação e das pesquisas sobre o tema.	ELLIS E BIGGS (2001);

Fonte: Adaptado de Chambers *et al.* (1989); Chambers (1994); Richards (1985); Long e Long (1992); Ellis e Biggs (2001).

O Estado se retira das políticas de desenvolvimento, ocorrendo um ajustamento estrutural pós-crise durante a década de 1980. Há um aumento das ONGs e o desenvolvimento rural passa a ser visto como um processo e não como um produto (ELLIS; BIGGS, 2001).

Na década de 90, conforme Nunes (2007), as transformações iniciadas na agricultura mundial no período da Revolução Verde, seguiu com as transformações mais recentes, marcada pela globalização econômica e pela constituição de grandes empresas, agroindústrias e varejistas, que controlam o mercado mundial. O Estado, com suas ações junto as indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores empresariais, inseriu o setor agrícola cada vez mais no sistema econômico; leis foram criadas nesses países com o objetivo de transformar a agricultura, um “setor” ideologicamente considerado tradicional, em atraso em um setor “moderno”, permitindo seu crescimento no contexto econômico mundial (ALMEIDA, 1995). Cabe ressaltar que este processo ocorreu de forma heterogênea no mundo, isto é, assumindo diferentes formatos em diferentes períodos (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Nos anos 1990, iniciou o microcrédito, os atores começam a participar do processo e surgem questões de gênero e preocupações com o meio ambiente, a sustentabilidade e a redução da pobreza. É nesse momento que surge a noção de desenvolvimento (rural) sustentável que tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das

sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 1995; SCHMITT, 1995; ELLIS; BIGGS, 2001).

Os anos 2000 se caracterizam por uma preocupação com foco na proteção social e na “erradicação” da pobreza, além de meios de subsistências sustentáveis (ELLIS; BIGGS, 2001). Os autores criam uma linha sequencial de tempo para retratar o cronograma de ideias gerais sobre o desenvolvimento rural⁵ a partir dos anos 50, conforme registro no Quadro 2:

Quadro 2 - Cronograma de ideias de desenvolvimento rural 1950-2000

Décadas	Cronograma de ideias de desenvolvimento rural 1950-2000
1950	Modernização; Modelo de economia dualista, Agricultura atrasada, Desenvolvimento comunitário e, Camponeses preguiçosos.
1960	Transformação na abordagem; Transferência de tecnologia; Mecanização; Extensão Agrícola; Papel de crescimento da agricultura; Revolução Verde (começo); camponeses racionais.
1970	Redistribuição com crescimento; Necessidades básicas; Desenvolvimento rural integrado; política na agricultura; Estado libera créditos; Tendência Urbana; Inovação induzida; Revolução verde (cont.); Crescimento rural ligado.
1980	Ajuste estrutural; Mercado livre; 'corrigindo os preços'; Recuo do Estado; Surgimento de ONGs; Avaliação rural rápida (RRA); Sistema de pesquisa agrícola (FSR); Segurança alimentar & análise da fome; RD como processo, não produto; Mulheres em desenvolvimento; Alívio da fome
1990	Microcrédito; diagnóstico rural participativo (PRA); Ator orientado (RD); Análise das partes interessadas; Rede de segurança rural; Sexo & desenvolvimento (GAD); Meio ambiente & sustentabilidade; Redução da pobreza.
2000	Meios de vida sustentáveis; Bom governo; Descentralização; Participação crítica; Abordagens setoriais; Proteção social; Erradicação da pobreza.

Fonte: Adaptado de Ellis e Biggs (2001).

O paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a melhor alternativa para aumentar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, por um outro paradigma, o do “desenvolvimento rural”, que busca um novo modelo para o setor agrícola, através da sinergia com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais, juntamente com outras realidades não rurais, próximas à agricultura (PLOEG, 2000; ELLIS; BIGGS, 2001).

A partir da década de 2010, os desafios são cada vez maiores, relacionados a demanda de alimentos pelo aumento da população, pela

⁵ É conveniente destacar a partir do Quadro 01 que as ideias predominantes sobre o desenvolvimento rural não estão presas em cápsulas do tempo convenientemente organizadas ao longo de décadas. As ideias que aparecem principalmente em uma década geralmente ganham força na década seguinte e só começam a ter efeito na prática do desenvolvimento rural de forma ampla, dez a quinze anos, depois de formuladas (ELLIS; BIGGS, 2001).

sustentabilidade da agricultura, desmatamento, escassez de terras, assim como os problemas globais da fome, da pobreza alimentar e da desnutrição que são temas comuns dentro das metas de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (ONU) (GOMES; GRUNDLING; CONTINI; VIEIRA JUNIOR, 2016; EMBRAPA, 2018).

Mas é importante considerar que a mudança de paradigma sobre o desenvolvimento rural alterou o olhar sobre os pequenos agricultores, as suas associações às políticas públicas do Estado e as ações dos organismos internacionais que buscavam reduzir a pobreza do meio rural nas regiões que não conseguiram se integrar ao processo de modernização agrícola da época (NAVARRO, 2001).

Segundo Schmitt (2011, p. 89), “os debates nas últimas décadas sobre o desenvolvimento rural foram revitalizados por novas abordagens teóricas e metodológicas, traduzidas em uma ampla gama de estudos de caso, análises comparativas, reflexões de natureza metodológica e esforços de teorização”.

O próximo tópico traz a evolução e mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro, ao longo do século XX, com enfoque à forma de organização do espaço produtivo e o processo de modernização da base técnica na agropecuária.

2.3 EVOLUÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

As transformações em curso no meio rural, passam, necessariamente, pelo processo histórico de constituição do rural enquanto espaço de produção e reprodução social de sua população (ELESBÃO, 2007).

A agricultura brasileira em meados do século passado era rudimentar e prevalecia o trabalho braçal nas propriedades rurais, onde menos de 2% contavam com máquinas agrícolas. Os trabalhadores rurais sofriam pela escassez de tecnologia e informação, desconhecimento dos solos, poucas variedades disponíveis para plantio, poucos fertilizantes, entre outros fatores que proporcionavam baixo rendimento e pouca produção (EMBRAPA, 2018).

O governo frente a rude realidade da agricultura neste período, e a necessidade de aumentar as produtividades e produção de alimentos, fomentou políticas públicas em pesquisa e desenvolvimento, extensão rural e

crédito farto, marcando o início do processo de modernização da agricultura brasileira (EMBRAPA, 2018). O Estado se torna o principal agente de fomento de acumulação de capital no campo e passa a atender as demandas do setor agrário (IBGE, 2016).

Entre a década de 1940 e 1950, a produção agrícola dos 20 principais produtos agrícolas, correspondia a 54% do valor de toda a produção industrial do País. Mesmo assim, a economia agrícola era frágil, com baixos rendimentos e instabilidade da produção no espaço e tempo (IBGE, 2016). Para o governo, era necessária uma maior integração nacional, e a partir de uma política nacional-desenvolvimentista e implementação de ações, que acelerou os processos de urbanização-industrialização, passando também a alterar, de forma radical, o ritmo e a forma de articulação e uso do Território Nacional, incluindo as áreas menos densas de sua fronteira agropecuária (IBGE, 2016).

Nesse período, com os usos tradicionais das práticas de cultivo nas propriedades rurais, e para o aumento da produção alimentar e de matérias – primas, houve a necessidade de incorporação de novas terras ao espaço produtivo dos estabelecimentos, ocasionando assim, a expansão das áreas de fronteira agrícola (IBGE, 2016).

Como as áreas produtoras eram distantes dos centros consumidores, fez-se necessário a melhoria da infraestrutura de transportes, armazenamento e comercialização das safras. Assim, as políticas públicas passam a ter foco na melhoria das condições de transporte, construindo grandes eixos rodoviários, como a Belém – Brasília. Ampliou-se, também o crédito rural, assistência técnica e os subsídios à importação de insumos modernos (IBGE, 2016).

O conjunto de transformações socioeconômicas que configuram um novo padrão de desenvolvimento rural, chamado de “modernização conservadora”, começa e segundo Delgado (1983), passou por: 1) rápido crescimento das exportações e da urbanização; 2) constituição e diversificação dos vários ramos do Complexo Agroindustrial (CAI); 3) organização de um novo financiamento das atividades agropecuárias através do Sistema Nacional de Crédito Rural; 4) um novo padrão de regulação do setor rural pelo Estado (ELESBÃO, 2007).

Nesse cenário de modernização agrícola, o meio rural passou a ser visto como um espaço de produção de alimentos, matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra para o processo de industrialização, para o desenvolvimento do país. De acordo com Albuquerque e Nicol (1987) a agricultura desempenharia cinco papéis básicos: i) liberação da mão-de-obra para o setor industrial; ii) fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas; iii) suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais; iv) suprimento de divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas; v) criação de um mercado interno para produtos industriais (ELESBÃO, 2007).

O desenvolvimento rural associado a ideia de progresso e crescimento econômico, foi pensado em termos de um setor produtivo diante das atividades produtivas dos agricultores e da dimensão agrícola da vida no campo. O processo de modernização da agricultura, com um aparato tecnológico, maquinários, variedades de plantas modificadas geneticamente em laboratório, para galgar alta produtividade, uso de defensivos agrícolas e inúmeros outros procedimentos técnicos para alavancar a agricultura teve início na década de 1950 (EMBRAPA, 2018).

A partir da década de 60, o governo investiu em pesquisa e desenvolvimento (P&D), extensão rural e crédito rural subsidiado (CHADDAD, 2017; EMBRAPA, 2018). O crédito rural, nesse período, foi o responsável por unir os interesses da classe dominante em torno do projeto de modernização, quando se tornou o principal instrumento da política de modernização conservadora e, permitiu que o Estado retomasse seu poder de regulação da economia, adotando uma política monetária expansionista (SILVA, 1998; ELESBÃO, 2007).

No final dos anos 60, implanta-se um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura e pelo desenvolvimento de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, chamado de Complexo Agroindustrial (CAI) (DELGADO, 1983).

A expansão da agricultura nos moldes empregados, com produção em larga escala, mecanização maciça e com práticas inadequadas de cultivo, desencadeou em impactos ambientais seus resultados negativos, com erosão, assoreamento, perda da fertilidade natural dos solos e, conseqüentemente, baixos rendimentos e produções no final da década de 60 (EMBRAPA, 2018).

Essa intensificação do processo de modernização do setor agrário, teve sua consolidação nos anos 70 e 80, e nesse período, foram ampliados os investimentos públicos na infraestrutura, no armazenamento e na modernização da produção agropecuária. Dos anos 80 aos anos 90, o Brasil teve um crescimento da dívida externa e das taxas de juros internacionais, afetando diretamente na disponibilidade de recursos para o financiamento rural, restringindo a plena expansão do setor agropecuário na década de 90. Na segunda metade da década de 90, o Estado deixa de exercer o papel de gestor das políticas públicas agrárias e, passa a ser fiscalizador e coordenador delas (IBGE, 2016; EMBRAPA, 2018).

Esse quadro institucional permanece em vigor e, com um cenário voltado ao atendimento do comércio internacional, diante do aumento da competitividade e das exportações brasileiras, que se comportam como a força motriz do crescimento recente da agricultura. Tais conjunturas proporcionaram, entre 1990 e 2020, que o saldo da balança agrícola do País aumentasse quase 10 vezes, alcançando nesse último ano, 100,8 bilhões (IBGE, 2016; EMBRAPA, 2018), consolidando desta forma, a partir de 1996, o quadro econômico e institucional, com maior desempenho e produtividade da grande produção, notadamente das *commodities*. Assim, um dos principais objetivos do projeto de modernização conservadora iniciado na década de 60, se consolida “[...] a estruturação de um setor agropecuário com base em grandes estabelecimentos modernos, com uma produção de alto valor comercial, fundamentada no desenvolvimento técnico-científico, cuja lógica de investimentos varia primordialmente com as necessidades dos mercados externos [...]” (IBGE, 2016, p. 130).

Inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade por meio da utilização de sementes melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade. A produção agrícola em larga escala, com uso de recursos de mecanização e tecnológicos permitiu ao Brasil entre 1977 e 2017, aumentar sua produção de grãos de 47 milhões de toneladas para 237 milhões (593%), enquanto a área plantada aumentou apenas 60% (EMBRAPA, 2018). Na safra 2018/2019, a área plantada correspondeu a 63,3 milhões de hectares, em 2019/2020 – 65,9 milhões e 68,7 milhões em 2020/2021 (CONAB, 2021).

Com o cenário internacional favorável à comercialização de produtos agrícolas, [...] entre 1996 e 2006, houve um incremento das atividades produtivas, refletido na grande expansão das áreas de lavouras temporárias (42,8%) e permanentes (54,8%) (IBGE, 2019). Em relação aos fatores de produção, entre 1975 e 2015, a produtividade da mão de obra aumentou 5,4 vezes; a da terra 4,4; e a do capital teve um crescimento de 3,3 vezes (SAKAMOTO, 2014; EMBRAPA, 2018).

A partir desse período, a pecuária também se desenvolve e moderniza, e incorpora tecnologia ao seu processo produtivo. O Brasil é o 2º maior produtor de bovinos, atrás apenas dos Estados Unidos, com 10,2 milhões de toneladas produzidas em 2020 (EMBRAPA, 2018; 2021). “O rebanho bovino com 176.147.501 cabeças, em 2006, numa área de 160.042.062 hectares em pastos, alcança 217 milhões de cabeças de gado em 2020” (EMBRAPA, 2020; (IBGE, 2016, p.131).

A avicultura, entre 1950 e 1970, modificou-se radicalmente com a entrada de empresas processadoras no mercado, estabelecendo o modelo de integração vertical, em que controlam todo o processo produtivo, fornecendo pintos, insumos e assistência técnica, e os criadores conduzem o crescimento das aves até o abate. Essa modernização levou a um expressivo aumento da produção de carne de frango, que passou de 270 mil toneladas em 1970 para 13,8 milhões de toneladas em 2020 (EMBRAPA, 2018; ABPA, 2021).

A suinocultura também se desenvolveu com a entrada de animais híbridos na década de 70, que produzia 705 mil toneladas de carne suína. Com o melhoramento genético, em 2020, chegou a produção de 4,4 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2018; 2021).

O maior crescimento da produção em comparação à área pode ser visto por meio da evolução do rendimento médio (quilos por hectare) das lavouras de arroz, feijão, milho, soja e trigo, no período de 1975 a 2017. Destaque para os aumentos de rendimento de 346% para o trigo, de 317% para o arroz e de 270% para o milho. Soja e feijão praticamente dobraram o rendimento no período analisado (EMBRAPA, 2018).

Os aprimoramentos no meio rural, proporcionaram alterações na estrutura fundiária no meio rural, por grupos de área, cuja Tabela 1 expõe e permite examinar a maneira como algumas dessas transformações se

concretizaram no setor agropecuário brasileiro, entre 1940 e 2017. Para tanto, estão elencados na Tabela 1, dados da evolução dos estabelecimentos rurais em área, neste período.

Tabela 1 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares) – Censo 1940/2017 -BRASIL

Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares)									
Ano do Censo	Total	Menos de 10 ha	%	De 10 ha a menos de 100 ha	%	De 100 ha a menos de 1.000 ha	%	1.000 ha e mais	%
1940	197.720.247	1.993.439	1,0	33.112.160	16,7	66.184.999	33,5	95.529.649	48,3
1950	232.211.106	3.025.372	1,3	35.562.747	15,3	75.520.717	32,5	118.102.270	50,9
1960	249.862.142	5.592.381	2,2	47.566.290	19,0	86.029.455	34,4	110.314.016	44,1
1970	294.145.466	9.083.495	3,1	60.069.704	20,4	108.742.676	37,0	116.249.591	39,5
1975	323.896.082	8.982.646	2,8	60.171.637	18,6	115.923.043	35,8	138.818.756	42,9
1980	364.854.421	9.004.259	2,5	64.494.343	17,7	126.799.188	34,8	164.556.629	45,1
1985	374.924.929	9.986.637	2,7	69.565.161	18,6	131.432.667	35,1	163.940.463	43,7
1995	353.611.246	7.882.194	2,2	62.693.585	17,7	123.541.517	34,9	159.493.949	45,1
2006	333.680.037	7.798.777	2,3	62.893.979	18,8	112.844.186	33,8	150.143.096	45,0
2017	351.289.816	7.993.967	2,3	63.810.646	18,2	112.257.692	32,0	167.227.511	47,6

Fonte: Tabela Sidra 263, IBGE (2017).

A área dos estabelecimentos aumentou 77,67%, passando de 197 milhões em 1940 para 351 milhões em 2017. Todos os grupos de estabelecimentos tiveram aumento na área, com destaque para os estabelecimentos com menos de 10 ha, que tiveram um incremento de 300% neste período de 1940 a 2017. Todavia, a área dos estabelecimentos com menos de 10 ha contempla em média 2,3% da área, enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 ha alcançam 47,6% do total da área.

A Tabela 2 trata do quantitativo de estabelecimentos agropecuários em unidades entre 1940 e 2017. O aumento foi progressivo e significativo no número de estabelecimentos, pois, dos 1,9 milhões existentes em 1940 passaram para 5,1 milhões em 1980, um aumento de 170,9% de estabelecimentos neste período.

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos Agropecuários (Unidades) – Censo 1940/2017 - BRASIL

Número de Estabelecimentos Agropecuários (Unidades)										
Ano do Censo	Total	Menos de 10 ha	%	De 10 ha a menos de 100 ha	%	De 100 ha a menos de 1.000 ha	%	1.000 ha e mais	%	Produtor sem área
1940	1.904.589	654.557	34,4	975.441	51,2	243.818	12,8	27.822	1,5	

1950	2.064.642	710.934	34,4	1.052.557	51,0	268.159	13,0	32.628	1,6	
1960	3.337.769	1.495.020	44,8	1.491.415	44,7	314.831	9,4	32.480	1,0	
1970	4.924.019	2.519.630	51,2	1.934.392	39,3	414.746	8,4	36.874	0,7	
1975	4.993.252	2.601.860	52,1	1.898.949	38,0	446.170	8,9	41.468	0,8	
1980	5.159.851	2.598.019	50,4	2.016.774	39,1	488.521	9,5	47.841	0,9	
1985	5.801.809	3.064.822	52,8	2.160.340	37,2	517.431	8,9	50.411	0,9	
1995	4.859.865	2.402.374	49,4	1.916.487	39,4	469.964	9,7	49.358	1,0	
2006	5.175.636	2.477.151	47,9	1.971.600	38,1	424.288	8,2	47.578	0,9	255.019
2017	5.073.324	2.543.681	50,1	1.980.684	39,0	420.719	8,3	51.203	1,0	77.037

Fonte: Tabela Sidra 263 (IBGE, 2017)

Em 1940, os estabelecimentos com menos de 10 ha, que representavam 34,4% do total e respondiam por 1,0% da área e, em 2017 correspondem a 50,1% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,3% da área. Entretanto, os 27.822 estabelecimentos com mais de 1.000 ha, existentes em 1940 correspondiam a 1,5% do total e tinham 48,3% da área, passaram a ser de 51.203 estabelecimentos em 2017 e representar 1,0% do total dos estabelecimentos com ocupação de 47,6% da área total.

Frente aos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021), a Tabela 3, contempla os valores brutos da produção (lavoura e pecuária) dos anos de 2019 a 2021:

Tabela 3 - VBP – Valor bruto da produção (lavoura e pecuária) 2019/2021 - BRASIL

	2019*	2020*	2021*	Variação % 2019/2020	Variação % 2020/2021
Lavouras	542,14	660,88	765,35	21,9	15,8
Pecuária	307,53	333,05	345,74	8,3	3,8
Total	849,67	993,93	1.111,09	17,0	11,8

*Valores em bilhões.

Fonte Produção: Lavouras: IBGE/LSPA e CONAB, maio/2021; Pecuária: IBGE, Considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos 4 trimestres.

Fonte Preços: Cepea/Esalq/USP e CONAB; Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados, para 2021 preços médios de janeiro a maio. * Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - maio/2021.

Elaboração: CGAPI/DCI/SPA/MAPA.BRASIL, 2021.

O PIB (Produto Interno Bruto)⁶ agropecuário, em 1996, correspondia a R\$ 40,8 bilhões e em 2020, alcançou o valor de R\$ 439,84 bilhões, chegando no 1º trimestre de 2021 a R\$ 208,79 bilhões (IBGE, 2021).

⁶ O Produto interno Bruto (PIB) é uma medida de valor, que expressa a evolução da renda de um setor e/ou atividade (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2017).

O quadro 3 apresenta o cronograma das ideias de desenvolvimento rural 1950-2000 no Brasil, assim, como foi apresentado no tópico 2.2, nas ideias de desenvolvimento rural a nível mundial:

Quadro 3 - Cronograma dos pensamentos de desenvolvimento rural na agricultura patronal no Brasil - 1950-2000

Décadas	Cronograma de ideias de desenvolvimento rural no Brasil 1950-2020
1950	“modernização conservadora”, caracterizada, segundo Delgado (1983), por: 1) rápido crescimento das exportações e da urbanização; 2) constituição e diversificação dos vários ramos do Complexo Agroindustrial (CAI); 3) organização de um novo financiamento das atividades agropecuárias através do Sistema Nacional de Crédito Rural; 4) um novo padrão de regulação do setor rural pelo Estado.
1960	Ampliou-se a concessão de créditos agropecuários e criou-se incentivos fiscais para o grande empreendimento agropecuário capitalista nacional ou estrangeiro.
1970	Consolidação do processo de modernização agrícola (Revolução Verde);
1980	Crescimento da dívida externa e das taxas de juros internacionais, diminuindo, assim, os recursos para o financiamento rural, restringindo a plena expansão do setor agropecuário.
1990	O Estado deixa de exercer o papel de gestor das políticas públicas para o setor e passa a ser fiscalizador e coordenador delas, permanecendo até os dias atuais. Esse novo cenário permitiu a abertura ao comércio internacional, aumentando a competitividade e as exportações brasileiras.
2000	Consolidação da estruturação de um setor agropecuário com base em grandes estabelecimentos modernos (estabelecimentos muito grandes, com 1.000 hectares ou mais, representam apenas 1% de todas as unidades produtivas, ocupando 47,6% da área destes) com uma produção de alto valor comercial, fundamentada no desenvolvimento técnico-científico, cuja lógica de investimentos varia primordialmente com as necessidades dos mercados externos;

Fonte: Adaptado de Delgado (1983), Elesbão (2007), Grisa e Schneider (2015), IBGE (2017), EMBRAPA (2018)

Atualmente, no meio rural, o processo de modernização conservadora, iniciado nos meados dos anos 1960 consolidou a estruturação de um setor agropecuário com base em grandes estabelecimentos, com uma produção de alto valor comercial, fundamentada no desenvolvimento técnico-científico, voltada primordialmente para atender as necessidades dos mercados externos (IBGE, 2019).

O processo de produção de grãos vigente no Brasil, em larga escala, com um cenário de mercantilização e de modernização da agricultura brasileira contrasta, segundo Plein (2010, p. 98), com as formas familiares de produção, com resistência inclusive “na estrutura agrária, pois o modo de produção capitalista se desenvolveu principalmente no período pós-guerra (1945-1973) pela produção de alimentos”.

Outras questões importantes têm relação com o meio ambiente e a saúde, pois o Brasil é um dos principais usuários de produtos químicos no mundo, além das áreas degradadas, o que é considerado um prejuízo econômico e ambiental para o setor agropecuário. Os recursos hídricos também representam um desafio. O setor da agropecuária foi responsável por 97,4% do consumo total de água no Brasil em 2017. O restante do consumo ficou com a indústria de transformação e construção (1,0%) e água e esgoto (0,8%) (IBGE, 2018).

Nesse sentido, deve-se analisar os desafios e buscar soluções sustentáveis, com investimentos em pesquisa e políticas públicas para auxiliar nos problemas apresentados, como faz parte desta pesquisa para incentivar a permanência da agricultura familiar no meio rural com sustentabilidade.

Esse tópico apresentou a trajetória da agricultura brasileira, a partir da década de 40, tendo como ponto a modernização agrícola no Brasil. A esfera produtiva sempre esteve em destaque, durante a produção de produtos para exportação ou no fornecimento de matérias-primas para o surgimento e consolidação da agroindústria nacional, assim como atualmente, sendo a principal responsável pelos saldos positivos na balança comercial (ELESBÃO, 2007). A Revolução Verde mostrou-se extremamente perversa para os pequenos produtores rurais e pouquíssimo sustentável sobre o meio ambiente.

O próximo capítulo adentra no grupo específico da agricultura familiar, uma categoria do meio rural que passa a ser estudada à luz das diversas transformações na agricultura, ampliando o enfoque, com destaque na produção de alimentos e matérias-primas e na relação com as atividades não agrícolas e maior importância dentro das transformações do rural brasileiro.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E O NOVO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo tem como objetivo discutir os vários aspectos que condicionam e caracterizam a complexa realidade da agricultura familiar no Brasil, incluindo um balanço das políticas públicas a ele destinadas, bem como uma contribuição ao debate sobre esta categoria social e política. Novas abordagens e alternativas do desenvolvimento rural têm surgido no campo da Agricultura Familiar, tanto fomentadas por organizações representativas da sociedade civil, como por associações de base, e têm-se desenvolvido experiências e processos de produção de consumos alternativos, na busca da sustentabilidade e de condições econômicas solidárias e participativas, que também são discutidas nesse capítulo.

3.1 REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A transformação da agricultura brasileira, a partir da década de 50, afetou a produção, as formas de organização social e a disposição das estruturas de poder no meio rural. O projeto de modernização da agricultura brasileira alterou o meio rural. Os agricultores que se modernizaram e passaram a utilizar os insumos modernos de produção, conseguiram se inserir no mercado, e os que não conseguiram essa condição, ficaram à margem do sistema, passando a fazer parte de uma massa de excluídos (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1983; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ELESBÃO, 2007; SCHNEIDER, 2010).

Esse pacote tecnológico acabou sendo destinado aos médios e grandes produtores que conseguiam crédito agrícola subsidiado. Para conseguir esse crédito, era necessário oferecer como garantia, a propriedade da terra. Os agricultores que não a possuíam, assim, como não tinham condições de se integrar a essa nova dinâmica no campo, passaram a se deslocar para as cidades em busca de emprego, já que o emprego reduziu drasticamente com a mecanização agrícola (MARTINE, 1987).

Muitos desses agricultores migraram para a cidade, embora outros tenham resistido e ainda resistem a migrar. “Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são

sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1998, p. 29).

As políticas de crédito subsidiado aumentaram as desigualdades no campo, pois houve uma concentração de recursos e de renda para a classe patronal rural, aumentando também a pobreza, redução de mão-de-obra empregada no campo e os impactos sobre o meio ambiente (ELESBÃO, 2007).

No Brasil, as mudanças na dinâmica demográfica, formataram o contexto atual. A migração, atualmente, é uma das variáveis mais importantes da dinâmica populacional, junto com a natalidade e a mortalidade. Entre 1940 e 2000, a população brasileira teve um acréscimo de 129 milhões de habitantes, passando de 41 milhões para 169 milhões de habitantes. Atualmente, a população é de 213 milhões de habitantes (IBGE, 2021).

O aumento da população decorrente da taxa de fecundidade total (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil) apresentado na Tabela 4, permite identificar o crescimento populacional ocorrido a partir da década de 1940, com uma projeção dos próximos anos, onde a taxa de fecundidade está em declínio e abaixo da reposição natural da população que corresponde a 2,2 filhos, em conformidade com o Estudo “Perspectivas da População Mundial (2019)”.

Tabela 4 - Taxa de Fecundidade total e projetada da população no Brasil e Regiões, 1940 - 2050

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total								Projetada				
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015	2020	2030	2040	2050
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,89	2,38	1,94	1,8	1,76	1,72	1,69	1,67
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,2	3,16	2,51	2,11	2,0	1,88	1,83	1,81
Nordeste	7,15	7,5	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,04	1,78	1,73	1,69	1,67	1,66
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,75	1,73	1,7	1,68	1,65	1,63
Sul	5,65	5,7	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,92	1,77	1,74	1,72	1,71	1,69
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,93	1,9	1,85	1,8	1,75	1,69

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo 1940 a 2010, 2019.

A queda da fecundidade no Brasil encontra-se atrelada a mudanças materiais e econômicas, aspectos sociais e culturais, as quais foram determinadas, primordialmente, pelos processos de generalização das relações

mercantis e pela secularização da população (FARIA, 1989; CAMPOS; BORGES, 2015).

Quanto as migrações internas, o Brasil, nas primeiras décadas do século XX apresentava uma configuração amplamente rural, mas no início na década de 1940, estendendo-se até 1970, iniciou uma expressiva transição urbana, atingindo seus níveis mais elevados nas primeiras décadas analisadas, com taxas de crescimento superiores a 5% entre 1950 e 1970. Entre 1970 e 1980, houve um salto de 11,7% (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI, 2012; IBGE, 2019; CASTIGLIONI, 2020).

A Tabela 5 demonstra que na década de 70, a população urbana supera a população rural e atualmente representa mais de 80% da população do Brasil.

Tabela 5 - População Urbana e Rural – Brasil (1950 a 2015)

Ano	População	População Urbana	%	População Rural	%
1940	41.236.315	12.882.225	31,24	28.354.090	68,76
1950	51.944.397	18.783.094	36,16	33.161.303	63,84
1960	70.992.343	31.712.280	44,67	39.280.063	55,33
1970	94.508.583	52.849.200	55,92	41.659.383	44,08
1980	121.150.573	81.885.672	67,59	39.264.901	32,41
1991	146.917.459	111.054.907	75,59	35.862.552	24,41
2000	169.590.693	137.792.438	81,25	31.798.255	18,75
2010	190.755.799	160.921.592	84,36	29.834.207	15,64
2015	204.860.000	176.566.000	86,18	31.294.000	13,82

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1940/2010, PNAD (2015), Tabela 261 – SIDRA

Segundo projeções do IBGE (2020), a população do país deverá crescer até 2047, quando chegará a 233,2 milhões de pessoas. Nos anos seguintes, ela cairá gradualmente, até os 228,3 milhões em 2060.

Em relação a população rural, a mesma em 1960, era 39 milhões de habitantes, um percentual de 55% da população total, e em 2015, essa população era de 31 milhões de habitantes e representava 13% da população total (IBGE, 2019). A partir desses dados, pode-se inferir que o espaço rural brasileiro passou por transformações de cunho social, político, econômico e ambiental. Houve mudanças em sua infraestrutura por meio da inserção de

novas tecnologias na agricultura, principalmente a partir da década de 1970 com a Revolução Verde (NEUMANN; FAJARDO; MARIN, 2017; IBGE, 2019).

Uma das consequências dessa migração é o processo de envelhecimento e masculinização do campo pois, “o envelhecimento e a masculinização são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 15).

O envelhecimento da população no Brasil, faz parte dos estudos acadêmicos e das políticas públicas, diante do aumento significativo no índice de envelhecimento, que era de 7,32% da população em 2010 e está em 10,15% em 2021. Até 2060, representará 25,49% da população (IBGE, 2021). Em 2006, quando foi realizado o último censo rural, as pessoas com mais 65 anos representavam 17,52% da população do campo. Hoje, esse grupo gira em torno de 21,4% (IBGE, 2006; 2019).

A masculinização no campo se dá por diversos fatores: i) as mulheres passaram a ter mais trabalho urbano feminino, ampliando as oportunidades na cidade, ii) o patriarcalismo ainda é muito presente no Brasil, e nesse modelo, o homem é quem manda, assim, as mulheres saíam do campo para alcançar sua independência financeira, iii) tendência entre os jovens: a maior parte dos migrantes são moças que vão estudar na cidade, enquanto os rapazes permanecem trabalhando no campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Os aspectos relacionados (migrações, fecundidade, crescimento, envelhecimento, urbanização), possuem um papel de crescente importância, promovendo importantes transformações na conjuntura urbana e de ocupação do território brasileiro. Após um período de intenso êxodo rural e urbanização, o crescimento populacional difundiu-se, formando as cidades e regiões metropolitanas, ao mesmo tempo que a modernização agrícola transformou radicalmente o meio rural.

Esses aspectos modificaram o cenário rural nos últimos 50 anos, e são importantes para a compreensão e análise das propriedades e agroindústrias familiares rurais, objeto do estudo.

O crescimento populacional no Brasil, a crescente urbanização e esvaziamento do meio rural apresentam desafios, já que esse cenário aumenta a demanda por recursos (água, terra, energia), além de impactar no meio

ambiente, causando poluição no ar, água e solo, e os problemas sociais, como a desigualdade de renda e de acesso aos serviços básicos.

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme impacto sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. Criou-se dois grupos: de um lado, um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (principalmente soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, aumentou e consolidou-se o grupo formado e integrado por produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade (SCHNEIDER, 2010), conforme apontado na Figura 6:

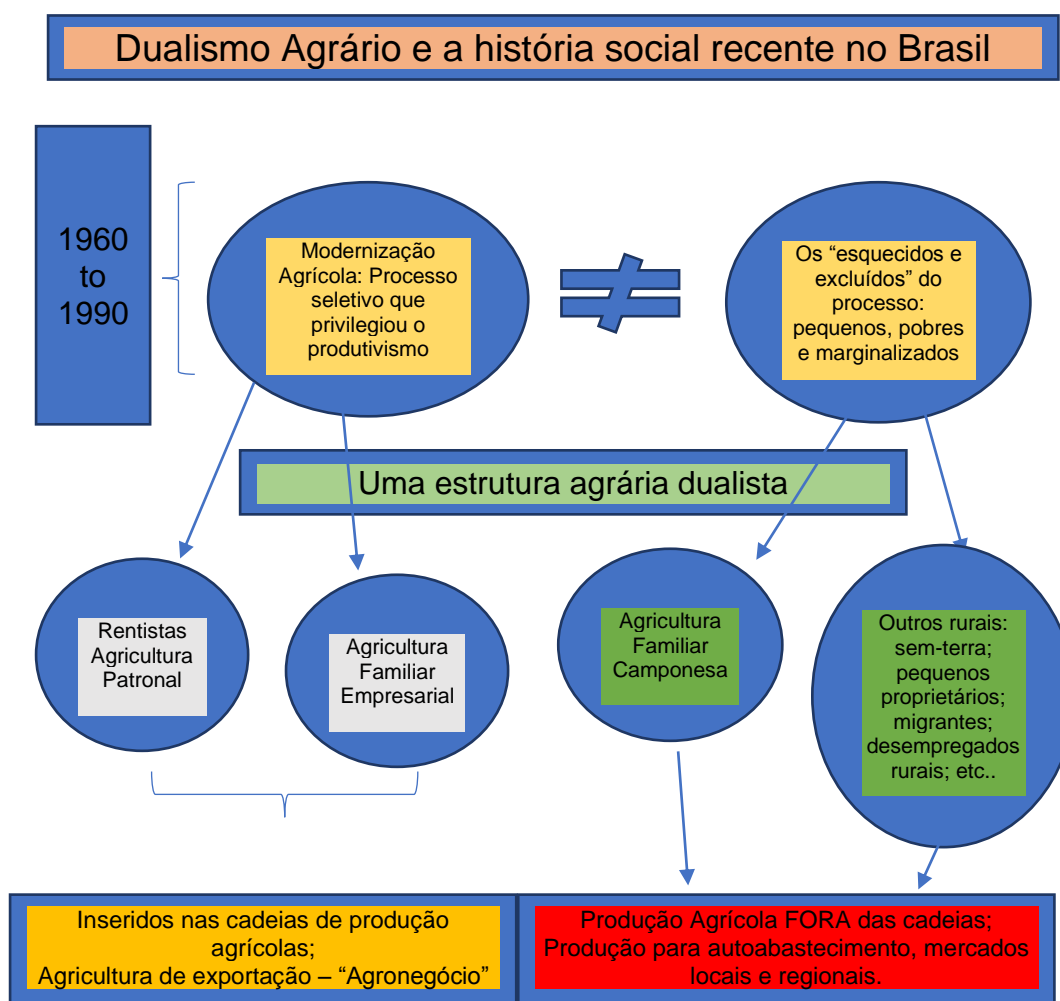


Figura 6 - Representação esquemática do modelo agrário dual do Brasil

Fonte: Schneider (2010)

Nesse sentido, é importante situar a agricultura brasileira em seu contexto histórico, social e econômico, destacando a ocupação e utilização da terra como meio produtivo fundamental. Esses aspectos foram destacados no capítulo dois, que tratou sobre a evolução do espaço rural brasileiro, assim como os mecanismos de apropriação da renda fundiária, em um momento em que aumenta significativamente a especialização do Brasil como produtor de *commodities* de origem agrária.

Neste capítulo, apresenta-se o outro grupo de agricultores, chamados de agricultores familiares, embora a utilização do termo agricultura familiar e agricultor familiar não seja um consenso entre alguns dos autores estudados. Wanderley (2001) utiliza os termos agricultor familiar e camponês, Tedesco (1999) usa o termo colono e camponês, Graziano da Silva (1999) considera como sinônimos: pequeno-produtor, camponês e agricultor familiar. Neves (1995) utiliza agricultor familiar e produtor, Jean (1994) conceitua como agricultor familiar moderno e Schneider (2003) atribui o termo agricultor familiar e formas familiares (DEPONTI, 2007).

A categoria pertinente a agricultura familiar é diversa, diante de sua heterogeneidade das formas de trabalho e produção, e por apresentar, ao menos, dois enfoques teóricos para estudá-la: o econômico e o social. O enfoque econômico discute o significado econômico e a forma como esses agricultores aportam a criação de sua riqueza material; o enfoque social enfatiza a análise dos aspectos culturais, políticos e de identidade, em que a produção é o resultado material de como essa classe se organiza para viver e reproduzir aspectos de sua cultura e identidade (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008).

No Brasil, em 2017, conforme o Censo AGRO, havia 3.897.408 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, abrangendo 77% dos estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos e ocupa 77% de todo o pessoal em agropecuária no País, cerca de 10,1 milhões de pessoas (IBGE, 2017).

Abramovay (1992, p. 209), afirma que em nenhuma outra atividade econômica o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno da

família e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante como na agricultura familiar. Ela está presente no capitalismo contemporâneo, e se configura “como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro” (ANJOS, 2003, p. 245).

Apesar da afirmação de alguns autores que a agricultura familiar, enquanto forma de produção iria desaparecer, ela, pelo contrário, parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente, que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos (ANJOS, 2003).

3.2 ENTENDENDO A AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar ainda está em construção, mas é importante sua conceituação, principalmente para diferenciá-lo do conceito de campesinato, utilizado por alguns estudiosos do mundo rural. Abramovay (2012, p. 142), afirma ser necessária essa diferenciação, pois “tanto a venda das safras como a compra dos insumos passam por uma integração parcial a mercados incompletos”, no caso do campesinato, e por aí, se estabelece uma diferença de natureza social entre o campesinato e a agricultura familiar.

Sob o ângulo marxista, Lênin (1969) acreditava que o destino do camponês seria trágico: ele seria extinto pela dinâmica da diferenciação entre os produtores, pois como produtor de mercadorias, ele se desdobraria em uma das duas classes fundamentais da sociedade: o proletariado ou a burguesia. Por sua vez, Kautsky (1980), acreditava que na ideia de industrialização da agricultura, e na impossibilidade de o pequeno agricultor não conseguir incorporar essas tecnologias, sendo incapaz de resistir a concorrência das grandes empresas agrícolas (ABRAMOVAY, 2012).

Marx (1818-1883), apesar da importância da agricultura em sua obra, não existe nada em seu trabalho que contemple o que se considera o eixo de articulação da questão agrária: a produção familiar na agricultura, suas

tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista. De modo geral, os clássicos marxistas em suas tratativas sobre a questão agrária, refletem muito mais as circunstâncias específica de sua época do que uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo (ABRAMOVAY, 2012).

Entretanto, Abramovay (2012, p. 34), Alexander Chayanov (1888-1930), e o polonês Jerzy Tepich (1973), buscaram identificar algo que as teorias marxistas entendiam como um contrassenso: “uma definição de campesinato cuja base seria a própria família, e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico”.

Após a década de 1990, começaram a surgir estudos que contribuíram para o reconhecimento da agricultura familiar no meio acadêmico com destaque à obra “Capitalismo Agrário em Questão” de Abramovay (2007), que distingue o camponês do agricultor familiar.

Abramovay (2012), chama a atenção para a diferenciação entre campesinato e agricultura familiar. O agricultor familiar ao se integrar ao mercado econômico, perde seu caráter camponês, pois o camponês se insere de forma parcial aos mercados incompletos. Assim, a utilidade de uma definição precisa é necessária para entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como a principal base social de desenvolvimento.

Abramovay (1997), define agricultura familiar, destacando alguns aspectos relevantes:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

No entanto, Schneider e Nierdele (2008, p. 6), agregam em seu conceito o agricultor familiar e camponês:

que há de comum entre ambas as noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos, através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com o mercado e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco, que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 6).

A legitimação, perante o Estado, ocorre em meados dos anos 1990, especialmente com os dados da FAO/INCRA (1996), elaborados a partir do Censo Agropecuário de 1995/96. Esses dados revelaram que, no Brasil, 85,2% dos estabelecimentos eram familiares, ocupando 30,5% da área, responsáveis por 37,9% do VBP e que recebiam somente 25,3% dos financiamentos (GRIZA; SCHNEIDER, 2015).

Quem era esse grupo que respondia por 85,2% dos estabelecimentos rurais? Foi nesse período que os agricultores familiares, passaram a reivindicar de forma mais atuante sua participação através de mobilizações sociais expressivas (Grito da Terra Brasil, exemplo de encontro que teve sua primeira edição realizada em 1994) e um momento importante neste sentido foi a construção do documento “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural”, elaborado por uma Comissão Técnica do Pequeno Produtor, no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (GRIZA; SCHNEIDER, 2015).

Diante dessa realidade, em 1996, criou-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O objetivo do programa é fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários (EMBRAPA, 2020). Foi a partir da década de 90, com o Censo e a criação do PRONAF, que a Agricultura Familiar passou a ser conceituada e estudada, e embora, ela sempre tenha existido, foi a partir desse período, que se criou uma identidade para ela, a fim de criar políticas públicas para atendê-las (GRIZA; SCHNEIDER, 2015).

O quadro 4 traz os conceitos de agricultor familiar, a partir da Lei nº 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, da FAO e INCRA e do Estatuto da Terra:

Quadro 4 - Conceitos normativos da Agricultura Familiar

Lei	Conceito
Lei 11.326/2006	“[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, ii) utilize, predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	“[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, p.4).
Estatuto da Terra contido na Lei nº 4.504/64	II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; (Lei nº 4.504/64).

Fonte: Adaptado de Brasil (1964; 2006), INCRA/FAO (1996, p. 4)

Altafin (2007), afirma que a agricultura familiar não é um termo novo, mas o seu uso, nas políticas governamentais, nos meios acadêmicos e nos movimentos sociais, assume novos significados. Como por exemplo, no caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou na Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), em que se passou a utilizar o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo, para delimitar esse público.

Foi a partir do PRONAF e da criação da Lei da Agricultura Familiar que os “pequenos agricultores” tornaram-se “público” efetivo das políticas agrícolas, agora denominados “agricultores familiares” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Na década de 90, através de suas reivindicações, a agricultura familiar teve reconhecida sua identidade, história e as práticas tradicionais que a caracterizam. A pressão dos movimentos sociais e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, através de estratégias propositivas, foram elementos importantes que contribuíram de forma decisiva para a criação da primeira

geração de políticas públicas para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A partir de 1997-1998, as políticas para agricultura familiar passaram a focar em ações sociais e assistenciais. O governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Comunidade Solidária, que buscou através de suas ações contemplar a questão alimentar, miséria e pobreza. No governo Lula, esse programa se consolidou com o Programa Fome Zero. Na agricultura familiar, em específico, as organizações da agricultura familiar começaram a reivindicar a necessidade de o PRONAF atender a diversidade econômica da agricultura familiar (GRIZA; SCHNEIDER, 2015). Ainda, segundo os autores, essas políticas com enfoque em ações de cunho social e assistencial foram fundamentais para a redução da pobreza e desigualdade rural no campo. Nas duas últimas décadas, o meio rural avançou em seus indicadores de desenvolvimento (aumento da renda, por exemplo), que talvez, não tivessem sido melhorados, se as ações fossem apenas agrícolas e agrárias.

A partir de 2003, a discussão passou a girar em torno da fome, segurança alimentar e sustentabilidade. A agricultura familiar passou a ter o papel de promover o acesso aos alimentos e um sistema agroalimentar mais equitativo. Essa ideia de que a agricultura familiar, através da criação de canais de comercialização e geração de renda, poderia tornar-se fornecedora de alimentos para escolas, creches, hospitais, presídios... culminou na criação do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (CONAB, 2021). Após a consolidação desse programa, criou-se o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública e prevê que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados a aquisição desses alimentos através da agricultura familiar (BRASIL, 2019).

Pode-se afirmar que a partir da década de 90, os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar passaram a ter voz e representatividade na confecção e execução das políticas públicas. Grisa e Schneider (2015, p. 139), afirmam que "estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da

produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc."

Segundo Wanderley (2003), é importante definir o conceito de agricultura e agricultor familiar para compreender o ator a que se refere. Ela é incorporada pelos próprios agricultores e aponta qualidades positivas na sua tipologia, indicando que o agricultor familiar não é um agente passivo contra as forças dominantes externas e internas do seu universo e tem capacidade de construir sua própria história no meio rural inserido na sociedade moderna.

Para Van Der Ploeg (2014), a agricultura familiar é também considerada uma *forma de vida*, pois ela não é definida somente pelo tamanho do estabelecimento, mas também pela forma como as pessoas cultivam e vivem.

O estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de contra ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos (em vez de interromper) e preservar a beleza e a integridade das paisagens. Quando a agricultura familiar trabalha com a natureza, contribui localmente para a conservação da biodiversidade e para a luta contra as mudanças climáticas globais. Seu trabalho implica uma interação contínua e direta com a natureza viva – uma característica altamente valorizada pelos próprios agricultores (VAND DER PLOEG, 2014, p. 10).

As pesquisas nas academias buscam compreender o papel exercido por essa categoria na estrutura político-econômica do País e sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o “termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Ele é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas” (ALTAFIN, 2007, p. 13), onde a gestão em empreendimentos de agricultura familiar, compreende um dos objetos de pesquisa desta tese.

3.3 ELEMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos anos, como já tratado, neste capítulo, o Brasil conheceu avanços significativos em relação a uma melhor definição e compreensão das

características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar. Dentre os avanços identificados, o principal refere-se ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social deste grupo social (SCHNEIDER; CASSOL, 2017; MDA, 2017).

A agricultura familiar relaciona-se de forma diferente com os recursos e a natureza. Ela tem o controle dos recursos (terra, mas também os animais, os cultivos, o material genético, a casa, as construções, o maquinário), além da integração ativa na vida comunitária e o acesso aos mercados, bem como a participação em cooperativas (PLOEG, 2014).

Tanto os recursos naturais, quanto os sociais, são configurados e reconfigurados, gerando um processo de coprodução. Através da coprodução, os recursos são convertidos em uma variedade de bens e serviços, ao mesmo tempo reproduzidos como recursos. Isso é um potencial para promoção da sustentabilidade ecológica já que diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar (ALTAFIN, 2007; PLOEG, 2014).

Segundo dados do estudo INCRA/FAO (2000), o universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Os mercados geralmente são locais, redes curtas de comercialização. Em relação a produção, geralmente há uma pluriatividade, várias atividades que permitem aumentar sua renda e diminuir a dependência dos mercados. Nesse sentido, deve-se incentivar a agricultura familiar, pois ela é um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar (ALTAFIN, 2007; PLOEG, 2014).

Em síntese, a agricultura familiar representa a unificação entre o trabalho manual e a atividade mental, entre o trabalho e a vida, bem como entre a produção e o desenvolvimento. É uma instituição que pode seguir produzindo em um ambiente capitalista adverso, da mesma forma que as bactérias anaeróbicas são capazes de sobreviver em um ambiente sem oxigênio (agradeço a Raúl Paz, da Argentina, que cunhou essa bela metáfora) (PLOEG, 2014, p. 11).

Carmo e Salles (1998), também afirmam que a agricultura familiar tem a família como elemento básico de gestão financeira e da mão de obra disponível, fatores que serão considerados nesta tese dada a sua relevância.

Dessa forma, as avaliações não podem ser simplesmente econômicas para entender as relações entre a organização interna da produção em bases familiares e o mundo externo, consubstanciado no processo de produção/reprodução/acumulação. Diferente da agricultura empresarial que tem sua produção totalmente orientada para o mercado, a produção é altamente mecanizada e a mão de obra é assalariada (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Assim, a geração de empregos, nesse meio é analisada como fator de melhoria social e a função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar (ALTAFIN, 2007).

Segundo os dados do IBGE do Censo Agro (2017; 2019), os agricultores familiares dividem-se em três grandes grupos:

- a) um grupo majoritário de estabelecimentos especializados, que depende muito fortemente da receita da atividade agropecuária, especialmente a produção vegetal. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas parece que sua vocação e principal estratégia de reprodução social seguirá sendo a agropecuária;
- b) um grupo pequeno de estabelecimentos que possui múltiplas fontes de ingresso, em que a receita agrícola já não é mais a única e nem mesmo a mais importante, mas as entradas monetárias de atividades não-agrícolas e de aposentadorias são significativas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar pela produção, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas para ampliar a agricultura;
- c) um terceiro grupo de estabelecimentos familiares que vivem no espaço rural, mas a agricultura e a produção agropecuária já não têm um sentido econômico e produtivo expressivo. Talvez sua propriedade seja apenas um local de residência. Mesmo assim, a produção continua a ter alguma importância, especialmente para o autoconsumo (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 96).

Para Veiga *et al.* (2001), a presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro é essencial, pois uma região rural terá um futuro mais ativo, se a

capacidade de diversificação da economia local for impulsionada pelas características de sua agricultura.

Estudo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011), “sugere que a agricultura familiar poderá ser decisiva para gerar resiliência ambiental e fortalecer os modos de vida rurais de tal forma que sejam mais sustentáveis e aptos a enfrentar as transformações ambientais geradas pelas mudanças climáticas” (SCHNEIDER, 2016, p. 13).

As previsões apocalípticas sobre o desaparecimento do campesinato não se confirmaram, embora tenha havido uma metamorfose e a agricultura familiar embora seja oriunda do campesinato, tem uma integração mais crescente aos mercados (ABRAMOVAY, 2012).

Três aspectos importantes sobre a agricultura familiar podem ser destacados. O primeiro é o consenso de que a população que vive nas áreas rurais possui diversificação, tanto no espaço ocupado, quanto nas tradições que mantém e na identidade que formou, é a função sociocultural da agricultura familiar, que significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade (ALTAFIN, 2007; WANDERLEY, 2009).

As famílias fazem desse meio rural sua forma de vida, tirando seu sustento de diversas atividades, definindo-se como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou arrendatários, assentados da reforma agrária, assalariados do campo, assim como [...] “povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas” [...] (WANDERLEY, 2009, p. 40).

Além da diversidade, outro aspecto da agricultura familiar é “o traço de união entre todas essas categorias que parece ser sua condição de agricultores territoriais, por serem grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural” (WANDERLEY, 2009, p. 40). A agricultura familiar, nesse contexto, age como um importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores (ALTAFIN, 2007).

O terceiro aspecto é que esses agricultores territoriais são portadores da história territorial de seus lugares de vida e de trabalho, bem como de suas potencialidades produtivas, já que a agricultura familiar valoriza a diversidade, essencial à preservação ambiental. Além disso, a gestão familiar propicia a realização de atividades que requerem maior cuidado no manejo dos recursos. A pouca consideração recebida por técnicos de pesquisa e de assistência, além das regras de políticas de crédito, ignora fonte primeira da capacidade de preservação dos recursos naturais e de realização de iniciativas inovadoras, tanto no plano da organização da produção quanto a sua própria organização social (SOARES, 2002; ALTAFIN, 2007; WANDERLEY, 2009).

Para Wanderley (2009), o grande desafio é a maneira de produzir de forma sustentável, valorizando o trabalho humano e contribuindo para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua trajetória tem feito sua parte [...] “acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas” [...] (WANDERLEY, 2009, p. 44).

Assim, o meio rural tem se caracterizado como um desafio em potencial para a formulação de políticas públicas e para a manutenção dos empreendimentos agropecuários sustentáveis. Novos meios de cultivos para obter maior rentabilidade e outras atividades, podem se constituir como estímulo para a sequência das atividades agroecológicas e para as sucessões familiares, como possíveis atrativos para a permanência no meio rural.

3.4 O VISLUMBRAR DO DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DO NOVO RURAL BRASILEIRO

No Brasil, atualmente, existe uma nova configuração do mundo rural e a dinâmica do espaço rural não pode ser compreendida somente pelos estudos das atividades agropecuárias, pois ocorreu um avanço no uso deste espaço com o surgimento de novas competências, novas atividades agrícolas no meio rural em especializações de mercado e oportunidades de atividades não agrícolas, seja no centro urbano mais próximo ou no próprio meio rural, criando

um processo de valorização do campo pelo urbano, associando o rural a natureza, à saúde, à liberdade, descanso, qualidade de vida e outros (ELESBÃO, 2007; BUAINAIN; SALVADORI, 2009).

As linhas de pesquisa desenvolvidas recentemente no Brasil sobre o novo mundo rural têm demonstrado a importância da agricultura de tempo parcial, de empregos não-agrícolas no meio rural, da crescente homogeneização do espaço rural-urbano e do surgimento de novas atividades ligadas, sobretudo à apropriação do espaço rural para lazer ou consumo (chácaras, agro turismo etc.) (WILKINSON; MIOR, 1999).

Assim, o conceito de espaço rural vem sendo redefinido, devido ao aparecimento de novas funções e tipos de ocupações nele inseridas, um conjunto de atividades ligadas ao comércio, serviços e indústria, a procura por formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade que buscam melhorar sua qualidade de vida, reduzindo cada vez mais, as diferenças entre o rural e o urbano (CARNEIRO, 1999; ELESBÃO, 2007; TELLES; COSTA; BACCHI; LAURENTI, 2017).

O desenvolvimento rural vem sofrendo transformações, a partir de sua própria conceituação. A principal delas tem sido em relação ao conceito de desenvolvimento agrícola, ou seja, ligado apenas ao setor produtivo rural e criador de excedentes para a comercialização no mercado global. Segundo Van Der Ploeg *et al.* (2000), novos objetivos têm sido traçados, como o incentivo à produção de bens coletivos, a integração sustentável com ecossistemas locais, a promoção de economias de escopo sobre as economias de escala, assim como o desenvolvimento de atividades pluriativas pelas famílias rurais, extrapolando o conceito de agrícola. Esse novo rural emergente é conformado por um conjunto heterogêneo de “novidades”, produzidas pelos agricultores e outros atores do mundo rural, os quais articulam modelos inovadores de produção, distribuição e consumo alimentar (PLOEG *et al.*, 2004; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2013; STADUTO; LOBÃO, 2018).

Entre as décadas de 1960 e 1980, com a modernização da agricultura, uma quantidade menor de pessoas passou a ser necessária para a execução das atividades agrícolas, e as pessoas identificaram nos centros urbanos, em plena expansão, expectativas por uma vida de melhor qualidade, com acesso a bens e serviços que não estavam disponíveis no meio rural da época. Ainda na

década de 1980, observou-se que a população que ficou no meio rural passou a realizar atividades não exclusivamente agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1997; TELLES; COSTA; BACCHI; LAURENTI, 2017). Como resultado de um processo intenso de migrações do rural para o urbano, profundas transformações na vida social se fizeram sentir na sociedade brasileira em seus mais diversos âmbitos (SILVEIRA; SCHWARTZ, 2017).

Na década de 90, a população economicamente ativa (PEA)⁷ rural passou a exibir um novo perfil ocupacional, com a expansão da ocupação em atividades não agrícolas, além de um crescimento da parcela populacional, de 10 anos ou mais, residente no meio rural, com ocupação no meio urbano. Foi através do Projeto Rurbano, denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, que teve início em 1997, com o objetivo de investigar a dinâmica do emprego agrícola nas áreas rurais do território nacional, que se pode verificar a interrupção da redução do tamanho e a crescente diversificação ocupacional da população rural (GRAZIANO DA SILVA, 2001; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2001; LAURENTI, 2014; TELLES; COSTA; BACCHI; LAURENTI, 2017). Em 2001, a PEA por situação de domicílio rural era 11,32%, diminuindo a cada ano, até chegar em 9,39% em 2015 (PNAD, 2015).

Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

A partir desse novo cenário, de expansão da população ocupada em atividades não agrícolas, passou-se a considerar uma nova e mais abrangente abordagem acerca do meio rural brasileiro, cujo perfil apresenta três situações: primeiro, que existiam pessoas residentes do meio rural com ocupação em atividades agrícolas; segundo, que havia pessoas residentes no meio rural com ocupação em atividades não agrícolas; e terceiro, que havia residentes do meio urbano com ocupação em atividades agrícolas (LAURENTI; PELLINI; TELLES, 2015; TELLES; COSTA; BACCHI; LAURENTI, 2017).

⁷ População economicamente ativa - população na condição de ocupada ou desocupada (IBGE, 2016).

A valorização da natureza, como uma oportunidade recente, deve ser explorada no meio rural. As potencialidades para isto são vastas. Veiga (2000), explica:

Em todas as regiões do Brasil há espaços nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem inteiramente ligadas à exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras. Mas também é verdade que em todas essas regiões há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm em comum com as atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio (VEIGA, 2000, p. 193).

Esse desenvolvimento rural tem base territorial, seja local ou regional e permite a interação de vários setores de produção e de apoio, mas deve atender às peculiaridades dos seus demandantes: residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados etc. Essa função produtiva, antes direcionada somente à agricultura, agora assume novas formatações com a realização de atividades diversas, como artesanato, manutenção e conservação ambiental, turismo, dentre outras (VEIGA, 2000; KAGEYAMA, 2008). Nesse sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais (GRAZIANO DA SILVA, 1997; 2001).

Assim, para potencializar esse novo rural brasileiro e a promoção do desenvolvimento rural, deve-se levar em conta um conjunto de elementos comuns que as condicionam ou favorecem. Sobre esses elementos essenciais ao desenvolvimento rural, Kageyama (2008, p. 76), expõe que são:

a) a integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades terciárias, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes;

b) a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização descentralizado, gerando um

mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para a indústria local;

c) a pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população e a redução do êxodo rural;

d) a diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade de renda;

e) os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que atenuem as migrações e o isolamento; f) a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas.

Ou seja, “o espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 25).

Queiroz (2017), em seu estudo discorre sobre o rural paulista como atrativo turístico e cultural, destacando a Fazenda Santa Gertrudes. As ações implementadas em nível de desenvolvimento local na Fazenda Santa Gertrudes, privilegiaram suas características históricas, ambientais e produtivas, esboçando bons resultados socioeconômicos, observando-se transformações socioespaciais na propriedade para os devidos ajustes necessários a implantação da atividade turística. Surge, dessa forma, uma nova função para a fazenda Santa Gertrudes, a do turismo que parece ter vindo para ficar um bom tempo, oferecendo novas possibilidades de desenvolvimento.

A discussão desse novo rural brasileiro ainda é recente, mas, identificar as principais potencialidades, dinâmicas, elementos, abordagens e atores desse novo cenário, torna-se imperativo para o desenvolvimento rural sustentável, principalmente aos agentes públicos que lidam com o planejamento do desenvolvimento rural brasileiro.

O capítulo sobre Agricultura familiar resgatou os conceitos e características, assim como sua heterogeneidade e complexidade, delineada

dentro do contexto histórico, social e econômico no Brasil. Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira está a denominada “riqueza invisível”: a família. Na agricultura familiar, como uma instituição estratégica e responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural, contemplam as unidades familiares rurais como núcleo do esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

O próximo capítulo traz os conceitos, características e potencialidades das agroindústrias familiares rurais. As agroindústrias familiares rurais (AFR) têm se tornado uma importante estratégia de reprodução socioeconômica na agricultura familiar, a geração de emprego e renda, servindo de estímulo à permanência das famílias no campo, principalmente, de jovens e mulheres, contribuindo para a agregação de valor dos produtos locais, preservação ambiental, atribuindo maior qualidade de vida aos agricultores e auxiliando na redução do êxodo rural (AGNE; WAQUIL, 2011; BORTOLUZZI, 2013, FERNANDES; ENGEL, 2016; SPANEVELLO *et al.*, 2019).

4 O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Ao se falar de agroindústrias contemplam as que estão em propriedades de agricultores familiares ou não familiares, até as grandes agroindústrias que se encontram localizadas no espaço urbano ou rural e muitas vezes não têm ligação com a população rural, além de obterem dos agricultores os produtos in natura para industrializá-los (BASTIAN; WAQUIL; AMIN; GAZOLLA, 2014). Este capítulo parte dos conceitos das agroindústrias rurais não familiares e agroindústrias rurais familiares cujo preparo de alimentos agro industrializados se constituem em parte da lógica de funcionamento da agricultura familiar, como subsistência, produção para o autoconsumo e, por fim, uma oportunidade de renda para a família (MIOR, 2008). Em seguida, contempla uma abordagem do cenário demográfico do Paraná, este, com mais primazia à região Oeste do Paraná, região da pesquisa, e por fim as agroindústrias familiares rurais da mesorregião Oeste do Paraná.

4.1 AGROINDÚSTRIAS RURAIS NO BRASIL

O tema da agroindustrialização encontra-se presente nas discussões das transformações mais recentes do sistema agroalimentar e da agregação de valor aos produtos agropecuários. Entender a evolução da agroindústria brasileira amplia a capacidade de diagnosticar a realidade, a heterogeneidade e as hierarquias socioeconômicas das regiões brasileiras, também produzidas e reproduzidas no meio rural do País (IBGE, 2006; 2017). O interesse na agroindústria rural se justifica também pelo fato de que ela deve ser compreendida como um componente dos estabelecimentos rurais pluriativos e que vão além da economia agrícola (SCHNEIDER *et al.*, 2013).

A agroindústria rural pode ser conceituada como um setor da economia caracterizado pela transformação de produtos de atividades agrícola, florestal, pecuária e do mar e sua comercialização posterior. Tem como finalidade modificar as características físicas, químicas ou biológicas das matérias-primas originárias para garantir a comercialização e o consumo dos produtos (ACOSTA, 2017).

Conforme o IBGE (2017), a definição normativa para agroindústrias rurais⁸, que inclui diferenciadas experiências de processamento e de transformação de alimentos é:

atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2017, p. 1).

No Brasil existem as agroindústrias não familiares⁹, que utilizam equipamentos modernos para a produção e adotam procedimentos complexos para gerenciamento das atividades (otimização das áreas produtivas e de equipamentos tecnológicos para produção de mais de um tipo de produto, controle de pessoal, controle de qualidade, gestão de venda etc.) (MÜZEL *et al.*, 2015; ACOSTA, 2017). Existem os complexos agroindustriais (CAI), que consistem em um conjunto de processos agrícolas, de processamentos industriais e comerciais, sequenciais e interdependentes, aplicados a uma determinada matéria-prima agrícola base, por exemplo, centeio, trigo, milho ou leite, que resultam diferentes produtos destinados ao consumidor final (EMBRAPA, 2013).

Conforme Batalha e Silva (2007), a formação de um complexo agroindustrial contempla um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos. Mazzali (2000), aponta que no Brasil a constituição do CAI de fato se acelerou, a partir da segunda metade dos anos 60, devido o processo de modernização da agricultura brasileira. Desse modo, o termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para explicar as articulações entre o setor agrícola e o industrial na agricultura brasileira (DE SOUZA, 2019).

⁸ A agroindústria rural que o IBGE (2017) conceitua refere-se a unidades familiares e não familiares, sendo que estas segundas podem ser desenvolvidas em grande escala, na gestão patronal do trabalho e da produção (IBGE, 2017).

⁹ Müller (1981), define agroindústria, em sentido amplo, como unidade industrial de beneficiamento e/ou transformação de produtos de origem agrícola. No contexto da moderna agricultura, insere-se nos chamados "complexos agro industriários", sendo definida também, como "indústria processadora de matérias-primas agrícolas", ou simplesmente, "indústria da agricultura". Trata-se, pois, de estabelecimento industrial – de pequeno, médio ou grande porte - cuja matéria-prima advém da atividade agropecuária (EMBRAPA, 2013).

Por fim, existem as agroindústrias familiares rurais, objeto desse estudo, que podem ser divididas em três tipos: as caseiras, artesanais e de pequeno porte:

As caseiras são aquelas que priorizam o consumo da família, somente os excedentes para o mercado. Como argumenta Mior (2005), é a transformação dos alimentos na cozinha do agricultor para a constituição de valor de uso. As artesanais, por outro lado, são direcionadas ao mercado local/regional, mas, seguindo a discussão sobre a diferenciação, possuem relações intrínsecas com a agricultura características de uma determinada região e/ou com o saber fazer específico de uma família. Cabe ressaltar que incrementos tecnológicos nessas agroindústrias artesanais podem vir a aumentar a escala de produção ou melhorar condições de higiene no processo, por exemplo, desde que não descaracterizem o processo artesanal de produção e eliminem o diferencial de aparência, aspecto, cheiro e sabor específicos do produto e próprio dos produtores (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007). Por fim, as agroindústrias de pequeno porte são aquelas que surgem de oportunidades de geração de renda, cujos parâmetros de validação legal – para atender mercados regionais ou nacionais – são os mesmos das grandes indústrias e não há nenhum saber fazer específico, mas um apreendido com detentores de conhecimentos na área de tecnologia de alimentos. Para Mior (2005), são empreendimentos socioeconômicos que buscam retorno do investimento, como qualquer atividade econômica (SCHINAIDER *et al.*, 2018).

A agroindústria familiar rural, segundo Mior (2005), é uma forma de organização da agricultura familiar em que o processo de produção de parte da produção agrícola e/ou pecuária da propriedade é feita pela família, com o objetivo de comercialização. A partir disso, Mior (2005, p. 191) define o que entende como conceito específico de agroindústria familiar rural:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico (MIOR, 2005, p. 191).

A importância da agroindústria rural para a agricultura familiar no Brasil pode ser estudada por diferentes aspectos. O próximo tópico apresenta sua presença numérica, distribuição nos estados brasileiros, os principais produtos em volume e valor da produção, além do retorno monetário que ela possibilita às famílias.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS NO BRASIL A PARTIR DO CENSO AGRO 2017

No Censo Agropecuário de 2017, o Brasil registrou 852.639 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, representando 17% do total dos estabelecimentos (IBGE, 2017; 2019).

A Tabela 6 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades) por grupos de área, divididos em agricultura familiar e não familiar.¹⁰ Os resultados revelam que a agroindústria rural é, de modo geral, mais expressiva nos estabelecimentos rurais familiares. Os estabelecimentos com até 100 ha corresponderam a 91,05% dos estabelecimentos (IBGE, 2017; 2019).

Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades) por grupos de área – 2017 - BRASIL

Tabela 6961 - Variável - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades)

Ano – 2017

Grupos de área total	Tipologia		
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Total	852.639	131.995	720.644
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	9.792	1.479	8.313
De 0,1 a menos de 0,2 ha	7.986	1.360	6.626
De 0,2 a menos de 0,5 ha	33.571	5.439	28.132
De 0,5 a menos de 1 ha	65.129	9.384	55.745
De 1 a menos de 2 ha	79.053	12.007	67.046
De 2 a menos de 3 ha	52.042	7.775	44.267
De 3 a menos de 4 ha	39.844	5.679	34.165
De 4 a menos de 5 ha	32.030	4.534	27.496
De 5 a menos de 10 ha	108.104	12.628	95.476
De 10 a menos de 20 ha	133.200	12.673	120.527
De 20 a menos de 50 ha	153.967	14.605	139.362
De 50 a menos de 100 ha	65.086	10.462	54.624

¹⁰ O IBGE distingue agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) com base na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual define como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aqueles estabelecimentos que atendem aos seguintes itens: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não pode exceder os quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser de origem predominantemente da própria família; a renda familiar é majoritariamente originada das atividades agrícolas realizadas na propriedade, e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (IBGE, 2009). Os estabelecimentos que não se enquadram em um ou mais destes itens automaticamente são classificados como não familiares (IBGE, 2017).

De 100 a menos de 200 ha	31.592	10.846	20.746
De 200 a menos de 500 ha	16.002	11.387	4.615
De 500 a menos de 1.000 ha	4.957	4.804	153
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2.516	2.490	26
De 2.500 a menos de 10.000 ha	897	893	4
De 10.000 ha e mais	210	205	5
Produtor sem área	16.661	3.345	13.316

Fonte: IBGE (2017) – SIDRA – TABELA 6961.

Em relação a variável - número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades), conforme a Tabela 7, a grande maioria dos estabelecimentos que transformam produtos agrícolas pertence as agroindústrias familiares. Considerados todos os estabelecimentos do Brasil, verifica-se que existem aproximadamente 84% da AF e 16% da ANF¹¹ (IBGE, 2017).

Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades) – 2017 - BRASIL

Tabela 6960 - Variável - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades)

Ano – 2017

Brasil e Unidade da Federação	Total	Tipologia	
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar – sim
Brasil	852.639	131.995	720.644
Rondônia	2.859	429	2.430
Acre	14.831	1.475	13.356
Amazonas	55.592	5.326	50.266
Roraima	7.161	1.003	6.158
Pará	91.913	8.499	83.414
Amapá	5.203	732	4.471
Tocantins	12.118	2.558	9.560
Maranhão	102.375	10.713	91.662
Piauí	37.484	6.352	31.132

¹¹ Essa separação já é um passo importante, pois esses dois tipos de agricultura apresentam distinções relacionadas à lógica de funcionamento. De maneira geral a AF objetiva, primeiramente, atender às necessidades mais ligadas à subsistência (alcançado isso, busca-se pela obtenção de renda); já na maioria das propriedades da ANF predomina o objetivo de obter renda. Na AF a produção de gêneros animais e vegetais é diversificada; na ANF o número de atividades econômicas é reduzido, as commodities são cultivadas em grande extensão/quantidade para obter maiores ganhos de escala. A mão de obra na AF é principalmente da família, com contratação eventual de mão de obra; na ANF predomina a mão de obra contratada. A gestão da unidade de produção na AF é feita pela família; na ANF pode ser feita pelo proprietário do estabelecimento rural ou por um administrador rural (BASTIAN *et al.*, 2014).

Ceará	44.570	9.319	35.251
Rio Grande do Norte	3.506	728	2.778
Paraíba	11.223	2.250	8.973
Pernambuco	9.531	1.338	8.193
Alagoas	10.156	1.252	8.904
Sergipe	6.817	1.434	5.383
Bahia	92.740	15.604	77.136
Minas Gerais	93.325	20.972	72.353
Espírito Santo	4.929	1.180	3.749
Rio de Janeiro	3.418	1.082	2.336
São Paulo	7.770	2.167	5.603
Paraná	24.812	5.010	19.802
Santa Catarina	38.286	5.458	32.828
Rio Grande do Sul	140.462	18.768	121.694
Mato Grosso do Sul	5.121	1.379	3.742
Mato Grosso	8.088	2.000	6.088
Goiás	17.607	4.595	13.012
Distrito Federal	742	372	370

Fonte: IBGE (2017) – SIDRA – TABELA 6960

No Nordeste, o Estado do Maranhão é o Estado com mais agroindústrias rurais, com 89,5% de AF. No Sul, destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, com 140.462 agroindústrias e desse total, 86,6% são da AF. No Sudeste, Minas Gerais é o Estado com mais agroindústrias, com 77,5% da AF e no Norte, o estado do Pará, com 90,8% de agroindústrias da AF. No Centro Oeste, o estado com maior número de agroindústrias é o Estado de Goiás, com 73,9% da AF.

Com relação ao valor da produção, no Censo Agro 2017, a agroindústria rural – ou seja, as atividades de transformação de produtos agropecuários em processados ou semiprocessados nos estabelecimentos rurais, gerou, em todo o país, o valor de R\$ 14,8 bilhões, sendo a AF foi responsável por 42,8% e a ANF por 57,2%, destacado na Tabela 8:

Tabela 8 - Valor da produção da agroindústria rural (Mil Reais) no Brasil e Estados da Federação – 2017 - BRASIL

Tabela 6960 - Variável - Valor da produção da agroindústria rural (Mil Reais)

Ano – 2017			
Brasil e Unidade da Federação	Total	Tipologia	
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Brasil	14.826.755	8.475.259	6.351.496

Rondônia	178.156	119.746	58.410
Acre	92.688	6.958	85.730
Amazonas	370.271	53.602	316.669
Roraima	87.843	12.396	75.447
Pará	916.628	181.584	735.044
Amapá	63.523	8.342	55.181
Tocantins	101.442	39.378	62.064
Maranhão	517.128	179.863	337.265
Piauí	118.746	38.086	80.660
Ceará	320.377	115.862	204.515
Rio Grande do Norte	204.751	132.018	72.733
Paraíba	165.018	73.679	91.339
Pernambuco	230.742	92.281	138.461
Alagoas	86.964	28.821	58.143
Sergipe	123.186	51.049	72.137
Bahia	1.387.474	1.043.880	343.594
Minas Gerais	3.510.960	2.257.987	1.252.973
Espírito Santo	439.537	342.370	97.167
Rio de Janeiro	94.658	45.418	49.240
São Paulo	704.122	475.314	228.808
Paraná	716.095	394.040	322.055
Santa Catarina	413.878	109.739	304.139
Rio Grande do Sul	1.184.690	227.964	956.726
Mato Grosso do Sul	178.440	128.621	49.819
Mato Grosso	2.265.872	2.145.643	120.229
Goiás	328.625	150.434	178.191
Distrito Federal	24.941	20.185	4.756

Fonte: IBGE (2017) – SIDRA – TABELA 6960

As agroindústrias têm ocupado espaço importante em linhas diferenciadas de produtos na cadeia agroalimentar, como os derivados de leite, doces, geléias, sucos, derivados e embutidos de carne, panificados, massas entre outros, e deve-se destacar a importância que esse tipo de atividade tem para os produtores que possuem dificuldades de acompanhar a evolução da agricultura patronal (MEDEIROS; WILKINSON; LIMA, 2002).

A Tabela 9 apresenta os principais produtos da agroindústria rural brasileira e a quantidade produzida e vendida nos estabelecimentos de até 100 hectares:

Tabela 9 - Principais produtos da agroindústria rural brasileira e a quantidade produzida e vendida nos estabelecimentos de até 100 hectares

Produtos (01)	Estabelecimentos		Quantidade		
	Números (02)	% (03)	Produzida (04)	Vendida (05)	% (05) / (04) (06)
Farinha de mandioca	340.352	23,26	706.752	517.889	73,28
Queijo e requeijão	152.444	11,47	222.652	201.584	90,54
Carne de suínos (verde)	140.600	9,66	37.494	9.961	26,57
Carne de outros animais	113.749	7,97	29.320	16.842	57,44
Pães, bolos e biscoitos	69.647	4,72	24.802	9.525	38,4
Goma ou tapioca	68.599	4,67	36.613	25.346	69,23
Doces e geléias	62.235	4,29	15.482	13.253	85,6
Carvão Vegetal	54.851	3,78	3.758.128	3.494.677	92,99
Suco de frutas	50.553	3,46	18.646	8.539	45,8
Embutidos	43.085	2,94	7.278	4.319	59,34
Outros produtos	36.922	2,55	305.396	185.099	60,61
Polpa de frutas	23.254	1,65	37.132	33.000	88,87
Melado	19.897	1,33	9.539	6.614	69,34
Óleos Vegetais	17.394	1,18	4.589	3.369	73,41
Rapadura	17.338	1,19	22.615	18.695	82,67
Manteiga	10.417	0,75	1.645	1.244	75,62
Aguardente de cana	10.016	0,72	83.409	66.130	79,28
Couro e peles	9.636	0,68	1.389	1.323	95,25
Legumes e verduras	9.350	0,63	21.649	19.942	92,12
Vinho de uva	7.793	0,53	24.210	14.331	59,19
Fubá de milho	4.960	0,35	35.122	7.372	20,99
Creme de leite	2.233	0,15	736	534	72,55
Licores	1.545	0,11	2.126	232	10,91

Fonte: Adaptado de IBGE (2017; 2019)

A farinha de mandioca é o produto mais produzido e vendido, e um aspecto importante desse produto é o econômico, sendo que em 2017 estima-se a geração de 4 mil empregos diretos no Brasil, com faturamento bruto próximo de 12 bilhões de reais (COELHO, 2018). O creme de leite, segundo produto tem sua principal produção nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais (maior produtor nacional), Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal (IBGE, 2017; 2019).

No que se refere à integração ao mercado, as agroindústrias de queijo e requeijão, carvão vegetal, legumes e verduras, couro e peles e polpa de frutas venderam mais de 85% do total produzido. Em relação a receita obtida, do total de estabelecimentos agropecuários pesquisados na operação censitária de 2017, a agroindústria representou 3% da receita total (IBGE, 2017; 2019).

A partir dos dados e informações apresentados até aqui é possível verificar a importância da agroindústria rural pela sua presença e volume de produção nas unidades familiares rurais.

4.3 TRAJETÓRIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

A agroindústria familiar rural pode ser situada dentro de um movimento que alguns autores, como Marsden *et al.* (1992), chamam de um processo de “reestruturação dos espaços rurais” e Wilkinson (2008), afirma que a agroindústria familiar surge de um processo de “reconversão” para mercados artesanais devido ao contexto de exclusão dos agricultores nos mercados de *commodities*. Nesse sentido, na construção dos mercados e das regras que os regem, mesmo com o cumprimento das normas legais, deve haver a colaboração de todos os atores (WILKINSON, 1999).

Pelegri e Gazolla (2008), descrevem a AFR como uma atividade em que se realiza a transformação de produtos agropecuários, sendo que essa transformação advém da própria história, cultura e identidade dos agricultores nas atividades agro industriários, e, “com o decorrer do tempo os métodos foram sendo aperfeiçoados e adaptados às condições materiais disponíveis naquele determinado período e está intimamente relacionada a história humana e a reprodução social dos indivíduos” (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 57).

A trajetória de constituição e produção da AFR é diferente da agroindústria convencional. A forma de produção da matéria prima processada (própria, local, natural ou agroecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produção (colonial, artesanal), além dos tipos de relação com o público consumidor (relações de confiança), diferenciam a agroindústria familiar rural, tornando-a única (MIOR, 2003; 2005; 2007). A agroindústria familiar rural tem como características: “a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar” (MIOR, 2005, p. 8).

Segundo Wilkinson (1998, p. 4), “a opção artesanal envolve uma relação de proximidade particular com o consumidor, uma vez que uma proporção importante deste mercado é trazida até a propriedade rural”.

Essa tradição vem de gerações anteriores que tinham a necessidade de conservar os alimentos, como por exemplo, as frutas in natura, que eram desidratadas no sol, para depois, serem reaproveitadas em doces e sobremesas, em outras épocas do ano. Esse processamento dos produtos que era para consumo da própria família, dificilmente comercializado nos mercados locais, e muitas vezes, trocados com parentes e vizinhos, podem ser agro industrializados produzindo conservas, defumados, bebidas, entre outros (PELEGRINI; VELA, 2005; KARNOPP *et al.*, 2016).

Maluf (2004), destaca que o diferencial das agroindústrias é produzir sua própria matéria prima agrícola e agregar valor à mesma processando-a, seja de forma individual ou associativa, pois isso possibilita a diferenciação social e econômica destes agricultores. Na agroindustrialização, a mão-de-obra e o *know how*, para transformação dos produtos agrícolas, passam a ser revalorizados. O conhecimento dos métodos de processamento de alimentos, feito pelas mulheres nas propriedades, sai da cozinha da casa e passa a ser fundamental para a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar (MIOR, 2003).

Mior (2007), ao tratar sobre a diversificação dos produtos e sua agregação de valor, afirma que:

A agregação de valor do conjunto das agroindústrias familiares, em sua maior parte constituída em bases artesanais abrange uma grande diversidade de produtos como grãos, mel, leite e derivados, conservas, derivados de cana-de-açúcar, doces e chimias derivados de frutas, sucos de frutas, chás, avicultura de corte e postura, derivados de carne suína. Esta característica pode ser mobilizada para contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência à especialização dos sistemas convencionais de produção (MIOR, 2007, p. 8).

Na agroindústria familiar, encontra-se a estimulação da cooperação entre produtores com manutenção da diversidade de produtos e a criação de associações. “A qualidade das relações sociais que são integradas pela família é muito diversa, mas é no domínio do parentesco e do trabalho que se encontram os principais sistemas de relações que articulam e estruturam os

indivíduos na unidade familiar e na unidade de produção (CARNEIRO, 1999, p. 4). Assim, esses laços sociais de proximidade promovem sinergias locais entre os atores, contribuindo para a produção e comercialização dos bens agro industrializados (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2004; RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007).

4.4 COMERCIALIZAÇÃO, OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA AFR

Em relação a comercialização, a agroindústria familiar rural é uma das alternativas para o agricultor expor seu produto e inserir-se nos mercados mais competitivos (SPANVELLO; DUARTE; SCHNEIDER; MARTINS, 2019). A dinâmica dos canais de comercialização da agroindústria familiar rural pode ser visualizada na Figura 7:

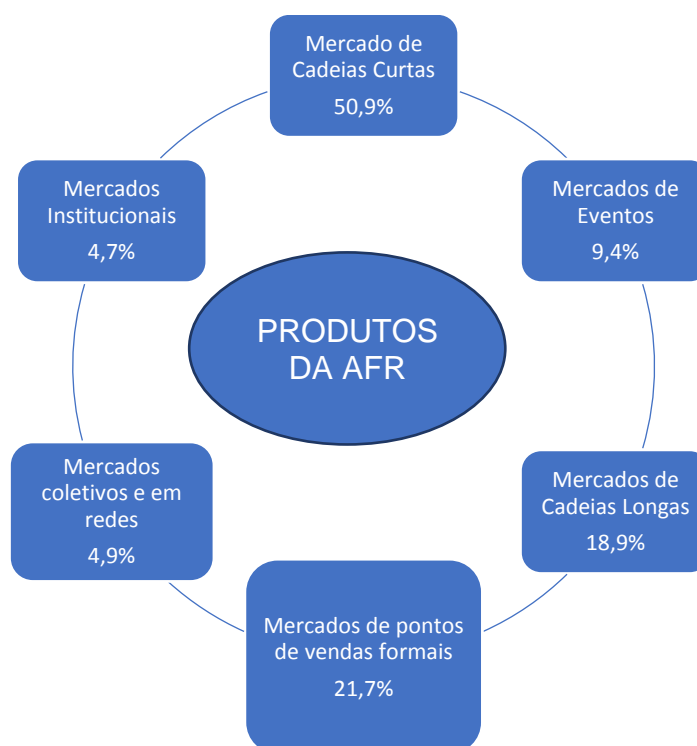


Figura 7 - Tipologia dos canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa

Fonte: Gazolla (2017)

Quanto aos canais de comercialização, os mercados institucionais que possuem 4,7% do total comercializado, exercem três efeitos junto as

agroindústrias. Em primeiro lugar, fortalecem as atividades produtivas e a economia das famílias, já que há um aumento de produção e de renda gerada com as vendas. Em segundo lugar, estimulam a inserção de novos canais de comercialização, pois os produtores passam a interagir com as instituições públicas, consumidores, entidades que antes não faziam parte de sua rede de contatos. E por último, criam o fortalecimento dos circuitos locais de produção-consumo, pois esses programas aproximam produtores e consumidores (GAZOLLA, 2017).

As cadeias curtas que representam 50,9% das vendas são o principal canal de comercialização dos alimentos das agroindústrias. As vendas ocorrem na própria agroindústria, nas ruas, locais de trabalho, entrega em residências, feiras etc. Esses canais diretos são os principais canais utilizados pelos agricultores pela autonomia que este lhes concede, pois eles produzem, vendem a preços negociados na hora da troca (GAZOLLA, 2017).

Os canais de eventos, que responde por 9,4% das vendas é composto pelas vendas em feiras, eventos, festas e exposições locais. Uma das principais características desse canal é a divulgação dos produtos, através de degustações, visualização dos alimentos e conversa com o público visitante. As cadeias longas, com 18,9% das vendas, são responsáveis por suprir as redes de supermercados, compradores, intermediários, indústrias e atacados, que redistribuem a produção e por essa razão, são chamadas cadeias longas, já que a distância percorrida pelos produtos é maior. De forma geral, esse canal é utilizado por agroindústrias com escala maior de produção, pois os custos de logística são altos para deslocamento dos produtos (GAZOLLA, 2017).

Os pontos de vendas formais, que participam com 21,7% das vendas, são pontos de comercialização de consumo de alimentos como supermercados locais, bares, restaurantes e cantinas. Assim, como os canais institucionais e as redes longas, exige a formalização das agroindústrias para colocar seus produtos à venda. Os canais coletivos e em redes “são caracterizados por organizações sociais coletivas formando redes em torno das agroindústrias, objetivando a comercialização dos alimentos” (GAZOLLA, 2017, p. 185). Representam as cooperativas, associações grupos e feiras de produtores e são responsáveis por 4,9% das vendas das agroindústrias (GAZOLLA, 2017).

Outro mercado que está se abrindo as agroindústrias e a agricultura familiar é o comércio eletrônico. Com a expansão do acesso da população à internet, cresceu também o número de pessoas que realizam compras através do comércio eletrônico. Na agricultura, por exemplo, onde os pequenos produtores gerenciam o negócio em um ambiente familiar, a internet é uma ferramenta importante para a colocação de alguns produtos específicos no mercado. É usual na agricultura familiar uma produção diversificada de produtos que, ocasionalmente, encontrará dificuldades de adesão ao comércio convencional. Essa barreira pode ser superada no *e-commerce*, uma vez que a oferta atinge um número mais abrangente de consumidores em todo o território nacional e até internacional (NIERDELE, 2018).

Gerindo todo o modelo de vendas pela internet, o pequeno empresário ganha mais tempo e flexibilidade para otimizar a produção, afinal, não precisará se ausentar do estabelecimento agrícola para efetuar vendas, uma vez que a utilização do *e-commerce* pode minimizar esse problema. O método mais recomendado para a adesão ao comércio virtual é a união de micro, pequenos e médios produtores em cooperativas. Com uma gestão qualificada, é possível aumentar a rentabilidade dos cooperados, reduzir os intermediários, expandir os mercados e diminuir custos de transações (NIERDELE, 2018).

Com esses diversos mercados, se tornou crescente a demanda por produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local – conjunto de valores agora premiado pelo mercado consumidor. Este cenário ao valorizar os produtos das pequenas agroindústrias, oferece aos agricultores de base familiar a oportunidade de adentrarem em mercados de nichos específicos (WILKINSON, 2003).

As agroindústrias familiares se articulam com os espaços locais e mobilizam as mais diversas redes de comercialização, reforçando os laços de parentesco, amizade e confiança, que desempenham um papel central nesse meio. Essas redes conseguem reativar vínculos sociais, construindo novos campos de negociação (MIOR, 2005). A formação destas “redes alternativas” de comercialização é um forte exemplo de enraizamento social dos mercados em que as relações de cooperação entre atores locais assumem

grande importância, pois se baseiam em normas de confiança e reciprocidade (WESZ JR; NIEDERLE, 2007).

O quadro 5, demonstra as oportunidades, desafios e dificuldades das agroindústrias na comercialização de seus produtos.

Quadro 5 - Oportunidades, desafios e dificuldades das agroindústrias familiares na construção de cadeias curtas de comercialização dos alimentos

ATORES	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
Agricultores familiares donos de agroindústrias (experiências individuais e coletivas)	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de maior valor agregado pelo encurtamento dos elos da cadeia produtiva; • Recebimento de maiores preços pelos alimentos, em relação aos pagos pela GDA (Grupos de Aquisições solidárias); • Mercados Institucionais (PAA E PNAE) ajudam a ampliar cadeias curtas e vendas; • Possibilidade de inovar e diversificar portfólio de produtos e processos agroalimentares; • Crescente reconhecimento da importância pelo Estado em diferentes níveis institucionais; • Os alimentos em muitos casos são artesanais, étnicos orgânicos, da agricultura familiar, agroecológicos etc., sendo vistos como diferenciados em relação a GDA; • Vendas baseiam-se em relações de proximidade social, interconhecimento e confiança mútua dos atores (agricultores-consumidores); • Experiências individuais baseiam-se em economias de escopo e as coletivas ganham escala mínima através do associativismo/cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Altos índices de experiências na informalidade institucional, em vários níveis territoriais e dimensões (sanitário, ambiental, jurídico, fiscal etc.) • Manter o fornecimento de alguns alimentos durante o ano todo, devido à sazonalidade da produção; • Dificuldades de gerir toda a cadeia de produção (produção de matérias-primas – processamento – mercados – administração do negócio); • Poucos membros familiares na unidade de produção (há falta de força de trabalho); • Necessidade de readaptação de alguns alimentos para acesso aos mercados institucionais (mudança de tamanho em relação a embalagem, na embalagem, formato do alimento, características específicas...); • As políticas públicas e programas atuam muito focalizadas no fornecimento de crédito rural e estruturas de processamento; • Pouco apoio

		<p>institucional a nível local e dificuldades de implementar os sistemas de Inspeção Municipal (SIM);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de expandir redes de comercialização e consumo locais, nos pequenos municípios (<i>scale up</i> das experiências)
--	--	--

Fonte: Gazolla (2017)

“As agroindústrias familiares podem ser vistas como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público” (MIOR, 2007, p. 8). Da transformação de uma matéria-prima ou um produto conservado para a subsistência da família rural, esse produto processado passa a ser visto como opção de produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar. O fortalecimento da agroindústria familiar rural dependerá da “capacidade dos agricultores em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias produtivas” (KARNOPP *et al.*, 2016).

4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

A partir de meados da década de 90, o Brasil passou a considerar a agroindústria familiar rural como uma eficiente estratégia para o desenvolvimento rural, e assim, observou-se um crescimento significativo na oferta de produtos agro industrializados, advindos de feiras livres, cooperativas e associações de produtores ligadas aos agricultores familiares e vendas diretas aos consumidores (MALUF, 2009; CARVALHEIRO, 2010).

A Agroindústria Familiar tem enfrentado desafios em relação à legalidade para acessar os mercados. Porém, o Governo Federal apoia a implementação de ações para capacitar o agricultor familiar, inseri-lo e mantê-lo de forma competitiva no mercado. O Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), é o responsável por organizar as ações de

vigilância e defesa sanitária dos animais e vegetais, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência. As legislações tributária e fiscal, ambiental e sanitária para proceder à regularização é bastante extensa e complexa (EMBRAPA, 2021).

As políticas públicas, assim como as iniciativas de apoio ao associativismo e ao cooperativismo são importantes para o desenvolvimento dessa modalidade econômica, pois contribui na geração de renda e emprego, assim como, na sustentabilidade das propriedades rurais (IBGE, 2017).

O Pronaf Agroindústria, criado em 1998, com o nome de Pronaf – Agregar, foi rebatizado em 2003, para Pronaf – Agroindústria e tem como objetivo fornecer crédito rural as agroindústrias familiares, associando a produção gerada no âmbito da pequena propriedade rural com a formação da agroindústria familiar. Essa modalidade de custeio é direcionada às demandas correntes da empresa familiar, como no caso da compra de matéria-prima, rótulos, embalagens, entre outros insumos consumidos durante o processo de produção (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, WESZ JUNIOR, 2010).

Além do PRONAF Agroindústria, outras linhas de financiamento do programa surgiram para o apoio à agricultura familiar (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009, NASCIMENTO; ZERBATO; DA SILVA; VASCONCELOS, 2018). Além das políticas públicas do governo federal, em diversos estados foram criados programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente nas estratégias de agroindustrialização dos produtos, considerados dentre estes o Estado do Paraná, com a criação do PFA (PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR) em 1999 (WESZ JÚNIOR, 2009, NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Os programas tiveram, também, duas ações nas áreas de desenvolvimento tecnológico e adaptação de máquinas e equipamentos às agroindústrias familiares tendo como financiador o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA). E apoio à infraestrutura, usado por apenas dois programas (Prove/DF e Prove/Pantanal), que tinham como público beneficiário agricultores muito descapitalizados (PASSINI, 2020).

Nesse contexto, cabe destacar o importante papel que se atribui às políticas públicas para os agricultores familiares, apesar de vários programas¹² serem interrompidos, devido a mudança no gestor público (WESZ JUNIOR, 2012).

4.6 ASSOCIATIVISMO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações vem sendo destacado pela literatura como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção (PIRES, 2003).

Heinzelmann e Souza (2009), apontam que o associativismo é uma prática há muito realizada. Há milhares de anos os homens agrupavam-se com o objetivo de conseguir melhores soluções aos seus problemas. Então, o associativismo é uma forma das pessoas se organizarem em grupo, com o objetivo de defenderem interesses próprios e em comum e, por consequência, instigar o desenvolvimento do todo. Assim, o sistema de associação colabora para a sobrevivência e aprimoramento dos resultados aos seus colaboradores.

Bialoskorski Neto (2006, p.21), comenta que o cooperativismo e as formas de cooperação são algo de muito antigo na história da humanidade. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em tribos indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos.

Fagotti (2017, p. 34), aponta que “as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais”.

Conceber a possibilidade de constituir associações, tornou-se uma alternativa para a solução das vulnerabilidades e problemas comuns dos agricultores. A associação é uma organização dotada de arcabouço estrutural

¹² Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (PROVE) – DF, com 120 agroindústrias financiadas, R\$873 mil aplicados, 178 famílias beneficiadas, 712 postos de trabalhos criados; Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Verticalização da Produção (DESENVOLVER) – SC, 275 agroindústrias assessoradas, 1.000 famílias beneficiadas, e 2.283 postos de trabalhos gerados, dentre outros (PASSINI, 2020).

simples e enxuto, na qual contribui para facilitar a gestão (LEGLER; SILVA, 2008).

Sangalli et al (2015), afirma que o associativismo cria um ambiente flexível pela interação de distintos atores, que resulta num produto harmônico alinhado aos interesses coletivos.

Para Leonello e Lehfeld (2010), as iniciativas de cooperação a partir de interesses comuns são antigas, porém somente a partir de 1990 que as discussões tornaram-se mais consistentes, com uma nova percepção voltada ao desenvolvimento social e local na concepção da sustentabilidade.

Quando da formação de uma Agroindústria, geralmente é pela busca de um acréscimo na renda, e vem da ideia de o próprio agricultor processar os alimentos. A associação, dessa maneira, pode contribuir na integração de vários agricultores familiares que procuram capacitação, redução de custo, ampliação de mercados. Logo, a agroindústria formada em uma associação vem para agir como um meio facilitador na promoção do desenvolvimento, este que por sua vez eleva os indicadores sociais, ambientais e econômicos (HILLESHEIM; MARCELINO; NEVES; FUCHTER, 2016).

O próximo tópico contempla, primeiramente, uma abordagem dos aspectos demográficos do Paraná, este, com mais primazia à região Oeste do Paraná objeto da pesquisa, e em seguida, os dados sobre as agroindústrias familiares rurais do Estado do Paraná e da mesorregião Oeste do Paraná, região do estudo.

4.7 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO DO PARANÁ

O Paraná se destacou nas últimas décadas, no cenário nacional, por apresentar uma dinâmica de crescimento demográfico bastante instável, fortemente condicionada pelos movimentos migratórios. Durante um longo período, em meados do século passado, o Estado absorveu enormes contingentes migratórios durante a etapa de expansão de sua fronteira agrícola. No transcorrer de 40, 50 anos, praticamente todo o território paranaense foi ocupado, crescendo substantivamente tanto a população residente nas áreas rurais quanto nas cidades (IPARDES, 2019).

O estado do Paraná de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), está dividido em 9 (nove) mesorregiões e 39 (trinta e nove) microrregiões e 399 (trezentos e noventa e nove) municípios (IBGE, 2021) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,749.

Possui área territorial de 199.307,939 km² (IBGE 2010), e registrou no início do século XX, um significativo aumento demográfico. Em 1872, a população era de 126.977 habitantes. Em 1920, aumentou para 685.711 habitantes e em 1950 para 2.115.547 habitantes. Atualmente, conforme projeção do IBGE a população do Paraná é de aproximadamente 11.516.840 habitantes. Esse aumento pode ser explicado pela modificação da estrutura da população, sobretudo com a chegada de mais de 100 mil imigrantes que vieram para o Paraná. Outro fator que explica esse aumento demográfico foi o deslocamento de pessoas que chegavam de outras regiões do país, sobretudo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, na segunda metade da década de 1940 (PRIORI, POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012; IBGE, 2021)

Como fronteira agrícola e frente de ocupação do território brasileiro nas décadas de 40 a 60, o Paraná teve sua atratividade pautada em padrões produtivos que adensaram o espaço rural e urbano, articulando atividades e serviços que absorveram uma população numerosa vinda das mais diversas regiões do país. Isso fez com que o Paraná consolidasse uma ocupação regional equilibrada e apresentasse nesse período as mais elevadas taxas de crescimento populacional do país [...] contudo o esgotamento das oportunidades de fronteira agrícola coincide com o desenvolvimento agroindustrial e mudanças no padrão produtivo, e o período que segue é marcado por grandes fluxos de saída do Estado que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país (KLEINKE; DESCHAMPS; MOURA, 1999, p. 4-10).

O Paraná teve maior concentração da população residente em áreas rurais até a década de 1980, quando passou a equilibrar e a ter predomínio dos residentes no meio urbano. A Tabela 10 apresenta a evolução da população urbana e rural no Estado do Paraná.

Tabela 10 - Relação da População Urbana e Rural no Paraná (1950 a 2020)

Ano	População	População Urbana	%	População Rural	%
1950	2.115.547	528.252	24,97	1.598.296	75,55
1960	4.277.763	1.327.818	31,04	3.209.606	75,03
1970	6.997.682	2.547.156	36,40	4.450.526	63,60
1980	7.749.752	4.566.929	58,93	3.182.823	41,07
1991	8.443.299	6.193.160	73,35	2.250.139	26,65
1996	9.003.804	6.941.032	77,09	2.062.772	22,91
2000	9.563.458	7.784.655	81,40	1.520.590	15,90
2010	10.439.601	8.906.024	85,31	1.533.577	14,69
2020	11.516.840*				

* IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010 (2019; 2020)

O acelerado processo de povoamento e crescimento populacional do Estado do Paraná alterou de forma considerável o quantitativo de municípios, pois dos 47 existentes na década, passou para 288 na década de 1970, alcançando os 399 municípios constituídos em 2020, conforme registros da Tabela 11 (IBGE, 2019).

Tabela 11 - Quantidade de municípios e de sua população no Brasil, Paraná e Oeste do Paraná

População	Brasil	Acumulado	%	Paraná	Acumulado	%	Oeste Paraná	Acumulado	%
até 5000	1.253	-	22	102	-	26	12	-	24
até 10.000	1.199	2.452	44	100	202	51	14	26	52
até 20.000	1.345	3.797	68	104	306	77	13	39	78
até 50.000	1.100	4.897	88	57	363	91	7	46	92
até 100.000	349	5.246	94	15	378	95	1	47	94
até 500.000	276	5.522	99	19	397	99	3	50	100
mais de 500.000	48	5.570	100	2	399	100	-	-	-
TOTAL	5.570			399	-	-	50	-	-

Fonte: IBGE, IPARDES (2019).

O crescimento da população paranaense, passará a ser em municípios de maior porte, pois em 2010 havia 18 municípios com 100 mil ou mais habitantes e passará para 23 até 2040 (IBGE, 2019). Neste conjunto de municípios de maior porte, haverá um incremento populacional dos atuais 49,3% para 57,5% neste período, o que corresponde a uma taxa de crescimento maior que a do vegetativo natural da população no país e/ou da região. Isto significa, conseqüentemente, uma migração populacional dos municípios de menor porte, principalmente dos com menos de 20 mil habitantes, os quais sofrerão uma redução de 3,4% de sua população durante este período (IBGE, 2019).

4.7.1 A formação do Oeste do Paraná

A mesorregião Oeste do Paraná está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a cerca de 11,5% do território nacional (IPARDES, 2003). A recente história de colonização da região Oeste do Paraná registra algumas peculiaridades que podem ser evidenciadas a partir dos movimentos de ocupação e colonização, para identificar aspectos da agricultura familiar na região. Até meados da década de 1920, o Oeste era uma fronteira desnacionalizada, sendo que, em Foz do Iguaçu, o português era falado apenas pelos funcionários públicos e a moeda circulante era o peso argentino e entre a população iguaçuense predominava os idiomas guarani e castelhano (WACHOWICZ, 1988; STECA, FLORES, 2008; PRIORI *et al.*, 2012).

O desenvolvimento dos empreendimentos argentinos, denominados obrages, no Brasil foi facilitado por um acordo, no século XVIII, pelo governo imperial, de navegação com a Argentina e o Paraguai, com o objetivo de garantir o acesso ao estado do Mato Grosso do Sul, já que a única forma de chegar até lá era pela foz do rio da Prata até o rio Paraná. Em contrapartida, a Argentina garantiu o direito de navegar o Rio Paraná, desde a foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas, facilitando o transporte ilegal da erva-mate e madeira, extraídos do Brasil, em direção à Argentina (WACHOWICZ, 1988; COLODEL, 2008 PRIORI *et al.*, 2012).

Com a Revolução de 1924, a situação de miséria e abandono da região, foi finalmente revelada pela Coluna Prestes, que passava pelo Oeste Paranaense. Assim, durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 30, iniciou-se o movimento denominado “Marcha para o Oeste” que tinha como objetivo povoar o chamado “sertão paranaense” (WACHOWICZ, 1982; PRIORI *et al.*, 2012).

Foi um movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de “horizontalizar quistos étnicos, econômicos e sociais”, ou seja, fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (WACHOWICZ, 1982, p. 144). Contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”, cujo domínio era exercido pelos obrageros, sobretudo argentinos, que exploravam ilegalmente a erva-mate e madeira nativas da região (WACHOWICZ, 1982; PRIORI *et al.*, 2012).

As iniciativas do Governo com atividades políticas para a ocupação e povoamento do Paraná, no encontro de modernização econômica do Estado, fazem parte dos relatórios dos governos de Manoel Ribas (1932-1937 e posteriormente como interventor entre 1937 e 1945) e nos governos posteriores (CRESTANI, 2010; PRIORI *et al.*, 2012). O Paraná passou a ter destaque no cenário econômico do país e atraiu uma variedade de fluxo migratório diante das oportunidades e desafios no governo de Moyses Lupion (1956-1961), o qual também, em seu segundo mandato, desenvolveu uma forte propaganda da oferta de títulos de propriedade, como meio de atrair migrantes, bem como em auxiliar economicamente esses ocupantes (CRESTANI, 2010; PRIORI *et al.*, 2012).

Efetivado o cancelamento das concessões, o Estado baixou o decreto nº 800, em 08 de agosto de 1931, e a lei nº 46 em 10 de dezembro de 1935. Por meio desses atos jurídicos, passou a vender as terras devolutas recuperadas para empresas ou particulares. A partir desse momento, iniciaram-se duas frentes de colonização da região Oeste: a frente pública, da qual o Estado se encarregava de fazer o loteamento, e a frente privada, a cargo de empresas de colonização e imobiliárias (PRIORI *et al.*, 2012).

No Oeste do Paraná, a ocupação do território teve forte impulso de grandes companhias colonizadoras que obtiveram do governo federal a autorização para a aquisição das glebas de terras para a ocupação e dimensionamento e posterior venda de lotes: Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. Os imigrantes, em sua maioria, provinham do Norte e do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e das regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste do Estado de Santa Catarina (RIPPEL, 2005; PRIORI *et al.*, 2012).

De acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1988),

a colonização, organizada pelas companhias, fundada na venda de pequenos lotes agrícolas aos interessados diretamente no cultivo da terra, supunha, entretanto, uma engrenagem, um suporte jurídico-contábil, de segurança recíproca entre os que pagavam e recebiam terras e outros benefícios, e os colonizadores que recebiam pelas terras e pelos serviços complementares que prestavam (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 19).

Na Região Oeste do Paraná, a colonização iniciou em Toledo. Em 1946, com a aquisição da Fazenda Britânia e a constituição da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ. Esta colonizadora, por acordos contratuais, se incumbiu de extrair toda a madeira antes de vender os lotes aos colonos, para acelerar o processo de colonização e as condições para o seu povoamento na região. Após o desmate e retirada da madeira, a chefia da MARIPÁ passa a ser de Willy Barth, experiente colonizador gaúcho de origem germânica, quando inicia a colonização propriamente dita (WACHOWICZ, 1982).

Segundo Westphalen, Machado e Balhana (1988), a colonizadora Maripá foi a única, no Oeste do Paraná, que ofereceu aos seus clientes condições seguras em relação ao contrato de posse da terra. Niederauer (2004) explica que isso ocorreu porque a Maripá adquiriu, em 1946, a gleba da antiga Fazenda Britânia, cujo ex-proprietário, a Companhia de Madeiras del Alto Paraná, havia efetuado a compra da área diretamente do governo do

Paraná mediante autorização da Assembleia Legislativa do estado, estando (a compra), portanto, ratificada por lei.

A colonizadora Maripá fixou sede em Toledo e iniciou a formação de diversas colônias de agricultores na região. As terras foram fracionadas em tamanho aproximado entre 10 alq. (24 ha) e que cada propriedade tivesse um curso de água. A venda desses lotes foi majoritariamente para gaúchos e catarinenses, em sua maioria com descendência alemã ou italiana. Em 1951, algumas famílias já haviam se instalado na localidade de General Rondon (atual Marechal Cândido Rondon) e em Toledo. Entre 1951 e 1954 foram fundadas vilas como Novo Sarandi, Quatro Pontes, Margarida, Vila Nova, Novo Três Passos, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá, São Roque e São Petrogrado. Muitas dessas vilas ou colônias se tornaram municípios, enquanto outras se firmaram como distritos de Toledo ou Marechal Cândido Rondon (PRIORI *et al.*, 2012).

Alguns fatores caracterizaram bem a colonização da Região Oeste do Paraná, especialmente de Toledo e seus arredores. O primeiro, diz respeito ao tamanho das propriedades. Houve o predomínio das pequenas propriedades, com áreas entre 10 e 50 ha. O segundo, diz respeito à propriedade da terra. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, de 1970, 78% das propriedades eram habitadas por seus proprietários. E o terceiro fator se refere ao fato de que, em 1970, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, 91% das propriedades tinham culturas temporárias, sendo o milho a principal cultura. Isto se deve, principalmente, ao fato de que o milho é o principal alimento do rebanho suíno (DUARTE; MATTOSO; GARCIA, 2007).

As características da pequena propriedade familiar e a organização comunitária do Oeste do Paraná, culminaram na emergência do fenômeno do associativismo. A solidariedade entre os colonos era uma prática cotidiana. Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram atividades que caracterizaram o perfil social dos migrantes dos dois estados sulinos. A exemplo do seu local de origem, esses assentados constituíram as mais diferentes modalidades de associações (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

No Paraná, as cooperativas começaram a surgir na década de 1940, acompanhando o cenário nacional, mas é a partir de 1970, que as cooperativas

começaram a se expandir e a se tornar estruturas fundamentais inseridas na realidade econômica do estado. A organização e da atuação das cooperativas na economia do Paraná e, em especial na região Oeste, trouxe impactos que definiram o perfil do desenvolvimento, contribuindo para a mudança dos indicadores econômicos pela geração de empregos, de geração e circulação de renda e pela diversificação de iniciativas empresariais (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

O significado e a importância da agricultura familiar, enquanto prática cultural trazida pelos colonos descendentes de europeus, preponderantemente gaúchos e catarinenses, para a configuração socioeconômica da região Oeste do Paraná, se fazem presente na atualidade na preservação da agricultura familiar e seus moldes de sociabilidade e produção atual, diante dos avanços tecnológicos de ordem doméstica ou nas práticas de cultivos.

Foi nas décadas de 50, 60 e 70 que se desenvolveu o processo que ficou conhecido mundialmente como “Revolução Verde” e que buscava elevar a produtividade através do uso intensivo de novos fatores de produção, como sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização” (ELESBÃO, 2007, p. 51). O processo de modernização, conhecida como Revolução Verde consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra (NUNES, 2007).

O cenário de modernização agrícola no meio rural, foi visto como um espaço de produção de alimentos, matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra para o processo de industrialização, para o desenvolvimento do país. De acordo com Albuquerque e Nicol (1987) a agricultura desempenharia cinco papéis básicos: i) liberação da mão-de-obra para o setor industrial; ii) fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas; iii) suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais; iv) suprimento de divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas; v) criação de um mercado interno para produtos industriais (ELESBÃO, 2007).

O Oeste do Paraná fez parte desse processo pois, nesta época, o governo lança as bases da mudança da estrutura produtiva na região Oeste do Paraná. Na década de 1960, a estrutura que era até então exploratória (madeira), passa a ser predominante agrícola, produzindo *commodities* como o milho, a soja e o trigo para abastecer o mercado interno. Na década de 1970,

com seu rápido processo de povoamento, o Oeste paranaense iniciou novas mudanças em sua base produtiva, impelido pelo cenário econômico nacional e pelas políticas governamentais que, através dos incentivos, atuavam, buscando a modernização agropecuária e a integração da região aos mercados interno e externo, simultâneo à ação das colonizadoras particulares e dos produtores, agentes e alvos desta transformação (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2011).

Nesse sentido, os estabelecimentos agrícolas da região iniciaram o processo de inserção junto aos mercados, saindo do perfil de produzir apenas para a subsistência familiar, mas também para gerar excedente financeiro, de forma a se capitalizar. A agricultura passou a representar não só a subsistência dos agricultores, mas também a entrada na produção mercantil, que lhes garantiu o pagamento de suas terras, um futuro para os filhos, além de inserir o Oeste do Paraná na produção de alimentos para o mercado interno e externo (PFLUCK, 2002, p. 41).

Como o processo de modernização agrícola foi intenso no Oeste do Paraná “marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas técnicas de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de *commodities* e de alterações radicais nas relações de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 24), juntamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, construção da Ponte da Amizade, reestruturação e pavimentação da BR-277, iniciou um esvaziamento no campo, que atingiu uma taxa de decréscimo de 2,33% ao ano entre 1970 e 1980. Em contrapartida, as taxas de incremento anual da população urbana, corresponderam a 12,48%, superando as taxas do Brasil (4,44%) e do Paraná (5,97%) (REOLON, 2007).

4.7.2 Mudanças demográficas da Região Oeste do Paraná com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu

O Paraná seguiu o modelo econômico brasileiro, que visava o desenvolvimento industrial, em sua busca de acumulação e a produção energética que passou a ser de vital importância para cumprir esse papel. Em 1975, iniciou a construção da Usina¹³ e após a remoção de 55 milhões de

¹³ Os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná em parceria entre o Brasil e Paraguai, datam da década de 60 do século passado. O tratado de Itaipu foi assinado

metros³ de terra e rocha, o curso do Rio Paraná foi alterado. Em outubro de 1982, as obras da barragem terminam e inicia a formação do reservatório que levou apenas catorze dias para atingir o volume de água necessário. No dia 05 de novembro de 1982, os presidentes do Brasil e Paraguai abriram as comportas do vertedouro, liberando a água represada. Assim, a maior hidrelétrica do mundo foi inaugurada, após 50 mil horas de trabalho e o emprego de 40 mil trabalhadores aproximadamente (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ITAIPU, 2014).

O processo de indenização e desapropriação das famílias que ocupavam a região iniciou no começo da década de 70 e encerrou no ano de 1983 com o alagamento da região e o início de funcionamento da usina. Com o final da obra, houve um impacto social e econômico em todos os municípios lindeiros ao lago. A cidade de Foz do Iguaçu, com uma população de 36 mil habitantes antes da obra e ficou com 136 mil depois da obra. No auge da obra, Itaipu utilizou 40.000 pessoas, o que por si só, dobrava o tamanho de Foz do Iguaçu, sem contar as famílias destes trabalhadores que os acompanhavam. Lima (2006) verificou que existiam 371.702 habitantes nos 8 municípios alagados, dos quais 42.444 foram desapropriados ou 11,42% de toda a população destes oito municípios foram desalojadas por Itaipu (LIMA, 2006).

Para compensar financeiramente os municípios alagados, Itaipu paga mensalmente *royalties*¹⁴, que são uma compensação financeira pela utilização do espaço geográfico para formação do lago de Itaipu. Estes valores são estipulados em dólares americanos e repassados mensalmente aos Municípios e ao Estado do Paraná.

No Brasil, em maio de 2018, entrou em vigor a Lei 13.661/2018 que alterou os percentuais de distribuição dos royalties para: 65% aos municípios, 25% aos estados e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Do percentual de 65%, destinados aos municípios, 85% do

em 1973 pelos presidentes do Brasil e do Paraguai, respectivamente Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner (ITAIPU, 2004).

¹⁴ Parcelas do valor de um produto ou serviço (ou partes referentes ao lucro) que são pagas a pessoa detentora de um direito, normalmente uma patente, concessão etc. (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2021). Os royalties são definidos pelo Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, e as bases financeiras estão descritas no seu Anexo C. O cálculo do valor considera a quantidade de energia gerada mensalmente e índices de atualização do dólar. A distribuição é feita de acordo com a legislação de cada país (ITAIPU, 2021).

valor repassado é distribuído proporcionalmente aos lindeiros, ou seja, aos diretamente atingidos pelo reservatório da usina (15 no Paraná e um no Mato Grosso do Sul). Os 15% restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios a montante (rio acima). Dos 25% destinados aos estados, também se aplicam os percentuais de 85% e 15% para os diretamente e indiretamente afetados, respectivamente (ITAIPU, 2021).

A distribuição dos royalties se faz de maneira proporcional à área de terra alagada dos municípios com percentuais definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (ITAIPU, 2021), destacados na Tabela 12:

Tabela 12 - Área Alagada dos municípios da mesorregião Oeste do Paraná

Município	(Km²)	%
Diamante do Oeste	5,62	0,54%
Entre Rios do Oeste	32,90	3,13%
Foz do Iguaçu	201,84	19,23%
Guaíra	51,01	4,86%
Itaipulândia	179,73	17,12%
Marechal Cândido Rondon	56,04	5,34%
Medianeira	1,16	0,11%
Mercedes	19,32	1,84%
Missal	40,07	3,82%
Mundo Novo (MT)	14,71	1,40%
Pato Bragado	47,07	4,48%
Santa Helena	263,76	25,13%
Santa Terezinha de Itaipu	41,90	3,99%
São José das Palmeiras	1,94	0,18%
São Miguel do Iguaçu	90,91	8,66%
Terra Roxa	1,58	0,15%
Totais	1.049,56	100%

Fonte: Adaptado de Itaipu Binacional (2021)

No Paraná, os 15 municípios lindeiros que recebem royalties de Itaipu são: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa.

Parte do impacto causado por Itaipu, decorre da inviabilização econômica e produtiva de quase 14% da área produtiva da região oeste paranaense, um dos melhores solos agricultáveis do planeta. Foram alagados

111.000 hectares de terras que produziam mais de 200.000.000 (duzentos milhões) de quilos de alimentos (RIBEIRO, 2002). Os municípios atingidos pelo Lago de Itaipu sofreram grandes impactos, principalmente no que concerne à reconfiguração do território, modificando a paisagem e as relações econômicas estabelecidas na região (SOUZA, 2009).

Ocorreu, portanto, uma reconfiguração regional, na qual os municípios passaram a ter o Lago de Itaipu como elemento em comum, modificando a região Oeste do Paraná (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2015).

4.7.3 Aspectos Atuais da Mesorregião Oeste do Paraná

A mesorregião Oeste do Paraná, atualmente, é constituída por um conjunto de 50 municípios, agrupados em três Microrregiões – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (IPARDES, 2019), quais sejam: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

Em termos de PIB, a mesorregião demonstra forte dinamismo, apresentando a 3º maior contribuição, 14,4%, na formação do PIB estadual. Seus três principais municípios — Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo — situam-se entre os 10 maiores PIBs do Paraná. Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), essa mesorregião, comparativamente às demais regiões do Paraná, concentra o maior número de municípios com esse indicador em valores mais elevados (IPARDES,2019).

Percebe-se que o mesmo fenômeno evidenciado no Paraná se reproduz no Oeste do Paraná: concentração de população em um conjunto reduzido de municípios; formação de aglomerações urbanas e grande perda de população rural na maior parte dos municípios (IPARDES, 2019). O crescimento e a concentração da população nos municípios de maior porte, também deve ocorrer no Oeste do Paraná, cuja população atual é de 1.315.226 habitantes, e deste total 55,3% estão concentradas nos três principais municípios do Oeste do Paraná (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) que equivale a 727.621 habitantes. Em outra perspectiva, 78% dos municípios do Oeste do Paraná têm uma população inferior a 20 mil habitantes e, deste total, 25% dos municípios tem uma população inferior a 5 mil munícipes (IBGE, 2019).

A concentração da população em área urbana dos principais municípios do Oeste do Paraná, é superior à média estadual e nacional, pois Foz do Iguaçu, dada a sua constituição e localização geográfica, concentra 99,17% de sua população em área urbana, Cascavel tem 94,30% de sua população residente em área urbana, e Toledo tem 90,74% de sua população urbana. Entretanto, os municípios de menor porte têm uma característica diferente, pois concentra uma população maior no meio rural, diante das próprias atividades e forte cunho agropecuário dos municípios (IPARDES, 2019).

As cidades menores são mais entremeadas por atividades do meio rural, do mesmo modo que o rural passa a designar novas funções produtivas e algumas de origem urbana. Além de a economia do rural exercer influência na cidade, a cultura, como festas e tradições, e o lazer também estabelecem vínculos com o campo (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2015). Conforme Silva e Ferreira (2013):

Em pequenos municípios as pessoas ainda se apegam às tradições, carregando consigo uma cultura que se faz sentir nas relações sociais dos habitantes, com suas festas, atividades culturais. Esse conjunto de elementos retrata a identidade social da localidade, que traz elementos do campo para a cidade, ou seja, as ruralidades (SILVA; FERREIRA, 2013, p. 7).

Em contrapartida, constata-se um tipo importante de relação do campo com a cidade, pela qual os agricultores buscam os serviços oferecidos no meio urbano, em especial as tecnologias consideradas urbanas (telefone, internet,

computador, televisão) e que passam a fazer parte do cotidiano da população rural (CASAGRANDE; DE SOUZA, 2015). Assim, deve-se considerar a influência e a importância do rural nessas cidades, inclusive nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

A atenção desses cenários de evasão rural e apreciar condições para melhorias nos estabelecimentos agropecuários e conseqüentemente aos agro industriários, como alternativas para manter e estimular a permanência do homem no meio rural, fazem parte deste estudo.

4.8 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E IDENTIDADE DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS NO PARANÁ

A agroindústria familiar rural é uma importante alternativa de geração de renda e trabalho no estabelecimento rural. O processo de agroindustrialização, em especial a transformação de alimentos realizada pelos agricultores familiares, oportuniza o desenvolvimento e fortalecimento das economias locais nas diversas regiões do Estado, promovendo a diversificação produtiva, o resgate dos valores culturais, além dos aspectos relacionados a sustentabilidade ambiental e a sucessão familiar (IAPAR, 2021).

A Tabela 13 apresenta os dados atuais sobre estabelecimentos agropecuários com agroindústria, valores de produção e venda, conforme o Censo Agro 2017 (IBGE, 2017), no Estado do Paraná:

Tabela 13 - Números de estabelecimentos agropecuários com agroindústria, valores de produção e venda – Agricultura Familiar e não familiar – Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ	Número de Estabelecimentos Agropecuários com Agroindústria rural (unidades)	Valor da produção da Agroindústria Rural (R\$)	Valor de venda de produtos da agroindústria rural (R\$)
AGRICULTURA FAMILIAR	19.802	322.055	222.328
AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	5.010	394.040	314.466
TOTAL	24.812	716.095	536.794

Fonte: IBGE (2017), Tabela SIDRA 6960.

As agroindústrias da agricultura familiar representam, conforme a Tabela 13, 79,8% da totalidade de agroindústrias no Paraná, mas em relação a produção, produzem 45% do total e são responsáveis por 41,4% do total do valor de venda. Apesar dos valores serem menores que a ANF, ela tem sua importância dentro da cadeia de produção das agroindústrias. A Tabela 14 traz alguns dos produtos agro industrializados, no Estado do Paraná, conforme o Censo Agro (2017):

Tabela 14 - Quantidade produzida na agroindústria rural (Paraná) – Censo Agro (2017)

Tabela 6961 - Variável: Quantidade produzida na agroindústria rural (2017) - Paraná					
PRODUTOS*	TOTAL	AF	%	ANF	%
Aguardente de cana (Mil litros)	1.683	365	21,69	1.319	78,37
Creme de leite (Toneladas)	77	26	33,77	52	67,53
Doces e geléias (Toneladas)	2.916	319	10,94	2.597	89,06
Legumes e verduras (processadas) (Toneladas)	3.171	729	22,99	2.442	77,01
Licores (Mil litros)	28	2	7,14	26	92,86
Manteiga (Toneladas)	17	11	64,71	6	35,29
Melado (Mil litros)	1.091	944	86,53	147	13,47
Pães, bolos e biscoitos (Toneladas)	1.727	1.318	76,32	409	23,68
Polpa de frutas (Toneladas)	179	153	85,47	25	13,97
Queijo e requeijão (Toneladas)	9.127	7.011	76,82	2.117	23,19
Sucos de frutas (Mil litros)	362	262	72,38	101	27,90
Vinho de uva (Mil litros)	1.503	937	62,34	566	37,66
Embutidos (linguiças, salsichas etc.) (Toneladas)	1.178	704	59,76	475	40,32

*Os produtos foram selecionados, em função da amostra (são produtos que se encontram em produção nas 168 agroindústrias).

Fonte: IBGE (2017; 2019)

A partir dos dados apresentados, pode-se identificar que dos treze produtos apresentados, a AF é responsável por mais de 60% da produção em oito, confirmando sua representatividade nas agroindústrias do Paraná.

Quanto as políticas públicas, em 1999, o Estado do Paraná - por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - institui o programa Fábrica do Agricultor e sua função [...]seria articular parcerias entre órgãos e empresas governamentais, universidades, entidades representativas dos agricultores familiares, ONG's e agentes financeiros, para oferecer suporte estratégico para o agricultor familiar paranaense na área de tecnologia, incentivos, *marketing* e *design*, mercado e comercialização, buscando a legalização sanitária,

ambiental e jurídico-fiscal (AMORIM; ESTADUTO, 2008; SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ, 2011). Segundo a Seab (2010), em 2000, foi criado o Selo do Programa “Fábrica do Agricultor” e uma família de rótulos do programa para cada produto. O programa teve início no ano de 1999 e encerrou em 2010.

O Programa “Paraná 12 meses” é um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano (SEAB, 2021).

Iniciado em 2009, o Paraná Mais Orgânico é um projeto desenvolvido em parceria entre a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Tecpar, as sete universidades estaduais e o Instituto de Desenvolvimento Rural Iapar-Emater (IDR-Paraná). O programa do Governo do Estado orienta agricultores familiares interessados em produzir alimentos orgânicos e certifica aqueles que já seguem as técnicas de manejo desta modalidade de produção (CI ORGÂNICOS, 2021).

Implantado pela Adapar em março de 2020, regulamentado pelo decreto estadual número 4.229 de 13 de março de 2020, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf/PR) permite que agroindústrias familiares possam comercializar seus produtos em todo o Paraná, mesmo sendo o município onde estão instaladas enquadrado apenas no Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Hoje, são cinco municípios - Francisco Beltrão, Cascavel, Mauá da Serra, Salgado Filho e Santa Helena -, que aderiram ao Sistema (SEAB, 2020).

O Susaf/PR integra o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e corresponde a uma ferramenta mais ágil e responsável por habilitar os estabelecimentos agro industriários a venderem seus produtos em todo o território estadual. O município e os estabelecimentos que aderem ao Susaf/PR seguem uma padronização dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a sanidade e segurança alimentar (SEAB, 2020).

Ainda em 2020, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento promoveu a Agrifamiliar Paraná 2020 - 1ª Feira de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar, que aconteceu em Curitiba. (SEAB, 2020). Os programas estudados¹⁵, resultados de políticas públicas de Estado, representaram um apoio considerável para o desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares.

4.8.1 As agroindústrias familiares rurais na mesorregião Oeste do Paraná

No Oeste do Paraná, a agroindústria é uma atividade que veio junto com a colonização dos municípios. Os imigrantes, em sua maioria, provinham do Norte e do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e das regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste do Estado de Santa Catarina, e mantiveram seus costumes culturais, práticas de ajuda mútua, atividades familiares e o trabalho associativo, de suas origens europeias, principalmente alemães e italianos, dessa forma, povoando e promovendo o desenvolvimento da região (CARVALHEIRO, 2010; KARNOPP *et al.*, 2016).

Ao se instalarem na região, os imigrantes mantiveram as características de produtores familiares e pequenos comerciantes, e no início a produção se restringia a agropecuária, por causa do solo fértil e condições climáticas favoráveis ao cultivo. A família participava intensamente do processo, já que precisavam ser autossuficientes, produzindo alimentos e equipamentos para prover a subsistência das famílias que eram numerosas (CARVALHEIRO, 2010).

Havia outra preocupação, que era central: guardar alimentos para eventuais períodos de intempéries ou escassez de alimentos, sendo necessário, desenvolver técnicas de conservação. É nesse período que surgiu a técnica de conservação da carne de porco e do chucrute.¹⁶ Também

¹⁵ O PAF atendeu 2.500 agroindústrias durante o período de 1999-2010 e teve como diferencial o KIT agilidade: legalização de forma inovadora e rápida (PASSINI, 2020).

¹⁶ A carne era frita em tachos de ferro e depois colocada em vasilhames, imersa na própria banha resultante do processo de fritura e ali era conservada por meses. O preparo do chucrute (Sauerkraut), se dava utilizando o repolho picado, o qual era prensado em vasilhames em camadas alternadas com sal. Depois de passar por um processo de fermentação, era consumido cru ou cozido no vapor (KARNOPP *et al.*, 2016).

utilizavam técnicas de conservação das frutas (desidratação), para utilizar em outras épocas na preparação de cucas e sobremesas (KARNOPP *et al.*, 2016).

Os imigrantes fabricavam produtos variados (queijos, salames, pães, bolachas, açúcar mascavo, doces, geléias), que geravam trocas mercantis (produção-consumo) ou sociais (favores, reciprocidade). Essa circulação de alimentos garantia o consumo diversificado de produtos ao longo do ano entre as famílias das agroindústrias e seus vizinhos (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2004; RADOMSKI, 2006; CARVALHEIRO, 2010). Outro elemento importante era o fato de fabricarem seus próprios equipamentos para o trabalho agrícola. Muitas máquinas e instrumentos de produção eram construídos com a ajuda de parentes e amigos, criando laços sociais entre seus pares (CARVALHEIRO, 2010).

As cidades e comunidades rurais foram sendo construídas, no entorno das capelas/igrejas, fortalecendo as relações de reciprocidade entre os agricultores. Os colonos tinham o hábito de comemorar os aniversários, casamentos, feriados, em suas casas nas propriedades rurais, chamando os vizinhos, parentes e amigos, com a intenção de confraternizar e trocar experiências. Assim, acabavam fortalecendo os laços de amizade e as possibilidades de ajuda mútua, quando da necessidade. Passa-se, então, a interagir com a comunidade e desenvolver as atividades ligadas a transformação e processamento dos alimentos que já faziam na sua região de origem (JACKSON, 1991; RADOMSKI; SCHNEIDER, 2007; CARVALHEIRO, 2010).

Foi através dessas redes sociais, que se solidificou e construiu-se os mercados, em um primeiro momento, sem intuito econômico, mas com o passar do tempo e o aprimoramento da produção, passou-se a comercialização. Os mercados têm sua origem nessa agricultura colonial, em que havia a reciprocidade, a troca (RADOMSKI; SCHNEIDER, 2007; CARVALHEIRO, 2010).

O objetivo inicial era aproveitar melhor a produção e/ou superar a dificuldade em vender o produto *in natura*, como, por exemplo, envazando o leite para venda e o excedente, utilizando na produção de queijo, nata, manteiga, ou ainda, as galinhas poedeiras, quando já não serviam mais para a

produção de ovos, assim, como o aproveitamento de frutas e legumes da época para fazer doces e conservas (BRITO, 2005; CARVALHEIRO, 2010).

Esse contexto operativo remete a identificação com a agricultura familiar, relacionando-se com os mercados locais e outros atores do espaço inserido (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2004). Com o tempo, passou a ter apoio de alguns órgãos (CAPA, EMATER, SENAR etc.), demonstrando a importância da extensão rural e assistência técnica para os agricultores, podendo chamar de laços fortes, como apresenta Granovetter (1995), que ainda perpetuam e contribuem para o desenvolvimento desses empreendimentos.

A agroindústria familiar, ao ser valorizada no meio rural passa a ser uma estratégia de reprodução social, pois traz oportunidades de agregação de valor na produção das famílias rurais, gerando renda e empregos àqueles produtores que optam pelas atividades de transformação das matérias primas que já produzem (PELEGRINI; GAZZOLA, 2008; CARVALHEIRO, 2010; MATTEI, 2015).

Este capítulo trouxe os conceitos sobre agroindústria rural e agroindústria familiar rural, dados sobre as agroindústrias no Brasil, Paraná e mesorregião Oeste do Paraná, e pôde-se verificar os elementos que caracterizam a AFR, como o processamento e transformação de matéria-prima proveniente da propriedade rural, predomínio da mão de obra familiar, além da importância dela, enquanto alternativa de renda e ocupação para a população rural.

5 A CONJUNTURA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS, PROPRIEDADES, MEMBROS RESIDENTES, ESTRUTURAÇÃO, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA O PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Este capítulo relata a caracterização das agroindústrias rurais familiares (propriedades e pessoas) num grupo de municípios do Oeste do Paraná. Os dados embasados nos relatórios (ANEXO A), tratam dos dados de 168 agroindústrias familiares presentes em 28 municípios, atendidas pelo Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto cultivando Água Boa da ITAIPU BINACIONAL em convênio com a BIOLABORE.

Contempla as peculiaridades e procedimentos da produção e comercialização das 168 agroindústrias familiares da pesquisa. Considerando que a agricultura familiar é heterogênea, e que a agroindústria é uma alternativa de trabalho e renda no meio rural, o estudo das UFR com agroindústrias em relação as suas estratégias produtivas e os recursos disponíveis para a sua reprodução social é pertinente, identificando suas escolhas de práticas agrícolas e agro industriários, a dinâmica dessas famílias com a sua propriedade, seus membros e suas atividades, e com o seu exterior, através de sua produção e comercialização.

5.1 UM ESPELHO DAS PROPRIEDADES RURAIS

A Tabela 15 ilustra os municípios e o quantitativo de unidades familiares rurais com agroindústrias, objeto de estudo da pesquisa, constante em cada município.

Tabela 15 - Municípios e Quantidade de Unidades Familiares Rurais (UFR) com Agroindústrias

Município	Quantidade	%
CASCADEL (CA)	23	13,7
DIAMANTE DO OESTE (DO)	4	2,4
ENTRE RIOS DO OESTE (ERO)	2	1,2
MEDIANEIRA (MED)	16	9,5
PATO BRAGADO (PB)	7	4,2
SANTA HELENA (SH)	10	6,0

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS (SJP)	3	1,8
TERRA ROXA (TR)	3	1,8
GUAÍRA (GUA)	2	1,2
QUATRO PONTES (QP)	2	1,2
CÉU AZUL (CEU)	2	1,2
MATELÂNDIA (MAT)	11	6,5
RAMILÂNDIA (RAM)	3	1,8
SANTA TEREZA DO OESTE (STO)	1	,6
SÃO PEDRO DO IGUAÇU (SPI)	2	1,2
VERA CRUZ DO OESTE (VCO)	3	1,8
MISSAL (MIS)	12	7,1
TOLEDO (TOL)	7	4,2
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (SMI)	3	1,8
FOZ DO IGUAÇU (FOZ)	11	6,5
SERRANÓPOLIS (SER)	8	4,8
ITAIPULÂNDIA (ITA)	4	2,4
SANTA TERESINHA DE ITAIPU (STI)	1	,6
ALTÔNIA (ALT)	8	4,8
MARECHAL CÂNDIDO RONDON (MCR)	8	4,8
MERCEDES (MER)	4	2,4
NOVA SANTA ROSA (NSR)	3	1,8
PALOTINA (PAL)	5	3,0
Total	168	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Contempla a Tabela 16, o tamanho da área e os dados de domínio legal das unidades familiares rurais. Tais constatações se fazem oportunas para o devido enquadramento do agricultor como familiar. O enquadramento seguiu a classificação feita pela DAP¹⁷ (Declaração de Aptidão ao PRONAF) (BIO LABORE, 2019). A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (BRASIL, 2020).

A Declaração de Aptidão do PRONAF classifica a agricultura familiar, pelo contido no Decreto nº 9.064/2017, art. 3º, incisos I a IV, que estabelece:

¹⁷ A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) (BRASIL, 2020).

A UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária] e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2020).

Conforme registro da Tabela 16, predominam as pequenas áreas, com até 5 ha (45,2%), seguido das áreas de 06 a 10 ha (19,6%) e de 11 a 15 ha (14,9%), ou seja, 79,9% detêm uma área de até 15 ha, e demonstra que se mantém muito próxima à forma como está composta a estrutura agrária brasileira.

Tabela 16 - Identificação do tamanho da área e domínio legal das Unidades Familiares Rurais com Agroindústrias

Tamanho da Área	Unidades Familiares Rurais (UFR)	%	Área por domínio legal para composição das Unidades Familiares Rurais (UFR)					
			Área própria	Área arrendada de terceiros	Área arrendada pela qual o produtor nada paga pelo uso	Área cedida para terceiros	Total	%
0 a 5 há	76	45,2	70	3	2	2	77	44,00
6 a 10 há	33	19,6	30	2	1	4	37	21,14
11 a 15 há	25	14,9	25	0	2	0	27	15,43
16 a 20 há	13	7,7	13	0	0	0	13	7,43
21 a 25 há	6	3,6	6	0	0	0	6	3,43
26 a 30 há	6	3,6	5	1	0	0	6	3,43
31 a 35 há	4	2,4	3	0	0	1	4	2,29
36 a 40 há	2	1,2	2	0	0	0	2	1,15
46 a 50 há	1	0,6	1	0	0	0	1	0,57
51 a 55 há	1	0,6	1	0	0	0	1	0,57
61 a 65 há	1	0,6	1	0	0	0	1	0,57
Total	168	100,0	157	6	5	7	175	100,00
%			89,70%	3,40%	2,90%	4,00%	100,00%	

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora.

Em 89,07% das UFR, o proprietário tem domínio legal das terras, enquanto o índice nacional compreende 80,96%, como consta no Censo Agro 2017 (IBGE 2019). Esse quantitativo maior, em unidade ou em percentual, permite deduzir que é possível o incremento desses módulos rurais com sustentabilidade às UFR.

Com relação ao número de estabelecimentos, com até 10 ha, a média nacional é de 52,6%, no Paraná é de 48,5% (IBGE, 2019) e, o conjunto dos municípios ora em estudo, alcançam 64,8%, denotando a potencialidade destes módulos rurais em preservar as UFR, na região.

No trabalho de Amorin e Staduto (2007), que tiveram como objetivo analisar a organização da produção da agroindústria rural familiar como estratégia de desenvolvimento rural, identificaram que 72,5% das propriedades com agroindústrias, no Oeste do Paraná, têm até 20 hectares e 80% destas, mantêm a área com a industrialização da produção, indicando que o processo de agroindustrialização fortalece as UFR.

A agricultura familiar por ser heterogênea, demanda de estudo de unidades familiares em relação as suas estratégias produtivas e diversificação. No estabelecimento rural, a diversificação pode incluir a produção de diferentes tipos de culturas, como lavouras, pecuária, silvicultura, piscicultura, olericultura, fruticultura (ALTIERI, 1999; LIN, 2011).

Conforme a Tabela 17, cabe destaque a bovinocultura leiteira, por ser a principal atividade existente nas UFR, quando predomina apenas uma atividade, ou quando de 2 ou 3 atividades existentes nas propriedades. O leite, além de seu consumo in natura, serve como fonte de matéria prima para inúmeros outros produtos (queijo, manteiga, nata etc.) por meio da industrialização nas AFR. A produção de queijo e requeijão no Brasil foi de 149.711 toneladas/ano na agricultura familiar, conforme o Censo Agro 2017 (IBGE, 2019).

A horticultura faz parte de 16 das UFR, entretanto atividades relacionadas às *commodities* (milho e soja), contemplam 29 das UFR, as quais tem uma maior extensão de área e permitem essa diversificação de produção e renda.

Num contexto amplo, da Tabela 17, as composições produtivas das UFR com somente uma atividade, a bovinocultura leiteira predomina, seguida pela horticultura e, a partir de duas atividades, o cultivo do milho e soja aparecem com destaque.

Tabela 17 - Atividades agropecuárias das UFR

1 atividade	Qtde	%	3 atividades	Qtde	%
Bovinopecuária leiteira	19	37,3	Bovinopecuária leiteira, Milho, Soja	2	22,2
Horticultura	7	13,7	Avic. corte, Avic. Postura, Psicultura	1	11,1
Fruticultura	6	11,8	Avicultura de Postura, Milho, Soja	1	11,1
Soja	4	7,8	Bovinopecuária Leiteira, Mandioca, Horticultura	1	11,1
Suinopecuária	4	7,8	Bovinopecuária, Cafeicultura, Fruticultura	1	11,1
Avicultura de postura	3	5,9	Fruticultura, Milho, Soja	1	11,1
Milho	3	5,9	Mandioca, Milho, Horticultura	1	11,1
Avicultura de corte	2	3,9	Milho, Horticultura, Soja	1	11,1
Bovinopecuária de corte	2	3,9	TOTAL	9	100
Turismo rural	1	2,0	4 atividades	Qtde	%
TOTAL	51	100	Feijão, Milho, Horticultura, Soja	1	100
2 atividades	Qtde	%	TOTAL	1	100
Avicultura de Postura, Bovinopecuária Leiteira	1	4,2	5 atividades	Qtde	%
Bovinopecuária Leiteira, Suinopecuária	1	4,2	Arroz, Avicultura de Postura, Feijão, Fruticultura, Horticultura	1	100
Feno, Suinopecuária	1	4,2	TOTAL	1	100
Fruticultura, Horticultura	4	16,7	Com informação da atividade agropecuária	86	51,2
Milho, Soja	17	70,8	Sem informação da atividade agropecuária	82	48,8
TOTAL	24	100			

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A análise dos efeitos de diversificação de culturas sobre nutrição (diversidade da dieta) e o rendimento (culturas vendidas) das famílias rurais, feita por Pellegrini e Tasciotti (2014), em oito economias em desenvolvimento, observaram uma correlação positiva entre o número de plantas cultivadas, a renda familiar e a diversidade da dieta. Pellegrini e Tasciotti (2014), concluíram que a diversificação é importante para a sobrevivência e a segurança alimentar das famílias rurais nesses países, inclusive decorrentes de mudanças climáticas. Atualmente, o aumento das incertezas advindas das mudanças climáticas globais, torna mais preponderante a necessidade de adotar estratégias para minimizar os riscos econômicos das propriedades rurais (SAMBUICHI; GALINDO; OLIVEIRA; PEREIRA, 2014).

A Tabela 18 apresenta o número de atividades agropecuárias em relação ao tamanho da área das UFR. Identificou-se, dentre as UFR, que

responderam à questão sobre as atividades agropecuárias, que predomina nas pequenas áreas (até 10 ha) o cultivo de apenas uma atividade agropecuária.

Tabela 18 - Quantidade de atividades agropecuárias e a relação com o tamanho da área

Tamanho da Área	Quantidade de atividades x Tamanho da Área					Total	
	1 Atividade	2 Atividades	3 Atividades	4 Atividades	5 Atividades	Total	%
0 a 5 há	20	7	3	0	0	30	34,8
6 a 10 há	13	4	3	0	1	21	24,4
11 a 15 ha	4	5	2	1	0	12	14,0
16 a 20 ha	6	2	0	0	0	8	9,3
21 a 25 ha	1	2	0	0	0	3	3,5
26 a 30 ha	3	3	0	0	0	6	7,0
31 a 35 ha	2	1	0	0	0	3	3,5
36 a 40 ha	1	0	1	0	0	2	2,3
46 a 50 ha	1	0	0	0	0	1	1,2
51 a 55 ha	0	0	0	0	0	0	0,0
61 a 65 ha	0	0	0	0	0	0	0,0
Total	51	24	9	1	1	86	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A tabela 18 ilustra um quantitativo numérico pouco expressivo para potencializar os empreendimentos agropecuários em diversificação e obtenção de renda com estabilidade. Há necessidade de aumentar a diversificação produtiva para as unidades familiares, pois ela constitui um elemento importante para a sua reprodução social e econômica, já que a combinação de atividades minimiza os riscos muitas vezes encontrados em especializações produtivas.

Promover a diversificação das culturas garante mais sustentabilidade. Quanto maior a diversidade do agro ecossistema, maior será a sustentabilidade ambiental da propriedade, além de benefícios econômicos, sociais e ambientais para o agricultor e para toda a sociedade (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

O aumento da renda constitui uma motivação para muitos agricultores diversificarem sua produção (SCHROTH; RUF, 2014). Perondi (2007), em um estudo no Sudoeste do Paraná, sobre os meios de vida de agricultores familiares, identificou uma renda agropecuária maior nas famílias com maior diversidade de culturas.

A Tabela 19 aponta os níveis de renda das atividades agropecuárias das UFR por ano. Das 86 UFR consideradas, em 21,4%, a renda gerada com as atividades agropecuárias foi de até R\$ 20.000,00 em 2019, enquanto 14,3% das UFR obtiveram uma renda entre R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00 no ano considerado.

Tabela 19 - Renda das atividades agropecuárias das propriedades/ano

Níveis de Renda Agropecuária/ano	Quantidade de UFR	%
Até R\$ 20.000,00	36	21,4
Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	24	14,3
Acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	20	11,9
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	5	3,0
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 300.000,00	1	0,60
Sem informação da atividade agropecuária	82	48,8
Total	168	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Na Tabela 20, fez-se a comparação da renda agropecuária com o número de atividades, e identificou-se que no estrato com renda até R\$ 20.000,00, destaca-se o número de UFR com apenas uma atividade (27,9%), e 11,6% com duas atividades. No estrato de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, o maior percentual está em apenas uma atividade (15,10%). Em um contexto mais amplo, (69,8%) das UFR tem uma renda de até R\$ 50.000,00/ano com as atividades agropecuárias. No estrato acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00, também predomina uma ou duas atividades.

Tabela 20 - Renda das propriedades/ano em relação a quantidade de suas atividades agropecuárias

Valor da Renda	Número de atividades						%
	1 Atividade	2 Atividades	3 Atividades	4 Atividades	5 Atividades	Total	
Até R\$ 20.000,00	24	10	2	0	0	36	41,9
Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	13	5	4	1	1	24	27,9
Acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	11	7	2	0	0	20	23,3
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	3	1	1	0	0	5	5,8
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 300.000,00	1	0	0	0	0	1	1,2
Total	51	24	9	1	1	86	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Outro aspecto a destacar está na renda dos agricultores, que, por vezes não se limita na venda da produção agropecuária, pois a família constrói um portfólio de atividades para a diversificação da renda que pode incluir, além da produção de subsistência, a agroindústria, turismo rural, artesanato, além das atividades realizadas fora da fazenda e outras fontes de renda, para sobreviver e melhorar seu nível de vida (ELLIS, 2000; SAMBUICHI *et al.*, 2014). Torna-se uma estratégia de sobrevivência para permanecer no meio rural.

Essa pluriatividade, presente no novo rural brasileiro, é segundo Schneider (2009, p. 4) “a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridos”.

No tocante as UFR em estudo, em 103 (58,5%) das mesmas a renda está restrita as atividades na propriedade, e 73 (41,5%), detém renda por atividades exercidas além da propriedade., atividades não – agrícolas. Tais constatações podem ser apreciadas na Tabela 21.

Tabela 21 - Outras rendas (Renda Extra – Agrícola) nas UFR

Outras Rendas	Quantidade	%	Outras Rendas	Quantidade	%
Não possui	103	58,5	Autônomo	6	3,4
Aposentadoria/Pensão/Benefício	39	22,0	Conselheiro Fiscal	1	0,60
Aluguel	3	1,60	Pousada	2	1,20
Arrendamento produtos agrícolas	7	4,00	Pesque pague	1	0,60
Serviço de buffet	1	0,60	Grameira	1	0,60
Assalariado (02 professores)	7	4,0			
Empresário	3	1,7			
Serviços gerais (diárias)	1	0,60			
Vereador	1	0,60	Total	176	100,00%

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A Tabela 21 retrata a fragilidade em relação a renda das UFR, por 103 (58,5%) das UFR terem renda advindas apenas da propriedade e 73 UFR (41,5%) obtém outras rendas de atividades não vinculadas as rurais (benefícios do INSS, outros empregos/salários) corroborando com a dependência de

rendimentos externos à propriedade, para viabilizar a sustentabilidade das UFR.

A diversificação pode ser uma alternativa para dirimir os riscos inerentes à produção, buscando maior renda a UFR, mas deve-se analisar a mão de obra disponível na propriedade para as atividades.

No encontro de identificar os valores das rendas oriundas das atividades extra agrícolas dos membros das UFR, apresenta-se os valores na Tabela 22, com destaque as rendas até 02 salários-mínimos mensais, com 14,5% dos membros, mas a maioria 82,8% dos membros das UFR não possuem outra renda além da propriedade.

Tabela 22 - Faixa de renda extra agrícola nas UFR

Faixas de renda	N	%
Não possui renda extra agrícola	434	82,8
Menor que 1 salário-mínimo	19	3,6
Entre 1 e 2 salários-mínimos	57	10,9
Entre 3 e 4 salários-mínimos	8	1,5
Acima de 4 salários-mínimos	3	0,6
Não informou valor da renda extra agrícola	3	0,6
TOTAL	524	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro do estabelecimento rural, é que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade, e pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social e econômica, assim como pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem essa família, podendo inferir, nesse caso que as novas ruralidades representariam uma forma de valorização do rural (BOTELHO FILHO, 2005; LINDNER *et al.*, 2009).

As UFR frente as limitadas fontes de renda carecem de atenção com políticas públicas para a própria sustentabilidade por meio de alternativas para a geração de renda adequada da própria propriedade. As políticas públicas, devido a diversidade da agricultura familiar do Brasil, verificada a partir da tipologia apresentada, por Schneider e Cassol (2017), precisam, necessariamente, ser diferenciadas e ter um portfólio variado de opções. Precisam ter pelo menos dois tipos de focos, sendo um deles voltado para o fortalecimento das condições de produção e meios que permitam gerar mais

renda e o outro voltado ao rural *lato sensu*, com ações e programas dirigidos ao fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços. Trata-se de uma combinação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

5.2 AS PARTICULARIDADES DOS MEMBROS RESIDENTES NAS PROPRIEDADES RURAIS

Entre 1970 e 2010, a participação da população rural reduziu 44% para 15,6%, e 15,28% em 2015. Entre 2000 e 2010, apresentou perda de 2 milhões de pessoas. A população urbana, entretanto, cresceu 2,5% ao ano na década de 1990 e 1,6% nos anos 2000, e 84,72% vivem nas cidades. A partir da década de 80, observa-se também o incremento das migrações intrarregionais, a diminuição da migração rural-urbana e o aumento da migração de retorno. (OLIVEIRA; ONEILL, 2013; MAIA; BUAINAIN, 2015; PNAD, 2015; IBGE, 2021).

Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos era praticamente a mesma, mas a cada década o predomínio populacional dos rapazes foi aumentando. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças, indicando um processo de masculinização rural, e a explicação para o êxodo rural feminino é a busca pela formação educacional (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS, CALDAS, 2005; REDIN, 2014).

A Tabela 23 apresenta os aspectos demográficos dos residentes nas 168 propriedades rurais analisadas, com paridade em relação ao gênero, pois 252 membros do sexo masculino e 272 membros do sexo feminino fazem parte das UFR em estudo. Pode-se afirmar que esse grupo estudado não está sofrendo processo de masculinização e que a permanência da mulher pode relacionar-se a multifuncionalidade do espaço rural e a pluriatividade da agricultura familiar.

Em relação aos vínculos familiares das pessoas residentes nas unidades familiares, a maior representação é constituída pelo casal, com 56,4% do total dos membros, seguido pelos filhos, com 31,3%.

Tabela 23 - Sexo, faixa etária e vínculo familiar das pessoas residentes nas unidades

Vínculo	Quantidade	%	Sexo	Quantidade	%
Esposo	148	28,2	Masculino	252	48,1
Esposa	148	28,2	Feminino	272	51,9
Filha	87	16,6	Total	524	100,0
Filho	77	14,7			
Mãe	16	3,1	Faixa etária	Quantidade	%
Neto	11	2,1	Menor que 14 anos	46	8,8
Genro	7	1,3	Entre 14 e 19 anos	39	7,4
Proprietário	6	1,1	Entre 20 e 29 anos	66	12,6
Pai	4	0,8	Entre 30 e 39 anos	68	13,0
Nora	4	0,8	Entre 40 e 49 anos	83	15,8
Avô	3	0,6	Entre 50 e 59 anos	123	23,5
Avó	3	0,6	Entre 60 e 69 anos	81	15,5
Sogra	3	0,6	Maior ou igual a 70 anos	18	3,4
Irmã	3	0,6	Total	524	100,0
Neta	2	0,4			
Sogro	1	0,2			
Irmão	1	0,2			
Total	524	100,0			

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A faixa etária predominante, representada na Tabela 23, concentra-se nas faixas de 30 a 59 anos (52,3%), com destaque para as faixas acima dos 50, que representam 42,4% dos membros, demonstrando uma inclinação ao envelhecimento natural dessa amostra. A questão do envelhecimento no meio rural é resultado do efeito de um êxodo rural seletivo exercido nas duas últimas décadas no campo, enviando as cidades a mão de obra jovem (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005; FROELICH, RAUBER, CARPES e TOEBE, 2011). A Figura 8 permite uma identificação muito pertinente da realidade demográfica dos membros das UFR.

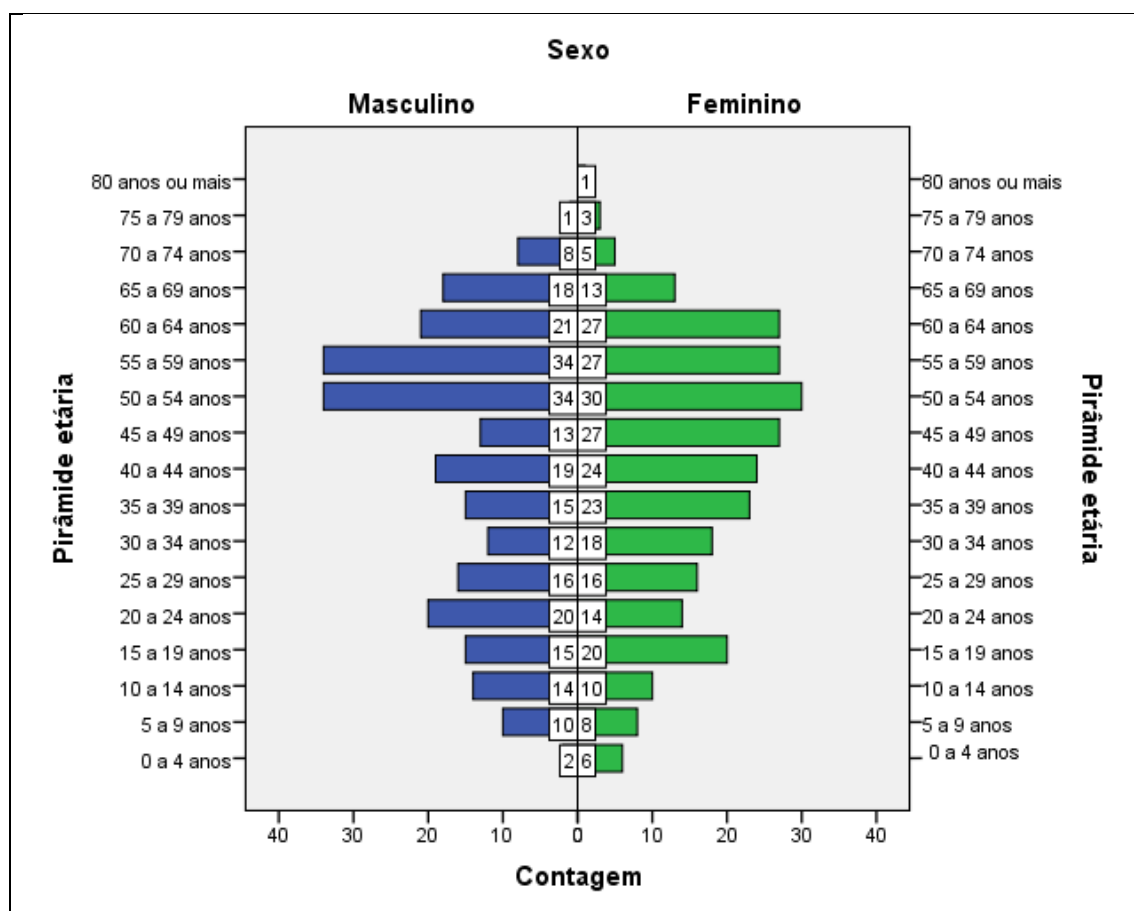


Figura 8 - Pirâmide etária das pessoas residentes nas unidades agro industriários

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A pirâmide etária na Figura 8, apresenta a população estudada de acordo com seu gênero e suas faixas de idade, as quais são dados importantes para planejar ações ao atendimento das UFR, diante da limitação dos membros familiares na continuidade deste empreendimento de relevada importância a sustentabilidade e economia num contexto geral. Verificou-se que a pirâmide sofre um achatamento nas faixas etárias de 30 a 49 anos de membros do sexo masculino. Nessa faixa etária, há um maior número de membros do sexo feminino nas propriedades, voltando a paridade nas faixas de 50 a 64 anos.

A Tabela 24 trata do tamanho das famílias, onde a composição familiar, com 04 e 05 membros, corresponde a 44% das mesmas, o que pode ser um bom indicativo para uma possível continuidade das atividades, nas UFR, entretanto, os núcleos familiares com 02 e 03 membros supera aos demais e contempla 46,9%, o que permite deduzir que pode haver um declínio de futuros residentes nas UFR.

Tabela 24 - Tamanho da família (Membros residentes) nas UFR

Membros residentes	Masculino	Feminino	Total de Membros	%
1 membro	2	4	6	1,1
2 membros	57	69	126	24,0
3 membros	57	63	120	22,9
4 membros	66	64	130	24,8
5 membros	47	53	100	19,2
6 membros	23	19	42	8,0
Total	252	272	524	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A predominância de poucas pessoas residentes nas unidades familiares, de 2 até 4 membros, é uma variável que determina certas decisões e práticas em relação aos sistemas produtivos da amostra pesquisada, pois é a família que concentra a gestão e a mão de obra, pontos relevantes para desenvolvimento desses agricultores, tanto pelas oportunidades quanto pelos limites impostos a estas famílias.

Weisheimer (2013), afirma que as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural, nas últimas décadas, foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. O processo de urbanização no Brasil foi muito rápido e superior à dos países capitalistas mais avançados. Em 1970 quase 50% dos jovens viviam no meio rural, diminuído para menos de 40% em 1980, e decrescendo nos anos seguintes, resultando no ano de 2010 em menos de 20% (IBGE, 2010).

No caso da amostra em estudo, as mulheres são a maioria, em praticamente todas as faixas etárias, não representando um processo de masculinização ou de migração para a área urbana maior por parte das mulheres.

Quanto ao envelhecimento, a ausência de sucessores na agricultura familiar, devido à migração para o meio urbano tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas a continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também as comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais (MATTE; MACHADO, 2016).

Essa migração dos jovens é importante para análise de estudos e ações para a juventude rural, pois atualmente, ainda existe uma carência de ações urgentes para valorizar esse jovem, além de proporcionar condições melhores de permanência no campo, como é o caso de educação, acesso à informação e tecnologia. Atualmente, cerca de 8 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos, vivem no campo e somam 27% do total da população rural do país. Ações buscando a sucessão familiar também são essenciais para dar autonomia social e econômica aos jovens rurais (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

As mulheres possuem um papel importante na agricultura, diante de sua diversidade e múltiplas funções exercidas, desde os afazeres da casa, aos cuidados da família e nas tarefas das atividades de produção agropecuária (PASSINI, 2020). Para Arzabe e Daller (2020), o trabalho da mulher era invisível, de bastidores, ficando a parte da gestão e as questões financeiras sobre a responsabilidade dos maridos, pais ou irmãos. Esse cenário pode estar mudando, pois, um número cada vez maior de mulheres está se ocupando de atividades financeiras e gestão de negócios, elas já administram em torno de 30 milhões de hectares (PASSINI, 2020).

Estudos feitos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – (IICA) - destaca que as mulheres "detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável" (IICA, 2003).¹⁸

A Tabela 25 traz os dados educacionais dos membros residentes das propriedades rurais, analisando duas variáveis: o grau de escolaridade e a faixa etária.

¹⁸ Trabalhar com políticas públicas, programas e projetos que objetivam reduzir as brechas de equidade de gênero demanda a aplicação do enfoque de gênero em todas as ações direcionadas para o desenvolvimento. Trabalhar com o enfoque de gênero, para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA significa considerar as necessidades e os interesses dos distintos grupos de mulheres (camponesas, indígenas, assalariadas, trabalhadoras familiares não remuneradas, jovens etc.) na formulação e na execução de políticas, projetos e programas e, ainda, ter em conta a divisão sexual do trabalho rural atualmente existente e as mudanças que estejam sendo produzidas. Significa, também, assegurar o acesso, o uso e o controle sobre os recursos produtivos (terra, créditos, capacitação, tecnologias etc.) e alterar as relações de poder, facilitando canais de participação social e política nos processos de adoção de decisões (IICA, 2003, p. 25).

Tabela 25 - Características educacionais referente as faixas etárias dos membros residentes nas AFR

Escolaridade	Faixa etária								TOTAL	
	Menor que 14 anos	Entre 14 a 19 anos	Entre 20 a 29 anos	Entre 30 a 39 anos	Entre 40 a 49 anos	Entre 50 a 59 anos	Entre 60 a 69 anos	Maior ou igual a 70 anos	QTDE	%
Não informado	0	0	2	0	2	4	3	1	12	2,3
Sem instrução	8	0	1	0	0	1	1	0	11	2,1
Fundamental incompleto	38	6	0	4	11	32	27	10	128	24,4
Fundamental completo	0	5	2	5	30	41	34	3	120	22,9
Médio incompleto	0	18	5	2	3	5	4	2	39	7,4
Médio Completo	0	9	22	30	30	38	9	1	139	26,5
Superior incompleto	0	1	20	7	3	0	0	0	31	5,9
Superior completo	0	0	14	20	4	2	3	1	44	8,4
Total	46	39	66	68	83	123	81	18	524	100
	8,8%	7,4%	12,6%	13,0%	15,8%	23,5%	15,5%	3,4%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Conforme o Censo Agro 2017, do total de produtores no Brasil, 15,5% declararam que nunca frequentaram escola; 29,7% não passaram do nível de alfabetização, e 79,1% não foram além do nível fundamental. Além disso, 1.163.354 produtores (23,05%) declararam não saber ler e escrever. Por outro lado, apenas 0,29% dos produtores (14.449) frequentaram mestrado ou doutorado, enquanto outros 5,58% (281.606) cursaram ensino superior (IBGE, 2019).

No caso da amostra, o número de membros sem instrução é de 2,1%, percentual baixo em relação à média nacional (15,5%), 24,4% têm o ensino fundamental incompleto, sendo alfabetizados e 22,9% têm o ensino fundamental completo. Uma parcela significativa tem o ensino médio completo (26,5%) e 8,4% já concluíram o ensino superior. Nenhum dos membros citou conclusão de mestrado ou doutorado. Pode-se inferir que nas áreas rurais a oferta de empregos qualificados e de elevada remuneração é restrita, no caso de pessoas com ensino superior (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Existe grande concentração de membros com ensino fundamental incompleto, principalmente nas faixas etárias mais elevadas, indicando que existe uma disparidade entre a idade real dos membros relacionada com a idade escolar. Demonstrou-se que a formação acadêmica está relacionada aos mais jovens e que as gerações mais antigas sofreram processo de atraso educacional, justificado, em grande parte, pela precariedade da educação no

meio rural, pelo problema histórico que a população que vive no meio rural brasileiro referente o direito de acesso e de permanência na escola (PERES, 2011).

5.3 ANÁLISE DO PERFIL DA PRODUÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES

A agroindústria rural familiar, segundo Mior (2005, p. 191), é "uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização". Nesse sentido, ela se torna uma importante estratégia de manutenção social e econômica, dentro do desenvolvimento rural, através da transformação de matéria-prima oriunda da produção agrícola em produtos típicos ou diferenciados, permitindo a inserção desses agricultores no mercado e viabilizando seus empreendimentos a partir de produtos com valor agregado (PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005; AMORIM; STADUTO, 2008; ZERBATO, 2013).

As agroindústrias das unidades familiares rurais, objeto do estudo, identificadas na Tabela 26, foram fundadas a menos de uma década, o que caracteriza a atenção para agregar valor aos produtos produzidos, pelas UFR. Neste sentido, as agroindústrias familiares rurais caracterizam-se como uma reconfiguração do produto colonial produzido pela agricultura familiar, pois quando o produto colonial passa a ser processado pelas agroindústrias, se torna um produto de maior valor e com possibilidade de gerar maior renda para as famílias (MIOR, 2005).

Tabela 26 - Data de fundação das Agroindústrias Familiares Rurais (AFR)

MUNICÍPIO	Data Fundação Agroindústria								TOTAL
	De 1980 a 1985	De 1986 a 1990	De 1991 a 1995	De 1996 a 2000	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010	De 2011 a 2015	De 2016 a 2020	
CA	0	0	0	0	4	2	3	14	23
DO	0	0	0	0	0	0	3	1	4
E.R.O	0	0	0	0	1	0	1	0	2
MED	0	0	0	3	0	5	4	4	16
PB	0	0	0	1	1	1	4	0	7
SH	0	0	0	1	0	4	0	5	10
SJP	0	0	0	1	0	0	2	0	3
TR	0	0	0	0	0	2	0	1	3
GUA	0	0	0	0	0	1	1	0	2

QP	0	0	0	0	0	1	0	1	2
CEU	0	0	0	0	1	0	0	1	2
MAT	0	0	0	1	0	1	7	2	11
RAM	0	0	0	0	0	0	2	1	3
STO	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SPI	0	0	0	0	1	1	0	0	2
VCO	0	0	0	0	0	0	2	1	3
MIS	0	0	2	3	1	5	1	0	12
TOL	0	1	1	0	1	0	3	1	7
SMI	0	0	0	0	0	1	0	2	3
FOZ	0	0	0	0	0	4	7	0	11
SI	0	1	0	0	4	0	1	2	8
ITA	0	0	0	0	1	0	2	1	4
STI	0	0	0	0	0	0	1	0	1
ALT	1	0	0	0	0	2	1	4	8
MCR	1	0	0	0	1	2	2	2	8
MER	0	0	0	0	1	1	0	2	4
NSR	0	0	0	0	1	1	0	1	3
PAL	0	0	0	0	1	0	3	1	5
TOTAL	2	2	3	10	19	34	51	45	168
	1,2%	1,2%	1,8%	6,0%	11,3%	20,2%	30,4%	26,8%	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A atenção a agroindústria rural, nos últimos anos, tomou força com a agroindustrialização, como estratégia de reprodução social para muitos agricultores de várias regiões do Brasil (IPEA, 2013). A “agroindústria rural familiar” com crescente reconhecimento nos estudos rurais e no âmbito político-institucional, a partir da década de 90, diante da importância desta atividade enquanto alternativa econômica aos estabelecimentos rurais, refletindo num crescimento significativo no número das agroindústrias rurais familiares (PERONDI, 2007; SCHNEIDER; NIERDELE, 2010). A amostra em estudo, destacado na Tabela 26 confirma o aumento expressivo no número de agroindústrias familiares rurais, passando de 1,8% para 6,0%, com maior destaque ao período entre 2011 e 2015, cujo percentual de fundação das AFRs esteve na ordem de 30,4%.

O recente impulso para a agroindustrialização de seus produtos tem relação com o tamanho das agroindústrias, característica típica de quem inicia um processo inovador de atividades, pois assim mantém sob controle os processos produtivos e evita significativos investimentos que possam comprometer o próprio patrimônio dos agricultores familiares.

A Tabela 27 apresenta a data de fundação das agroindústrias versus o tamanho da área de cada UFR e apresenta o maior número de AFR, constituídas a partir de 2006, nas áreas de até 5 ha. Pode-se inferir que pelo fato de serem propriedades pequenas, com pouca área para plantio, a AFR se torna uma opção para aumento de renda da propriedade.

Tabela 27 - Data Fundação da Agroindústria x Tamanho da Área

Tamanho da Área em ha	Data Fundação da Agroindústria x Tamanho da Área								Total
	De 1980 a 1985	De 1986 a 1990	De 1991 a 1995	De 1996 a 2000	De 2001 a 2005	De 2006 a 2010	De 2011 a 2015	De 2016 a 2020	
0 a 5	0	1	0	2	10	17	25	21	76
6 a 10	2	0	1	1	5	6	12	6	33
11 a 15	0	1	0	0	3	4	7	10	25
16 a 20	0	0	0	5	0	3	3	2	13
21 a 25	0	0	0	1	0	1	1	3	6
26 a 30	0	0	0	1	1	0	1	3	6
31 a 35	0	0	2	0	0	2	0	0	4
36 a 40	0	0	0	0	0	1	1	0	2
46 a 50	0	0	0	0	0	0	1	0	1
51 a 55	0	0	0	0	0	0	0	1	1
61 a 65	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	2	2	3	10	19	34	51	47	168

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Com respeito ao tamanho das agroindústrias familiares, constante na Tabela 28, a sua maioria, 58,3%, tem uma área de até 50 m², com área construída até 100m² fazem parte 27,4% e acima desta metragem 14,3%. A incipiência para essa atividade de industrializar, em maiores quantidades, mesmo com afinidade aos processos, de cunho familiar, demonstra a cautela e segurança de empreender e de se apropriar de conhecimentos e domínio da arte de industrializar sua produção original e atenta as normativas vigentes.

A Tabela 28 ilustra além do dimensionamento da área construída, o tipo de construção (alvenaria, madeira ou mista). A maioria das edificações agro industriários, presentes na Tabela 28 são em alvenaria (88,8%), que pode estar atrelada a maior facilidade e disponibilidade de material, mais propícias a atender as determinações sanitárias além de proporcionar maior facilidade de operacionalizar a produção, limpeza, e a própria durabilidade.

Tabela 28 - Área e tipo de construção da agroindústria

Área em m ²	Tipo de construção da agroindústria						TOTAL	
	Alvenaria	%	Madeira	%	Misto	%	Qtde	%
Até 50	84	50 %	5	3%	9	5,4%	98	58,3%
De 51 a 100	42	25%	2	1,2%	2	1,2%	46	27,4%
Acima de 100	23	13,7%	1	0,60%	0	0%	24	14,3%
TOTAL	149	88,7%	8	4,8%	11	6,5%	168	100%

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

As agroindústrias familiares ou rurais de pequeno porte possuem características distintas de uma média ou grande empresa do setor agroalimentar, especialmente por tratar de uma atividade fundamentada na diversificação, multifuncionalidade e na verticalização dos processos produtivos. Além disso, busca redução dos custos e competitividade nos mercados para a garantia da reprodução da sua estrutura familiar. Como vantagem competitiva, possuem os direitos de propriedade sobre os principais inputs, ou seja, sobre os principais recursos necessários ao processo produtivo (terra, trabalho familiar e conhecimento) (MATEI; SILVA, 2015, p.12).

Pode-se considerar que elas representam baixo impacto ambiental. O conceito de agroindústria de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental está definido na Resolução nº 385/2006, do CONAMA, e compreende todo o estabelecimento que:

I - Tenha área construída de até 250 m²; II - Beneficie e/ou transforme produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais não-madeireiros, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, de baixo impacto sobre o meio ambiente (BRASIL, 2006).

Quando se compara a data de fundação da AFR com a área da AFR, identifica-se que 50% das AFR de até 50 m², foram fundadas há menos de 15 anos (2006 em diante), seguida pelas AFR de até 100m² (19,64%) também fundadas a partir de 2006, conforme dados da Tabela 29.

Tabela 29 - Área da AFR x Data de Fundação

Data Fundação AFR	Área Agroindústria			Total
	Até 50 m2	De 50 a 100 m2	Acima de 100 m2	
De 1980 a 1985	1	1	0	2
De 1986 a 1990	1	1	0	2
De 1991 a 1995	1	1	1	3
De 1996 a 2000	4	2	4	10
De 2001 a 2005	7	7	5	19
De 2006 a 2010	20	9	5	34
De 2011 a 2015	28	15	8	51
De 2016 a 2020	36	9	1	47
Total	98	46	24	168

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A composição das agroindústrias em sua maioria 98 (56,5%), são edificadas numa área de até 50m² e a composição das famílias, neste setor, é 2 membros em 35,7% das agroindústrias e 65% das mesmas com até 3 membros e 83,6% das agroindústrias são de famílias com até 4 membros. Essa perspectiva se faz importante para ver a capacidade e/ou disponibilidade de mão de obra para expandir as atividades no empreendimento e/ou agregar mais valor aos produtos produzidos na propriedade.

Quando as dimensões das agroindústrias passam para até 100 m² de área construída, contemplam mais 46 unidades, sendo outras 24 agroindústrias com mais de 100 m² de área construída. Em relação ao tamanho das famílias das UFR com suas agroindústrias estão distribuídas conforme a Tabela 30:

Tabela 30 - Tamanho da Família x Área Agroindústria

Tamanho da Família	Área Agroindústria			Total
	Até 50 m ²	De 50 a 100 m ²	Acima de 100 m ²	
1	1	0	1	2
2	34	17	4	55
3	29	12	7	48
4	18	8	6	32
5	14	9	6	29
6	2	0	0	2
Total:	98	46	24	168
%	58,33%	27,38%	14,29%	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Os tamanhos das famílias das 168 agroindústrias constantes na Tabela 30 retrata que a maioria (58,33%) estão inseridas em UFR com agroindústrias de até 50m², enquanto 27,38% das famílias fazem parte das UFR e com agroindústrias com tamanho entre 50 e 100m² e uma menor parte 14,29% das famílias fazem parte das UFR com agroindústrias com dimensão de mais de 100m².

Nas 168 agroindústrias estão presentes 524 pessoas, conforme apontado na Tabela 23 e desenvolvem inúmeras atividades para o pleno exercício de suas operações. Quando se considera a média geral, significa que cada indústria comporta 3,11 pessoas, mas no contexto geral esses valores

diferem da realidade. Ao fazer o levantamento das agroindústrias por seu tamanho, com até 50m² envolvem 236 pessoas com sua renda exclusivamente das atividades das agroindústrias e das UFR, e outras 60 pessoas desempenham outras atividades extra agroindústria ou UFR, representando 296 pessoas da totalidade nas UFR das agroindústrias.

Com seu rendimento exclusivo nas UFR e das agroindústrias com dimensionamento entre 50 e 100m², somam 127 pessoas, e quando agregadas a estas as outras 24, mas com renda em atividade extra a UFR e agroindustrial, totaliza 151 pessoas envolvidas neste módulo de agroindústrias.

As agroindústrias com dimensão acima de 100m², tem um contingente de 68 pessoas com sua renda exclusiva das UFR e/ou das agroindústrias, e outras 9 pessoas pertencentes a este segmento, auferem renda extra a atividade nas UFR ou da agroindústria.

Entre os recursos naturais diretamente relacionadas ao ambiente agrícola, a água é considerada um dos mais importantes. Quanto a fonte de água utilizada nas propriedades, 96 propriedades (57%) utilizam poço artesiano, 28 (16,7%) tem nascente, 24 (14,3%) fazem uso da água da rede pública, 17 (10,1%) fazem uso de poço comum e 03 propriedades possuem mina d'água (1,8%). Preservar os recursos hídricos é uma necessidade para pensar a produtividade no longo prazo, tendo a água como recurso essencial à agricultura e a manutenção da vida (MAZALLA NETO; BERGAMASCO, 2017).

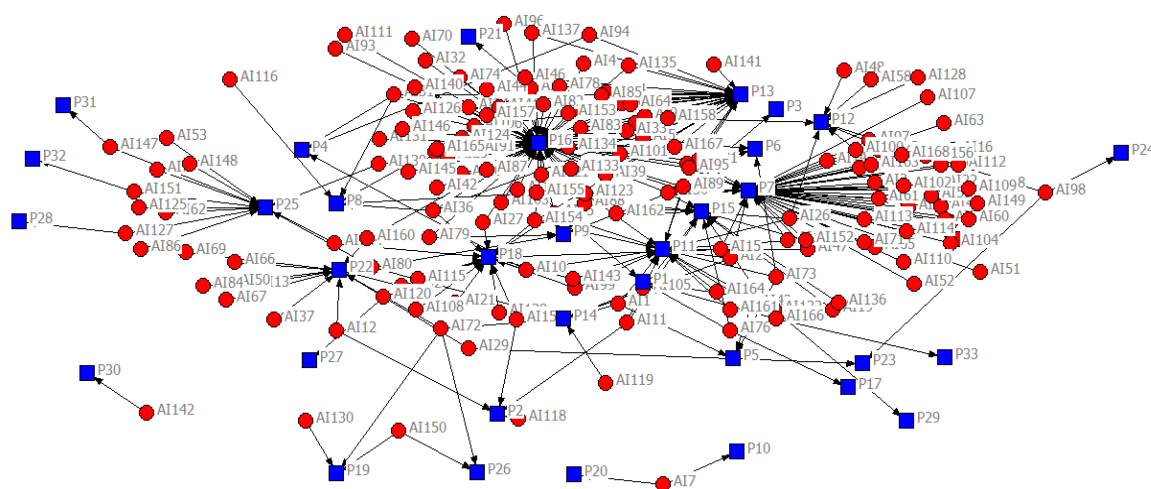
A Tabela 31 apresenta os tipos de produtos processados nas agroindústrias familiares, com significativa diversidade da produção e, em alguns casos, com atuação em mais de um segmento. O aproveitamento dos recursos da propriedade, como matéria prima, somado aos conhecimentos adquiridos e herdados de antepassados, agregam valor aos produtos por meio da agroindustrialização. Os produtos mais produzidos nas agroindústrias são os panificados (pães, bolachas e cucas) representando (41,5%) dos produtos, seguido pelos derivados de leite, que representam 13,3% e as massas, que somam 10,2%, demonstrando o forte trabalho feminino nas AFRs.

Tabela 31 - Produtos processados nas AFR

Produto	Total	%	Produto	Total	%	Produto	Total	%
Pães	118	18,7	Leite	7	1,1	Tapioca	2	0,3
Bolachas	80	12,7	Derivados de Amendoim	7	1,1	Vinagre	2	0,3
Cucas	64	10,1	Torresmo	6	1,0	Frutas congeladas	2	0,3
Queijo colonial	45	7,1	Açúcar Mascavo	5	0,7	Ricota	2	0,3
Doce de frutas	26	4,1	Requeijão	5	0,7	Milho verde descascado e embalado	1	0,2
Salgados	24	3,8	Banha	5	0,7	Peixe – filé	1	0,2
Embutidos de Carne	21	3,3	Cachaça	4	0,6	Fubá	1	0,2
Mandioca descascada e embalada	21	3,3	Mel	4	0,6	Paçoca de Nozes	1	0,2
Frango	20	3,2	Rapadura de melado	4	0,6	Macarrão Orgânico	1	0,2
Bolos	18	2,9	Licor	4	0,6	Farofa Caseira	1	0,2
Macarrão	18	2,9	Doces	4	0,6	Colorau	1	0,2
Massas Salgadas	14	2,2	Sucos	4	0,6	Farinha de mandioca	1	0,2
Massas Doces	12	2,0	Conservas caseiras	4	0,6	Café	1	0,2
Melado	11	1,7	Vinho	3	0,5	Couve fatiada	1	0,2
Polpa de frutas	11	1,7	Doce de Leite	3	0,5	Alho	1	0,2
Queijos diversos	11	1,7	Carne suína	3	0,5	Extrato de tomate	1	0,2
Manteiga	10	1,6	Carne bovina	2	0,3	Pipoca	1	0,2
Nata	10	1,6	iogurte	2	0,3	Total	631	100

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

A rede produtiva dos produtos, da Figura 09 abaixo, destaca a maior incidência de produção e determinado produto ou de algum derivado, para o processo de produção/industrialização, redes estas destacadas pelos ícones azuis enquanto os ícones vermelhos são as UFR, onde se produz ou processa os produtos destacados nos ícones azuis. Assim, quanto maior inferência aos ícones azuis pela UFR estacadas em vermelho, significa que tais produtos são mais produzidos e assim, as competências, disponibilidade de matéria prima entre outros favorecem a produção deles.



AI01 a AI168 – Agroindústrias	P17 – Rapadura
P1 - Açúcar mascavo	P18 - Sucos e polpas
P2 – Cachaça	P19 – Vinho
P3 – Colorau	P20 - Frango semi-caipira
P4 - Conserva de frutas	P21 -Rapadura de melado
P5 - Conserva de hortaliças	P22 – Frangos
P6 - Derivados de amendoim	P23 - Carne bovina
P7 - Derivados do leite	P24 - Carne suína
P8 - Derivados da mandioca	P25 – Mandioca descascada e embalada
P9 - Derivados do milho	P26 – Vinagre
P10 - Derivados da noz pecan	P27 – Peixes
P11 - Doces, geléias e schimiers	P28 - Milho verde descascado e embalado
P12 - Embutidos de carne	P29 - Frutas congeladas
P13 – Massas	P30 – Café
P14 – Mel	P31 - Couve fatiada
P15 – Melado	P32 – Alho
P16 – Panificados	P33 – Pipoca

Figura 9 - Rede de produção das AFR

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas, ou seja, alguns desenvolvem mais de uma atividade produtiva/agroindustrial.

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Diante do enunciado e o reproduzido na Figura 09, os derivados de leite, massas e panificados, se destacam em maior intercessão nas agroindústrias rurais familiares. A relação apontada na Figura 8, complementa a afirmativa presente na Tabela 17, onde dentre as atividades agropecuárias a bovinocultura leiteira se destaca como a mais desenvolvida nas propriedades. Assim, torna-se viável a agroindustrialização dos derivados do leite. Este é um produto que também é consumido com frequência pelos brasileiros (BASTIAN *et al.*, 2014).

No Brasil, conforme o Censo Agro 2017, a agricultura familiar produziu 19.350.675 litros de leite, representando 64,20% da produção nacional. O estado do Paraná é o segundo maior produtor de leite do país, com volume de 4,3 bilhões de litros em 2019, sendo responsável por 13% dos estabelecimentos produtores de leite do país. A região Oeste, foco deste

estudo, é uma das maiores produtoras de leite do estado, sendo responsável por 19% da produção estadual, representando 816.055 mil litros de leite em 2019 (IPARDES, 2019; IBGE, 2019).

A análise da agroindústria de laticínios inclui os seguintes produtos: creme de leite; manteiga; e queijo e requeijão, estes últimos com valores já somados. Entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos com a agroindústria de creme de leite cresceu 37,2%; da manteiga, 99,7%; de queijo e requeijão, 116,7%. Já a produção cresceu 44,0%, 45,3% e 99,7%, para cada agroindústria, respectivamente (IBGE, 2017).

Segundo Wilkinson (1999), os produtos da agroindústria familiar resultam de um saber fazer tradicional, passado entre as gerações, ou de saber adquirido em cursos e/ou de oportunidade de mercado. A qualidade desses produtos, com os conhecimentos empíricos, pode conter características e diferenciais específicos; como sabor, aroma, cores, textura, seja pelos meios ou procedimentos de fabricação e/ou das condições climáticas existentes no território dessas agroindústrias, que podem diferenciar as matérias primas e conseqüentemente o produto. Esta afirmativa pode ser constatada nas massas e panificados, assim como, doces e geléias, onde as mulheres trazem esses conhecimentos das cozinhas de suas residências, oportunizando uma forma de renda ao industrializar e vender esses produtos, cada qual com suas particularidades envolvidas em todos os processos.

A horticultura tem destaque como atividade de grande importância para as propriedades, por ser inicialmente uma atividade de subsistência, e passa a ser comercializada o excedente. Os produtos ofertados a comercialização sofrem algum processo de transformação, com destaque para: mandioca descascada e embalada, milho verde despalhado e embalado, couve fatiada, alho embalado, conserva de hortaliças, entre outros. Assim, nas AFR, como os processos são manuais, em pequena escala, tornam seus produtos diferenciados do mercado convencional.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se aos estilos e modos de vida das pessoas, nas mudanças dos seus hábitos alimentares, buscando alimentos mais saudáveis que garantam maiores níveis de saúde e qualidade de vida, produtos orgânicos e agroecológicos, com selo de origem e menor concentração de produtos químicos (SILVA; MARTINS, 2018).

Quanto ao tipo de produção nas agroindústrias da amostra, identificou-se que 157 (93,5%), produzem conforme o modelo convencional e 11 agroindústrias (6,55%), produzem de modo orgânico. Os resultados financeiros da comercialização da categoria convencional somam R\$ 14.433.087,06 e R\$ 410.720,00 referem-se a venda de produtos orgânicos.

A pequena quantidade de agroindústrias certificadas¹⁹ limita as potencialidades de ampliar as oportunidades e auferir maiores rentabilidades econômicas pela dificuldade de oferta de matéria-prima para transformação de produtos e custo para aquisição delas. O sistema produtivo da agricultura agroecológica, foca na produção de alimentos como o cultivo de olerícolas, frutas, grãos, e até mesmo alimentos processados na linha de massas, que por sua vez, são transformados de forma artesanal e conseqüentemente vendidos como agro industrializados. A produção orgânica, além de importante sob os aspectos relacionados com a segurança alimentar, agrega valor à produção e pode ser considerado como uma estratégia para o aumento da renda destes agricultores. A emergência de atores consumidores, ou consumidores ecológicos, no âmbito da sociedade constitui uma das razões para o aumento da demanda de produtos agroecológicos (PORTILHO, 2005; SILVA, 2007).

Uma das maneiras de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor aos seus produtos. Isso pode ocorrer de diversas formas, e as principais estão “relacionadas ao desenvolvimento e comercialização de produtos que destaquem: o caráter social da agricultura familiar, o território, sabor e características diferenciadas do processo artesanal de produção” (BATALHA *et al.*, 2005, p. 3).

Um adequado processamento depende da formação continuada através das Boas Práticas de Fabricação (BPF). As boas práticas de fabricação (BPF) é um conjunto de práticas que envolve a manipulação, armazenagem e transporte de insumos, matérias-primas, embalagens, utensílios, equipamentos e produtos. São requisitos essenciais e necessários, aplicados em todas as etapas do processo produtivo, para garantir a qualidade dos produtos

¹⁹ Iniciado em 2009, atualmente o Paraná Mais Orgânico é desenvolvido em parceria entre a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Tecpar, as sete universidades estaduais e o Instituto de Desenvolvimento Rural Iapar-Emater (IDR-Paraná). O programa do Governo do Estado orienta agricultores familiares interessados em produzir alimentos orgânicos e certifica aqueles que já seguem as técnicas de manejo desta modalidade de produção (CI ORGÂNICOS, 2021).

acabados (PREZOTTO 2016). As normas e orientações sanitárias são reproduzidas em diversos manuais, sendo replicadas em cursos de capacitação para os manipuladores de alimentos em indústrias, incluindo, nesse caso, as agroindústrias familiares (DA CRUZ, 2020).

Uma das perguntas do questionário refere-se ao conhecimento das Boas Práticas de Fabricação, e do total de 168 agroindústrias, 142 agro industriários responderam ter conhecimento sobre elas, representando 84,5% % da amostra e 26 (15,5%) afirmaram não conhecer as BPF.

Na Tabela 32, apresenta-se os dias dedicados a atividade agroindustrial, Do total de 524 membros, 147 não se dedicam a atividade agroindustrial, sendo que alguns atuam apenas na atividade agrícola, outros têm atividade extra agropecuária, além do número de membros abaixo dos 14 anos, que não desempenha nenhuma atividade, já que se encontram em idade escolar.

Tabela 32 - Dias dedicados a atividade agroindustrial vs gênero

Dias dedicados a atividade agroindustrial	Gênero				Total	
	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
De 1 a 2 dias na semana	48	12,9	60	16,1	108	29,0
De 3 a 4 dias na semana	35	9,5	51	13,6	86	23,1
De 5 a 6 dias na semana	65	17,5	109	29,6	174	47,1
Dedica os 7 dias da semana	1	0,2	3	0,6	4	0,8
Total	149	40,1	223	59,9	372	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Quanto a dedicação da mão de obra dos membros na atividade agroindustrial em relação a faixa etária, conforme a Tabela 32, identificou-se que são vários dias da semana dedicados a atividade agroindustrial, com destaque para o trabalho em de 05 a 06 dias da semana (47,10%) e um quantitativo maior de mulheres na atividade (59,9%). Rocha, Dolabeneta, Favero e Rojo (2018), em um artigo sobre a importância do associativismo rural para a agricultura familiar, apontam a importância da participação da mulher na gestão dos empreendimentos rurais, pois elas contribuem com o aumento da rentabilidade e uma melhor qualidade de vida para a família.

A agroindustrialização como processo de organização familiar também oportuniza “a inclusão social, promovendo a participação e a equidade,

especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os (as) idosos (as) e os (as) jovens” (PREZOTTO, 2016, p. 10).

Tabela 33 - Dedicção da mão de obra dos membros na atividade agroindustrial em relação a faixa etária

Faixa Etária	Dias dedicados a propriedade							Total	
	1	2	3	4	5	6	7	Total	%
Entre 14 e 19 anos	4	4	4	1	1	2	0	16	4,3
Entre 20 e 29 anos	12	4	12	1	3	15	0	47	12,6
Entre 30 e 39 anos	2	5	13	2	10	23	0	55	14,8
Entre 40 e 49 anos	7	9	14	2	7	33	2	74	19,9
Entre 50 e 59 anos	16	17	17	2	8	41	1	102	27,4
Entre 60 e 69 anos	9	13	9	7	5	20	1	64	17,2
Maior ou igual a 70 anos	3	3	1	1	3	3	0	14	3,8
Total	53	55	70	16	37	137	4	372	100,0
	14,2%	14,8%	18,8%	4,3%	9,9%	36,8%	1,1%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Constatou-se que nas faixas entre 40 e 59 anos, é maior a concentração de trabalho relacionado ao estabelecimento, representando 47,3% dos membros, bem como onde se apresentam as maiores incidências de dedicação desses membros em seis dias da semana.

O que chama a atenção é a dedicação de mão de obra dos membros com idade superior a 60 anos, demonstrando a necessidade de mão de obra e demanda de trabalho dentro destas agroindústrias.

De maneira geral, pode-se concluir que a concentração de mão de obra empregada está relacionada com a faixa etária entre 20 e 59 anos, embora os membros que estão em faixa etária considerada alta, acima de 60 anos não deixaram de empregar mão de obra constante no estabelecimento.

Quanto a mão de contratada, pode-se verificar na Tabela 34 que as propriedades rurais analisadas retratam características da agricultura familiar, em que a família trabalha na propriedade. A grande maioria (89,3%), não contrata mão de obra externa e a quantidade de mão de obra contratada externa (10,7%), não é representativa, embora a maior parte dos contratados trabalhem quase o ano todo na propriedade (8,4%).

Tabela 34 - Mão de obra Contratada nas AFR

MOB contratada	Quantidade	%	Contratação dias/ano	Quantidade	%
Sim	18	10,7	Não contrata	150	89,3
Não	150	89,3	48 dias/ano	1	0,6
TOTAL	168	100,0	72 dias/ano	1	0,6
Qtde contratada	Frequência	%	120 dias/ano	2	1,2
Não contrata	150	89,3	192 dias/ano	6	3,6
1 contratação	11	6,5	240 dias/ano	8	4,8
2 contratações	5	3,0	TOTAL	168	100,0
4 contratações	1	0,6			
5 contratações	1	0,6			
TOTAL	168	100,0			

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Redin (2011), afirma que as pequenas UFR, às vezes, não conseguem manter funcionários o ano todo nas propriedades, devido aos custos trabalhistas e burocracia para contratação, assim como, existe a sazonalidade das culturas ou atividades agrícolas, permitindo que na maioria do período a própria família consiga manter-se com a própria mão de obra de seus membros. O alto custo da mão de obra pode ser fator determinante nas escolhas e quantificações das atividades para as safras anuais.

A falta de conhecimento dos custos de produção, e das técnicas de gestão do processo produtivo pelos produtores familiares faz parte da metade das agroindústrias familiares da amostra, inclusive, 52,4% utilizam os preços praticados pelos concorrentes, para precificar seus produtos, conforme identificado na Tabela 35:

Tabela 35 - Conhecimento dos Custos de Produção e Formação do Preço de Venda

Conhecimento dos Custos de Produção	Quantidade de AFR	%
Sim	80	47,6
Não	84	50,0
Conhecem Parcialmente	4	2,4
Total	168	100,0
Base de Formação do Preço de Venda	Quantidade de AFR	%
Preço de venda mercado (concorrência)	88	52,4
Tabela de formação de preço	6	3,6
Valor Matéria Prima	10	6,0
Gasto médio insumos	17	10,1
Custo Insumos e Mão de Obra	12	7,1
Não respondeu	15	8,9

Tabela Programas Institucionais	13	7,7
Custo somado a % de lucro	7	4,2
Total	168	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Segundo Lockeretz (1989), citado por Souza Filho (2013):

o nível educacional pode ser um fator importante na adoção de novas tecnologias. Educação está relacionada não somente com a habilidade de obter e processar informação, mas também com o uso de técnicas de gestão. Certas práticas requerem maior perícia do que outras. O nível educacional e a experiência dos produtores são características pessoais que determinam as decisões sobre a adoção destas práticas. Esses fatores afetam de forma direta a adoção de novas tecnologias. Cada vez mais a viabilidade e efetividade das tecnologias modernas exige um processo de gestão que não est-baseado no puro domínio de conhecimentos e práticas tradicionais de cultivo e criação. Por essa razão, o capital humano vem sendo considerado um fator relevante para explicar a adoção de tecnologia pelos agricultores (LOCKERETZ, 1989 *apud* SOUZA FILHO, 2013, p. 8).

A assistência técnica está entre as diversas ações de governo no apoio as estratégias de promoção do desenvolvimento rural com o objetivo de difundir tecnologias, de forma conjunta à pesquisa agrícola e educação formal de nível técnico e superior (MDA, 2013). Conforme o Censo Agro 2017, dos estabelecimentos agropecuários brasileiras, apenas 19,9% receberam assistência técnica, com profundas diferenças regionais (de 7,4% no Nordeste a 48,6% no Sul) (IBGE, 2017; 2019; EMBRAPA, 2019; LUIZ, 2019).

Quanto ao esclarecimento de dúvidas em relação ao processo de produção, identificou-se, conforme a Tabela 36 que a Assistência Técnica foi a mais citada (37,9%), com citações para a assistência técnica da BIOLABORE, CAPA, EMATER, e o acesso à Internet foi a segunda alternativa mais citada, em 24,6% dos casos. A questão da falta de assistência técnica indica que ainda é uma questão importante a ser resolvida no meio rural brasileiro. Segundo Abramovay (1998, p. 140), passa a ter caráter de “agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do rural um espaço propício na luta contra a exclusão social”, e propiciando o desenvolvimento sustentável e melhores condições de vida.

Tabela 36 - Esclarecimento de dúvidas da atividade agroindustrial

Esclarecimento de dúvidas	Quantidade	%
Assistência técnica (EMATER, CAPA, BIOLABORE)	77	37,9
Pesquisa Internet	50	24,6
Outros agro industriários do ramo	22	10,8
Não respondeu	13	6,4
Vigilância Sanitária	13	6,4
Realiza Testes	12	5,9
Afirmou não ter dúvidas	10	4,9
Prefeitura Municipal	2	1,0
Veterinária	1	0,5
Livros	1	0,5
Sindicato Rural	1	0,5
Manual de Boas Práticas de Fabricação	1	0,5
TOTAL	203	100,0

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Na Tabela 37, consta as percepções apontadas pelos produtores em relação ao diferencial do produto fabricado. A característica mais apontada é a forma de produção (artesanal) com 37,5%, seguido da qualidade do produto (25,6%) e sem aditivos químicos (16,7%). A produção visa adequar a quantidade e o que produzir, o espaço disponível e identificar o público-alvo. Cabe destacar que a qualidade²⁰, nesta situação, é a percebida pelo produtor, sem uma avaliação específica, como certificação ou aferição legal para tal designação. Com esta afirmativa, os produtores para agregar valor ao produto, devem evidenciar aspectos como qualidade, padronização, seleção, processo de produção, bem como a incorporação de etapas simples, de pré-processamento, conservação, limpeza ou embalagem (SCHINAIDER *et al.*, 2018).

Tabela 37 - Diferencial dos Produtos segundo os Agro industriários

Diferencial dos Produtos	Quantidade	%
Produto Artesanal	63	37,5
Qualidade do produto	43	25,6
Sem aditivos químicos	28	16,7
Não soube informar	23	13,7
Produto Orgânico	9	5,4
Boa aparência	2	1,2
Total	168	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

²⁰ Segundo Crosby (1979), "Qualidade é a conformidade do produto às suas especificações", ou seja, é fornecer ao cliente exatamente aquilo que foi prometido.

Os resultados corroboram com o estudo de Spanevello *et al.* (2019), que identificaram que as opções mais marcadas pelos entrevistados foram: qualidade, sabor e aparência dos produtos, pois eles são produzidos de forma artesanal, sem a adição de produtos químicos, que garantem os seus atributos naturais.

Dessa forma, os produtos advindos das agroindústrias familiares se diferenciam por um conjunto de características ecológicas, sociais, culturais, artesanais, nutricionais, que são incorporadas ao produto, materializando a diferenciação desses produtos, numa associação com o local de sua produção e o saber fazer dos produtores ou adquirido das instituições competentes, o que confere um sabor peculiar, apreciado por uma fatia cada vez maior de consumidores (MDA, 2004).

5.4 ANÁLISE DO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

No tocante a comercialização o uso do Bloco de Produtor é o mais usual, pois 98,8%, fazem uso do mesmo para comercializar seus produtos, cabendo a menos de 2%, ou seja, apenas 2 agroindústrias não têm registro, e praticam a venda de forma informal.

Segundo Gazolla (2017), uma das dificuldades do proprietário da agroindústria é gerir toda a cadeia de produção (produção de matérias-primas – processamento – mercados – administração do negócio). É importante que o produtor conheça o fluxo financeiro da agroindústria, custos, preço de venda, fornecedores, consumidores, para agregar valor ao seu produto, bem como competir com produtos já existentes no mercado (SCHINAIDER *et al.*, 2018).

Na Tabela 38, são apresentados os principais pontos e alternativas de comercialização indicados pelas agroindústrias rurais familiares pesquisadas. A comercialização direta (32%), é a forma mais comum entre estes empreendimentos, valorizando a venda no estabelecimento e em feiras (24,3%), mas também inserindo os produtos em mercados e lojas (12,8%). Os programas institucionais (PNAE, PAA, outros) representam 26,8% da comercialização dos produtos agro industrializados.

De acordo com esta informação relacionada aos principais locais de comercialização, torna-se justificável a grande porcentagem da venda com bloco de produtor (venda formalizada), já que os produtores comercializam com os Programas Institucionais.

Outro aspecto que pode ser identificado quanto a comercialização é que os pontos são concentrados no próprio município, já que a maior parte é comercializada na feira, direto ao Consumidor, Programas Institucionais e nos supermercados. Para Gazolla (2017), uma das dificuldades é expandir as redes de comercialização e consumo locais, nos pequenos municípios (*scale up* das experiências).

Tabela 38 - Descrição e quantidade de canais de comercialização

Descrição dos canais de comercialização	Quantidade	%
Venda direta	117	32,0
PNAE (Institucional)	91	24,9
Feira	89	24,3
Supermercados	47	12,8
Cooperativa	9	2,5
PAA (Institucional)	6	1,6
Restaurantes	4	1,1
Cerealista	1	0,3
Laticínio	1	0,3
Compras Institucionais	1	0,3
TOTAL	366	100,0
Quantidade de canais de comercialização	Quantidade	%
Somente 1 canal	54	32,1
De 2 a 3 canais	101	60,1
Acima de 3 canais	13	7,7
TOTAL	168	100,0

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Quanto a quantidade de canais, destaca-se a comercialização dos produtos em 02 a 03 canais. Os resultados identificados na Tabela 38, reforçam os achados na pesquisa de Spanevello *et al.* (2019), que identificaram quanto aos canais de comercialização das agroindústrias familiares pesquisadas, uma diversificação de segmentos, ou seja, cada agroindústria possui mais de um canal em que comercializa seus produtos, como feiras, venda direta, supermercados e escolas, entre outros.

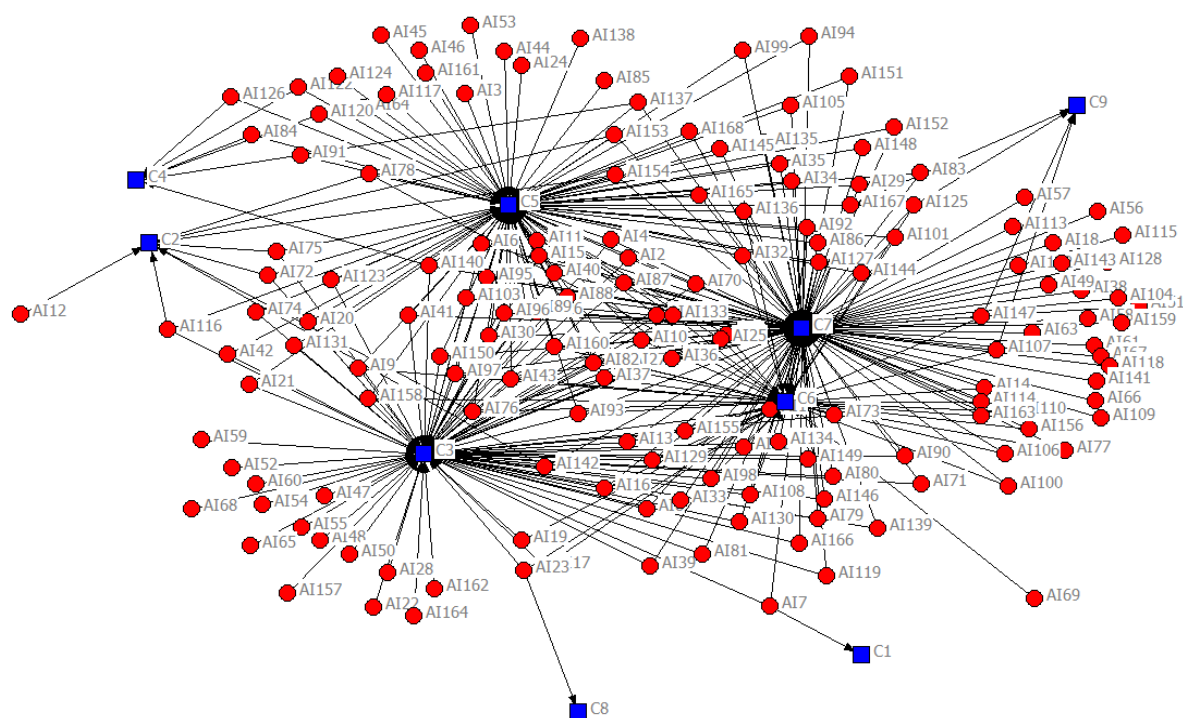
Matei e Silva (2015), também identificaram em seu estudo que a comercialização direta é a forma mais comum entre estes empreendimentos,

valorizando a venda no estabelecimento e em feiras, mas também inserindo os produtos em mercados e lojas.

Segundo pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Oliveira *et al.* (2002), em uma amostra de 50 agroindústrias estudadas, identificaram que há predominância da venda direta. Isto é, 35 AFR têm venda direta aos consumidores, 25 tem vendas em supermercados, 15 em outros intermediários e outras seis tem vendas em feiras (respostas múltiplas; cada agroindústria pode ter mais de uma forma de venda dos produtos, simultaneamente).

A diversificação nos pontos de comercialização, embora concentrado, apenas no município, é um ponto positivo, pois demonstra a autonomia dos agricultores para escolher os mercados de seus produtos, já que caso não se enquadrem em um dos mercados, haverá outros para se proteger em épocas de crises (HAHN *et al.*, 2017).

A figura 10 apresenta a rede de comercialização, considerando os canais mencionados pelos agro industriários (pontos vermelhos), com os quais eles estabelecem relações comerciais, sem a identificação dos produtos que são destinados a eles. Conforme a rede, os canais (pontos azuis) mais fortes de comercialização são representados pelas (C3) Feiras e (C7) Venda direta como mercados locais, e os mercados institucionais relacionados a (C4) PAA, (C5) PNAE e (C8) Compras institucionais.



AI01 a AI168 - Agroindústrias

C1 – Cerealista

C2 – Cooperativas

C3 – Feiras

C4 – PAA

C5 – PNAE

C6 – Supermercados

C7 – Venda direta

C8 – Compras institucionais

C9 – Restaurantes

Figura 10 - Rede de comercialização das AFR

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Wilkinson (2008), afirma que os circuitos curtos de comercialização contribuem para a valorização do conhecimento local e da agricultura orgânica, por exemplo, estabelecendo uma relação justa e próxima com os consumidores.

Quanto as dificuldades encontradas pelos proprietários das agroindústrias rurais familiares, conforme a Tabela 39, destacam-se os problemas na eficiência produtiva (13,8%), que pode estar associado ao fato de os membros da família terem pelo menos duas atividades, a agropecuária e a agroindustrialização, aumentando o trabalho na propriedade.

No caso da legalização (10,8%), são necessários vários tipos de registros, tanto os relativos à forma jurídica do grupo de agricultores e agricultoras, quanto os de ordem sanitária e ambiental. Cabe ressaltar que existem várias limitações que as próprias leis impõem a este tipo de empreendimento (PREZOTTO, 2016), o que justifica as respostas dos agroindustrializadores, quanto a dificuldade de legalização apontada.

Deon (2015), em seu estudo, identificou que a formalização ocorre ancorada em relações com outros atores sociais, a partir das quais são mobilizados grande parte dos outros recursos necessários à formalização, com condições favoráveis: formas eficientes de organização e de estratégias de comercialização, existência de serviços que irão constituir-se como referência técnica na elaboração de projetos, capacitações, acesso ao crédito e outras demandas similares, para suporte aos agricultores.

Outra estratégia é se unir as cooperativas e associações, para minimizar as lacunas existentes para produção, processamento ou comercialização. Assim, os agro industriários maximizam suas forças para competir com os concorrentes e desenvolvem melhores mecanismos de comercialização e atendimento aos seus clientes (SCHINAIDER *et al.*, 2018).

Tabela 39 - Dificuldades apontadas pelos agro industriários nas AFR

Dificuldades Encontradas	Quantidade	%	Dificuldades Encontradas	Quantidade	%
Eficiência produtiva	28	13,8	Controle de pragas e doenças	2	1,0
Legalização	22	10,8	Limitação de capacidade produtiva	2	1,0
Comercialização	20	9,9	Compra de matéria prima	2	1,0
Não sabe informar	18	8,9	Cálculo do preço de venda	2	1,0
Agregação de valor ao produto	17	8,4	Inspeção dos produtos	2	1,0
Não encontra dificuldades	17	8,4	Falta de auxílio da cooperativa	1	0,5
Falta de mão de obra	13	6,4	Tributação	1	0,5
Infraestrutura e tecnologia	11	5,4	Alto custo mão de obra	1	0,5
Alto custo dos insumos	10	4,9	Valor Insumo	1	0,5
Preço venda concorrência	6	3,0	Manipulação dos alimentos	1	0,5
Embalagens	5	2,5	Variação ou baixa remuneração do preço de venda	1	0,5
Falta de recursos financeiros	5	2,5	Problemas de saúde	1	0,5
Escoamento da produção	5	2,5	Fornecimento de energia elétrica	1	0,5
Manter a qualidade da matéria prima	4	2,0	Assistência técnica	1	0,5
Rotulagem	3	1,5	Total	203	100

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Quanto a comercialização, também apontada como uma dificuldade (9,9%), ela representa um dos desafios do pequeno estabelecimento agroindustrial rural, ao pensar em comercializar seu produto, pois deve buscar se posicionar em nichos de mercado, nos quais são valorizadas especificidades intrínsecas (físicas) ou extrínsecas (símbolos, imagem) do

produto, além da agregação de valor aos produtos, para trazer o retorno esperado (SCHINAIDER *et al.*, 2018).

Uma das maneiras de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor aos seus produtos. Isso pode ocorrer de diversas formas, e as principais estão “relacionadas ao desenvolvimento e comercialização de produtos que destaquem: o caráter social da agricultura familiar, o território, sabor e características diferenciadas do processo artesanal de produção” (BATALHA *et al.*, 2005, p. 3). Ao entender esse processo, o agricultor pode avançar nas formas de geração e agregação de valor aos seus produtos, além de oportunizar emprego aos membros da família (PELEGRINI; GAZZOLA, 2008).

A gestão da propriedade e da agroindústria é um dos primeiros passos que devem ser entendidos pelo agricultor. Prezotto (2002, p. 141) ressalta que “o importante na gestão é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores”.

Assim como a maior dificuldade relatada está na eficiência produtiva, por outro lado, o processo produtivo, na opinião de 32,8% dos agro industriários, de acordo com a Tabela 40, representa a maior potencialidade das AFR, justamente pelo diferencial de produção que elas proporcionam e que é buscado pelos consumidores, [...] o artesanal é o império do como fazer, da variável humana, da diferenciação. A criatividade e a inovação permanecem como possibilidade [...] (SILVEIRA; HEINZ, 2005, p. 2). Um dos aspectos relevantes do processo produtivo dessas agroindústrias familiares é que a família transforma os alimentos de maneira a atribuir-lhes um caráter específico que só é encontrado nos produtos provenientes daquela família ou de uma região onde prolifera uma mesma cultura (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2010).

A comercialização, apontada por alguns, como uma dificuldade, também é apontada por outros como uma potencialidade, (15,9%), devido aos diversos canais de comercialização possíveis, conforme foi tratado na Figura 5 no capítulo 05, por Gazzolla (2012). A ampliação da agroindústria (10,9%), é a terceira potencialidade mais citada, e pode-se inferir que a agroindústria está trazendo retorno aos agricultores, e por esse motivo, torna-se necessária a ampliação da estrutura produtiva.

Tabela 40 - Potencialidades informadas pelos agro industriários

Potencialidades informadas pelos agro industriários	Quantidade	%
Processo produtivo	62	32,8
Não sabe informar	49	25,9
Comercialização	30	15,9
Ampliação Agroindústria	19	10,1
Produção Orgânica	9	4,8
Produto sem conservantes	8	4,2
Diversificação da produção	5	2,6
Agregação de valor ao produto	3	1,6
Mercados institucionais	2	1,1
Qualidade de vida	1	0,5
Rótulo	1	0,5
TOTAL	189	100,0

*O número de citações é maior que o número de agroindústrias, devido as respostas múltiplas.
Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora.

Em relação as políticas públicas, a partir da Tabela 41, identificou-se a política pública do PNAE como a mais acessada (65,46%), seguida do PAA (8,25%). O PNAE e o PAA tiveram grande impacto no fortalecimento das agroindústrias, por meio do processo de comercialização. A partir dos contratos que garantem a compra e o preço, e pela forte demanda dos programas, os agricultores podem produzir mais (MATTEI, 2007; GRISA, 2009; GRISA, GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; HESPANHOL, 2013). As políticas públicas proporcionam aos agricultores a criação de mercado para os seus produtos, valorizando a produção de alimentos locais e regionais, os aspectos sociais, culturais e ambientais, o incentivo à organização, cooperação e/ou formalização dos agricultores, ao empreendedorismo local e novas oportunidades de negócio e geração de emprego e renda (HOFFMANN, 2018).

O PRONAF foi acessado por cinco agricultores e o Programa Leite das Crianças²¹ foi acessado por um agricultor familiar, assim como o Programa PNCF (PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO)²².

²¹ O Programa Leite das Crianças foi instituído pelo governo do estado do Paraná por meio do Decreto nº 1279, de 14 de maio de 2003, com o objetivo de reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, mediante ações que ajudem a diminuir os índices de desnutrição infantil e estimulem a organização e qualificação do segmento agroindustrial das bacias leiteiras locais e regionais (BAZOTTI; CONTI; FINOKIET, 2013).

²² O PNCF consiste em uma política pública do governo federal, criada para que os trabalhadores rurais sem-terra, ou com pouca terra, possam adquirir imóveis rurais destinados à exploração em regime de economia familiar. O seu financiamento conta com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural e pode ser executado em todo o território nacional (MDA, 2009).

Tabela 41 - Políticas públicas acessadas pelas AFR

Políticas Públicas	Quantidade	%
PNAE	127	65,46
Não participa	41	21,13
PAA	16	8,25
PRONAF	5	2,58
Não participa mais	3	1,55
Leite das crianças	1	0,52
PNCF	1	0,52
TOTAL	194	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Há um grupo de agricultores que não acessa as políticas públicas (21,13%). Cabe uma análise para identificar o porquê do não acesso e incentivo a participação nesse mercado. Uma das razões pode ser, pelo fato, dessas políticas públicas possuírem um amplo conjunto de regras formais — legislações, padrões regulatórios, regulamentos técnicos e leis, que refletem diretamente nas operações das agroindústrias rurais familiares, condicionado a atuação desses empreendimentos, em relação a dinâmica da produção, na qualidade dos produtos, nos padrões de consumo, na comercialização e na segurança alimentar (GAZOLLA, 2012).

Agne (2014), em seu estudo nas agroindústrias familiares rurais dos municípios de Novo Hamburgo, Nova Petrópolis, Picada Café, São Lourenço do Sul e Cachoeira do Sul, no Rio Grande do sul, identificou que as políticas locais e as novas políticas públicas, especialmente o PNAE, contribuem, significativamente, para a emergência de novos hábitos das famílias nas atividades de processamento, corroborando com o estudo que identificou a política do PNAE como a mais acessada.

Quanto a renda da agroindústria, identificou-se, a partir da Tabela 42, que a faixa acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, comporta o maior número de agroindústrias (29,8%), e dentro dessa faixa, o maior percentual está concentrado nas áreas de até 5 hectares. Em seguida, vem a renda até R\$ 20.000,00, com 27,4% das agroindústrias, com maior concentração na faixa de até 5 hectares.

Tabela 42 - Renda das Agroindústrias x Tamanho da Área

Tamanho da Área em ha	Renda total Agroindústria						Total	%
	Até R\$ 20.000,00	Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	Acima de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 300.000,00	Acima de R\$ 300.000,00		
0 a 5	23	28	8	11	2	4	76	45,2
6 a 10	13	6	5	5	2	2	33	19,6
11 a 15	6	8	4	4	1	2	25	14,9
16 a 20	3	2	6	1	0	1	13	7,7
21 a 25	1	2	1	0	0	2	6	3,6
26 a 30	0	1	2	1	1	1	6	3,6
31 a 35	0	0	2	1	0	1	4	2,4
36 a 40	0	1	0	0	0	1	2	1,2
46 a 50	0	1	0	0	0	0	1	0,6
51 a 55	0	1	0	0	0	0	1	0,6
61 a 65	0	0	1	0	0	0	1	0,6
Total	46	50	29	23	6	14	168	100

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora.

Conforme identificado na Tabela 42, a maior parte das propriedades da amostra tem até 05 hectares, pequenas propriedades. Nesse caso, a matéria-prima produzida para a agroindústria ocupa pequenas extensões de terra, porque nestes empreendimentos não é através da escala que se terá lucros, mas sim, pela valorização e diferenciação do produto. A industrialização, então, ocupa uma pequena área dessas propriedades, que permanece residindo e produzindo demais culturas dentro de uma mesma unidade de produção, seja para a comercialização e/ou para o seu autoconsumo, mesmo porque, nem sempre a agroindústria representa a atividade principal (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2006).

A caracterização das AFRs nesse capítulo, analisou as propriedades e membros residentes, o processo de produção e comercialização retratando aspectos, potencialidades, problemas enfrentados na atualidade, legislação, produção e origem de matéria-prima, custos e preços, tipos de produtos comercializados e outros dados das AFRs relevantes para análise. Uma das características a ser destacada nestes empreendimentos, é que há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar. Nas agroindústrias, conforme Carvalheiro (2010, p. 78), “a família possui o controle dos meios de produção – terra, instrumentos de trabalho e mão de obra –

sendo ela a principal responsável, (mas não única) pelo trabalho na agroindústria.

Pode-se elencar alguns aspectos: predominância das pequenas áreas, com até 5 ha (45,2%), seguido das áreas de 06 a 10 ha (19,6%) e de 11 a 15 ha (14,9%) e a grande maioria (89,70%) é de área própria dos agricultores familiares; dentre as atividades agropecuárias, a bovinocultura leiteira se destaca com 13,7%, seguida da horticultura, em 12 propriedades (7,1%), assim como o cultivo de milho e soja, em trinta propriedades (17,9%) também se destaca nessa amostra.

Do total de 86 propriedades com atividades agropecuárias informadas, o maior percentual de propriedades (21,4%), apontou que a renda gerada com as atividades agropecuárias é de até R\$ 20.000,00 no ano e 14,3% geram uma renda de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00 por ano; Do total das propriedades, 109 (64,9%) não possuem renda fora da propriedade, e 59 (35,10%), possui outras atividades extra agropecuárias; A faixa de renda das atividades extra agropecuárias que se destaca é a entre 01 e 02 salários-mínimos mensais, com 10,9%.

O número de pessoas que vivem nas 168 propriedades rurais analisadas, é composto por 252 membros do sexo masculino e 272 membros do sexo feminino, indicando uma paridade quanto ao gênero. Em relação aos vínculos familiares das pessoas residentes nas unidades familiares, a maior representação se dá pelo casal, com 56,4% do total dos membros, seguido dos filhos, com 31,3%; Em relação a faixa etária, verificou-se que a maior parcela dos membros residentes está concentrada entre as faixas de 30 a 59 anos com 52,3%, com destaque para a faixa dos 50 a 59 anos, que representa 23,5 % dessa amostra, e uma significativa presença de jovens até 19 anos (25,3%) e membros mais idosos com idade superior a 60 anos (18,9%);

Quanto ao tamanho das famílias, identificou-se que ainda existem muitas famílias nessas propriedades com 04 e 05 membros, totalizando 44% da amostra. As famílias que têm 02 e 03 membros contempla 46,9%;

O número de membros sem instrução é de 2,1%, 24,4% têm o ensino fundamental incompleto, sendo alfabetizados e 22,9% têm o ensino fundamental completo. Uma grande parcela tem o ensino médio completo

(26,5%), e 8,4% já concluíram o ensino superior. Nenhum dos membros citou conclusão de mestrado ou doutorado.

Identificou-se que houve um aumento das agroindústrias rurais familiares a partir de 1995, saltando de 1,8% para 6,0%. Entre 2011 e 2015, verificou-se o maior percentual de fundação das AFRs (30,4%).

Quanto ao tamanho das agroindústrias familiares, identificou-se que a maior parte (71%), estão na faixa de 01 a 50 m² (58,3%), 27,4% estão na faixa de 51 a 100 m² e 14,3 % do total estão acima dos 100 m². São espaços pequenos, e do total de 168, cento e quarenta e oito (88,7%) são de alvenaria;

Os produtos que mais se destacam são os panificados (pães, bolachas e cucas), seguido pelos derivados de leite e massas; quanto ao tipo de produção nas agroindústrias da amostra, identificou-se que 157 (93,5%), produzem conforme o modelo convencional e 11 agroindústrias (6,55%), produzem de modo orgânico;

Quanto a dedicação da mão de obra dos membros na atividade agroindustrial, identificou-se que são vários dias da semana dedicados a atividade agroindustrial, com destaque para o trabalho em 06 dias da semana (36,8%); A grande maioria (89,3%), não contrata mão de obra externa e a quantidade de mão de obra contratada externa (10,7%), não é representativa, embora a maior parte dos contratados trabalhem quase o ano todo na propriedade (8,4%); 50% afirmaram não conhecer todos os custos que envolvem a produção e 52,4% utilizam o preço da concorrência como base para formar seu preço de venda;

Do total de 168 agroindústrias, 142 agro industriários responderam ter conhecimento sobre as BPF, representando 84,5% % da amostra e 26 (15,5%) afirmaram não conhecer as BPF; quanto à forma de comercialização, verificou-se que a venda via Bloco de Produtor é a mais utilizada, 98,8%, enquanto apenas 2 agroindústrias não têm registro, fazem venda informal;

A venda direta (32%), programas institucionais (PNAE, PAA, outros) (26,8%) e feira (24,3%) são os principais canais de comercialização dos produtos agro industrializados; quanto as dificuldades encontradas pelos proprietários das agroindústrias rurais familiares, destacam-se os problemas na eficiência produtiva (13,8%), legalização (10,8%) e comercialização (9,9%).

O processo produtivo, na opinião de 32,8% dos agro industriários representa a maior potencialidade das agroindústrias rurais familiares, seguido pela comercialização (15,9%) e ampliação da agroindústria (10,9%). Em relação as políticas públicas, identificou-se a política pública do PNAE como a mais acessada (65,46%), seguida do PAA (8,25%) Há um grupo de agricultores que não acessa as políticas públicas (21,13%).

Quanto a renda da agroindústria, identificou-se que a faixa acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, comporta o maior número de agroindústrias (29,8%), e dentro dessa faixa, o maior percentual está concentrado nas áreas de até 5 hectares. Em seguida, vem a renda até R\$ 20.000,00, com 27,4% das agroindústrias, com maior concentração na faixa de até 5 hectares.

O próximo capítulo apresenta um conjunto de indicadores, pois estes permitem avaliar o cenário das AFRs para direcionar ações ao fortalecimento das AFRs. Outra proposta que será analisada no próximo capítulo, são as ferramentas de gestão para propor ações à sustentabilidade das AFR na mesorregião Oeste do Paraná: o Sistema de Enlace Causal, 5W2H e Matriz GUT.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO AOS FATORES DE PRODUÇÃO CONSIDERANDO SUAS VARIÁVEIS E FERRAMENTAS APLICADAS PARA AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Os fatores de produção são os bens necessários à realização de um dado produto. São os elementos que tornam possível a existência de produção. Na teoria econômica considera-se três fatores de produção: o capital (usualmente representado por K), o trabalho (L) e os recursos naturais ou terra (T) (LIMA; D'ASCENZI, 2018). Neste momento faz-se a apropriação do conceito de fatores de produção utilizados na área da economia para poder descrever a realidade e as condições estruturais e disponíveis nas UFR e em suas agroindústrias e analisar suas potencialidades e/ou limitações no encontro de auferir melhores resultados sejam econômicos, de produtividade, de diferenciação, de agregar valor, de rendimento ou tecnológico.

No tocante ao fator terra (T), passa a incluir não apenas as áreas de cultivo, mas as edificações e todo aparato disponível físico e natural para a produção e bens ou serviços nas agroindústrias.

O fator trabalho (L), contempla as disponibilidades de recursos humanos, membros das famílias, que desempenham as inúmeras atividades nas agroindústrias que por meio de sua capacitação, conhecimento, desenvolvem as potencialidades nas mesmas e o fator Capital (K) representando os elementos que apoiam a produção, como as máquinas, equipamentos e tecnologias empregados nas agroindústrias.

Todavia, o resgate da sustentabilidade que envolve as três dimensões compreendidos pelos fatores econômicos, sociais e ambientais retratam de forma contemplativa a tripartite desta proposta de avaliação das condições das agroindústrias. Para contextualizar a influência destes três fatores que podem ser considerados como indicadores relacionados aos resultados das agroindústrias, outros indicadores se fazem necessários dada a complexidade existente nas UFR e nas AFR para o pleno exercício das atividades agro industriários.

6.1 UMA PROPOSIÇÃO DE INDICADORES PARA AS AFR

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (HAMMOND et al, 1995). Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como por exemplo o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (HAMMOND et al, 1995).

Um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como característica principal poder sintetizar diversas informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados (MITCHELL, 2004).

Segundo Gallopin (1996), os indicadores mais desejados são aqueles que resumam ou simplifiquem as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes; aspecto esse que é particularmente importante na gestão ambiental. Nessa área, especificamente, é necessário que sejam quantificadas, mensuradas e comunicadas as ações relevantes.

Os indicadores podem ser apresentados e/ou constituídos de inúmeras maneiras ou formas tais como: simples, compostos, qualitativos, quantitativos, estatísticos, entre outros, conforme a apropriação para sua finalidade. Um indicador não é apenas uma estatística, ele representa uma variável que assume um valor em um tempo específico. Em uma visão mais abrangente, um indicador é um sinal que aponta uma determinada condição (GALLOPIN, 1996), com a finalidade de comunicar informações e de auxiliar na tomada de decisões. Finalmente, o objetivo de um indicador é apontar a existência de riscos, potencialidades e tendências no desenvolvimento de um determinado território para que, em conjunto com a comunidade, decisões possam ser tomadas de forma mais racional (TUNSTALL, 1994; GUIMARÃES, 1998).

Portanto, indicadores, no sentido que estamos trabalhando, são um conjunto de possíveis ações a serem efetivadas para potencializar as agroindústrias em busca de otimizar a oferta de recursos humanos disponível em cada UFR para as atividades nas AFR, na agregação e valor aos produtos e constituindo um aglomerado familiar de transformação de suas produções.

Em síntese, apontar indicadores que sejam instrumentos de um processo de mudança rumo ao conceito de desenvolvimento rural sustentável, decorrente da viabilidade de processar os produtos primários por meio das AFRs.

6.1.1 Os Recursos Humanos nas UFR e AFR

Os aspectos demográficos dos pertencentes nas UFR das 168 agroindústrias contextualizadas, foram retratadas com respeito ao sexo, faixa etária e vínculo familiar na Tabela 23 do Capítulo 5 e na pirâmide etária, conforme a Figura 8. Neste capítulo tratou-se do tamanho das famílias, características educacionais compreendendo uma explanação pertinente das composições, estruturação e formação escolar das famílias nas AFR.

Todavia, para efeito de fatores de produção, entre os 524 membros das 168 AFR, 372 dedicam sua mão de obra para as agroindústrias, mas com dedicação exclusiva com no mínimo 5 dias são 37 membros, com 6 dias (137) e 7 dias outros 4 membros, ou seja, a dedicação com 5 dias ou mais faz parte de 178 (34%) dos membros.

Os outros 147 membros não desempenham nenhuma atividade nas agroindústrias, entretanto, considerando que 46 são menores de 14 anos, e/ou possuem outras formas de dedicação parcial em atividades agropecuárias, conforme a Tabela 23 e/ou atividades extra agrícolas na Tabela 19 do Capítulo 6.

A Tabela 43 espelha a realidade considerada nas agroindústrias pelas suas dimensões, tamanho das propriedades em que estão inseridas e os dias trabalhados, por semana, nas agroindústrias.

Tabela 43 - Área da propriedade, dimensões das AFR e quantidade de dias trabalhados nas AFR

Área e quantidade de dias trabalhados nas AFR	Até 50 m ²	De 50 a 100 m ²	Acima de 100 m ²	Total
0 a 5 há	160	59	17	236
1 a 2 dias/sem	41	11		52
De 3 a 4 dias na semana	37	8	3	48
De 5 a 6 dias na semana	34	24	11	69
Dedica os 7 dias da semana		1		1

Não dedica mão de obra à agroindústria	48	15	3	66
6 a 10 há	43	50	12	105
De 1 a 2 dias na semana	6	12	6	24
De 3 a 4 dias na semana	9	8		17
De 5 a 6 dias na semana	13	18	6	37
Não dedica mão de obra à agroindústria	15	12		27
11 a 15 há	37	15	9	61
De 1 a 2 dias na semana	6	2	2	10
De 3 a 4 dias na semana	6	3	3	12
De 5 a 6 dias na semana	17	5	3	25
Dedica os 7 dias da semana	1			1
Não dedica mão de obra à agroindústria	7	5	1	13
16 a 20 há	23	6	17	46
De 1 a 2 dias na semana	5		4	9
De 3 a 4 dias na semana	3	2	3	8
De 5 a 6 dias na semana	5	4	1	10
Dedica os 7 dias da semana			2	2
Não dedica mão de obra à agroindústria	10		7	17
21 a 25 há	9	3	2	14
De 1 a 2 dias na semana	1	1	2	4
De 5 a 6 dias na semana	6	2		8
Não dedica mão de obra à agroindústria	2			2
26 a 30 há	14	4	9	27
De 1 a 2 dias na semana	2			2
De 3 a 4 dias na semana	1		1	2
De 5 a 6 dias na semana	3	4	6	13
Não dedica mão de obra à agroindústria	8		2	10
31 a 35 há		9	4	13
De 1 a 2 dias na semana		2		2
De 3 a 4 dias na semana		2	1	3
De 5 a 6 dias na semana		5	3	8
36 a 40 há			10	10
De 1 a 2 dias na semana			3	3
De 3 a 4 dias na semana			2	2
De 5 a 6 dias na semana			2	2
Não dedica mão de obra à agroindústria			3	3
46 a 50 há		4		4
De 5 a 6 dias na semana		1		1
Não dedica mão de obra à agroindústria		3		3
51 a 55 há	5			5
De 5 a 6 dias na semana	1			1
Não dedica mão de obra à agroindústria	4			4
61 a 65 há	3			3
De 5 a 6 dias na semana	1			1
Não dedica mão de obra à agroindústria	2			2

Total Geral	294	150	80	524
--------------------	------------	------------	-----------	------------

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Quando se faz um recorte nas UFR em propriedades com até 5 ha e com AFR de até 50 m² pertencem a este conjunto 160 membros, dos quais 48 não prestam nenhum trabalho nas agroindústrias e se acrescidos os 41 com trabalhos de 1 a 2 por semana perfazem 55% dos membros nestas AFR. Quando acrescidos os que desenvolvem atividades 3 a 4 dias por semana chega a 78% dos membros nesta condição. Ao considerar as UFR no mesmo módulo rural, mas com agroindústrias de 50 a 100m², contempla outros 59 membros, dos quais 15 não prestam serviços nas agroindústrias e mais 11 com até dois dias por semana, ou seja, 44% dos membros neste segmento têm mais de metade de seu tempo ocioso nas atividades das agroindústrias, mas podem estar em atividades nos cultivos das UFR.

Com relação à rentabilidade, a qual faz parte da Tabela 44, é possível verificar os diversos comportamentos e resultados, em todos os segmentos, mas o foco ficou nos menores módulos de área da propriedade e de suas agroindústrias, por contemplar o maior número de AFR da amostra.

Tabela 44 - Dados Área, Níveis de Renda e quantidade de membros AFR

Área de 0 a 5 hectares – 50 m ² Agroindústria									
Dados Renda - área e área AFR	0 a 5 há – 50 m – Até R\$ 20.000			0 a 5 há – 50 m – R\$ 20.000 a R\$ 50.000			0 a 5 há – 50 m – R\$ 50.000 a R\$ 100.000		
Nº AFR - membros	Nº AFR	Membros	Renda Extra agrícola	Nº AFR	Membros	Renda Extra agrícola	Nº AFR	Membros	Renda Extra agrícola
	1	1	-	5	2	3	2	2	1
	7	2	4	6	3	2			
	7	3	3	5	4	1			
	1	4	1	2	5	1			
	3	5	2	2	6	-			
Total	19			20			2		

Dados Renda - área e área AFR	0 a 5 há – 50 m – R\$ 100.000 a R\$ 200.000			0 a 5 há – 50 m – Acima de R\$ 300.000		
Nº AFR - membros	Nº AFR	Membros	Renda Extra agrícola	Nº AFR	Membros	Renda Extra agrícola
	2	3	1	1	3	-
	3	4	3			
	2	5	-			
Total	7			1		

Área de 0 a 5 hectares – De 50 a 100 m² Agroindústria

Dados Renda - área e área AFR	0 a 5 há – de 50 a 100 m – R\$ 20.000			0 a 5 há – de 50 a 100 m – R\$ 20.000 a R\$ 50.000			0 a 5 há – de 50 a 100 m – R\$ 50.000 a R\$ 100.000		
	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola
	3	2	1	5	2	3	2	2	-
	1	3	-	1	3	1	3	4	2
				1	5	1			
				1	6	1			
Total	4			8			5		

Dados Renda - área e área AFR	0 a 5 há – de 50 a 100 m – R\$ 100.000 a R\$ 200.000			0 a 5 há – de 50 a 100 m – Acima de R\$ 300.000		
	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola
	3	2	-	1	4	-
Total	3			1		

Área de 0 a 5 hectares – Acima de 100 m² Agroindústria

Dados Renda - área e área AFR	0 a 5 há – acima de 100 m – R\$ 50.000 a R\$ 100.000			0 a 5 há – acima de 100 m – R\$ 100.000 a R\$ 200.000			0 a 5 há – acima de 100 m – R\$ 200.000 a R\$ 300.000			0 a 5 há – acima de 100 m – Acima de R\$ 300.000		
	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola	AFR	Membros	Renda Extra agrícola
	1	4	-	1	3	-	1	2	1	1	1	-
							1	4	-	1	3	-
Total	1			1			2			2		

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

As UFR que concentram as agroindústrias com até 50m² e com um rendimento de até R\$ 20.000,00 anual, com 19 agroindústrias, seguido pelo setor das mesmas características, mas com rendimento entre R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00 com 20 agroindústrias, são os dois extratos com maior número de agroindústrias. Cabe destacar que pelo menos em metade destas, os agro industriários obtêm renda extra as mesmas.

6.1.2 A Estrutura das AFR

A agroindústria é o ambiente físico, equipado e estruturado para operacionalizar inúmeras atividades na transformação de matérias-primas agropecuárias de forma sistemática para produção de alimentos ao consumidor final. Por meio da agroindústria que as UFR deixam de ser fornecedores de

matérias-primas, e transformam suas produções naturais em produtos elaborados e passam a participar dos espaços no comércio.

Ou seja, a agroindústria rural abrange as “atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores”, desde que a destinação final do produto seja dada pelo produtor (BRASIL,2019).

A agroindustrialização consta nos meios atuais de debates relacionados a agregação de valor aos produtos agropecuários, diante das transformações intensas e constantes em curso na agricultura, no aprimoramento de ações aos mercados internos e externos (BRASIL, 2019).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) inclui os agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização, para fortalecer as cadeias produtivas regionais, com ofertas de tecnologias para gestão destes empreendimentos e agregando valor através do processamento dos seus produtos, levando ao conhecimento do consumidor as especificações e qualidades do produto da agroindústria familiar (BRASIL, 2019).

A agroindustrialização da produção realizada pelos agricultores familiares permite uma afirmativa de sua permanência no meio rural e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável na cadeia agrícola frente as possibilidades e afirmativas econômicas proporcionadas pela agroindustrialização, como; ofertar alimentos saudáveis, seguros e saborosos e preservar a identidade culinária e cultural dos locais de origem (DA CRUZ, 2020).

A inserção da produção da unidade familiar rural nos processos de agroindustrialização, no conjunto das 168 agroindústrias contempladas neste estudo, voltada ao dimensionamento das propriedades, tamanho físico da agroindústria, tamanho do núcleo familiar, e renda galgada da agroindústria comportam a análise deste tópico.

Assim, a realidade presente das 168 agroindústrias no tocante as condições estruturais, disponibilidade de máquinas e equipamentos, recursos humanos aptos para executar as atividades, capacidade tecnológica, aspectos

próprios de produção/agroindustrialização, constituem de forma isolada ou em conjunto um diferencial aos produtos elaborados na inserção ao mercado para a geração de renda e permanência da unidade familiar na agricultura/agroindústria.

A composição das 168 agroindústrias implantadas em módulos rurais com até 5 ha, somam 76 unidades (45,2%) e, nos módulos rurais entre 6 e 10 ha fazem parte 33 agroindústrias, (19,6%) isto quer dizer, que nos módulos rurais até 10 ha estão implantadas 109 agroindústrias que correspondem a 64,8%. A força das agroindústrias na região considerada está em pequenos módulos rurais e AFR de pequeno porte.

Tabela 45 - Área da Propriedade x Área da Agroindústria

Tamanho da Área UFR	Área Agroindústria			Total
	Até 50 m ²	De 50 a 100 m ²	Acima de 100 m ²	
0 a 5 ha	49	21	6	76
6 a 10 ha	16	13	4	33
11 a 15 ha	16	5	4	25
16 a 20 ha	8	2	3	13
21 a 25 ha	4	1	1	6
26 a 30 ha	3	1	2	6
31 a 35 ha	0	2	2	4
36 a 40 ha	0	0	2	2
46 a 50 ha	0	1	0	1
51 a 55 ha	1	0	0	1
61 a 65 ha	1	0	0	1
Total	98	46	24	168

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Com respeito ao tamanho das agroindústrias, 98 unidades têm sua dimensão de até 50 m² (58,3%) e quando incorporado a estas aquelas com tamanho entre 50 e 100² fazem parte outras 46 unidades (27,4%), totalizando 85,7% com um tamanho de até 100m², e 24 unidades (14,3%) das agroindústrias tem dimensões acima de 100m².

Ao analisar numa perspectiva das propriedades com até 5 ha e que comportam agroindústrias de até 50 m², somam 49 UFR ou seja (29,1%) das unidades familiares rurais. Mas ao considerar o mesmo módulo rural e com

agroindústrias entre 50 e 100m² fazem parte 21 (46,5%) unidades deste porte. Assim, em propriedade de até 5 ha com agroindústrias de até 100m² estão presentes em 70 (41,6%) das UFR.

Na UFR com área entre 6 e 10 ha e com agroindústrias de até 50m² perfazem 16 (16,3%) dos estabelecimentos deste porte, e quando acrescidas as dimensões das agroindústrias de 50 a 100m² contemplam outras 13 (28,2%) unidades deste porte. Numa terceira proposição neste sentido, mas com áreas entre 11 e 15 há das UFR, perfazem 25 (25,5%) das agroindústrias com até 50m².

6.1.3 O Aparato tecnológico das AFR

A palavra tecnologia tem origem no grego "*tekhne*" que significa "técnica, arte, ofício" juntamente com o sufixo "*logia*" que significa "estudo". A Tecnologia faz parte de uma junção de instrumentos, métodos e técnicas para resolver e proporcionar meios mais apropriados na resolução de problemas, decorrente de conhecimentos científicos de várias áreas de pesquisa para a adequada aplicação na prática (MACEDO, 2021).

As novas tecnologias, bem como todo o aparato tecnológico, em contínuo desenvolvimento, tem proporcionado papel fundamental no âmbito da inovação e conseqüentemente praticidade as atividades operacionais, com impacto positivo à sociedade.

O Brasil certamente tem potencial de produzir alimentos únicos, mais nutritivos e alinhados com as demandas dos mercados mais exigentes. Essa condição se consolida como indutora para que as organizações públicas e privadas de ciência, tecnologia e inovação desenvolvam novos processos, métodos, sistemas e produtos com foco no incremento da segurança alimentar e da saúde, no intuito de reduzir os impactos ambientais e contribuir para a mitigação das desigualdades sociais e econômicas.

A tecnologia e recursos utilizados pelos agro industriários na transformação dos produtos primários em produtos elaborados e/ou transformados são diversas, entretanto as principais categorias selecionadas compreendem: mandioca, frango, derivados de leite, embutidos, massas e panificados, melado e açúcar mascavo, doces e geleias, polpas e frutas.

Para a produção, as agroindústrias empregam diversos recursos tecnológicos/ equipamentos, entre outros, os quais compreendem:

Quadro 6 - Equipamentos para a produção nas AFR

PRODUTO	EQUIPAMENTOS
Mandioca descascada	Balança Embaladora a vácuo.
Derivados de Leite	Desnatadeira, Tanque de recepção, geladeiras, pasteurizador, placas, Balança, Tanque armazenamento de leite, botijão de gás, Tanque fabricação, Panela de Inox, Embaladora automática, Fogão Industrial, Embaladora vácuo manual, elétrica, Formas, Prensa manual, pasteurizador, Desnatadeira elétrica, Batedeira de manteiga, Câmara secagem/cura com controle de umidade, Bomba sanitária, Câmara estocagem/produção, Compressor, Pasteurizador lento 200 l, Transferidor de leite, ordenhadeira;
Embutidos	Moedor de carne, embutideira, freezer, Funil para abate, Congeladores, Canhão manual, prensa.
Frango Caipira	Depenadeira, Congeladores, Câmara Fria, Fita Cortadeira.
Massas e Panificados	Amassadeira, Cilindro industrial, forno grande, Liquidificador, Balança digital, Geladeira, Freezer, Batedeira, Processador, Máquina de bolacha, Extrusora de macarrão e bolacha, Embaladora de mesa.
Melado e Açúcar mascavo	Moenda (cana), tachos inox, Pré - aquecedor inox, Batedeira elétrica, Balança, Peneira elétrica, Geladeira, Freezer, Seladora pedal, Caixa inox/armazenar caldo.
Doces e Geléias	Fogareiro, Fogão, Freezer horizontal, Geladeira, Liquidificador, painéis, formas.
Polpa de frutas	Despolpadora, embaladora, congeladores.

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

Contudo, ainda existem os procedimentos de elaboração de cada categoria de produtos. Os Embutidos, demandam uma composição certa dos ingredientes, carnes, temperos, sal e outros, e cada agroindústria detém seu procedimento, método, maneira, tempo de maturação, forma de acondicionar e fazer seus produtos. Isso é de valor imensurável para toda e qualquer empresa, onde as agroindústrias, dado os procedimentos ou fórmulas de domínio das famílias por gerações comportam segredos a aspectos únicos.

A caracterização da agroindústria, por meio de seus produtos, com domínio próprio e características únicas e quando percebidas pelos clientes constitui um diferencial competitivo que pode alavancar uma fidelidade da clientela e expansão de seu mercado consumidor. Cada vez mais, quando se olha as questões de competitividade, emerge como diferencial a capacidade de incorporar inovações tecnológicas.

6.1.4 A Assistência técnica para capacitar as AFR

A disponibilidade de atendimento e acessibilidade as inovações tecnológicas para aprimorar os processos de produção dos produtos primários e todo aparato dos processos de industrialização, deve ser um fator contínuo e sistemático em todas as AFRs. Os aprimoramentos técnicos, com assessorias ou assistência técnica são disponíveis pelos órgãos governamentais.

A assistência técnica consiste num conjunto de atividades que permitem a comunicação, capacitação e a prestação de serviços aos produtores rurais, tendo em vista a difusão de tecnologias, gestão, administração e planejamento das atividades rurais preservando e recuperando os recursos naturais disponíveis. A assistência técnica rural é de fundamental importância para a melhoria dos processos de produção, beneficiamento e comercialização as AFR em atendimento as suas necessidades. No caso da amostra, a Assistência Técnica foi a mais citada (37,9%), embora ainda possa aumentar esse percentual para auxiliar os agro industriários.

a) os avanços tecnológicos e sistemáticos que avançam em todos campos e áreas de atuação, pertencem também as AFR, podem e devem estar continuamente presentes na própria agroindústria, em todos os processos de fabricação.

b) no tocante a estrutura física, o atendimento técnico pode viabilizar neste quesito, por adequação delas, a mudanças de normas, ou melhor conformidade para a própria. No tocante aos produtos, as mudanças correntes das normas sanitárias, e possíveis adequações dos produtos podem ser auxiliados pelos técnicos.

c) o assessoramento técnico quando estiver permanentemente atualizado e interligado com outros modelos de produção no âmbito mundial, e acompanhado pelas inovações tecnológicas relacionadas as agroindústrias pode contribuir com aprimoramento dos meios de produção com vistas a proporcionar melhor aproveitamento dos produtos e criar diferenciais a agroindústria através de seus produtos.

A incorporação de tecnologia nas agroindústrias exige novos pensares e evolução nos agro industriários, e quando da ocorrência deles pode

proporcionar satisfação e orgulho pelo seu crescimento, e apresentação de seu empreendimento com nobreza e personalidade própria identificada com ele.

6.1.5 As Boas Práticas de Fabricação nas AFR

Boas práticas de fabricação (BPF) é um conjunto de práticas simples e eficazes a serem adotadas nas agroindústrias. Envolve a manipulação, armazenagem e transporte de insumos, matérias-primas, embalagens, utensílios, equipamentos e produtos. São requisitos essenciais e necessários, aplicados em todas as etapas do processo produtivo, para garantir a qualidade dos produtos acabados. A legislação que aborda o tema das boas práticas é composta principalmente pela Portaria da Anvisa nº 326/1997 e a Portaria do Mapa nº 368/1997 (PREZOTTO, 2016).

Na Anvisa, um importante passo foi dado por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 49/2013, que promoveu a harmonização, simplificação e racionalização de procedimentos para registro e agroindustrialização, no intuito de estimular o registro e a formalização das agroindústrias com segurança sanitária, respeitando os costumes, hábitos, conhecimentos tradicionais e culturais dos povos do campo (PREZOTTO, 2016). Desta forma são obtidos muitos benefícios, entre eles, maior disponibilidade de alimentos, diminuição da quantidade de alimentos deteriorados, menor desperdício, produção mais econômica e menor risco de a população consumidora contrair infecções, intoxicações, parasitoses e envenenamento químico de origem alimentar (PREZOTTO, 2016).

As normas que estabelecem as chamadas Boas Práticas de Fabricação estabelecem requisitos fundamentais que vão desde a instalação da indústria, passando por rigorosas regras de higiene pessoal e limpeza do local de trabalho, até a descrição, por escrito, dos procedimentos envolvidos no processamento do produto.

A garantia de sua aplicação e consolidação de sua metodologia está no reconhecimento do proprietário da empresa ou de sua diretoria, que para fazer produtos com boa imagem e credibilidade, precisa garantir a aplicação de Boas Práticas de Fabricação, em toda a cadeia do processo produtivo. Desde a matéria-prima até suas condições de distribuição.

Um processo de produção devidamente organizado e ordenado dentro dos princípios estabelecidos das BPF facilita a gestão de fabricação em toda cadeia de produção, permitindo a identificação de falhas operacionais ou administrativas, que possam ocorrer durante o processo produtivo, facilitando e otimizando os custos de correção, reduzindo ou eliminando os prejuízos operacionais, que possam prejudicar e contribuir para inviabilizar o negócio.

Do total de 168 agroindústrias, 142 (84,5%), tem conhecimento sobre as BPF, enquanto 26 (15,5%) afirmaram não conhecer as BPF, todavia, ter conhecimento não necessariamente implica na aplicação e uso dos procedimentos de forma adequada, que pode ser, por vezes, pela limitação ao entendimento as mesmas, frente a própria escolaridade, considerado no cap.5.

a) a atenção aos preceitos legais que regem a estruturação e operacionalidade das agroindústrias deve ser atendida e acompanhada em suas atualizações cotidianamente.

b) o conhecimento as normas de vigilância sanitária, de boas práticas de fabricação, de legalização e atendimento aos preceitos vigentes e legais das normatizações as agroindústrias, devem serem atendidas pelas AFR em todos seus processos e atividades preservando a seguridade de seus produtos e preservação da saúde pública.

c) a normatização e padronização dos processos para constituir um diferenciador competitivo diante da identificação, certificação e qualidade contida nos produtos frente à segurança auferida pela padronização de produção embasada nos princípios legais vigentes de segurança alimentar.

6.1.6 Produtos diferenciados para ampliar mercados às AFR

Para Kotler (1994, p. 269), diferenciação é "[...] o ato de desenhar um conjunto de diferenças significativas para distinguir a oferta da empresa das ofertas dos concorrentes". E tudo isso é parte integrante do produto, portanto, agrega uma parcela importante na diferenciação. Se um produto não se destaca dos outros, provavelmente irá passar despercebido ao consumidor e, eventualmente, desaparecer do mercado, por isso é necessário distinguir os produtos. Sendo assim, a diferenciação é o processo de distinção de um produto ou serviço dos seus concorrentes (GRIMM; MALSCHINGER, 2010).

A estratégia de diferenciação significa criar uma singularidade para o produto, visando atender clientes com necessidades específicas através de produtos personalizados. Nesse tipo de estratégia busca-se a valorização dos atributos dos produtos ou serviços em preferência do menor preço podendo ser operacionalizada de várias maneiras: por meio da marca, das especificidades e atributos do produto, de serviços personalizados pré e pós-venda, de alternativas de financiamento, entre outras (MURRAY, 1988).

Os pontos de diferenciação são qualidades ou benefícios que os consumidores associam com uma marca, consideram um valor positivo e acreditam que não podem ser comparados aos das marcas concorrentes. Inclusive, é muito comum encontrar concorrentes que são muito mais fortes nos pontos de igualdade. Para Porter (1989), a diferenciação teria sua origem na criação singular de valores para o comprador e pode resultar da satisfação tanto de critérios de uso quanto de sinalização, embora em sua forma mais sustentável origine-se de ambas. Uma diferenciação sustentável exige que a empresa execute uma gama de atividades de valor de modo singular, de modo a influenciar os critérios de compra.

De maneira geral, Kotler e Keller (2006), citaram como os principais meios de diferenciação dos produtos a forma, as características, a qualidade de desempenho, a qualidade de conformidade, a durabilidade, a confiabilidade, a facilidade de reparo e o estilo. Ferrel *et al.* (2000), abordam que, de forma crescente, um atributo altamente valorizado nos produtos diferenciados é a qualidade, que se refere às características gerais do produto que permitirão que as necessidades do consumidor sejam satisfeitas.

Quanto a diferenciação dos produtos nas agroindústrias da amostra, pode-se comentar:

a) cada produtor em suas UFR, mesmo exercendo o mesmo processo produtivo em sua propriedade, desenvolve características e formas específicas de sua produção, que pode tornar um produto diferenciado e percebido pelo cliente/mercado.

b) a motivação de ser um AFR provém de uma identificação com essa nobre atividade exercida e, frente a essa motivação de produzir com suas habilidades e potenciais, buscam ser diferenciados no mercado ou atender certos mercados ou clientes de forma especial, o que torna seus produtos aceitos e esperados por eles.

c) a diferenciação dos produtos pode ser de inúmeras maneiras, formas e processos. Criar diferenciais pode construir uma identificação dos produtos com a AFR, e promover vantagens em conquistar novos clientes além da manutenção dos existentes.

d) constituir de certa forma uma AFR com identificação diferenciada de seus produtos, pode constituir a criação de uma identidade dela, com atributos específicos que valoram seus produtos e a própria Agroindústria Familiar Rural.

A diferenciação pode provir da especialidade em produzir determinado produto ou produção com identidade da UFR ou da própria AFR. Como forma de produção de novidades, tem-se também a invenção de novos produtos e processos. Como exemplo, a formulação e apresentação de alguns produtos e alimentos: a conserva de pepinos com enfeites e geleia com pedaços de fruta in natura, o que lhe confere um caráter de produto “natural”.

Outra opção são os produtos com processos produtivos em que o seu aspecto é de um novo design, como frutas e conservas com desenho de animais, pessoas, estrelas, como uma estratégia de marketing, buscando chamar a atenção do consumidor. Podem-se destacar ainda os produtos ecológicos ou naturais, como as geleias de frutas, os doces em pasta, os sucos, conservas, que são fabricados sem aditivos químicos e a partir de matérias-primas produzidas de forma agroecológica.

6.1.7 Agregar valor aos produtos

Como é possível agregar valor aos produtos? “O valor, que é um conceito central para o marketing, é a relação entre a somatória dos benefícios tangíveis e intangíveis proporcionados pelo produto e a somatória dos custos financeiros e emocionais envolvidos na aquisição desse produto” (KOTLER; KELLER, 2012, p. 9).

“Valor para o cliente é a diferença entre as percepções do cliente quanto aos benefícios e quanto aos custos da compra e uso de produtos e serviços” (CHURCHILL; PETER, 2000, p. 13). Valor entregue ao cliente é a diferença entre o valor total para o cliente e o custo total para o cliente. O valor total para o cliente é o conjunto de benefícios que os clientes esperam de um determinado produto ou serviço. O custo total é o conjunto de custos em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço (KOTLER, 2000, p. 56).

Quanto mais essa relação pender para o lado do “custo”, menos interessante será a oferta e menos valor perceberemos nela. Quando mais essa relação pender para o lado do “benefício”, maior será o valor percebido no produto e a empresa poderá se beneficiar disso para aumentar seus lucros (MARI, 2020).

Valor é uma percepção por parte do consumidor, e não há nada de previsível nessa percepção. É possível demonstrar seu conceito a partir da seguinte equação matemática:

$$\text{Valor} = \frac{\text{Benefícios Tangíveis} + \text{Benefícios Intangíveis}}{\text{Custos Financeiros} + \text{Custos Emocionais}} \quad (\text{KOTLER; KELLER, 2012}).$$

É o cliente quem dá valor. Isso faz com que todo o marketing seja pensado para o cliente, ou “orientado para o cliente”. A palavra valor possui diversos sentidos, entretanto quando relacionar ao Marketing é necessário compreender que preço e valor são duas coisas que se relacionam, mas que são diferentes (KOTLER; KELLER, 2012).

Consta nas afirmativas dos agro industriários que seus produtos têm como diferencial a qualidade, entretanto, falta uma percepção, um diferencial realmente exclusivo, único em seu processo de fabricação e conseqüentemente, o produto contemplará uma característica distinta e percebida pelos clientes

a) a agregação de valor com um diferencial, pode estar atrelado a uma receita exclusiva, personalizada, elaborada pelo agroindustrial, um procedimento ao fazer os produtos, um processo de maturação, uma coloração específica e definida, um sabor, gosto ou outra característica que o torna diferente e exclusivo.

b) a forma padronizada do produto e que pelo visual seja possível identificar o agroindustrial fabricante pode constituir uma diferencial que agregue valor e seja uma oportunidade competitiva de valorar a agroindústria.

c) a motivação da implantação da agroindústria pode ser expressa nos produtos, pela forma única e familiar de elaborar e produzir o mesmo.

6.1.8 Aprimorar as vendas

Aprimorar as técnicas de vendas contribui para aumentar as vendas e melhorar a produtividade. Segundo Kotler (2000), venda é a comunicação verbal direta concebida para explicar como bens, serviços ou ideias de uma pessoa ou organização servem às necessidades de um ou mais clientes potenciais. Venda é o processo de troca de um produto ou serviço por dinheiro, em resumo. As vendas ocorrem tanto de empresas para pessoas (conhecido como vendas B2C), de empresas para empresas (vendas B2B) e até sem envolver empresas, como no caso dos classificados e vendas de itens usados, por exemplo (ALVAREZ, CARVALHO, 2008).

Uma das opções de vendas para as AFR são os programas institucionais, basta atender seus requisitos onde parte de suas produções podem ser diretamente absorvidas por programas como:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - É um dos mais antigos programas sociais do governo federal e um dos maiores programas de alimentação do mundo. Instituído pela Resolução nº 26/2013, e complementado pelas Resoluções nº 04/2015 e nº 01/2017.

O programa voltado para a compra de alimentos saudáveis que respeitem a vocação agrícola local, os hábitos alimentares e as tradições locais. Assim, do total repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deve ser utilizado exclusivamente nas aquisições de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, por meio de editais de chamada pública (EMBRAPA, 2021).

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Destina-se à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, buscando o fortalecimento dos processos de comercialização de seus produtos a partir de dois grandes eixos, a saber: i) a compra direta para doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, tais como: escolas, creches e asilos, visando garantir a segurança alimentar e nutricional deste público; e ii) apoio à formação de estoques e sua posterior comercialização no mercado. O PAA é voltado para famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Uma das modalidades do PAA, a Compra institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas (EMBRAPA, 2021).

Outros mecanismos podem ser via associações/GIAFR e atender a feiras, condomínios, estabelecimentos próprios com oferta semanal ou diária de seus produtos, onde cada agroindústria disponibiliza seus produtos e fica a encargo de um responsável a parte comercial nestes locais – pontos – de venda.

a) As maneiras de aumentar as vendas é vender mais para os mesmos clientes ou formar novos clientes. Para vender mais para os mesmos clientes é necessário ter novos produtos além dos comumente já vendidos, assim a diversificação e produção se torna determinante.

b) buscar novos mercados, clientes, corresponde uma estabilidade para o próprio empreendimento, pois caso um cliente venha a não comprar, ou os clientes tradicionais mudam, outros clientes, (mercados) podem manter a sustentabilidade da agroindústria.

c) a diversificação entre clientes consumidores domésticos e clientes institucionais, são recomendados para manter estabilidade e seguridade nas vendas e obtenção de renda. O incremento de vendas para entidades institucionais e governamentais, em seus diversos programas podem contribuir no agendamento e programação de produção das agroindústrias por períodos de tempos maiores.

d) O êxito da diversificação das fontes de renda pelos diversidade dos clientes/mercados podem representar uma alavancagem aos empreendimentos agroindustriais em sua proposta de produção, diversificação de produção, alternativas de obtenção de renda, identificação do estabelecimento pela característica diferenciada de seus produtos, entre outros que podem contribuir para a sustentabilidade ao empreendimento da AFR.

e) quando da existência de bons mercados, variação e clientes, potencializam as oportunidades e incentivos as AFR, bem como podem ser uma oportunidade para os descendentes das AFR onde possam se realizar pessoal e profissionalmente nas UFR e ou AFR.

6.1.9 Associação ou grupos integrados de Agroindústrias Familiares Rurais

Os agricultores e agro industriários, buscam práticas diversas, visando defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais. De acordo com as experiências, valores, interesses dos atores envolvidos nesse processo de mudança, os agricultores podem intervir e alterar diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Ele representa uma maneira de

sobrevivência no ambiente concorrencial, como destaca Maraschin (2004). A finalidade de uma associação, portanto, consiste em relacionar, de maneira democrática, os agentes com objetivos em comum (SANGALI; DA SILVA; SILVA; SCHLINDWEIN, 2015).

Dalfovo *et al.* (2010), acredita que o associativismo rural surgiu para integrar pessoas, tendo como objetivo melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos rurais a fim de que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos. Assim, o associativismo é importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, enquanto fator de organização econômica e de competitividade do setor agrário e de organização dos agricultores sob bases democráticas, contribuindo para o êxito dos projetos de desenvolvimento local (MARTINEZ; PIRES, 2002).

Com o associativismo, a absorção de todas as inovações técnicas seria mais fácil, o que permitiria a sobrevivência das pequenas unidades camponesas, além de permitir que o desenvolvimento da industrialização manter-se-ia sob o controle dos agricultores (WANDERLEY, 1998).

A importância do associativismo se dá pelo fato dele possibilitar a organização da produção, a diversificação das atividades agrárias, propiciando a viabilidade econômica e social das comunidades rurais, constituindo uma via de desenvolvimento local (PREVOST, 1996; MARTINEZ; PIRES, 2002). Mas são apenas cooperativas que podem ser consideradas como empreendimentos solidários ou mesmo detentoras de práticas sociais, mas, também, associações, clubes de trocas, cozinhas coletivas, dentre outros, atendendo aos princípios da economia solidária (LEITE, 2009; AZAMBUJA, 2007; SILVA, CALAZANS, GONZALEZ e SOUZA, 2011).

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, os pequenos produtores, por meio da associação, tendem a melhorar a atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes no meio rural (SANGALI *et al.*, 2015).

O associativismo formado por um grupo integrados de agroindústrias familiares rurais (GIAFR), podem de sobremaneira fortalecer a manutenção destes empreendimentos e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Esse meio associativo/GIAFR permite que as UFR e/ou as AFR, produzam com mais força e técnica algumas culturas específicas, permitindo que tenham menos diversidades de culturas e/ou produtos produzidos, mas com maior produtividade diante das habilidades e usos de procedimentos aprimorados para tal finalidade, obtendo maior valor agregado dos produtos com menor esforço dos processos de produção.

A forma de organização associativa destes GIAFR permite manter contratos com instituições públicas pelo acolhimento das produções individualizadas dos produtores e/ou agro industriários, uma vez que cada qual pode produzir em menores ou maiores quantidades em atendimento ao interesse dos órgãos públicos, escolas etc., sem necessariamente cada produtor atender de forma específica a demanda e o requerido por estes órgãos em termos de legalidade documental.

6.2 ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES PARA FORTALECER AS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES

O aumento no consumo mundial de alimentos tem exigido do setor agrícola maior sinergia, e nesse sentido há necessidade de o segmento agroindustrial aperfeiçoar seus sistemas produtivos e suas técnicas de gestão para suprir a demanda crescente.

Para Fernandes (2004) e Kalnin (2004), o sucesso de alguns empreendimentos agroindustriais é devido primeiramente a ambientes institucionais, a formação de redes econômicas e ao cooperativismo, além da qualidade de vida e um significativo aumento de renda para o agricultor. Mas, também apontam dificuldades relacionadas a sobrevivência da agroindústria, dificuldade de acesso aos mercados, obtenção de crédito e despreparo gerencial dos agricultores.

Nesse sentido, esse tópico apresenta três ferramentas de gestão que apontam as potencialidades e viabilidades para o desenvolvimento da

produção, comercialização, gestão e fortalecimento das agroindústrias rurais familiares.

6.2.1 Diagrama de Enlace Causal

O entendimento dos enlaces de *feedback* que fazem parte dos sistemas, a serem estudados, é o ponto de partida para utilizar a dinâmica de sistemas. Para esse entendimento é possível o uso do diagrama de enlace causal, primeiramente sugerido por Maruyama (1963). Para Wolstenholme (1990), os diagramas são, algumas vezes, conhecidos como diagrama de influência e são deliberadamente simples e utilizados para compreender a estrutura geral do sistema.

Para Andrade (1998) e Bastos (2003), a compreensão da estrutura do sistema é feita com o mapeamento dos seus elementos formadores e dos relacionamentos entre eles. Este procedimento permite identificar de que forma um elemento influencia o comportamento de outro.

Nos estudos de pensamento sistêmico, o diagrama de enlace causal, principalmente nos estágios iniciais dos estudos dos sistemas, permite aos analistas comunicar os pressupostos estruturais do modelo. A importância dessa comunicação dos pressupostos estruturais ocorre em dois momentos. Uma, por poder ser utilizado como um esboço das hipóteses causais e outro, por permitir simplificar a ilustração do modelo (ANDRADE, 1998; KASPER, 2000; BASTOS, 2003).

No diagrama de enlace causal, cada ligação é representada por uma flecha, sempre acompanhada por um sinal que indica a direção da causalidade da ligação. Maruyama (1963), definiu que o sinal positivo “(+)” significa que o elemento que está na ponta da flecha muda na mesma direção que a variável que está na origem da flecha. Os sinais negativos “(-)” têm significado inverso: uma variação no elemento de origem da flecha causa mudança na direção oposta no elemento indicado pela ponta da flecha.

Para Aurélio (1998), Kasper (2000) e Bastos (2003), a característica central do diagrama é que algumas interações formam laços fechados, indicando relação de causalidade mútua. Isto significa que a mudança de um elemento retorna sobre ele próprio por intermédio dos outros elementos. As

interações de causalidade mútua podem ser formadas por mais de dois elementos.

O conjunto de fatores e inter-relacionamentos de influências existentes num diagrama de laço causal pode ser visto na figura 11 que apresenta um exemplo de diagrama de laço causal nas agroindústrias, com base nos indicadores apresentados.

A leitura do diagrama da Figura 11, por exemplo, a disponibilidade de recursos humanos influencia na quantidade de agroindústrias, pois sem pessoal apto para trabalhar não consegue ampliar a agroindústria, assim o sinal que acompanha a seta indica a natureza deste relacionamento.

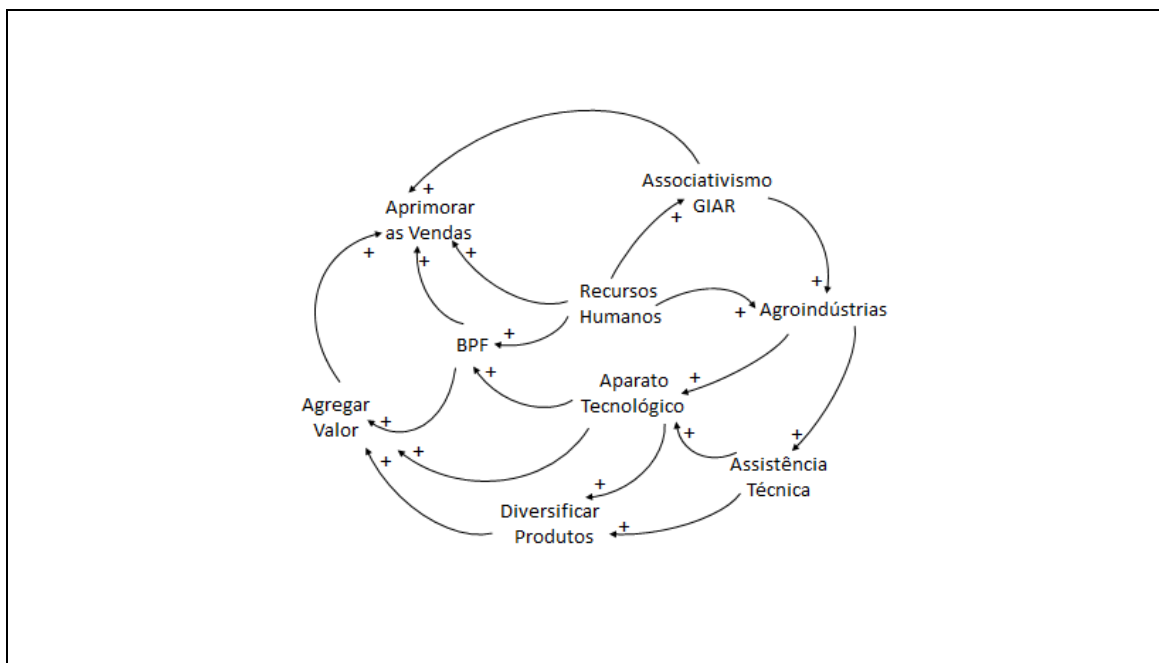


Figura 11 - Exemplo de diagrama de enlace causal no contexto das agroindústrias familiares rurais

Fonte: Elaborado pela autora

O sinal positivo “(+)” indica que uma variação no elemento que origina a influência, e gerará uma variação no elemento que recebe a influência no mesmo sentido. Isto é, a disponibilidade de recursos humanos gera uma consequente influência positiva nas agroindústrias ou o aumento de sua estrutura, tamanho ou uso operacional dela.

Os recursos humanos como força positiva de sua constituição, exerce influência positiva na formação e associações ou GIAFR, os quais podem de forma sinérgica obterem vantagens competitivas de suas agroindústrias Os

Recursos Humanos exerce influência positiva na assistência técnica nas BPF e em aprimorar as vendas.

A associação ou GIAFR exerce influência positiva nas agroindústrias, fortalecer as mesmas e proporcionar meios integrados que só em conjunto conseguem obter, como financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos, sistemas de irrigação, e obtenção e assistência técnicas via órgãos públicos, principalmente. A associação ou GIAFR permite o fortalecimento e proporciona longevidade as agroindústrias, bem como potencializa o incentivo e novos entrantes de agricultores familiares rurais. A Assistência técnica exerce influência positiva nas BPF e aparato tecnológico, que por meio de novas orientações técnicas permite inovar e ampliar o conjunto de produtos produzidos e diversificar a produção.

O aparato tecnológico exerce influência positiva quando de acordo com as especificações técnicas aumenta a diversificação dos produtos e permite agregar maior valor aos produtos pela sua homogeneidade e qualidade apresentada. As Boas Práticas de Fabricação exercem influência positiva por agrega valor aos produtos e permitem aprimorar as vendas. Agregar valor aos produtos exerce influência no aprimoramento das vendas por proporcionarem melhorias estruturais, incorporação e aparato tecnológico.

A compreensão de como as configurações das variáveis envolvidas no ambiente pode proporcionar condições de viabilidade econômica para os pequenos produtores rurais e as AFRs.

6.2.2 A Potencialidade do 5W2H

A ferramenta 5W2H consiste na elaboração de um plano estruturado para a execução e controle de tarefas atribuindo as responsabilidades, o método para execução, o motivo, os custos e os prazos para conclusão (MACHADO, 2009).

Formada por uma combinação entre letras e números, essa sigla se refere às iniciais das perguntas que ajudam a solucionar demandas. Observando as perguntas acima, fica fácil entender o nome da metodologia, já que resulta da união entre 5W (what – why – who – where – when) e 2H (how – how much) (MACHADO, 2009).

Em geral, o 5W2H é desenvolvido em um quadro, contendo cada questão e um pequeno espaço para que seja respondida, favorecendo o preenchimento com frases curtas. Coletti; Bonduelle; Iwakiri (2010), explicam a aplicação dos questionamentos conforme segue:

- a) What? (O quê?): Definição da tarefa a ser realizada;
- b) When? (Quando?): Elaboração de um cronograma para a realização das atividades;
- c) Who? (Quem?): Definição dos responsáveis pela execução;
- d) Where? (Onde?): Definição do local (local físico, setor, etc) de realização da tarefa;
- e) Why? (Por quê?): Justificativa para a execução das tarefas;
- f) How? (Como?): Determinação da forma de desenvolvimento das atividades;
- e g) How Much? (Quanto custará?): Levantamento dos custos para a concretização do plano.

Conforme Rodrigues (2009), estas perguntas devem ser colocadas em um quadro criando-se um formulário para tomada de ações. O estudo cumpriu estas orientações (Quadro 7). O formulário por ela estruturado buscou responder os questionamentos mencionados dentro de cada ação estipulada.

Quadro 7 - Ações a serem efetivadas conforme o 5W2H

AÇÃO – ASSOCIATIVISMO DE GRUPO INTEGRADO DE AGRO INDUSTRIÁRIOS FAMILIARES RURAIS						
What	Why	Where	When	Who	How	How Much
O quê	Por quê	Como	Onde	Quem	Quando	Quanto?
Formar Associativismo entre todas as AFR de cada município.	Melhorar as agroindústrias, produzir mais e unificar as produções/vendas.	Unindo as AFR de cada município/ou região, verificar as potencialidades, habilidades, vocações de cada uma e potencializar as mesmas de forma integrada.	Em cada município integrando as AFR (ou região).	Os próprios agro industriários – de comum acordo e conveniência a cada agroindústria.	Pode ser de imediato, com reuniões, esclarecendo as vantagens e benefícios da associação.	Os custos são de baixa monta, por ser mais documental e sem grandes valores a serem envolvidos.
AÇÃO: TECNIFICAR AS AGROINDÚSTRIAS (TECNOLOGIA)						
Agregar tecnologias as agroindústrias	Para uniformizar as produções com maior valor agregado Para melhorar o desempenho das agroindústrias	Nas próprias agroindústrias	Após a identificação de possíveis melhorias a serem conquistadas pela assistência técnica e carência das agroindústrias	Pelos agro industriários e por extensionistas	Com implementação de novas técnicas de produção ou equipamentos que permita maior desempenho	Alguns procedimentos podem ser apenas de melhorias nos procedimentos de fabricação; Em outros casos, há necessidade de aquisição de equipamentos, devendo ser efetuadas cotações de preços.
AÇÃO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA						
Atender as necessidades e interesses das agroindústrias em suas carências e limitações das agroindústrias.	Proporcionar melhorias e aprimoramentos nos processos de fabricação; Produzir mais e melhor com o mesmo esforço na agroindústria; Produzir produtos com mais tecnologia dentro das normas da BPF.	Nas próprias agroindústrias	De imediato pode ser realizado, ou conforme interesse dos agro industriários.	Pelos extensionistas e profissionais de órgão governamentais ou conveniados com prefeituras (EMATER, BIOLABORE, CAPA, Prefeitura Municipal, Sindicato Rural, entre outros)	Por reuniões ou acompanhamento nas próprias agroindústrias.	Conforme condições do convênio, geralmente são sem custos.
AÇÃO: DIFERENCIAÇÃO DOS PRODUTOS						
Inovar os	Diferenciar os	Nas próprias	De imediato é possível ser	Para oportunizar	Atendendo as normas de	Custos de baixo volume

procedimentos de fabricação.	produtos por meio de tamanhos, cores, sabores, padronizações, que possam identificar os produtos das agroindústrias.	agroindústrias	implantado e ampliar conforme condições e capacitação de cada agroindústria/agro industriários	maiores participação no mercado; Aproveitar o potencial da agroindústria e produzir novos produtos;	BPF e com assistência técnica Produzir produtos especiais, diferenciados (queijo temperado com pimenta; com ervas; com vinho etc.. Geleias especiais e diferenciadas em escala maior, padronizada)	diante das enormes potencialidades de crescimento e identificação no mercado.
AÇÃO: AGREGAÇÃO DE VALOR						
Agregar valor a ser percebido pelo cliente	Para atender as demandas de mercado	Nas próprias agroindústrias	Poderá ser iniciado de imediato e aumentando gradativamente.	Pelos agro industriários, atendidos pelos extensionistas;	Identificando as condições e habilidades/conhecimentos existentes em cada agroindústria e potencializar novos aprimoramentos técnicos. (produção de cucas, pães, queijos, embutidos de maneira especial e diferenciada as tradicionais – embalagens, etc)	São operações de baixos custos e acessíveis aos agro industriários, ademais são procedimentos técnicos;
AÇÃO: APRIMORAR VENDAS						
Manter a empresa legalizada	Para atender aos mercados formalmente, e conquistar novos consumidores públicos e privados	Apresentando produtos certificados e inovadores, com padronização e ecologicamente corretos.	Nas localidades ou AFRs da região.	As agroindústrias e associações ou GIAFR.	Pode ser de imediato.	São operações de baixos custos e acessíveis aos agro industriários, parte burocrática e padronização dos produtos.
AÇÃO: BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO						
Atender aos procedimentos legais E normativos em vigor.	Para poder certificar, e garantir a segurança e qualidade dos produtos.	Por atendimento as normas vigentes e procedimentos corretos de manuseio/produção	Nas próprias agroindústrias.	As agroindústrias, assistência técnica e associações ou GIAFR	Seguir um planejamento para estruturar a AFR, mas pode ser de imediato.	Custos de relevada importância em relação aos benefícios a serem conquistados.

Fonte: Dados da pesquisa (BIOLABORE, 2020). Dados trabalhados pela autora

O associativismo de grupos integrados de agroindústrias familiares rurais (AGIAFR), traz mais força no fortalecimento associativo e de cada AFR em particular. A assistência técnica por meio de órgãos públicos municipais ou estaduais, pode potencializar os procedimentos de produção e fabricação, resultando em BPF, com produtos mais elaborados. No mesmo rumo, o aparato tecnológico em uso ou com potencial de ser incorporado nos procedimentos de transformação nas AFR podem se destacar em valoração em rendimentos e produtos melhores, com maior aceitação no mercado. Estes recursos podem evidenciar na diversificação de produtos com um amplo leque de produtos a ser disponibilizado nos mercados.

Os recursos tecnológicos no campo, podem proporcionar meios de introduzir o agricultor tradicional e das UFR à essas novas tecnologias, buscando aplicações mais especializadas, capazes de ampliar o acesso a mercados, reduzir custos ou ainda agregar valor à produção (EMBRAPA, 2020).

Com relação a assistência técnica, esses GIAFR (grupos integrados de agroindústrias familiares rurais) podem formar convênios com os órgãos públicos, com vistas a esclarecer dúvidas, auxiliar em novos processos de produção, quanto às normas sanitárias e as BPF.

Os indicadores constituídos neste trabalho e por meio da metodologia do 5W2H, tornou possível, identificar os procedimentos e ações a serem efetivados pelas AFR para a apropriação do indicador na conquista de melhor desempenho e resultado as mesmas.

Cada indicador teve em cada questão da ferramenta 5W2H a identificação de ações a serem atendidas bem como fazer, prazos e custos para tal finalidade, demonstrando de forma direta e simples as ações a serem executadas nas AFR.

Essa ferramenta permitiu pela amplitude de sua abordagem, uma análise dos principais pontos a serem considerados nas AFR para seu aprimoramento, melhores desempenhos e rentabilidade, tornando essa atividade promissora e atrativa para novas UFR.

6.2.3 A Matriz GUT para tomada de decisão das AFR

Em 1965, Kepner e Tregoe (1965), numa abordagem relacionada a tomada de decisão, questionaram como as empresas resolvem seus problemas. Assim desenvolveram uma investigação, metodologias e apresentam procedimentos para encontrar soluções aos problemas organizacionais.

Desta forma a análise do problema e a tomada de decisão devem ser atos conscientes e sistematicamente executados e se necessário registrados nas organizações. A ausência deste método de procedimento leva a ineficiência, desperdícios, pois tanto a análise do problema quanto a tomada de decisão são funções importantes ao estabelecimento de objetivos e aos padrões de desempenho (KEPNER; TREGOE, 1981).

O Método GUT desenvolvido por Kepner e Tregoe na década de 1980, para resolução de problemas complexos nas indústrias, diante das inúmeras contrariedades que podem surgir em uma organização, e nem sempre é possível resolver todas ao mesmo tempo. Assim criaram a Matriz GUT, uma ferramenta empresarial que tem como função organizar suas decisões através de 3 conceitos: Gravidade, Urgência e Tendência (KEPNER; TREGOE, 1981). O questionamento destes elementos fundamentais possibilita a priorização dos problemas para a tomada de decisão, o relacionamento entre si e amplas abordagens para a solução de problemas (KEPNER; TREGOE, 1981).

Esta indagação já conhecida no meio científico, é mais explicativa e compreensível através da construção da matriz, pois permite ser construída com critérios específicos na ponderação de valores. Quanto mais impactante for a consideração, maior o valor a ser atribuído a questão em cada uma das premissas consideradas: Gravidade; Urgência e Tendência.

A leitura dos valores atribuídos permite identificar o estabelecimento, de forma ordenada, dos apontamentos considerados em cada atribuição descrita, e em sua somatória retrata a ordem de efetivação das atividades dada a importância ou relevância de cada item considerado. O Quadro 8 contempla uma abordagem de suas considerações para a devida apropriação da matriz GUT.

Quadro 8 - Valores da Gravidade X Urgência X Tendência que estabelecem as prioridades

VALOR	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	<u>G x U x T</u>
1	Sem gravidade	Sem urgência	Sem tendência a piorar	Total
2	Pouco urgente	Pouco urgente	Vai piorar em longo prazo	Total
3	Grave	Urgente	Vai piorar em médio prazo	Total
4	Muito Grave	Muito urgente	Vai piorar em curto prazo	Total
5	Extremamente grave	Extremamente urgente	Se não for resolvido, piora imediatamente	Total

Fonte: Periard (2011).

Este método racional estabelece uma ordem numérica de prioridades entre um dado conjunto de opções, além de estabelecer a importância aos problemas, proporcionando direcionamento mais assertivo num planejamento mais embasado e com detalhes e estrutura técnicas. Essa ponderação contempla das seguintes considerações valorativas:

- 1. Sem gravidade:** implicações leves, sem transtornos as agroindústrias ou agro industriários
- 2. Pouco grave:** implicações mínimas, com alguns danos de pequena consideração
- 3. Grave:** as implicações podem ser de regular monta e afetando o desempenho das agroindústrias e os resultados aos agro industriários.
- 4. Muito grave:** podem implicar com danos graves as agroindústrias ou desempenho aos agro industriários.
- 5. Extremamente grave:** devem ser priorizados pelas implicações fortes nos resultados e/ou desempenho as agroindústrias e/ou aos agro industriários.

Para melhor compreender a aplicação e potencialidades de uso da Matriz GUT, no contexto deste estudo, com base nos indicadores considerados e analisados com referência a sua valoração de impacto, construiu-se a Tabela 46:

Tabela 46 - Prioridades de ações para sustentabilidade das agroindústrias

Matriz Gut.					
Indicadores	Gra	Ten	Urg	GxTxU	Ranking
Aparato Tecnológico das AFR	4	5	4	80	4º
Assistência técnica aos Agro industriários	4	4	4	64	5º

Atender as normas de BPF	5	4	4	80	3º
Diversificar os produtos	3	4	4	48	6º
Associativismo/Formação de GIAFR	5	5	4	100	2º
Recursos Humanos	5	5	5	125	1º
Aprimorar as Vendas	3	3	4	36	7º

Fonte: Elaborado pela autora

A Matriz GUT, por ser uma ferramenta de gestão, permite identificar as prioridades das ações sejam por meio de políticas públicas, com ações importantes dos governantes, e/ou pelos próprios agro industriários. atender as prioridades com brevidade se faz necessários para amenizar as dificuldades na condução das agroindústrias e se possível aumentar a participação delas no meio rural. A lógica de uso desta ferramenta GUT tem uma relação ou correlação das ações a serem atendidas em cada indicador diante de sua importância e relação com os demais indicadores.

A atribuição dos valores relacionados a cada indicador na Tabela 46, derivam da condição e realidade das agroindústrias em relação aos atributos avaliados como “Gravidade, Urgência ou Tendência” se a condição e realidade atual persistir. Assim essa ferramenta – Diagrama GUT, com aplicação simples e direta das questões relacionadas pelos indicadores, permitem a tomada de decisão e ações ativas para as melhorias contempladas em cada indicador

A longevidade das agroindústrias e sua sustentabilidade proporcionam incentivos no aprimoramento e estímulo à implantação para novas agroindústrias frente as condições favoráveis consideradas pela Matriz GUT que potencializam a manutenção da população no meio rural, em seus empreendimentos agropecuários com maior rentabilidade. A existência das Agroindústrias Familiares Rurais e sua longevidade/sustentabilidade, decorrem do principal fator, que são as pessoas, pois os Recursos Humanos, são os próprios agricultores familiares rurais, e por meio destes as demais estruturas derivam para ser contempladas.

O fortalecimento das atividades das agroindústrias pode ser complementado pelos GIAFR, pois agroindústrias estruturadas resultam numa associação forte, pujante e complementa as potencialidades de cada agroindústria com sinergia de forças e integração comunitária, local e/ou regional.

Com o associativismo/GIAFR, os agro industriários, podem usufruir de inúmeros benefícios compartilhados, como na cooperação e um planejamento de produção dos produtos primários, conforme a potencialidade maior de cada UFR e sua AFR; desenvolver melhores as BPF, pois a Associação/ GIAFR facilita acesso a obtenção de assistência técnica e/ou recursos tecnológicos, ou acompanhamento as atividades; amplia as oportunidades de vender em lotes maiores de seus produtos e atender as instituições públicas, ONGs, ou mesmo para organizações privadas, pois transparecem maior credibilidade e estrutura de fornecimento; obter financiamentos para aquisição de máquinas ou equipamentos comunitários, inclusive em forma de comodato para uso em comum, quando da existência da mesma; maior representatividade municipal ou regional pela projeção que a associação/GIAFR proporciona frente a cada agroindústria de forma individualizada, parceria entre os associados/cooperados, pela mobilidade e contato que a mesma oportuniza, vantagens em aquisição de insumos para cada agroindústria, como sementes, ferramentas, coberturas para estufas, maquinas e equipamentos menores entre inúmeros outros benefícios.

Produzir dentro das normas de segurança e procedimentos legais contemplados pelas BPF, constitui uma limitação, empecilho para as agroindústrias, não tanto pela boa vontade dos agro industriários, mas pertinente a parte de formalização dos procedimentos, e alguns quesitos burocráticos e documentais para atenderem as especificações de cada agroindústria as legislações vigentes. As BPF são de relevado valor e credibilidade as agroindústrias, pois seu pleno atendimento, atende aos princípios sanitários de segurança pública, proporciona confiabilidade, segurança, garantia e respeito ao consumidor frente a contemplação de normas sanitárias legais e vigentes a segurança para as agroindústrias.

Seu atendimento, não requer volumes financeiros e outros de relevada monta, mas dedicação e esforço a atenção dos procedimentos burocráticos e legais que contemplam todo o conjunto de práticas e normas, que envolvem o todas as etapas de produção, manuseio, transporte e fabricação dos produtos nas agroindústrias. As BPF podem ser melhor atendidas por meio de outros indicadores “assistência técnica e aparato tecnológico”.

O assessoramento técnico aos agro industriários potencializa a condução de suas atividades, pois o aprimoramento de inovações, práticas diferenciadas de cultivo, fabricação, manuseio dos produtos pode ser ofertado de forma mais ampla e de utilidade apropriada a cada agroindústria mediante um acompanhamento técnico. O assessoramento e monitoramento em cada agroindústria por profissionais das áreas específicas, como técnicas agrícolas, de cultivo sejam orgânicas ou outra forma, técnicas com boas práticas no manuseio ou fabricação, podem ser obtidas com maior praticidade e segurança com profissionais e mediante o acompanhamento em suas AFR.

A segurança e confiabilidade de produzir de maneira correta e com melhor produtividade se torna um fator positivo para as agroindústrias e/ou associações e GIAFR. O atendimento técnico pode ser ofertado por órgãos governamentais do Estado, prefeitura, universidades, ou ONGs, com custos baixos ou sem custos para as agroindústrias, e se for associação ou GIAFR essa possibilidade é ainda maior para obter tais benefícios. A conotação da limitação educacional dos membros das AFR destacada no Capítulo 06, corrobora da importância de um acompanhamento e orientação técnica nos processos de transformação dos produtos e/ou fabricação.

A boa condução das atividades das UFR bem como das AFR, requerem um aparato tecnológico, evitando os esforços de força humana pela automotriz, isso não diminui a originalidade dos produtos seja orgânica ou não, pois a força para a execução das tarefas, que podem ser árduas, quando realizadas manualmente, podem ser mais práticas, utilizando equipamentos ou alguma tecnologia que faz uso em prol do esforço humano.

O aparato tecnológico nas agroindústrias ativa as potencialidades da AFR e aos procedimentos mais condizentes a realidade de cada unidade com leveza em suas atividades pelo apoio tecnológico. A dificuldade de profissionais para trabalhar nas agroindústrias, inclusive dos próprios pertencentes nas UFR decorre, por vezes da rusticidade das atividades e dos esforços físicos necessários, os quais podem ser supridos por máquinas e/ou equipamentos disponíveis no mercado.

Assim o aparato tecnológico, pode ser galgado pelas associações/GIAFR, por meio de convênios públicos, com fundo perdido, doados pela municipalidade ou Estado como meio de manutenção do homem no campo.

Os equipamentos e tecnologia, não podem ser dissociados das UFR nem das AFR, pois se assim for, estaria negligenciado essa nobre atividade da atualidade e modernidade, mas sem perder os princípios básicos de produção e fabricação que caracterizam as UFR e suas AFR.

Portanto, as inovações e tecnologias que podem proporcionar uma produção mais adequada, com maior segurança e atendimento as normas da BPF e condução das atividades devem somar e vir de encontro para fortalecer a permanência destas UFR e inclusive instigar o aumento de mais UFR e AFR, para o bem da comunidade e sociedade como um todo.

As agroindústrias podem potencializar seus mercados e preferência de compras com a diferenciação de seus produtos, criando um valor único e diferenciado que seja percebido pelo consumidor, e isso pode ser obtido com maior força com a integração de todas as agroindústrias de forma associativa e/ou GIAFR, de forma legalizada e atendimento a todas as práticas e normas legais da vigilância sanitária, com assessoramento técnico nas UFR e nas AFR, para melhor potencializar os processos de cultivo e fabricação, com adequado aparato tecnológico em máquinas e equipamentos que oportunizam mais efetividade e segurança nos procedimentos das AFR, para produzir produtos inovadores e diferenciados.

Os produtos podem ser diferenciados se forem cultivados de forma diferenciada e específica, como orgânicos, por exemplo, pelas unidades familiares, que sejam valoradas pelo mercado, clientes, consumidores.

Inúmeras podem ser as formas de diferenciar os produtos, por exemplo os lácteos, iogurtes com sabores únicos de determinada AFR, queijos com gostos, sabores, cores, tamanhos, formatos diferentes (com vinho, temperados, com pimenta etc.) mandioca cortada e embalada de forma uniforme, tamanhos diferenciados (duas porções de ½ Kg numa embalagem, para famílias menores) entre outras formas criativas para atender melhor a todo mercado consumidor, com segurança alimentar. Isso por sua vez não encarece tanto a produção, mas o torna diferente e mais atrativo.

As agroindústrias podem ampliar suas vendas com a junção de forças associativa dos GIAFR, pois assim atendem as normas de BPF e toda legalidade inerente para atender as exigências dos mercados como Instituições públicas, ONGs entre outras. Escolas, hospitais, supermercados, que compram

sejam pela própria necessidade ou pelas atribuições legais que são atendidas pelas UFR ou AFR.

Assim, o poder de vendas de cada AFR pode ser melhor atendido e com a sinergia de forças proporcionada associativa da GIAFR. As articulações entre os agentes econômicos e sociais, compondo uma rede de relações sociais pode auxiliar no fortalecimento das AFRs e no processo de um desenvolvimento rural sustentável. Tal fortalecimento vem de encontro a permanência das atuais UFR por meio de suas AFR bem como de estímulo ao incremento de novos empreendimentos de AFR nas municipalidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agroindústrias Familiares Rurais constituem uma oportunidade sustentável para os agricultores familiares ameaçados de exclusão dos mercados atuais diante de suas escalas produtivas e competitividade globalizada. A agroindustrialização possibilita a agregação de valor ao produto primário, produzir novos produtos, diversificar as fontes de renda e aumentar as receitas nas UFR.

A trajetória das agroindústrias rurais, contida neste trabalho, está contemplada em várias abordagens, em seu percurso linear de tempo, com as ocorrências e realidades vivenciadas ao enfrentamento das limitadas políticas públicas, na baixa representatividade em defesa da AFR, nas inovações tecnológicas, nos aprimoramentos dos processos produtivos e industriais, nas exigências burocráticas e normativas, entre outras que acuaram o potencial das AFR.

As características dos municípios do Oeste do Paraná com mudanças em sua imagem com relação as propriedades existentes, é notória, pois a quantidade expressiva de unidades de propriedades rurais dá lugar à poucas unidades maiores de propriedades (proprietários) proporcionando uma constante de menos moradias e população residente no meio rural (êxodo rural).

O objetivo geral está em analisar o contexto de transformação e/ou agroindustrialização nas Unidades Rurais Familiares (UFR) da mesorregião Oeste do Paraná e, propõe aprimoramentos aos procedimentos de gestão das agroindústrias familiares rurais. Este objetivo foi atendido com o desenvolvimento de um conjunto de indicadores relacionados no Capítulo 6, os quais se caracterizam como alicerce, e base teórica científica, para os agro industriários terem parâmetros para aprimorar a gestão das AFR. Tais indicadores foram constituídos por meio de base científica e bibliográfica, ao analisar os dados das AIF obtidos pela Biolabore e apontados no decorrer de todo trabalho.

Em consonância as diretrizes do objetivo geral, apresentou os aspectos demográficos a nível brasileiro, do estado do Paraná e com destaque a mesorregião Oeste que trata o trabalho; desenvolvimento rural, o crescimento e

desenvolvimento brasileiro voltado a área rural; agricultura familiar e o novo rural brasileiro e o contexto da agroindústria familiar rural. Essa sustentação de base bibliográfica está contemplada nos capítulos 2, 3, 4 e 5 desta tese.

A contribuição aos objetivos específicos, permeiam o Capítulo 6, o qual caracteriza as propriedades rurais e se relaciona ao primeiro objetivo. Analisar as AFR da mesorregião Oeste do Paraná integra o segundo objetivo e identificar a importância e potencialidades dos processos de agroindustrialização (produção e comercialização) presentes nas propriedades rurais, diz respeito ao terceiro objetivo e, por fim, analisar as dificuldades das AFR, conforme sua natureza: tecnológica, institucional e gerencial destacadas, contempla o quarto objetivo.

A permanência da agroindústria na atividade ocorre pela força produtiva familiar, pela obtenção de outras fontes de renda do agricultor familiar (agricultura familiar e/ou rendas extra agrícolas), pelas vendas em redes curtas de comercialização (poucos custos de logística), pelas características peculiares do produto, pela manufatura estar no limite da capacidade de produção, e pelas compras do poder público pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A apreciação de todos esses fatores e situações das UFR e conseqüentemente nas suas AFR, tratados nos capítulos anteriores, deram base para a construção de um conjunto de indicadores para as AFRs. As potencialidades e oportunidades às AFR com procedimentos científicos dentro desse conjunto de indicadores, permite avaliar as performances das AFR para direcionar ações ao fortalecimento das agroindústrias. Para tal finalidade e atender ao quinto objetivo, constituiu-se os indicadores: recursos humanos, associativismo/GIAFR, aparato tecnológico, assistência técnica, atender as normas sanitárias e as BPF, diferenciar os produtos, agregar de valor, aprimorar as vendas.

Pode-se inferir a partir do estudo, a limitação relacionada a escolaridade dos membros dos AIF. Essa carência na área educacional reflete na própria legalização da AIF, para desenvolver competências no sentido de inovar, planejar e melhorar a produção, comercialização e gestão das AFR.

A formação de grupos integrados de agro industriários familiares rurais (GIAFR), ou por meio de associativismo, pode suprir em parte essa lacuna,

pois a forma integrada de trabalho, produção e comercialização pela forma partilhada ou associativa, oportuniza vantagens sinérgicas a todos. A forma de aquisição de máquinas e equipamentos por meio integrado e/ou associativo é obtido em financiamentos governamentais a custos baixos, quando não a fundo perdido. A venda de seus produtos pode ser efetivada com mais praticidade, pois pelo grupo ou associação, facilita todo trâmite burocrático e necessário legal, que é um imperativo a muitas AFR.

O aparato tecnológico com novos equipamentos, máquinas entre outros, diminui o esforço físico braçal e oportuniza maior produtividade, produtos uniformes, padronizados, resultando num produto de melhor aceitação ao mercado. Assim podem constituir, inclusive um diferencial competitivo.

A assistência técnica é necessária e de relavado valor para auxiliar nesse processo, para conduzir as inovações tecnológicas, aprimoramento de suas atividades, esclarecimentos e auxílio aos tramites burocráticos, nas ações governamentais, pautadas na inclusão social, digital e o fortalecimento desses pequenos empreendimentos.

Diferenciar um produto, com sua própria forma de fabricação, receitas únicas e familiares podem constituir diferencial valorativo aos produtos e identificar a AFR. Ser criativo e usar o potencial existente e disponível na AFR parte de cada agro industriário e agregar maior versatilidade, produtividade e renda em sua agroindústria.

Como o aprimoramento dos processos produtivos, uso de receita exclusiva, aparato tecnológico e com apoio da assistência técnica os aprimoramentos dos processos produtivos e formas de produzir mais e melhor conduzem a aprimorar as vendas, que constitui um resultado dos bons produtos e ampliação dos mercados.

Ampliar e aprimorar a vendas contemplam ao passo decisivo de sucesso as AFRs, pois inúmeros mercados não são atendidos por inúmeros fatores, falta de produtos, falta de documentos legais para atender a mercados diversos, produtos que não atendem as legalidades dos mercados a serem atendidos entre outros, que podem ser atendidos por meio do uso das ferramentas e direcionamentos apontados neste trabalho.

Uma ação propositiva está em explorar a identidade territorial (tanto patrimônio material como imaterial), no sentido da produção de alimentos com

atributos naturais, funcionais e, inclusive, caseiros constituindo-se num nicho de mercado para essas AFRs.

As normas sanitárias também devem ser observadas, associada a um bom programa de controle de qualidade, o que aumentará o valor agregado de seu produto. A inovação, o aparato tecnológico é essencial para facilitar a entrada no mercado, mudando o paradigma de que pequenas propriedades devem seguir apenas tecnologias tradicionais.

A gestão como suporte para coordenar a produção e atender a demanda, precisa buscar meios para atender aos consumidores (mercado) com o produto desejado, que deve ser produzido. A gestão permite captar e sistematizar as informações necessárias ao processo decisório. Nesse sentido, propôs-se as ferramentas de auxílio a gestão das AFRs: Diagrama de Enlace Causal, 5W2H e Matriz GUT.

O capítulo seis, atende o objetivo 6 (Estabelecer por meio das ferramentas de Sistema de Enlace Causal, 5W2H e Matriz GUT, oportunidades para as AFR serem prósperas e sustentáveis no meio rural), pois demonstrou através das ferramentas de enlace causal, 5W2H e Matriz GUT as potencialidades e desafios de natureza tecnológica, institucional e gerencial das AFR com vistas à sua estruturação, manutenção, competitividade e sustentabilidade no meio rural. O enlace causal trouxe o conjunto de fatores e inter-relacionamentos de influências positivas e negativas existentes nas agroindústrias, segundo a Figura 11.

A ferramenta 5W2H, teve como objetivo mostrar claramente todos os aspectos que devem ser definidos em um plano de ação, delineados no Quadro 8. Por fim, a Matriz GUT estabeleceu numa ordem as prioridades de atendimento a esse conjunto de indicadores e aspectos das agroindústrias, além de estabelecer a importância aos problemas, proporcionando direcionamento mais assertivo num planejamento mais embasado e com detalhes e estrutura técnicas, conforme apresentado na Tabela 48.

O conjunto de Indicadores constituídos e relacionados, foram devidamente oportunos e uteis aos seus propósitos, quando com ferramentas de gestão se fez a apropriação deles para direcionar ações a serem efetivadas nas AFRs.

As ferramentas de gestão de elevado valor e validade científica comprovada, foram determinantes para apontar a relação causal de influência que um indicador exerce sobre outro ou outros e/ou sofre influência, constituída pela Diagrama de Enlace Causal. Para aprimorar a gestão e entendimento de execução das ações se fez uso da ferramenta 5W2H. Essa ferramenta de maneira prática e simples permite auxiliar a tomada de decisão e elaborar um planejamento de ações para aprimorar os procedimentos das AFRs. Com a posse dos dados e direcionamento das ações a serem efetivadas nas AIF, para estabelecer a ordem de execução foi utilizado a Matriz GUT, que prescreve de maneira efetiva e clara a gravidade das possíveis ações dos indicadores, sua Urgência e sua Tendência se nada for feito.

Esse arcabouço de estruturação bibliográfica científica permitiu construir de forma clara e objetiva ações a serem efetivadas para adequar as AFRs num contexto compatível a sua importância e sustentabilidade.

O trabalho permite um olhar abrangente das UFR e de suas AFR, com ampla seguridade nas afirmativas apontadas e direcionamentos de ações propostas, pois respondem a realidade constituída no meio rural desta nobre mesorregião do Oeste do Paraná.

Identificar novos mercados e potencialidades de inclusão dos produtos, após os devidos aprimoramentos das AFR, contemplam meios oportunos e com grandes certezas de sucesso, pois as mudanças na dieta alimentar vêm de encontro com a natureza das AFR, com respeito ao meio ambiente, produtos puros ou mais naturais possíveis, interações familiares e comunitárias para atender aos consumidores.

Por fim, a AFR se apresenta como potencialidade dentro das UFR para uma transformação do espaço com desenvolvimento rural sustentável. Valorizar esses agricultores e orientar a fim de garantir melhor qualidade de vida no campo.

Para que isso seja uma realidade a valorização do Recursos Humanos, nas UFR e das AFR é primordial, onde, por inúmeras formas podem amenizar o esforço braçal por um aparato técnico de máquinas e equipamentos, e com o auxílio de assistência técnica podem ser atendidos. A formação dos GIAFR e associativismo podem ampliar as fontes de mercados e agregar valor aos produtos e assim aprimorar as vendas. Como o aprimoramentos das vendas

podem melhorar sua condição de vida e estímulo a manutenção das AFRs ou ampliar as mesmas.

Como lacuna do estudo, pode-se citar a falta de pesquisa de campo, identificando demais particularidades não permitidas junto as AFRs, pela pandemia do COVID-19. Outro fator visa a identificação de continuidade das famílias pioneiras nas atividades pelos seus descendentes, pois essa continuidade seria uma comprovação da vocação a atividade rural e identificação com a agricultura familiar.

Como proposta de estudos futuros, estão, investigar nas famílias rurais para identificar se os atuais proprietários são remanescentes (da descendência) dos desbravadores desta região, que caso se confirme, pode comprovar com a vocação ao labor rural existente nas AFR. Outra proposta é identificar oportunidades de expansão de mercados as AFR, no exterior, pois podem agregar mais valor e rendimentos aos esforços destas AFR, fato real com alguns produtos in natura, mas que pode ser ampliado para os elaborados nas AFR.

REFERÊNCIAS

- ABPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatório anual, 2021**. Disponível em: <http://abpa-br.org/abpa-lanca-relatorio-anual-2021> / Acesso em 03 jun. 2021.
- ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1., 1997, Brasília. *Anais...* Brasília: PNUD, 1997.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **Para juntar economia e ética, sociedade e natureza**. 2010. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 25 jul 2021.
- ACOSTA, C.L.C. **Mundo do trabalho na agroindústria: uma análise das condições de trabalho de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso**. – Tese apresentada a Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.
- AGNE, C.L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.250fls.
- AGNE, C.L; WAQUIL, P.D. **Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 149 - 171, jan./abr. 2011
- ALVES, A. F. **Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná)**. 2008. 234 p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.
- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. 2015. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2016/01/desenvolvimento-rural-sustent%c3%a1vel-jalcione>. Acesso, em 21 jun. 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecn>

ologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf. Acesso em 16 mar 2020.

ALTIERI, MA. **The Ecological Role of Biodiversity in Agroecosystems.** *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 1999. 74, 19-31. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0167-8809\(99\)00028-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0167-8809(99)00028-6). Acesso em: 15 fev 2021.

ALVAREZ, F.J.SM. CARVALHO, M.R. **Gestão Eficaz da Equipe de Vendas.** Editora Saraiva, 2008.

AMORIM, L.S.B. STADUTO, J.A.R. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: a agroindústria familiar no oeste do Paraná.** *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.

ANDERSON, N.L.M. **Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico, problemas e soluções.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, 2017. 94f.

ANDRADE, A.L **Pensamento Sistêmico: um roteiro básico para perceber as estruturas da realidade organizacional.** *Revista Eletrônica de Administração.* PPGA/UFRGS. V.3, n.1, 1997.

ANDRADE, A. **Aprendizagem e Desenvolvimento Organizacional: uma experiência com o método da quinta disciplina.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFGRS, Porto Alegre, 1998.

ANES, C.E.R. DEPONTI, C.M. AREND, S.C. **As racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.* G&DR • v. 14, n. 2, p. 107-132, jan/2018.

ANJOS, F.S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** EGUFPEL, Pelotas, RS, 2003.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

AZAMBUJA, L. R. **Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária.** Mestrado Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.2007.

ARRUDA FILHO, N. de P. *et al.* **Estudo de Caso: Programa Cultivando Água Boa.** Curitiba: ESAE/FGV, 2012. 140p.

ARZABE, C.; DALLER, V. L. de O. **Chegou a vez das mulheres do agro.** *Campo & Negócios.* Disponível em: <https://revistacampoenegocios.com.br/chegou-a-vez-das-mulheres-do-agro/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BASTOS, A.A.P.A. **Dinâmica de sistemas e a compreensão de estruturas de negócios.** São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de São Paulo.

BASTIAN, L.; WAQUIL, P.D.; AMIN, M.C.; GAZOLLA, M. **Agroindústrias rurais familiares e não familiares: uma análise comparativa.** *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 51 - 73, set./dez. 2014.

BASSO, D. GEHLEN, I. **Agricultores familiares modernos e diversos.** Revista Orbis Latina, vol.5, nº2, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro - Dezembro de 2015.

BRASIL. **Lei no 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL. **Declaração de Aptidão ao Pronaf.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em 21 mar 2020.

BRASIL - Resolução do CONAMA nº 385. **Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 29 dez 2006. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=523>. Acesso em 30 maio 2021.

BRASIL, 2019. **Agroindústria Familiar.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agroindustria-familiar>. Acesso em 15 jul. 2021.

BRASIL, 2021. **Agropecuária Brasileira em números.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/abn-06-2021.pdf>. Acesso em 02 mai 2021.

BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais.** In: BATALHA, M.O. (Ed.) Gestão agroindustrial 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.1-64.

BAZOTTI, A. CONTI, I.L. FINOKIET, M, **PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS: uma política pública de incentivo à produção local e à segurança alimentar e nutricional.** 2ª Jornada questão agrária e desenvolvimento. UFPR, 06 e 07 nov, 2013.

BERGAMASCO, S.M. P e DELGADO, G. C. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BIALOSKORSKI, N.S. **Aspectos Econômicos das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIOLABORE – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Caracterização e análise socioeconômica das agroindústrias.** Programa Desenvolvimento Rural Sustentável. ITAIPU BINACIONAL. Santa Helena, 2020.

BREITENBACH, R. FROEHLICH, J.M. BRANDÃO, J.B. **Estratégia emergencial reativa de desenvolvimento local: Mobilização social para intensificação da produção leiteira.** Revista desenvolvimento em questão. Editora Unijuí, ano 7.n. 13 jan./jun. 2009.

BOTELHO FILHO, F.B. **As portas de saída da pobreza e as estratégias da agricultura familiar para os negócios rurais.** In: BOTELHO FILHO, F.B. Org. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Núcleo de Estudos Avançados. V.5, n17, 2005, p. 131-139.

BORTOLUZZI, D. L. **Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico: um estudo no Município de Doutor Maurício Cardoso/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas (TCC), Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Horizontina. 2013. 91f.

BRITO, C.O. **A agroindústria artesanal e o programa Fábrica do Agricultor: uma tentativa de racionalizar as atividades em uma unidade de produção agrícola familiar.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BUAINAIN, A. M. E SALVADORI D, C. (2009). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira.** Number IICA E50-969. IICA, Brasília, DF (Brasil).

CASAGRANDE, A. E.; DE SOUZA, E. B. C. **Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região costa oeste do Paraná.** Raega - O Espaço Geográfico em Análise, 2013, 28: 67-85.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos.** Textos para Discussão, Brasília, Ipea, n. 621, 1999.

CAMPOS, M.B. BORGES, G.M. **Projeções de níveis e padrões de fecundidade no Brasil.** In: Mudança Demográfica no Brasil no início do Século XXI. IBGE, 2015)

CARVALHEIRO, E.M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2010, 214 f.

CARMO, M.S. **Agroecologia. Novos caminhos para a agricultura familiar.** Revista Tecnologia e Inovação Agropecuária, São Paulo: APTA/SAASP, v.1, n.2, dez.2008.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado.** In :ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em 08 jan. 2020.

CARNEIRO, M.J. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas.** In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325- 344.

CASTIGLIONI, A.H. **Transição urbana e demográfica no Brasil: características, percursos e tendências.** Ateliê Geográfico -Goiânia-GO, v. 14, n. 01, abr/2020, p.06-26.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

CHAMBERS, R., A. PACEY E LA THRUPP (eds). **Farmer First - Farmer Innovation and Pesquisa Agrícola.** Londres: Publicações de Tecnologia

Intermediária. 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237554021_Small-Farms_Livelihood_Diversification_and_Rural-Urban_Transitions_Strategic_Issues_in_Sub-Saharan_Africa . Acesso em 16 set 2021.

CHAMBERS, R. **As origens e a prática da avaliação rural participativa. Desenvolvimento Mundial**, 1994, vol. 22, edição 7.

CHADDAD, F. **Economia e organização da agricultura brasileira**. São Paulo: Elsevier, 2017.

CHURCHILL JUNIOR; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para os clientes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br>. Acesso em 18 jun 2021.

CI ORGÂNICOS – **Centro de Inteligência em Orgânicos**. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/organicos/>. Acesso em 26 abril 2021.

COLODEL, J. A. Cinco séculos de história. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 29-75.

COLETTI, J.; BONDUELLE, G.M.; IWAKIRI, S. **Avaliação de defeitos no processo de fabricação de lamelas para pisos de madeira engenheirados com uso de ferramentas de controle de qualidade**. Acta Amazônica, Manaus, v.40, n.1, p.135-140, 2010.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – **CARTILHA PAA**. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação.1991.

COELHO, J. D. **Produção de mandioca – raiz, farinha e fécula**. Caderno Setorial Etene, Fortaleza, ano 3, n. 44, 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4049480/44_Mandioca.pdf/08b8f0c3-b88b-4d40-d5ec-4e2620bdcddde. Acesso em: 8 jan 2021.

CREMONESE, C. SCHALLENBERGER, E. **Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná**. Tempo da Ciência (12) 23: 49-63,2005.

CRESTANI, L. A. **Memórias dos conditos agrários na região Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CROSBY P. B. **Quality is free**. New York: McGraw Hill, 1979

DA CRUZ, F.T. **Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais**. Rev. Econ. Sociol. Rural 58 (2), 2020.

DALFOVO, W. T. et al. **A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do Sesc Pantanal em Poconé-MT.** In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 40.,2010, Campo Grande. Anais... Campo Grande: SOBER, 2010.1 CD-ROM.

DELGADO G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** Ícone Editora, São Paulo. 1983.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação.** In: Estudos Sociedade e Agricultura, v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010.

DEON, P.R.C. **A contribuição dos atores na trajetória de formalização das agroindústrias familiares rurais em Jaguari – RS e Chapecó – SC.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2015.

DEOLINDO, V. **Planejamento Estratégico em Comarca do Poder Judiciário.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Poder Judiciário da FGV Direito Rio), Porto Alegre, 2011.

DEPONTI, C.M. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate.** Anais do XLV CONGRESSO DA SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007.

DE SOUZA, D.P. **O papel da agroindústria como agente na modernização da agricultura no Cerrado.** Revista de Economia da UEG, v.15. n.1, 2019.

DUARTE, J.O. MATTOSO, M. J. GARCIA, J.C. **Importância socioeconômica.** Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_8_168200511157.html. Acesso em 27 mar 2021.

DUMONT, G. **Urban demographic transition.** Urban development issues, v. 56, p.13- 25, 2018.

ELLIS, F. **The Determinants of Rural Livelihood Diversification in Developing Countries.** This version dated March 1998 (published in JAES Vol.51, No.2, May 2000).

ELLIS, F.; BIGGS, S. (2001) **Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s** Development Policy Review 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4> #. Acesso em 01 jul 2019.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação.** Finisterra, XLII, 84, 2007, pp. 47-65.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira.** – Brasília, DF: Embrapa, 2018.

_____. **Pesquisa mostra o retrato da agricultura digital brasileira.** 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/54770717/pesquisa-mostra-o-retrato-da-agricultura-digital-brasileira>. Acesso em 15 jul 2021.

_____. **O complexo agroindustrial do centeio.** 2013. Disponível em: http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/do/p_do142_6.htm. Acesso em: 16 abril 2021.

_____. **Políticas públicas para agricultura familiar.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em 15 mai. 2021.

FAGOTTI, L. N. **O 'fazer-se' associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista.** Repositório Institucional UNESP, 2017. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/150693>. Acesso em: 02 jul. 2021.

FAO - **The state of food insecurity in the world 2014. Food and Agriculture Organization of the United Nations.** Home. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>. Acesso em: 12 jul 2020.

_____. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos.** 2013. Disponível: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>. Acesso em: 12 jul 2020.

_____. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar.** 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1190270/> Acesso em 25 maio 2021.

FARIA, V. E. **Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos.** In: CIÊNCIAS sociais hoje 1989. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 1989. p. 62-104. Trabalho originalmente apresentado no XII Encontro Anual da Anpocs, realizado em Águas de São Pedro, 1988.

FAULIN, E.J. **O uso do System Dynamics em um modelo de apoio a comercialização: uma aplicação à agricultura familiar.** São Paulo – SP, 2004. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. S. **Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização.** Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 183-214, set./dez. 2016.

FERNANDES, A.C **Dinâmica de sistemas e business dynamics: tratando a complexidade no ambiente de negócios.** In: XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção-ENEGEP. Anais... Associação Brasileira de Engenharia de Produção-ABEPRO. Salvador (BA), 2001. Disponível em: Acesso em 15 abr 2021.

FERNANDES, A.R. **Dinâmica Operacional e sustentabilidade econômica de empreendimentos agro industriários de pequeno porte.** 305 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 109- 120, jan./jun. 2011. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/19246/14460>. Acesso em: 11 fev 2021.

FERNANDES, S.Z. **Sustentabilidade em projetos de construção: uma matriz multicritério baseada em riscos**. TCC, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 101 P. 2015.

FERREL, O. C. et al. (2000); **Estratégia de marketing**. São Paulo: Atlas. 306p.

FRANCESCHINI, A. et al. **Teoria e prática da pesquisa aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FROEHLICH, J.M.; RAUBER, C.C.; CARPES, R.H. TOEBE, M. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Ciência Rural, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011.

FURTADO, C. **Análise do "modelo" brasileiro**, 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GALLOPÍN, G. C. **Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators**. A system approach. Environmental Modelling & Assessment. 1: 101-117, 1996.

GAZOLLA, M. **Cadeias Curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos**. In: Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar/organizadores: Marcio Gazolla e Sergio Schneider – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. P.175-194.

GAZOLLA M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares** [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GINAPE – GRUPO DE INFORMÁTICA APLICADO A EDUCAÇÃO - NCE/UFRJ. – 2020 Disponível em: http://www.nce.ufrj.br/ginape/wlinkit/tutorial/conceitosenvolvidos_cont.htm. Acesso em 15 ago 2021.

GOMES M. P.; GRÜNDLING R. D. P.; CONTINI E.; VIEIRA JÚNIOR P. A. **Agricultura mundial: evolução, avanços e novos desafios**. In: **Desafios do cerrado: como sustentar a expansão da produção com produtividade e competitividade** - Cuiabá: Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, 2016. p. 11-44.

GOMES, K.G.B. **AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: uma perspectiva para além da agregação de valor da matéria-prima à (re)construção de espaços autônomos**. Tese (Doutorado). Pelotas, RS. 2016. Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção agrícola Familiar. 208 f.

GOMES, L. **Reavaliação e melhoria dos processos de beneficiamento de não tecidos com base em reclamações de clientes**. Revista FAE, 2006.

Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/290> Acesso em: 29 de jun 2021.

GUIMARÃES, R. P. **Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad**. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998. (Serie Investigación, Documento 18/98, LC/IP/G.120).

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. **Por trás da falsa heterogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas**. 2010. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=QI5_k2YAAAAJ&citation_for_view=QI5_k2YAAAAJ:2osOgNQ5qMEC . Acesso em: 22 mar 2021.

GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P.R.C. da. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das Políticas públicas**. In.: Anais VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Anais da SBSP, Fortaleza, CE, 2007.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. **RIO+20 ou RIO-20? Crônica de um fracasso anunciado**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XV, n. 3, p. 19-39, set./dez., 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. E., " **Rural Nonfarm Employment and Incomes in Brazil: Patterns and Evolution** ," World Development , Elsevier, vol. 29 (3), páginas 443-453, março, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. E., CAMPANHOLA, C. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 19. n.1, p.37-67, jan/abr.2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, [S. l.], v. 7, n. 1, 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/nova-economia/article/view/2253>. Acesso em: 3 jun 2021.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **"Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento"**. Textos Para Discussão Nead, Campinas/SP, v. 2: 5-52. 2001.

GRANOVETTER, M. **Getting a job: a study of contacts and careers**. University of Chicago Press, Chicago, 1995.

GRAEUB, B. E. et al. **The state of family farms in the world**. World development, v. 87, p. 1-15, 2016.

GRIMM, A; MALSCHINGER, A. **Diferenciação de Produtos**. Lifelong Learning Programme. Austrian Marketing University of Applied Sciences 2010.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GRISA, C. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E

SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47º.,2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-22. Disponível em: Acesso em: 29 mai 2021.

GRISA, C. GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. **A “Produção Invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural.** Agroalimentaria. Vol. 16, Nº 31; julho-dezembro de 2010.

HAHN, C. L. et al. **Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo- Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil.** Espacios, v.38, n.21, p.5, Caracas, 2017. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development.** Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

HEINZELMANN, M.R; SOUZA, S. **Associativismo: uma história de sucesso.** 1 ed.– Joinville, SC: Editora da Univille, 2009.

HILESHEIM, A.C. MARCELINO, M.C. NEVES, F.H. FUCHTER, M. **Associativismo aliado à agroindústria: uma alternativa para o desenvolvimento rural.** Relato de experiência do III Seminário Estadual PROESDE (2015). Joinville, SC. Univille, 2016.

HESPANHOL, R. A. D. M. **Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar.** *Sociedade e Natureza*, 2013. 25 (3), 469-483.

HOFFMANN, L.P. **Entraves e perspectivas em agroindústrias olerícolas: um estudo de caso com famílias agricultoras do Sudoeste do Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, 2018.

IAPAR – **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. 2021.** Disponível em: <http://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Agroindustria>. Acesso em 29 abr 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 25 mai. 2020.

_____**Banco de dados – SIDRA.** Disponibiliza acesso aos dados de diversas pesquisas realizadas pelo IBGE, como: Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico etc. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 23 mar 2020.

_____**Censo Populacional. 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 fev 2020.

_____**Cidades e Estados.** 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>. Acesso em 06 dez 2019.

_____. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental do Século XXI**. Editora IBGE, Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Censo Agro. 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 30 mar 2020.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Seminário Internacional: "Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais"**. Documento Síntese. Natal, RN, 2003.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil Avançado dos Municípios. 2019** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29 Acesso em 13 nov 2019.

_____. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2003**

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota técnica: **mercado de trabalho | 54 | fev. 2013**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3841/1/bmt54_nt01_envelhecimento.pdf. Acesso em 14 out 2020.

ITAIPU. **Royalties**. Disponível em < <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

_____. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/pdfviewer.html?file=RS-2014-Port-2.pdf&titulo=Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202014>. Acesso em: 01 jul 2021.

_____. **Tratado de Itaipu**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/u13/tratadoitaipu.pdf>. 2016. Acesso em 31 maio 2021.

JACINTO, J.M. MENDES, C.M. PEREHOSUKEI, N.A. **O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 4, n. 2, p. 173- 191, 2012.

JACKSON, J. **Migrações**. Lisboa: Escher, 1991. (Edições Sociologia).

JOINT COMMISSION ACREDITATION OF HEALTHCARE ORGANIZATIONS **Illinois: The Joint Commission**; c2010. Standars; [cited 2009 Feb 28]; [about 1 screen]. Available from: <http://www.jointcommission.org/Standards/>

KAGEYAMA, A. GRAZIANO DA SILVA, J. **Os resultados da modernização agrícola dos anos 70**. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, USP, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/04/1-capitulo-REA.pdf>. Acesso em: 12 dez 2020.

KAGEYAMA, A. GRAZIANO DA SILVA, J. **Os resultados da modernização agrícola dos anos 70**. Estudos Econômicos. 13 (3). p. 537-559. Set/dez. 1983.

KALNIN, J.L. **Desenvolvimento Local/Regional focado na Agroindústria Familiar: Experiência em Santa Catarina**. 215 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KARNOPP, E. VOGT, O. P, BERNARDY, R.J, ETGES, V.E. **Agroindústrias familiares no sul do brasil: o território na perspectiva do desenvolvimento**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016, Salvador, BA – p. 666 – 684.

KASPER, Humberto. **O processo de pensamento sistêmico: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência proposto**. Posto Alegre, 2000. Originalmente apresentado como dissertação na UFRG. Porto Alegre, 2000.

KEPNER, C. H., TREGOE, B.B. **The rational manager**. 2. ed. São Paulo, Editora Atlas, 1974, (traduzido de *The rational manager*. New York, McGraw-Hill, 1965.

KEPNER, C. H.; TREGOE, B. B. **O administrador racional**. São Paulo: Atlas, 1981.

KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. **Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: Ipardes, n. 95, jan./abr. 1999, p. 27-50.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006. 750p.

_____. **Administração de Marketing**. 14.ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

_____. **Administração de marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LAURENTI, A. C. **Ocupação e renda na nova ruralidade brasileira: tendências de variação na ocupação e no rendimento da população rural no período 2001-2009**. Londrina, PR: IAPAR, 2014.

LAURENTI, A. C.; PELLINI, T.; TELLES, T. S. **Evolução da ocupação e do rendimento das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 54, n. 2, p. 321-342, 2015.

LENGLER, L., SILVA, T. N. **Sustentabilidade, empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores da região central do Rio Grande do Sul**. Revista da Micro e Pequena Empresa, 2(3), 40–57, 2008. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5821/sustentabilidade-empreendedorismo-ecooperacao-em-associacoes-de-apicultores-da-regiao-central-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 01 jul. 2021.

LEONELLO, J. C., LEHFELD, N. A. DE S. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária.** Universidade Estadual Paulista, 2010. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_c157ae7c1dc9cad7b0805b994feb9a7. Acesso em: 02 jul. 2021.

LEITE, M.P. A Economia Solidária e o trabalho associativo: Teorias e Realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 24 (69), 31-51. 2009.

LIMA, L.L. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local** / Luciana Leite Lima e Luciano D'Ascenzi. - Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIN, B.B. **Resiliência na agricultura por meio da diversificação de culturas: gestão adaptativa para mudanças ambientais.** Disponível em: file:///C:/Users/Notebook/Downloads/Resilience_in_Agriculture_through_Crop_Diversifica.pdf. Acesso em: 14 mar 2021.

LINDNER, M. ALVES, F.D., FERREIRA, E.R. **Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins – RS.** São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343833392_PRESENCIA_DA_RURALIDADE_EM_MUNICIPIOS_GAUCHOS_O_EXEMPLO_DE_SILVEIRA_MARTINS_RS_THE_PRESENCE_OF_RURAL_FEATURES_IN_TOWNS_IN_RS_THE_EXAMPLE_OF_THE_SILVEIRA_MARTINS_RS. Acesso em 5 jan 2021.

LIMA, I. T. C. de. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento.** Marechal Cândido Rondon-PR: Editora Germânica, 2006.

LONG, N. LONG, A. (Ed.) **Battlefields of Knowledge: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development.** London: Routledge.1992.

LONGHI, A. **Modelagem sistêmica e prospecção de cenários para a cadeia de etanol do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo – RS, 2013. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção e sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

LUIZ, A.J.B. **Censo Agropecuário de 2017 indica baixas taxas de assistência técnica no campo.** Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/205823/1/LUIZ-Censo-Agropecuario-2019.pdf>. Acesso em 18 mar 2021.

MACEDO.D. **Tecnologia.** 2021. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/glossary/showentry.php?eid=5201>. Acesso em 12 jul 2021.

MACHADO, R. **Como fazer plano de ação 5W2H e modelo de exemplo em planilha.** 2009. Disponível em: <https://certificacaoiso.com.br/como-usar-a-planilha-5w2h/> . Acesso em: 30 ago. 2021.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf. Acesso em: 27 jun 2021.

_____. **Documento de referência da 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário.** 2013. Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf. Acesso em: 11 jan 2021.

_____. **Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares – 2003/2006**. Documento Referencial. Brasília, jun 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Notebook/Downloads/agroindustrializacao_%20guerra.pdf. Acesso em 20 dez 2020.

_____. **Manual Operacional do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Linha CPR Brasília: MDA, 2009. 60p.**

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. **O novo mapa da população rural brasileira**. Confins, Paris, n. 25, p. 1-26, 2015.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor: cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, pág. 299-322, abr. 2004.

MALUF, R. S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MARASCHIN, A. F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS, 2004**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARI JR, S. **O que é valor para o Marketing**. Infonauta, 2020. Disponível em: <https://infonauta.com.br/fundamentos-de-marketing/o-que-e-valor-para-o-marketing>. Acesso em: 01 set 2021.

MARUYAMA, M. **The Second Cybernetics: Deviation-Amplifying Mutual Causal Processes**, American Scientist 5:2, 1963. pp. 164--179.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINEZ, I.B. PIRES, M.L.L.S. **Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.01, pg.99-118. 2002.

MARTINE, G. **Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: Garcia, R. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés.1987.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia.: tratado introdutório**. v II, São Paulo: Abril cultural, 1982.

MATTE, A., & MACHADO, J. A. D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. *Revista De Estudos Sociais*, 2016. 18(37), 130-151. Disponível em: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>. Acesso em 2 mar 2021.

MATEI, A. P. **Os processos de inovação e as interações nas agroindústrias familiares em regiões do Brasil e da Itália**. Tese (Doutorado) Porto Alegre, 2015. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 249 f.

MATEI, A. P.; SILVA, L. X. da. **Inovação, Agroindústrias Familiares e Sistemas Agroalimentares Locais na Serra Gaúcha**. Revista IDEAS, v. 9, n. 2, p. 8-44, 2015.

MATTEI, L. et al. **Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2007. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S.M.P.P **A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza** (2017). In. Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. (Coleção Prisma)

MEDEIROS, J. X. de; WILKINSON, J.; LIMA, D. M. de A. **Desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura familiar**. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Org.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília, DF: CNPq; Paralelo 15, 2002. p. 23-38.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural 2007. Disponível em: nmd.ufsc.br – acesso em 18 jan 2020.

_____. **Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil)**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar del Plata. Anais... Mar del Plata: IICA, 2008.

MITCHELL, G. **Problems and Fundamentals of sustainable development indicators**. 2004. Disponível em: <http://www.lec.leeds.ac.uk/people/gordon.html>. Acesso em 25 de maio de 2021.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório Rio+20**. 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-emeio-ambiente/131-a-rio-20-e-seus-resultados>. Acesso em 15 jan. 2021.

MOSSE, D. FARRINGTON, J. and REW A. **Development as Process: Concepts and Methods for working with complexity**. London. Routledge.1998.

MÜZEL, Bianca Carvalho. **A diferença entre a agricultura familiar e a agricultura convencional quanto sua inserção no mercado agroindustrial**, 2015. Disponível em:

http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Y3jefFoiuVNGle0_2015-1-31-14-51-42.pdf. Acesso em: 24 FEV 2021.

MURRAY, A.I. **A contingency view of Porter's generic strategies**. *Academy of Management Review*, 13: 390-400, 1988.

NASCIMENTO, D.E. ZERBATO, C.C. DA SILVA, C.L. VASCONCELOS, M.C. **Política pública para a agricultura familiar: avaliação do Programa Paranaense "Fábrica do Agricultor"**. *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, v. 23, n.1, janeiro-abril, 2018.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**, *Revista Estudos Avançados*, 16 (44): 83-100.2001.

NEUMANN, E. FAJARDO, S. MARIN, M. Z. **As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990**. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*. Curitiba, v.40, p. 191 -208, Ago/2017.

NIEDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

NIERDELE, F. **O potencial do e-commerce para pequenos negócios no campo**. 2018. Disponível em: <https://sebraers.com.br/agroindustria-peq/o-potencial-do-e-commerce-para-pequenos-negocios-no-campo/>. Acesso em 30 mai 2021.

NUNES, S. P. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Boletim eletrônico, DESER–Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, p. 1-15, 2007.

OLIVEIRA, A.T.R., ONEILL, M.M.V.C. **Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população. uso e ocupação do solo**. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 41-93. ISBN 978-85-8110-016-6.

OLIVEIRA, P.S. SANTOS, I.A. **Aplicação das ferramentas da qualidade a utilização da matriz de prioridade GUT em uma indústria de autopeças**. IV Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, UNITAU, São Paulo, 2014).

OLIVEIRA, J. A. V., et al. (2002). **Relatório preliminar do estudo especial "Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do Estado do Rio Grande do Sul"**. Porto Alegre, SAA/RS: 101 p.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População mundial deve ter mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601>. Acesso em 25 mar 2020.

PASQUALOTTO, N. KAUFMANN, P. M. WIZNIEWSKI, J.G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico] / Nayara Pasqualotto, Marielen Priscila Kaufmann, José Geraldo Wizniewsky. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. 1 e-book

PASSINI, J.J. **Agroindústria familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade.** Toledo, PR, 2020. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.** In.: Cadernos do Ceam/Estudos Rurais III / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários – v. 8. n. 32, 2008.

PELEGRINI, G.; VELA, H. **Estudo das associações de Agroindústrias familiares do município de Palmitinho-RS.** In: Anais do 1º Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar. São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005, p.670-676.

PERES, M.A.C. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste.** Revista Sociedade e Estado - Volume 26 Número 3, Setembro /Dezembro 2011.

PERIARD, G. **Matriz Gut: guia completo, 2011.** Disponível em: <http://www.sobreadministracao.com/matrizgut-guia-completo/>. Acesso em 27 mai 2021..

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** Porto Alegre, 2007. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS.

PFLUCK, L.D. **Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano: Marechal Cândido Rondon-PR/195-1997.** Cascavel: Edunioeste, 2002, 128p.

PREVOST, P. **El desarrollo local y las cooperativas.** Cuadernos de Desarrollo Rural, n.37. p.25-45, 1996.

PIRES, M.A. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate.** In: Jorge R. T Lima(org) Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PLEIN, C. **Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização.** Informe Gepec, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010.

PLOEG, J. D. Van der et al. **Rural development: from practices and policies towards theory.** Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

_____. **Dez qualidades da agricultura familiar.** Cadernos de Debate. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia integrado à Agricultures Network N° 01, fevereiro de 2014.

PLOEG, J. D. V.D. **On regimes, novelties, niches and co-production.** In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Eds.) Seeds of transition: Royal Van Gorcum, 2004.

PORTER, M. E. (1986); **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 362 p.

PORTER, M. E. (1989); **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 24. ed. Rio de Janeiro: Campus. 512 p.

PORTILHO, F. **Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo**. Cadernos EBAPE.BR – Edição Temática 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4PXXtKW5Fnk9jmJgRcnCScJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 21 jan 2021.

POSSENTI, M.A. **Proposta de uma sistemática para apoiar a gestão econômico – financeira de agroindústrias familiares de pequeno porte**. Porto alegre, 2010. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Principais resultados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 out 2020.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Revista de Ciências Humanas. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-154.

_____. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado** / Leomar Luiz Prezoto. – Brasília, DF: CONTAG, 2016.

PREZZOTO, L.O. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília, DF: CONTAG, 2016.

PRIORI, A. POMARI, L.R. AMÂNCIO, S.M. IPÓLITO, V.K. **História do Paraná: Séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, O.T.M.M. **O rural como atrativo turístico e a experiência cultural: A Fazenda Santa Gertrudes**. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 9(III), pp. 447-456, jul-set, 2017.

RADOMSKY, G. F. W., & SCHNEIDER, S. **Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento**. Sociedade e Estado. 22(2), 2007. 249-284.

RADOMSKY, G.F.W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

REDIN, E. **O futuro incerto do jovem rural**. Informativo Técnico do Semiárido v. 8, n. 1, p. 37 - 43, jan. - dez., 2014.

_____. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre – RS**. Santa Maria – RS, 2011. Dissertação (Mestrado)

apresentada ao curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – RS.

REOLON, C.A. **Colonização e urbanização da mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000)**. R. RAEGA, Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007. Editora UFPR.

RIBEIRO, M. de F. **Memórias do concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RICHARDS, P. **Indigenous agricultural revolution**. London: Hutchinson, 1985. 170 p.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000** - Campinas, SP: [s. n.], 2005.

ROCHA, P.M.R. DOLABENETA, C. FAVERO, E. ROJO, C.A. **A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV), ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN.-JUN.2018.

RODRIGUES, W. SANTOS, N. S. **Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local?** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE Salvador, BA - Ano XIX – V. 1 - N. 36. – P. 168 – 190, 2017.

RODRIGUES, M. C. P. **O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU**. Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, julho 1993.

RODRIGUES, R.C. **5W2H: a ferramenta do curioso**. 2009. Disponível em: <https://www.empreendedorcurioso.com/planilha-ciclo-pdca/plano-de-acao-5W2H/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

RONDINELLI, D.A. **Development Projects as policy experiments: and adaptive approach to development administration**. London: Methuen. 1983.

ROSA, A.V. **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SAKAMOTO, C.S. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre as áreas rurais e urbanas no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas, SP, 2014, 158 p.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C. PEREIRA, R.M. **A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil**. In: Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas / [editores: Leonardo Monteiro Monastério, Marcelo Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares]. – Brasília: Ipea, 2014.

SANGALLI, A. R., SILVA, H. C. H. DA, SILVA, I. F. DA S.; SCHLINDWEIN, M. M. **Associativismo na Agricultura Familiar: Contribuições para o Estudo do Desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados (MS)**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 17(2), 225–228, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37107/associativismo-na-agricultura-familiar--contribuicoes-para-o-estudo-do-desenvolvimento-no-assentamento-rural-lagoa-grande--em-dourados--ms---brasil>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SEAB – SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Coopera-Parana>. Acesso em 01 de julho 2021.

SPANEVELLO, R.M. DUARTE, L.C. SCHNEIDER, C.L.C. MARTINS, S.P. **Agroindústrias rurais familiares (AFRs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS**. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p.198-216, setembro-dezembro, 2019.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. CAZELLA, A. MATTEI, L. F. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Organizadores). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. 2 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

_____. **Reflexões sobre diversidade e diversificação**. *R U R I S* | V. 4, Nº 1. 2010.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.

_____. **A Pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In: Schneider, S. *A diversidade da agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009b. p. 139-166.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. **Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers**. *Journal of Peasant Studies*, 2010, 37 (2), pp. 379-405. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248943654_Resistance_Strategies_and_Diversification_of_Rural_Livelihoods_The_Construction_of_Autonomy_among_Brazilian_Family_Farmers. Acesso em: 30 nov. 2020.

SCHNEIDER, S. et al. **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2013.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai/ago.2011, p.180-219.

SCHALLENBERGER, E., & SCHNEIDER, I. E. **Políticas de Colonização: Uma Análise da Região Oeste do Paraná Antes e Depois do Golpe Militar de 1964.** *Revista De Estudos Sociais*, 11(21), 163-176. 2011.

SCHNEIDER, S. CASSOL. A. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas.** In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHINAIDER, A.D.; BEZERRA, G.J. SANTOS JUNIOR, L.E., ATIYEL, C. CAPISTRANO, M.O.W. **Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural** Gestão e planejamento de agroindústrias familiares [recurso eletrônico] / organizadoras Daniela Garcez Wives [e] Daniela Dias Kühn; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

SCHROTH, G.; RUF, F. **Farmer strategies for tree crop diversi&cation in the humid tropics.** A review. *Agronomy for sustainable development*, v. 34, n. 1, p.139-154, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHAFFEMICHT, M. **Indagación de situaciones dinâmicas mediante la dinámica de sistemas:** Tomo 1-fundamentos. Talca-Chile: Universidade de Talca, 2006. p.47-102.

SCHMITT, C. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional.** Sociologias, Porto Alegre, 13 (27): 82-112, mai./ago. 2011.

SCHMITT, C.J. **Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar.** Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.

SILVA, A. C.R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade.** 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SILVA, F. A. G., CALAZANS, D.L.M e S; GONZALEZ, J.M.R; SOUZA, W.J. **Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN).** *RECADM*, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.

SILVA, A. de P.; FERREIRA, D. A. de O. **A ruralidade em pequenos municípios do interior paulista: Cristais Paulista (SP) como estudo de caso.** *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.6, n.2, jan./jun. 2013.

SILVA, P.J. **Um passeio pelas gôndolas.** Curitiba: Imprensa oficial, 2007.

SILVA, C. A.; MARTINS, G. A. de S. **Alimentos Funcionais: tecnologia aliada à saúde.** *Revista Desafios, Tocantins*, v. 5, n. 3, 2018.

- SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. IE/UNICAMP, Campinas, SP (2.^a edição). 1998.
- SILVEIRA, P. R. C., & HEINZ, C. U. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos**. In *Anais do 1º Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar* São Luis Gonzaga: UERGS. 2005.
- SILVEIRA, A. C. M.; SCHWARTZ, C. **Brasil rural como espaço de oportunidades e privações. Representações de uma categoria em transformação**. Revista Mídia e Cotidiano, Niterói, v.11, n. 2, p. 63-81, 2017.
- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**, 14^a. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOARES, A.C. **A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar**. Revista Proposta, no. 87, 2002.
- SOUZA, A.B. FORNAZIER, A. DELGROSSI, M.E. **Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar**. Ambiente & Sociedade n São Paulo. Vol. 23, 2020.
- SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SOUZA, E. B. C. de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel (PR): Edunioeste, 2009.
- SOUZA FILHO, H. M. de S. et al. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**. 2013. [S. l.]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53858876-Agricultura-familiar-e-tecnologia-no-brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.html> Acesso em: 14 jul. 2021.
- STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2008.
- STADUTO, J.A.R. LOBÃO, M.S.P. **Perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural Brasileiro: notas teóricas**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.39, n.135, p.13-27, jul./dez. 2018
- TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TELLES, T.S. COSTA, G.V. BACCHI, M. LAURENTI, A.C. **Evolução da população rural ocupada nas Grandes Regiões do Brasil entre 2001 e 2009**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 17-26, jan./mar. 2017.
- TROIAN, A., & BREITENBACH, R. **A Questão da Juventude na Contemporaneidade: Estudo dos Projetos de Vida em Arroio do Tigre/RS**. *Desenvolvimento Em Questão*, 2018. 16(44), 260–284. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.260-284>.
- TUNSTALL, D. **Developing and using indicators of Sustainable Development in Africa: an overview**. (Draft paper). Prepared for the Network for Environment and Sustainable Development in Africa (NESDA). Thematic Workshop on Indicators of Sustainable Development, Banjul, The Gambia, May 16-18, 1994.

YIN, R. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento,** Nead, Série Textos para Discussão, n. 1, ago. 2001, Disponível em: www.nead.gov.br. Acesso em 25 mai 2021.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 328 p. (Série Estudos rurais).

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos sociedade e agricultura, v 11. N. 2. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em 23 mai 2020.

_____. **Olhares sobre o "rural" brasileiro.** Recife: 1999. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/236>. Acesso em 2 jun 2020.

WACHOWICZ, R.C. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1988.

_____. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1982.

WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Ocupação do Paraná.** Cadernos de Migração, São Paulo, v. 3, p. 4-43, 1988.

WERKEMA, C., **Criando a Cultura Lean Seis Sigma.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WESZ JUNIOR, V.J. **Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade?** Mundo Agrário (La Plata), v. 9, p. 30-55, 2009a.

_____. **Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria.** Rev. Econ. Sociol. Rural 48 (4), dez 2010.

_____. **O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados.** G&DR • v. 8, n. 3, p. 3-23, set-dez/2012, Taubaté, SP, Brasil.

WESZ JUNIOR, V.J.; NIEDERLE, P.A. **Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região Missões, RS.** Geo UERJ, n. 17, v. 2, p. 88-108, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. (200a). **Desenvolvimento e Agroindústria Familiar.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. Anais... Brasília: SOBER.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. FILIPPI, E.E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais.** XLIV CONGRESSO DA SOBER. Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006.

WILKINSON, J. **A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 64-80, 1999.

_____. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 216p.

_____. **Socio Economic Approaches to Agroindustrial Innovation.** Debates CPDA, n.6, 1998.

_____. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar da América Latina.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.21, p.62-87, 2003.

WILKINSON, J. MIOR, L.C. **Setor informal, produção informal e pequena agroindústria: interfaces.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.13, p. 29-45--. 1999.

WEISHEIMER, N. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais.** Densidades, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, p. 22-27, dez. 2013.

WOLSTENHOLME, E. F. **System Dynamics in Perspective.** Journal of the Operational Research Society, 1982.

ZERBATO, C.C. **Política pública para a agricultura familiar: avaliação do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”.** Curitiba, PR, 2013. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ANEXO A - Formulário de Cadastro e Caracterização Agroindústrias



CARACTERIZAÇÃO AGROINDÚSTRIAS

Dados da Organização/ Instituição

Data		Município/UF		Endereço		CEP	
Coordenadas ¹	Lat. -		Long.				
Razão Social							
Nome Fantasia				Data de Fundação		CNPJ	
Telefone		E-mail		Site			
Possui DAP ²	Sim () Não ()	Nº DAP					
Técnico				Instituição			

¹ Use o Google Earth , adicione um marcador, arraste sobre a sede da propriedade e anote as coordenadas; ²DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Tempo de dedicação (horas/mês)	Vinculo Familiar ¹	Sexo (M / F)	Data Nasc	Escolaridade	Telefone	E-Mail

¹ Pai, mãe, filho(a)...

Funcionários (caso possua)

Função	NOME	SEXO (M / F)	DATA NASC	ESCOLARIDADE	Tempo de dedicação (horas/mês)

Acesso à informação

Rádio, Tv, internet, jornal, revista, livros, telefone.	Diariamente	Eventualmente	Muito pouco

ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA

Principais produtos utilizados	Percentual produzido na propriedade	Percentual adquirido de outras propriedades	Percentual adquirido do comércio

Fonte de água da agroindústria

Poço artesiano	Água da rede pública	Poço comum	Nascente	Realiza tratamento da água

INVENTÁRIO**Composição de terrenos do estabelecimento**

Nº	Área (ha)	Domínio Legal	Observações
1		Áreas próprias	
2		Áreas cedidas por órgão fundiário sem título definitivo	
3		Áreas arrendadas DE Terceiros	
4		Áreas ocupadas pela qual o produtor nada paga por seu uso (ocupação, posse ou cessão)	
5		Áreas Cedidas PARA terceiros (arrendamento, parceria ou cessão)	
6			
7			
TOTAL			

Benfeitorias

Descrição	Material	Área (m²)	Ano construção	Valor Novo	Financiado (Sim/Não)	Valor pago	Saldo Devedor

Veículos, Máquinas e Equipamentos

Descrição	Ano aquisição	Valor Novo	Financiado (Sim/Não)	Valor pago	Saldo Devedor

RESÍDUOS

Geração de resíduos líquido/sólido	Quantidade por mês (kg ou litros)	Origem (ponto de processo)	Possui tratamento – Qual?

Forma de Registro da agroindústria

Sem registro	Empresa (tipo)	Sociedade (tipo)	Outros
Sim () Não () Vigilância Sanitária () S.I.M. ()			

Forma de Comercialização da agroindústria

Nota de produtor rural	Nota Fiscal	Outros

Certificações da agroindústria

Sistema de Inspeção (Municipal, Estadual, Federal)	Agricultura Familiar	Conformidade Orgânica (Qual)	Outros
	sim		

Capacitação

Participou de algum curso sobre manipulação de alimentos?	Qual foi o assunto abordado?	Qual sua avaliação?

Higiene/Produção

Quais práticas considera mais importantes?	Conhece as boas de práticas fabricação?	São importantes?	Por quê?

Em caso de dúvidas sobre o processamento ou procedimento o que costuma fazer?	Possui Manual de Boas Práticas?	Costuma consultá-lo?	A Vigilância ou a Inspeção já visitou a agroindústria?	Periodicidade da inspeção (anual, mensal, semanal)

Produto

Seus produtos têm diferencial de mercado?	Quais diferenciais?

Mudaria alguma coisa nos produtos?	O Quê?

Custos e preços

Tem conhecimento dos custos de produção?	Qual base utiliza para formar o preço de venda do produto?
---	---

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS (Detalhar)

COMERCIALIZAÇÃO**Comercialização Realizada no Último ano**

Produto	Categoria¹	Destino²	Unidade/anual	Quantidade	Preço Unitário	Valor (R\$)

¹Orgânico; Conversão; convencional; ²Compras institucionais (PAA, PNAE...), Feira, Mercado de Produtor, Venda Direta, Ceasa, outros mercados (citar)

Outras Rendas Anuais

Descrição	Valor Anual (R\$)
TOTAL	

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Quais?	Linha	Que ano passou a ter acesso

GARGALOS E POTENCIALIDADES

Quais as principais dificuldades que a organização enfrenta, no desenvolvimento da agricultura familiar, (agroecológica e em conversão, e ou que realiza práticas), em todos os pontos da cadeia produtiva (produção, beneficiamento, agroindustrialização, comercialização...)?

Quais as principais potencialidades que a organização, observa, no desenvolvimento da agricultura familiar, (agroecológica e em conversão, e ou que realiza práticas), em todos os pontos da cadeia produtiva (produção, beneficiamento, agroindustrialização, comercialização...)?

HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

Descreva um pequeno histórico da Associação ou Cooperativa, citando quando iniciou a mobilização do grupo, o que motivou o grupo a se organizar do, e qual a visão de futuro da organização.
